UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DANILO MARTINS GUIRAL BASSI

**A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica:
conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade**

São Paulo
2016

DANILO MARTINS GUIRAL BASSI

**A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica:
conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert
Demant

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: GUIRAL BASSI, Danilo Martins

Título: *A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos que ainda acreditam

*O interesse fabricou carimbos
O ódio à toa levantou paredes
A baioneta desenhou fronteiras
A estupidez nos separou em bandeiras*

(Fruto do Suor – Tony Osanah e Enrique Bergen)

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
SIGLAS	10
AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	13
UMA IDEIA ANTIGA	14
UMA IDEIA QUE RESSURGE	18
PRECISÕES SOBRE OS TERMOS ESCOLHIDOS	21
AS ESPECIFICIDADES DO ESTADO BINACIONAL	24
1. 1896-1948 – DO SURGIMENTO DO SIONISMO POLÍTICO À CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	29
1.1 A NÃO-OPOSIÇÃO A UMA TERRA COMPARTILHADA	33
1.2 A IDEIA DE UM ESTADO BINACIONAL	38
1.2.1 A CIRCULAÇÃO DA IDEIA BINACIONAL	39
1.2.2 A CRISTALIZAÇÃO DA IDEIA BINACIONAL	56
1.3 A MUDANÇA DE POSTURA DO SIONISMO MAJORITÁRIO	65
1.3.1 O LEVANTE NACIONAL ÁRABE-PALESTINO	66
1.3.2 O REVISIONISMO E O PROGRAMA DE BILTMORE	70
1.4 A ÚLTIMA BATALHA ENTRE A PARTILHA, O REVISIONISMO E A IDEIA BINACIONAL	79
2. 1948-1996 – DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL AO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO	94
2.1 1948-1967 – DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL À OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS	96
2.2 1967-1993 – DA OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS AOS ACORDOS DE OSLO	102
2.2.1 CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO	102
UMA PALESTINA LAICA E DEMOCRÁTICA	103
UMA PALESTINA BINACIONAL	107
UM ESTADO PALESTINO AO LADO DO ESTADO DE ISRAEL	108
2.2.2 “GRANDE ISRAEL”: EM DIREÇÃO A UM ESTADO BINACIONAL DE FATO?	114
OCUPAÇÃO	116
UNIFICAÇÃO ECONÔMICA PARADOXAL	129
DIREITOS, ETNOCRACIA E APARTHEID	133
2.3 1993-1996 – DA ESPERANÇA AO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO	145

3. 1996-2015 – DO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO AOS DIAS DE HOJE	149
3.1 – NA MÍDIA	150
3.2 – ENTRE ATORES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL	162
3.3 – ENTRE INTELECTUAIS E ACADÊMICOS	185
3.4 – ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISTAS	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	238
OUTRAS FONTES	262
APÊNDICES	
APÊNDICE A: MAPA DOS PARTIDOS, GRUPOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS PALESTINOS, JUDAICOS, SIONISTAS E ISRAELENSES NA REGIÃO DA PALESTINA HISTÓRICA (1900-2016)	264
ANEXOS	
ANEXO A: MAPA DA PALESTINA EM 1878, COM CIDADES E VILAS PRÉ-EXISTENTES E A PRIMEIRA COLÔNIA SIONISTA	266
ANEXO B: MAPA DA PALESTINA EM 1903, COM CIDADES E OS PRIMEIROS BLOCOS DE ASSENTAMENTOS JUDAICOS	267
ANEXO C: MAPA DA PALESTINA EM 1914	268
ANEXO D: MAPA DA PROPOSTA SIONISTA DE ÁREA GEOGRÁFICA DO “LAR NACIONAL JUDAICO” A SER CRIADO NA PALESTINA, APRESENTADA NA CONFERÊNCIA DE PAZ DE PARIS, EM 1919	269
ANEXO E: MAPA DO MANDATO BRITÂNICO DA PALESTINA E DA TRANSJORDÂNIA ENTRE 1923 E 1948	270
ANEXO F: MAPA DA PROPOSTA DE PARTILHA DE COMISSÃO PEEL, EM 1937	271
ANEXO G: MAPAS DOS PLANOS DE PARTILHA A, B E C DA COMISSÃO WOODHEAD, DE 1938	272
ANEXO H: MAPA DA PALESTINA COM REPARTIÇÃO ÉTNICA DA PROPRIEDADE SOBRE A TERRA, POR DISTRITO, EM 1945	273
ANEXO I: MAPA DA PALESTINA COM REPARTIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO, POR DISTRITO, EM 1945	274
ANEXO J: MAPA DE ESTUDOS SOBRE CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS DA PALESTINA, USADO PELA COMISSÃO ANGLO-AMERICANA, EM 1946	275
ANEXO K: PLANO DE PARTILHA DE 1947	276
ANEXO L: MAPA DA PALESTINA HISTÓRIA APÓS A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL, EM COMPARAÇÃO COM O PLANO DE PARTILHA DE 1947 E A REPARTIÇÃO DA PROPRIEDADE SOBRE A TERRA	277
ANEXO M: MAPA COM FORMA APROXIMADA DO PLANO ALLON	278
ANEXO N: MAPAS COM AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS ISRAELENSES EM CAMP DAVID, EM 2000, E EM TABA, EM 2001	279
ANEXO O: MAPAS DA ATUAL SITUAÇÃO NA PALESTINA HISTÓRICA	280

RESUMO

GUIRAL BASSI, Danilo. **A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade**, 2016, 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo traçar uma história da ideia de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica. O estudo busca, após definir as especificidades de um Estado binacional, compreender a circulação da ideia binacional no período anterior à criação do Estado de Israel, em 1948, entre judeus e árabes-palestinos progressistas, dentro do movimento sionista e em organizações de esquerda da Palestina. Em um segundo momento, busca-se entender como o período compreendido entre a criação do Estado de Israel e o processo que levou aos Acordos de Oslo, nos anos 90, ao mesmo tempo silenciou o ideal binacional e criou as bases para seu ressurgimento na virada do século. Por fim, são analisadas, frente ao contexto israelo-palestino na atualidade, as perspectivas do ressurgimento de propostas binacionais, mais nítido entre jornalistas de esquerda, algumas figuras que fizeram ou fazem marginalmente parte da política institucional, intelectuais e acadêmicos adeptos de perspectivas críticas, assim como entre ativistas e movimentos sociais por direitos humanos envolvidos na região.

Palavras-chave: Palestina; Israel; conflito israelo-palestino; binacionalismo; binacional; sionismo; movimento nacional palestino

ABSTRACT

GUIRAL BASSI, Danilo. **A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade**, 2016, 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This Master's thesis aims to trace a history of the idea of a bi-national state for Arabs and Jews in historical Palestine. After laying out the specificities of a binational state, it reconstructs the circulation of the binational idea in the period before the creation of the State of Israel in 1948, among progressive Jews and Palestinian Arabs, in the Zionist movement, and among left-wing organizations in Palestine. In a second step, we analyze how the period between the establishment of the State of Israel and the peace process that led to the Oslo Accords, in the 90s, was marked by silence around the binational ideal while all the same laying the foundations for its revival at the turn of the 21st century. Finally, regarding today's Israeli-Palestinian context, we analyze the prospects of revival of binational proposals, focusing on left-wing journalists, a number of more or less marginal participants in institutional politics, some critical intellectuals and academic supporters, and among activists and social movements for human rights.

Keywords: Palestine, Israel, Israeli-Palestinian conflict, binationalism, binational, Zionism, Palestinian national movement

SIGLAS

ACA	Alto Comitê Árabe
AG-ONU	Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
AJ	Agência Judaica
ANP	Autoridade Nacional Palestina
AP	Autoridade Palestina
BDS	Boicote, Desinvestimento e Sanções
CNP	Conselho Nacional Palestino
CSA	Congresso Sindical Árabe
CS-ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FDI	Forças de Defesa de Israel
FDLP	Frente Democrática para a Libertação da Palestina
FPDLP	Frente Popular Democrática para a Libertação da Palestina
FPLP	Frente Popular para a Libertação da Palestina
LDN	Liga das Nações
LIA	Liga dos Intelectuais Árabes
LLN	Liga de Liberação Nacional
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Organização Sionista Mundial
PKP	Partido Comunista da Palestina
PPP	Partido do Povo Palestino
SDN	Sociedade das Nações
TPO	Territórios Palestinos Ocupados
UE	União Europeia
UNSCOP	Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (do inglês “United Nations Special Committee on Palestine”)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AGRADECIMENTOS

Seria impossível começar qualquer texto de agradecimento sem destacar as duas pessoas a quem devo tudo por ter chegado aqui. Agradeço assim à Egle e ao Martins: mãe e pai que não escolhi, mas amigos que, sim, escolhi, e companheiros sempre presentes.

Agradeço às conversas, risadas, brigas e ensinamentos da irmã e mestra Maria Clara, que me distraiu quando a exaustão me atingiu nas noites de redação deste trabalho. Agradeço ao apoio e companheirismo incondicionais e à eterna paciência do Victor, que me acompanhou do início do processo seletivo até as longas e extenuantes madrugadas de revisões, correções e releituras. Agradeço aos amigos que colhi pouco a pouco ao longo da vida e que me acompanharam de perto, mesmo à distância: obrigado, Fred, Dani, Midori, Felipe, Vinvin e Gui.

Agradeço à Ananias e à Maria, bisavó e avó sertanejas, pelos indescritíveis aprendizados e pelo exemplo dado nos meus primeiros anos de vida; aos avôs Teófilo e Martins, pelo gosto pela estrada e pelo desconhecido; à avó Alice, pela importância da sinceridade.

Agradeço às professoras e aos professores que me inspiraram a me aventurar nos meandros acadêmicos, talvez mesmo sem saber, especialmente à Ana Lanna, que me iniciou nesse turbilhão que é a pesquisa, e à Deisy Ventura, que me ensinou a não ter vergonha de tomar partido na Academia. Agradeço à Arlene Clemesha, que sempre me acolheu carinhosamente e me deu nortes. Agradeço ao Peter Demant, que por mais de cinco anos, desde a graduação, me aceitou como seu orientando, sempre me dando liberdade e abrindo espaço para nossas divergências e que, agora, orientou o longo processo de elaboração dessa dissertação, colaborando com imprescindíveis e detalhadas observações, revisões, correções e sugestões.

Reverencio a todas e todos aqueles que, através de impostos, financiam o ensino superior público brasileiro e que me permitiram concluir uma graduação e, agora, prosseguir com um mestrado na Universidade de São Paulo. Reconheço, sobretudo, o suor daqueles que proporcionalmente mais pagam impostos e menos têm acesso às universidades públicas e ao que elas produzem; muito lhes devo e espero um dia poder retribuir de alguma forma.

Agradeço às centenas de alunos, dos cursinhos do Núcleo de Consciência Negra e da FEA, que tanto me ensinaram ao longo dos anos em que me arrisquei como professor.

Agradeço aos amigos de trabalho no Campus France Brasil, ao Junior, à Lígia, à Juliana, à Priscilla, à Carla, à Luciane, com quem aprendi novos sentidos de companheirismo.

Agradeço à Elena e aos amigos da FFIPP, ao Yuri, à Sandra, à Luciana, à Maitê, à Aline, à Said, que me permitiram fazer da pesquisa de campo na Palestina e em Israel uma realidade e com quem lá pude conviver por algumas semanas que levarei para sempre na lembrança. Agradeço ao Jeff Halper e ao Comitê Israelense contra a Demolição de Casas (ICAHN) por terem me recebido em Jerusalém/al-Quds e a quem reconheço não ter (ainda) retribuído como mereciam. Agradeço aos movimentos sociais palestinos e israelenses, que pude visitar, conhecer e ouvir – e com quem muito aprendi. Agradeço às bibliotecárias e aos bibliotecários das universidades palestinas e israelenses que visitei nesse período e que me ajudaram a encontrar material de pesquisa inexistente no Brasil e na internet, e que nunca localizaria sozinho.

Obrigado aos colegas da revista *Malala* e do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano do Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo.

Agradeço ainda, e com profundo carinho e admiração, às companheiras e aos companheiros de lutas e movimentos sociais de todo o mundo que me alimentam os sonhos e as esperanças. Agradeço especialmente às mulheres, às negras e aos negros, às índias e aos índios, às travestis, às pessoas trans, às mulheres e aos homens sem teto e sem terra, às lésbicas, às e aos bissexuais e pansexuais, aos gays e aos demais pobres e fodidos do mundo, que não posso listar sem esquecer de muitas e muitos, mas que resistem, que lutam e que me ensinaram muito mais do que os bancos da universidade e os livros.

E frente a todo o apoio, auxílio e acesso à informação que tive, permitam-me que eu me renda ao clichê, mas compreendi sua importância: todos os erros, equívocos e confusões, certamente presentes na pesquisa e ao longo do texto desta dissertação, são de minha inteira responsabilidade. Todas e todos que citei acima apenas contribuíram para que essas falhas tenham sido menos recorrentes.

INTRODUÇÃO

“Dois Estados para dois povos”. Eis a posição quase consensual internacionalmente, desde 1947, quando se trata de propor uma solução para o conflito israelo-palestino. Desde a primeira metade do século XX, a ideia da partilha da Palestina histórica surge como uma possibilidade para conciliar os interesses e o direito de autodeterminação de populações etnicamente diferenciadas, isto passando pela Comissão Peel, de 1936, até a Resolução 181 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu a proposta do Plano de Partilha da Palestina, em 1947. A Declaração de Independência de 1988 por parte da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi um passo decisivo para a construção de uma negociação bilateral entre palestinos e israelenses para a constituição de dois Estados. Em 1993, Yasser Arafat, líder da OLP, na esteira das negociações dos anos 90 que culminaram nos acordos de Oslo, reconheceu o Estado de Israel. Em 2011, Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), discursou na ONU e encaminhou o pedido de reconhecimento da Palestina como Estado-membro da organização. No dia 29 de novembro de 2012, a Assembleia Geral da ONU reconheceu, através da Resolução 67/19, o Estado da Palestina como Estado não membro observador dentro da organização. Em janeiro de 2013, Mahmoud Abbas assinou um decreto modificando o nome da Autoridade Nacional Palestina para Estado da Palestina.

O caminho para a solução de dois Estados, entretanto, não representa os anseios de todos os palestinos e israelenses. Para muitos deles (hoje, aparentemente mais palestinos que israelenses), a criação de um Estado binacional, ao mesmo tempo árabe e judeu, é a solução efetiva para um conflito que já perdura por décadas. Nas negociações entre as autoridades israelenses e palestinas na busca por dois Estados nacionais, questões cruciais, como a questão dos refugiados palestinos, o status de Jerusalém, os assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados e a defesa do futuro Estado palestino, para muitos parecem não ter solução – o que reforça o argumento do campo da proposta de um Estado binacional. Por um lado, os últimos governos conservadores israelenses – incluindo o atual governo de Benjamin Netanyahu – alegam não abrir mão de uma Jerusalém una e indivisível como capital do Estado judeu, ampliam as políticas de

assentamentos na Cisjordânia e não aceitam um futuro Estado palestino com plenas capacidades militares de autodefesa; por outro, as forças políticas palestinas implicadas nas negociações exigem a retirada dos assentamentos judaicos nos territórios ocupados, não estão dispostas a aceitar as propostas israelenses de trocas territoriais, exigem Jerusalém/al-Quds Oriental como capital de seu futuro Estado, assim como autonomia para gerir sua defesa.

Ainda para alguns partidários do Estado árabe-judeu na Palestina, a instituição de um Estado binacional na região é apenas a formalização do que já existe de fato desde o fim da Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a única solução possível para um território pouco extenso com tamanha complexidade na repartição de sua população.

A ideia de um Estado binacional na Palestina tem várias facetas e características próprias, que fazem com que ela difira da solução de um único Estado proposto por grupos ultranacionalistas, como os da tradição revisionista fundada por Jabotinsky e do Hamas, em que uma nação ou uma religião prevaleceria de forma autoritária sobre as demais ou, em último caso, sequer aceitaria a presença da outra. Difundida sobretudo entre intelectuais e figuras da esquerda internacionalista, a ideia de um Estado binacional, vista como solução para o conflito Israel-Palestina, conheceu uma evolução instigante, passando dos judeus progressistas no início do século XX às vozes pró causa Palestina quase um século depois; de Martin Buber a Edward Said.

UMA IDEIA ANTIGA

Durante o mandato britânico na Palestina, o Estado binacional era uma bandeira sobretudo de judeus, geralmente imigrantes de origem europeia recém-instalados na região e atuantes nos longos debates dentro do movimento sionista.

Por muito tempo minoritário entre os judeus, o sionismo foi exitoso, tanto na ampliação de seu leque de apoiadores, dentro e fora das comunidades judaicas ao redor do mundo quanto pela criação do Estado de Israel em 1948, por uma soma de fatores, desde a aceitação do Reino Unido de permitir a criação de um “lar nacional judeu” na Palestina, até os episódios trágicos da ascensão do nazismo, do holocausto, do fenômeno dos refugiados e apátridas, da Conferência de Evian, dos

sobreviventes do genocídio na Europa e do sentimento de culpa em relação aos judeus, passando pelo apoio simultâneo dos Estados Unidos e da União Soviética, assim como pelo isolamento regional e internacional dos palestinos.

O movimento sionista era dividido internamente numa enorme gama de partidos, grupos e facções. A bibliografia tradicional que trata do sionismo reconhece ao menos três grupos seculares presentes no processo de criação do Estado de Israel. O primeiro deles, a dita esquerda sionista, com um discurso socialista e liderada por David Ben Gurion e o Mapai (Partido dos Trabalhadores da Terra de Israel), se posicionou do início do século XX até 1942 em favor de um “lar nacional” para os judeus na Palestina, sem falar oficialmente em um “Estado judeu”¹. A partir de 1942, o grupo passou a defender abertamente a criação de um Estado (*commonwealth*) judeu na Palestina, embora setores à esquerda do sionismo tivessem resistido a essa mudança. O segundo grupo, de centro, depois batizados de sionistas gerais, liderados por Chaïm Weizmann, mantinha uma aliança pragmática com o Mapai – sem seu discurso socialista. O terceiro grupo, de direita e chamado de revisionista, organizado desde 1925 por Vladimir Ze’ev Jabotinsky, inspirado em parte pelo fascismo italiano e pregando uma revisão (daí seu nome) do direito judaico sobre as terras da Transjordânia, defendia abertamente um Estado judeu nas duas margens do Jordão e a militarização dos judeus de Eretz Yisrael e da diáspora. Jabotinsky defendia a construção de uma “muralha de ferro” para impor o Estado judeu aos árabes palestinos². Quando o Estado de Israel foi criado, em 1948, Ben Gurion se tornou primeiro-ministro; Chaïm Weizmann foi eleito presidente; Ze’ev Jabotinsky, morto antes de ver nascer o Estado judeu, teve parte de seus sonhos militaristas concretizados com a criação das Forças de Defesa de Israel (FDI).

Entre os judeus religiosos, o debate entre sionistas e antissionistas se prolonga até os dias atuais. No início do século XX, era substancial o peso dos sionistas religiosos, como os seguidores dos ideais de Abraham Isaac Kook, que via a criação do lar nacional judaico na Palestina moderna – em sua perspectiva, um direito divino – como um passo para a vinda do Messias. A Organização Sionista

¹ VIDAL, Dominique. “Quand la gauche du Yichouv rêvait de binationalisme” in: VIDAL, Dominique (org.). *Palestine/Israël : un Etat, deux Etats?*. Paris: Actes Sud, 2011, p. 44-45

² JABOTINSKY, Zeev. “La muraille de fer (les arabes et nous)” in: CHARBIT, Denis (org.). *Sionisme: textes fondamentaux*. Paris: Albin Michel/Menorah, 1998, p. 537-545

Religiosa (Mizrahi), fundada já em 1902, ou ainda sua organização juvenil, Bnei Akiva, representam o principal grupo dos judeus sionistas.

Ao menos três grupos, entretanto, se opunham ao consenso, explícito ou não, de criação de um Estado judeu na Palestina no início do século XX. O primeiro deles, de grupos religiosos, entre eles tendências ultra-ortodoxas, mas não apenas, considerava herético criar um Estado judeu antes da vinda do messias; apenas ele teria a capacidade de fazê-lo. O segundo, dos comunistas, reunidos pelo menos desde 1922, ano de criação do Partido Comunista da Palestina (PKP), defendia, pelo menos num primeiro momento, “uma libertação do conjunto dos palestinos, judeus e árabes”³. O terceiro grupo era o dos sionistas defensores do projeto binacional, do qual se aproximaram diversos intelectuais dos anos 20 aos anos 40, encabeçado primeiramente pelo Brit Shalom.

Em 1925, era criado, por intelectuais judeus sionistas, o pequeno grupo Brit Shalom, que levantava a bandeira de um Estado binacional por discordar da perspectiva do sionismo de Herzl, que desconsiderava, na prática, a existência de centenas de milhares de árabes na região do futuro Estado de Israel. Apesar do apoio de nomes como os do filósofo Martin Buber⁴, do sociólogo e um dos fundadores da cidade de Tel Aviv, Arthur Ruppin, da líder e fundadora da Organização Sionista das Mulheres dos EUA (Hadassah), Henrietta Szold, do filósofo e historiador Gershom Scholem, e dos também filósofos Ernst Simon e Hugo Bergmann, o grupo teve vida breve. Após a desintegração de Brit Shalom na década seguinte, parte do grupo fundou o Ihud (União), junto a Judah Leon Magnes, cuja campanha por um Estado binacional, árabe e judeu, recebeu a chancela de nomes como Hannah Arendt, defensora de um Estado federalista, composto pelas comunidades árabes e judias na região⁵, e Albert Einstein. O Ihud teve importante (e exitosa) participação na Comissão Anglo-Americana de Inquérito de 1946, que propôs, ao fim de seus trabalhos, uma união econômica na Palestina⁶. O Mapam, partido da esquerda marxista e sionista, advogava, igualmente, antes da proposta de Partilha da ONU de 1947, uma solução binacional para a Palestina. Todavia, alega-se comumente que a ausência de um número relevante de parceiros e entusiastas

³ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 46 (tradução nossa).

⁴ Célebre por sua troca de cartas com Mahatma Gandhi em defesa de um lar judeu na Palestina.

⁵ BENHABIB, Seyla. *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2000, p. 39.

⁶ REISEL, Daniel. *The History of the original Brit Shalom*. Disponível em: <<http://www.britshalom.org/background.htm>>. Acesso em 10 nov. 2011.

árabes-palestinos nestes projetos binacionalistas levou-os ao fracasso. Como veremos a seguir, essa perspectiva, entretanto, é apenas parcialmente correta.

Segundo o jornalista e analista Dominique Vidal, “contrariamente à crença popular e tão frequentemente falsa, não se tratava de um punhado de doces sonhadores: essa corrente reunia uma parte não desprezível da opinião pública judaica da Palestina”, mas foi varrida “pela formidável onda nacionalista que alimentarão os primeiros confrontos da guerra civil judaico-palestina, logo no dia seguinte da [proposta de] partilha da Palestina pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947”⁷. Segundo Magnes, não apenas seu grupo acreditava na solução binacional, mas disse ele em 1946: “há outras organizações que são partidos políticos e que almejam um grande número de membros, que também acreditam neste programa [...], uma grande parte dos setores desarticulados da população pensa mais ou menos como nós.”⁸

A proposta da Partilha, a declaração de fundação do Estado de Israel, a guerra e a Nakba e a consequente redução significativa da população árabe nos territórios que deram origem a Israel afastaram a ideia de um Estado binacional do debate político. A perspectiva do sionismo de esquerda governista, que pregava a construção de um Estado majoritariamente judeu ainda que num território reduzido, se tornou a principal diretriz do novo país e dita as condições de negociação que perduram até hoje: dois Estados nacionais para dois povos. Pouco a pouco, o ideal socialista do sionismo majoritário do início do século foi substituído pela ideia de *mamlakhtiut* de Ben Gurion, uma perspectiva específica do estatismo sionista, sem tradução exata para o português, que inclui em sua complexa definição os princípios de “interesse geral, coação e independência”⁹.

Nas primeiras décadas após a criação do Estado judeu, dentro do cenário israelense, a solução de Estado único, do Mediterrâneo ao Jordão, provinha geralmente dos meios da direita, herdeiros da tradição pouco democrática do chamado sionismo revisionista, liderado originalmente por Ze’ev Jabotinsky; por outro lado, a maioria dos movimentos de libertação da Palestina defendia um Estado árabe em toda a Palestina histórica. Ambos, portanto, diferiam da proposta

⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 46-47 (tradução nossa).

⁸ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses. “Oral Testimony before the Anglo-American Committee on Palestine” in: _____. *Palestine, a bi-national state*. Nova Iorque: Ihud Association of Palestine, ago. 1946, p. 49 (tradução nossa).

⁹ MEDDING, Peter Y. *The Founding of Israeli Democracy - 1948-1967*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990, p. 135 (tradução nossa).

binacional. Entre os trabalhistas e os conservadores do Likud, o debate sobre os assentamentos nos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, de 1967, era em grande parte sobre como não fazer ruir o sionismo com o surgimento de uma realidade binacional. Além disso, as taxas de crescimento demográfico superior entre árabes do que entre judeus e a redução dos fluxos migratórios de judeus para Israel – apesar do período posterior à dissolução da União Soviética e a consequente chegada de novos imigrantes judeus dos países da antiga URSS – preocupavam os políticos do sionismo tradicional. Apenas vozes isoladas, como algumas de grupos minoritários dentro da OLP – com destaque para os marxistas do terceiro maior grupo da organização, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina –, pregavam a construção de um Estado binacional.

Nos anos 90 e 2000, com o contexto criado após a ocupação dos territórios palestinos da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém/al-Quds Oriental, com o aparente fracasso dos Acordos de Oslo e com a segunda Intifada, a solução binacional parece ressurgir – mesmo que possivelmente ainda de forma marginal – no debate israelense e palestino.

UMA IDEIA QUE RESSURGE

Em 2003, após as recorrentes argumentações de Edward Said já na década anterior, Tony Judt escreveu um artigo em que tentou demonstrar as impossibilidades de sucesso de uma solução de dois Estados¹⁰. Na última década, uma série de debates, físicos ou via imprensa, entre intelectuais ou mesmo entre políticos sobre o binacionalismo indica um possível ressurgimento da proposta de solução de um único Estado onde sejam reconhecidos, num mesmo território, o direito à autodeterminação e os direitos étnico-nacionais de dois povos: árabe-palestino e judeu-israelense¹¹.

Em janeiro de 2004, insatisfeito com as negociações entre a OLP e o Estado de Israel, o primeiro-ministro da ANP, Ahmed Qurei, afirmou publicamente que, caso não houvesse avanço significativo na construção de um Estado palestino, os

¹⁰ JUDT, Tony. "Israel: the Alternative" in: *New York Review of Books*, 23 out. 2003.

¹¹ HERMANN, Tamar. "The bi-national idea in Israel/Palestine: past and present" in: *Nations and Nationalism*, 2005.

palestinos poderiam abandonar o projeto de solução de dois Estados e passar a exigir que se tornassem cidadãos plenos de um Estado árabe e judeu¹² que englobasse toda a Palestina histórica, algo semelhante ao que já havia defendido Edward Said, palestino da diáspora, alguns anos antes, diante do que ele viu como o caminho para um fracasso iminente para os palestinos com os Acordos de Oslo¹³.

Ainda mais recentemente, no início de 2009, até mesmo Muammar al-Qaddafi, antigo líder da Líbia e histórico patrocinador da OLP, em artigo publicado no *The New York Times*, reconheceu o direito dos judeus e dos palestinos a um Estado, o direito ao retorno dos refugiados palestinos e o direito à permanência dos colonos judeus na Cisjordânia, o que seria apenas conciliável com a criação de um único Estado, que ele chamou de Isratina¹⁴ – nome usado, hoje, pelo líder do Partido Trabalhista israelense, Isaac Herzog, para descrever um Estado binacional ao qual ele se opõe.

Segundo Dominique Vidal, temos hoje um impasse da questão palestina, com uma Cisjordânia ocupada, uma Faixa de Gaza estrangulada e um território palestino descontínuo, inviável para a formação de um Estado:

Não apenas esses [...] anos de estratégia político-diplomática da OLP não lhe permitiram obter o Estado palestino que ela havia fixado como objetivo, como a colonização dos territórios ocupados foi multiplicada por mais de cem! A Faixa de Gaza segue sendo uma prisão a céu aberto, sob bloqueio israelense [...] Quanto à Cisjordânia, ela parece – somando o muro, as colônias, as estradas de contorno e os *checkpoints* – uma pele de leopardo com um fundo amarelo muito maior que as pintas [...]¹⁵

Vidal previu ainda, antes do insucesso do pedido da Palestina de ingresso como membro pleno do sistema ONU, que aquela seria a última chance para a solução de dois Estados e que seu fracasso levaria ao surgimento de outra solução, “sem dúvida uni-estatal e binacional”¹⁶.

Em 1948, com a criação do Estado de Israel enquanto Estado judeu, pouco a pouco a ideia de um único Estado binacional na Palestina histórica parecia fadada ao esquecimento, como explica a cientista política Tamar Hermann¹⁷, mas o

¹² MYRE, Greg. “Leadership Says Palestinians Reserve Right to Declare State” in: *The New York Times*, 11 jan. 2004.

¹³ SAID, Edward. “The One-State Solution” in: *The New York Times*, 10 jan. 1999.

¹⁴ QADDAFI, Muammar. “The One-State Solution” in: *The New York Times*. 22 jan. 2009.

¹⁵ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 12-13 (tradução nossa).

¹⁶ Ibidem, p. 11 (tradução nossa).

¹⁷ HERMANN, Tamar. “The Bi-National Idea in Israel/Palestine: Past and Present” in GORDON, Avi (org.). *Brit Shalom and Bi-National Zionism: “The Arab Question” as a Jewish Question*. Jerusalém: Carmel, 2008.

conceito que parecia condenado ao desaparecimento parece estar efetuando, como definiu Vidal, um “*come-back* político”¹⁸. Reforçando nossa hipótese apresentada inicialmente, Vidal indica que “dessa vez, entretanto, a maioria dos advogados do binacionalismo se encontra do lado palestino, junto a outros raros do lado israelense” e que “alguns observadores exteriores exaltam o binacionalismo como um recurso”¹⁹.

Segundo Vidal, a “fórmula binacional, por assegurar a todos os cidadãos direitos humanos iguais, individuais e coletivos, quaisquer que sejam sua origem ou religião, é a que melhor corresponde ao ideal democrático e multicultural de diversos cidadãos do mundo” e ainda “permite também teoricamente encontrar respostas a um grande número de questões proeminentes desde o aborto do plano da ONU de partilha da Palestina e a expulsão de quatro quintos de seus habitantes árabes”, a chamada *Nakba*. Vidal complementa sua análise sobre a força dos argumentos em prol de um Estado binacional pela constatação de um “enredamento tipicamente colonial entre Israel e os territórios que ele ocupa”, que “parece por natureza desencorajar qualquer um que pretenda separá-los”²⁰.

Segundo a jurista Monique Chemillier-Gendreau, “a intransigência do governo de Israel e sua política feroz de colonização tornam cada dia mais inverossímil a própria possibilidade de criação de um Estado palestino viável e fizeram o processo entrar num impasse”²¹. Definindo a partilha da Palestina como o “maior fracasso das Nações Unidas”²², a jurista advoga que a Assembleia Geral da organização sequer “cometeu o erro de ‘proceder’ à partilha” porque “não tinha nenhuma autoridade para proceder a atribuição de território (qual artigo da Carta [de fundação] lhe dava semelhante autonomia?)”²³ e que “era esperado que essa ‘proposta’ não poderia receber o menor princípio de aplicação sem o acordo dos principais interessados, os detentores da soberania em potencial sobre o território, os palestinos.”²⁴ Para Chemillier-Gendreau, “se os dois povos e seus governos desejarem se unir em um Estado binacional, eles não farão nada além de ir no sentido da história”²⁵.

¹⁸ VIDAL, Dominique (org.), op. cit., p. 13.

¹⁹ Ibidem, p. 13 (tradução nossa).

²⁰ Ibidem, p. 13-14 (tradução nossa).

²¹ CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. “Aspects Institutionnels et Juridiques de la Reconnaissance Internationale de l’Etat de Palestine” in: VIDAL, Dominique (org.), op. cit. p. 25-26 (tradução nossa).

²² Ibidem, p. 28.

²³ Ibidem, p. 27 (tradução nossa).

²⁴ Ibidem, p. 28 (tradução nossa).

²⁵ Ibidem, p. 40 (tradução nossa).

Uma série de questionamentos nos leva a determinadas problematizações. Afinal, o que é um Estado binacional? Quais modelos de Estado binacional na Palestina foram e continuam sendo propostos por esses grupos, com relevância variável no debate político-intelectual? Como as propostas lidam com a Lei de Retorno (dos judeus) e o Direito ao Retorno (dos palestinos)? Segundo cada proposta, qual tipo de autonomia seria dada aos grupos nacionais num possível Estado binacional? Seriam estes modelos próximos de um federalismo dual ou de um sistema de cantões? Cantões no estilo suíço? Ou inspirados no desgastado modelo libanês? Como seriam garantidas a segurança e a manutenção de direitos nacionais, coletivos e identitários das comunidades? Como o conceito evoluiu e quem lhe foi ou é partidário? Quais as relações do binacionalismo com as ideologias – políticas ou mesmo religiosas – da região? Finalmente, quais as perspectivas do debate acerca da ideia de um Estado binacional, considerando o estado político da região?

PRECISÕES SOBRE OS TERMOS ESCOLHIDOS

Faz-se necessário, no início desta dissertação, esclarecer a escolha consciente do uso de determinados termos e nomes – e a consequente rejeição de outros. Temos ciência da impossibilidade da construção de um discurso absolutamente livre de posicionamentos e, por essa razão, nossa linha diretriz no momento de seleção dos nomes e termos preferencialmente utilizados foi, sempre que possível, a do Direito Internacional.

Em primeiro lugar, daremos preferência ao uso do nome “Palestina histórica” para a área que abarca o Estado de Israel em suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e o Estado da Palestina em suas fronteiras (parcialmente) reconhecidas internacionalmente; ou seja, Israel nas fronteiras do Armistício de 1949 (Linha Verde), e os chamados Territórios Palestinos, que incluem a integralidade da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém/al-Quds Oriental. Reconhecemos que esse termo se refere a um território definido, em linhas gerais, por potências imperialistas europeias – França e Inglaterra – em negociações que não envolveram as populações locais. A opção pelo uso limitado dos termos *Eretz Yisrael* ou “Terra de Israel” se dá não pela suposta ambiguidade do termo – que, como dito, também

poderia ser alegada para o uso de “Palestina histórica” –, mas pelo fato do constante uso de tal nome para incluir territórios anexados ilegalmente ao Estado de Israel, notadamente os territórios sírios das Colinas de Golã. Optamos igualmente por excluir do termo “Palestina histórica” ou “Eretz Yisrael” os territórios da antiga Transjordânia (atual Jordânia), separados do mandato britânico da Palestina, em 1922, durante a gestão Churchill à frente da Secretaria de Estado para as Colônias.

Seguindo o posicionamento oficial das organizações internacionais, notadamente a Organização das Nações Unidas e o Tribunal Internacional de Justiça, consideramos – e, conseqüentemente, usaremos os termos decorrentes desta perspectiva – que a integralidade dos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental) são territórios ocupados, tendo o Estado de Israel como potência ocupante.

Quando tratarmos dos territórios palestinos antes do reconhecimento do Estado da Palestina como Estado não-membro da Organização das Nações Unidas, em 29 de novembro de 2012, falaremos em Territórios Palestinos Ocupados (TPO): Cisjordânia (e não Judeia e Samaria), Faixa de Gaza e Jerusalém/al-Quds Oriental. Por outro lado, nos parece ainda impossível substituir plenamente “Autoridade Nacional Palestina” (ANP) ou Autoridade Palestina (AP) por “governo palestino”. Os três termos poderão, assim, ser encontrados para tratar da instituição que tem controle parcial sobre os territórios palestinos.

Sempre que possível, para evitar eventuais ambigüidades envolvendo os conceitos de “Palestina histórica”, “mandato da Palestina” e “Eretz Yisrael”, nos referiremos a Israel e à Palestina respectivamente como os atuais “Estado de Israel” e “Estado da Palestina”. Igualmente, para evitar ambigüidades, evitaremos o termo “fronteiras de 1967” para nos referir às fronteiras internacionalmente reconhecidas de Israel e da Palestina, definidas pelo Armistício de 1949; daremos preferência aos termos “fronteiras de 1949 a 1967”, “fronteiras de 1949”, “Linha do Armistício de 1949” ou “Linha Verde”, assim como suas possíveis pequenas variações.

Consideramos igualmente preferível explicitar termos como “árabes palestinos”, “judeus israelenses” e, eventualmente, “judeus palestinos”. Quanto aos chamados formalmente pelas instituições do Estado de Israel de “árabes israelenses”, optaremos pelos termos “árabes palestinos com cidadania israelense”, “palestinos-israelenses” ou sinônimos, em nome do respeito à autodefinição que nos parece mais difundida entre essas pessoas. Pelo menos desde os anos 80, cerca de

60% desses cidadãos do Estado de Israel se definiam como “palestinos” e apenas uma minoria se reconhecia como israelense²⁶.

Ao falarmos em “sionismo” ao longo do texto – com exceção de citações e/ou opiniões dos autores consultados –, estaremos nos referindo à definição ampliada desta ideologia. Segundo o historiador Zachary Lockman, o

sionismo não foi simplesmente um movimento nacionalista como os que apareceram no Leste Europeu, Ásia e África no fim do século XIX e início do século XX. Esses movimentos queriam a expulsão do poder colonial estrangeiro. O sionismo, em virtude de seu objetivo, foi compelido a ser um movimento colonizador, objetivando estabelecer uma entidade judaica na terra já habitada por outro povo, os árabes palestinos, que estavam começando a acordar para a consciência nacional. Tal iniciativa, empreendida face à crescente oposição indígena, exigiu a proteção e o apoio de uma das potências imperialistas. Ao final, ela obteve sucesso ao criar um Estado judeu na maior parte da Palestina, acompanhado da espoliação, expulsão e opressão do povo árabe palestino²⁷.

Em outra perspectiva, os também historiadores Arie Dubnov e Hanan Harif afirmam não existir “um ‘núcleo’ da ideia sionista ou uma *doxa* constituindo uma ideologia hermética”, tomando o sionismo “como um conjunto de ideias, como um agrupamento de vários tipos de visões utópicas, de programas políticos e de inspirações idealistas”²⁸. Aqui, buscaremos compreender o sionismo como um conjunto de ideologias. Apesar da imensidão de possíveis definições apresentadas e difundidas sobre o que seria o sionismo, vamos nos ater à ideia de que, em linhas gerais, o sionismo é a ideologia daqueles que partem do pressuposto de que os judeus constituem um povo, uma nação e/ou uma etnia (e não meramente um grupo religioso) e, como tal, são portadores de direitos nacionais – e que defendem a aplicação desses direitos. Temos consciência da complexidade de tratar de determinados movimentos e grupos denominados ou autodenominados “antissionistas” ou “pós-sionistas”, que, efetivamente, compartilham do pressuposto acima exposto e se opõem, em realidade, ao sionismo majoritário exclusivista²⁹ que se consolidou a partir dos anos 40.

²⁶ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don. “The Arabs in Israel” in: *The Journal of Conflict Resolution*, v. 26, n. 3, set 1982, p. 474

²⁷ LOCKMAN, Zachary. “The Left in Israel: Zionism vs. Socialism” in: *MERIP Reports*, n. 49, jul. 1976, p. 3 (tradução nossa).

²⁸ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan. “Zionisms: Roads not Taken on the Journey to the Jewish State” in: *Ma’arav*, 29 abr. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-dubnov-harif>>. Acesso em: 2 jan. 2016 (tradução nossa).

²⁹ Que defende a ideia de um Estado exclusivamente judeu.

Temos consciência que o uso dos termos “binacionalismo” e “binacionalista” pode levar à ambiguidade, fazendo possivelmente crer que se trata de uma forma de nacionalismo. Optamos, porém, em usá-los, mas com moderação, por uma questão prática: a ausência de termos mais apropriados que definam “a ideia de um Estado que reconheça e conceda iguais direitos coletivos a duas nações dentro de seu território” e “os indivíduos ou grupos que aderem a essa ideologia”.

Ao nos referirmos à “solução de um Estado” (*One-State Solution*) e à “solução de dois Estados” (*Two-States Solution*), trataremos de soluções que proponham o estabelecimento efetivo, respectivamente, de uma ou duas constituições estatais independentes e soberanas. Soluções que sejam traduzidas pela continuação da existência de um único Estado e a criação de um autogoverno semiautônomo, sob jurisdição territorial e securitária e sob controle direto deste único Estado soberano – ainda que com liberdade política para assuntos próprios, sobretudo administrativos – em moldes semelhantes ao de um protetorado, de uma colônia ou de um bantustão, serão consideradas soluções de um Estado, ainda que seus defensores digam o contrário. Como definem os geógrafos Newman e Falah, a “autonomia não é equivalente à soberania ou à independência e governos autônomos não deveriam esperar ser imunes às influências do governo central” ainda que “autonomia seja mais do que simplesmente uma forma de governo local”³⁰.

AS ESPECIFICIDADES DO ESTADO BINACIONAL

Parece-me importante definir os limites do que se entende por “Estado binacional” e por “binacionalismo” e diferenciar esses termos de outros que comumente com esses são confundidos. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a proposta de um Estado binacional na Palestina histórica não significa simplesmente a instituição de um Estado único nos territórios internacionalmente reconhecidos do Estado de Israel e do Estado da Palestina, ainda que essa confusão seja frequente na mídia e no discurso político, sobretudo em Israel.

³⁰ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi. “Bridging the Gap: Palestinian and Israeli Discourses on Autonomy and Statehood” in: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 22, n. 1, 1997, p. 112 (tradução nossa).

Para a socióloga Tamar Hermann, o binacionalismo “carrega significados diferentes para diferentes grupos étnico-nacionais, em função principalmente de sua posição relativa na estrutura de poder”³¹. Segundo a autora,

Em um nível mais técnico, o termo binacional refere-se a um país ou território em que a duas, e apenas a duas culturas nacionais, é oferecido lugar de destaque, com direitos juridicamente enraizados para o controle das parcelas de recursos do Estado, posições de autoridade, símbolos etc. [...] No plano material, no entanto, ele reflete o reconhecimento mútuo das demandas legítimas das duas coletividades etno-nacionais sobre a terra. [...] O binacionalismo *de facto* é uma situação 'real', muitas vezes não planejada, que evolui quando uma unidade territorial é coabitada por duas coletividades com identidades nacionais separadas. A menos que uma ou ambas as coletividades desenvolvam reivindicações exclusivas sobre este território, a situação binacional pode permanecer latente, mesmo imperceptível, por um longo tempo. No entanto, se e quando tais reivindicações são apresentadas, um conflito étnico-nacional, provavelmente violento, é altamente suscetível de se desenvolver. Se, no entanto, as reivindicações não são mutuamente exclusivas, em casos raros os lados em vez disso podem se contentar em um estágio inicial abaixo do total controle sobre a terra, e optar por um quadro político binacional. No entanto, na maioria dos casos, essa solução só é alcançada após o custo de um confronto violento mostrar ser insuportavelmente alto.³²

Hermann diferencia cinco variantes de Estado único que poderiam ser aplicadas ao caso israelo-palestino, dos quais apenas dois representam um modelo binacional. Segundo a autora, o binacionalismo pode assumir formas *de facto* binacional, “sem refletir uma noção política binacional” e formas *de facto* e *de jure*.

Um primeiro modelo desenhado por Hermann seria o de um Estado único onde prevaleceria o poder de uma coletividade nacional sobre a outra, com a coletividade nacional dominante não acordando à outra nenhum direito coletivo. Uma segunda possibilidade seria a de um Estado único onde um grupo nacional/étnico não dominante possuiria um certo grau de autonomia, alguns direitos humanos e civis, mas sem direitos políticos coletivos – estes reservados apenas ao grupo dominante. O terceiro modelo de Estado único não-binacional seria o de uma democracia liberal clássica, com o princípio de “uma pessoa, um voto”, sem que qualquer grupo nacional tenha direitos políticos coletivos, sem instituições ou lealdades étnicas ou religiosas. Esses seriam os três modelos de uma situação *de facto* binacional, mas não *de jure*³³.

Os outros dois modelos apresentados por Hermann são definidos como binacionais *de facto* e *de jure*. E serão esses modelos que considerarei, ao longo do

³¹ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 382-383 (tradução nossa).

³² Ibidem, p. 382-383 (tradução nossa).

³³ Ibidem, p. 383-384

texto, como ideias binacionais, diferenciando, sempre que possível, realidade binacional (a existência de duas nações num mesmo território) e a ideia de um Estado binacional. O primeiro desses modelos apresentados por Hermann é o de um Estado único com um quadro institucional

fundado na paridade nacional na qual não apenas os membros dos dois grupos nacionais possuem garantia de direitos humanos e civis, mas também os dois grupos enquanto tais gozam de direitos políticos coletivos, independentemente de seu tamanho numérico.³⁴

O segundo modelo de possível Estado binacional ou multinacional descrito por Hermann é o da chamada democracia consociativa, inspirado nos escritos de Arend Lijphart sobre política consensual e mecanismos institucionais com os quais sociedades segmentadas poderiam construir e desenvolver uma democracia estável, como no caso da Suíça ou da África do Sul. Segundo Hermann,

uma democracia consociativa é hoje o sistema político mais refinado. Ela reconhece os direitos coletivos étnico-nacionais e, em algum arranjo cantonal ou outro acordado pelas elites das duas coletividades nacionais, garante que ambos os grupos possuam uma fração justa dos poderes políticos³⁵

Segundo Oren Yiftachel, dos estudos do cientista político Arend Lijphart e do filósofo político Will Kymlicka desprende-se que

em políticas multiétnicas ou multinacionais, [...] uma certa paridade, um certo reconhecimento e uma certa proporcionalidade entre as coletividades étnicas é um pré-requisito para a estabilidade e a legitimidade democráticas. Embora nenhum Estado tenha implementado estes princípios plenamente, e, portanto, nenhum é uma democracia plena, regimes etnocráticos primam em infringir a maioria dos princípios da democracia³⁶.

Segundo Lijphart o sucesso de um modelo de democracia consociativa depende da habilidade dos líderes das comunidades étnico-nacionais da entidade em reconhecer os perigos da fragmentação do sistema, o que os leva a se comprometer com a manutenção do sistema e com a matização das clivagens étnicas e religiosas, colocando em prática conjuntamente soluções para as demandas das comunidades³⁷.

³⁴ Ibidem, p. 384 (tradução nossa).

³⁵ Ibidem, p. 383-384 (tradução nossa).

³⁶ YIFTACHEL, Oren. "Ethnocracy and its discontents: minorities, protests and the Israeli polity" in: *Critical Inquiry*, v. 26, n. 4, 2000, p. 732 (tradução nossa).

³⁷ LIJPHART, Arend. "Typologies of democratic systems" in: *Comparative Political Studies*, abr. 1968, p. 3-44.

Para que esse sistema funcione, o nacionalismo de ambas as comunidades precisa ser moderado; “os palestinos deverão ter motivos para parar de temer que os judeus israelenses possam dominá-los culturalmente e os judeus precisariam ser assegurados que mudanças demográficas não levem a uma dominação palestina”³⁸.

O cientista político israelense Dubi Kanengisser distingue Estados poliétnicos – com grandes minorias criadas pela migração – de Estados multinacionais – onde duas ou mais nações são constituídas lado a lado³⁹. Segundo Kymlicka, em *Multicultural Citizenship*, “Estados multinacionais não podem sobreviver sem que seus vários grupos nacionais tenham fidelidade à mais ampla comunidade política em que coabitam”⁴⁰.

Ahmad Samih Khalidi define o binacionalismo na Palestina histórica como “um igual e acordado compartilhamento de toda a terra [da Palestina histórica] entre dois povos [...] na base da igualdade entre seus cidadãos independente da etnia ou da origem nacional/religiosa”⁴¹. Também de uma forma menos técnica, a Associação Ihud (União), trouxe uma definição, em 1946, que nos parece igualmente pertinente:

Em um país binacional, as duas nações têm igual liberdade e independência, igual participação no governo e igual representação, e um povo não será mais forte que o outro. Eles devem tornar o país um país de nacionalidades. Isso é completamente diferente de um país nacionalista⁴².

Modelos de Estado binacional podem surgir de diversos arranjos. Um único Estado unitário binacional representaria uma única entidade reconhecendo, em sua totalidade, os direitos coletivos de duas comunidades em seu interior. Uma federação binacional constituiria um único Estado e, internamente, seria formada por duas ou mais entidades com um variável grau de autonomia, podendo cada uma delas reconhecer os direitos coletivos de uma ou eventualmente das duas comunidades. Assim, uma federação binacional israelo-palestina, por exemplo, poderia ser formada por apenas dois Estados (ou duas províncias ou dois cantões ou dois departamentos ou qualquer outra denominação), um judeu e um árabe. Uma

³⁸ TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal. “A Binational State in Palestine - The Rational Choice for Palestinians and the Moral Choice for Israelis” in: *International Affairs*, v. 73, n. 1, jan. 1997, p. 50 (tradução nossa)..

³⁹ KANENGISSE, Dubi. *Bi-Nationalism in Israel/Palestine: Unbearable? Desirable? Inevitable?* In: ASSOCIATION FOR ISRAEL STUDIES’ 26TH ANNUAL CONFERENCE, Toronto, mai. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kanengisser>>. Acesso em: 2 jan. 2016, p. 5.

⁴⁰ KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 13 (tradução nossa).

⁴¹ KHALIDI, Ahmad Samih. “After Oslo” in: *Prospect*, out. 1998, p. 35 (tradução nossa).

⁴² BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 9 (tradução nossa).

divisão em um número maior de divisões administrativas judaicas e árabes e, eventualmente, mistas seria igualmente possível. Na terminologia contemporânea, dois Estados independentes e soberanos que formem uma unidade compõem uma confederação. Embora a Suíça seja formalmente definida como uma “confederação”, ele se enquadra no modelo contemporâneo de federação.

Em minha análise, buscarei entender a ideia de um Estado binacional quando ela for descrita nesses termos e quando ela for enquadrada nas definições de Hermann sobre Estados binacionais *de facto* e *de jure*. Houve um esforço para não cair nas armadilhas de tentar imaginar planejamentos e estratégias do tipo “plano de etapas” de toda uma comunidade nacional, de modo a usar o Estado binacional para fazer uma limpeza étnica da outra comunidade nacional presente na Palestina histórica. Não seguirei a linha argumentativa de Benny Morris em relação aos palestinos que defendem a ideia binacional, segundo o qual os palestinos defensores da ideia binacional o fazem de forma desonesta e interessada – e não ideológica⁴³ –, e nem usarei a mesma lógica para duvidar da honestidade das propostas binacionais por parte de judeus e/ou israelenses. Ainda que consciente da impossibilidade de uma absoluta neutralidade na escrita da história, buscarei ser objetivo o suficiente e não adjetivar ou valorar a ideia ou as propostas ao longo da história que correspondam à ideia de um Estado binacional na Palestina histórica, como o fazem muitos dos estudiosos do tema. Em minhas considerações finais, abordarei minha opinião sobre a aplicabilidade da ideia.

⁴³ MORRIS, Benny. *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. Yale University Press, 2009.

1. 1896-1948 – DO SURGIMENTO DO SIONISMO POLÍTICO À CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

A publicação de *Der Judenstaat*, comumente traduzido em português como *O Estado Judeu*, do jornalista austro-húngaro Theodor Herzl, em 1896, é considerada o marco inicial do chamado sionismo político. O ciclo de uma primeira etapa do sionismo político se encerrou com a criação, em 1948, do Estado de Israel, definido no ato de sua fundação, como um Estado judeu. É importante notar que, quando eu falar, aqui, de sionismo político, estarei me referindo a um movimento institucionalizado a partir do livro de Herzl, de 1896, e da subsequente criação da Organização Sionista Mundial em 1897, durante o Primeiro Congresso Sionista, na cidade suíça da Basileia. O chamado sionismo prático, ainda pouco institucionalizado, entretanto, já existia antes da espécie de conversão de Herzl, antes um assimilacionista convicto, ao sionismo.

Quando o primeiro congresso sionista ocorria na Suíça, o movimento Hibbat Zion, que defendia o renascimento de uma vida judaica na Palestina, já havia criado assentamentos na região. Em 1878, judeus religiosos europeus fundavam o assentamento de Petah Tikva e, no começo dos anos 1880, judeus do Leste Europeu fugindo dos pogroms do Império Russo migravam para a Palestina sob domínio otomano e ali instalavam comunidades, como as que deram origem às cidades de Rishon LeZion e Gedera, próximas à cidade portuária de Jafa, de Zikhron Ya'akov, próxima de Haifa, e de Rosh Pinna, na região de Safed. Judeus iemenitas completam a lista dos precursores da Primeira *Aliyah* e a formação do chamado novo *Yishuv*, a comunidade judaica sionista recém-instalada na Palestina.

É importante notar, por um lado, que o sionismo não era – e segue não sendo – uma unanimidade entre os judeus, tanto da diáspora quanto da Palestina. Como lembra o historiador Zeev Sternhell, até 1924, quando os “Estados Unidos fecharam suas portas, apenas 50.000 dos 2.400.000 judeus deixando o Leste Europeu tomaram o caminho da Palestina” e, ainda assim, “muitos desses se mostraram inaptos a se adaptar às condições difíceis de vida dali e deixaram o país”⁴⁴. Mesmo entre os que migraram para a Palestina, determinados se reuniram em grupos marcados pelo antissionismo, como parte dos judeus religiosos que, desde o século

⁴⁴ STERNHELL, Zeev. “Zionism’s Secular Revolution”. In: *Le Monde Diplomatique*, mai. 1998 (tradução nossa).

XIX reagiam às ideias de Moses Hess, Leo Pinsker e do próprio Theodor Herzl. Essa oposição religiosa é marcada pela oposição à ideia de que judeus formem uma nação⁴⁵. Originalmente liderada por nomes como os dos rabinos Samson Raphael Hirsch e Joseph Hayyim Sonnenfeld, essa oposição se aglutinou em grupos como o Agudat Israel e o Neturei Karta, que declarou não aceitar “um Estado sionista, nem se os árabes aceitarem”⁴⁶. Ainda hoje, membros do Neturei Karta recusam a cidadania israelense e negam a cultura hebraica moderna. O sionismo político é visto, por estes grupos, numa perspectiva antimessiânica, como uma apostasia, um movimento destruidor da religiosidade⁴⁷.

Mesmo dentro do movimento sionista, as ideias de Herzl não foram apoiadas sem oposição. Nathan Birnbaum – também austríaco, fundador da associação estudantil judaica Kadima e do periódico *Selbst-Emancipation!*, uma referência aos escritos do judeu russo Leon Pinsker⁴⁸ –, por exemplo, divergia fortemente da estratégia defendida por Herzl de um engajamento na alta diplomacia e na negociação com as potências mundiais, deixando o “renascimento cultural judaico” em segundo plano. Para Birnbaum, a língua e a cultura ídiches, renegadas pelo grupo de Herzl a favor de um renascimento do hebraico, representavam a essência nacional judaica. A partir de 1908, Birnbaum passou a se distanciar do sionismo político e promover um nacionalismo judaico alternativo, o chamado “nacionalismo galut”⁴⁹ ou “nacionalismo da diáspora”.

No Leste Europeu, onde, na virada do século XIX para o século XX estavam as maiores comunidades judaicas do continente, *pogroms* (massacres), discriminação e antissemitismo, tolerados ou mesmo estimulados pelos governos locais empurraram os judeus para a busca de segurança, através da migração, do sionismo ou outras formas de organização coletiva, além da imigração individual ou familiar. O Bund, Partido dos Trabalhadores Judeus, foi uma dessas organizações. Este via o socialismo combinado com uma “autonomia nacional-cultural não-territorial” judaica como solução para as comunidades. Em seu Quarto Congresso, em 1901, o Bund definiu o sionismo como uma “reação da burguesia judaica”, dando pouca importância à demanda territorial e classificando a pretensão de assentar toda

⁴⁵ GLASS, Charles. “Jews against Zion: Israeli Jewish anti-zionism” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 5, n. 2, 1975-1976, p. 57-58

⁴⁶ Ibidem, p. 58 (tradução nossa).

⁴⁷ Ibidem, p. 59-60

⁴⁸ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

⁴⁹ Ibidem.

ou a maioria da população judaica num só local como um “sonho vão” ou uma “utopia”⁵⁰. No mesmo período, a maioria dos partidos socialistas europeus costumava rejeitar o nacionalismo judeu⁵¹.

Entre o sionismo predominantemente secular e a ortodoxia religiosa predominantemente antissionista, se desenvolveu um novo tipo de sionismo: o sionismo religioso. Em 1902, foi criado por judeus religiosos, com a liderança do rabino Isaac Jacob Reines, o Merkaz Ruhani (Mizrahi), uma organização sionista religiosa que defendia que o caráter religioso deveria ser o centro do sionismo e embrião do primeiro partido sionista institucionalizado. Durante as primeiras décadas do século XX, organizações ligadas ao sionismo religioso, baseando-se na ideia de que a Terra de Israel seria por direito (inalienável e divino) dos judeus, buscaram conciliar os princípios do sionismo com os da Torá e, não raro, divergiram fortemente de estratégias do *mainstream* do sionismo político.

Embora o sionismo político fosse, então, minoritário entre judeus, o Congresso da Basileia marcou um esforço de institucionalização, hierarquização, racionalização e criação de uma ação estratégica de um movimento que foi capaz, em 50 anos, de angariar legitimidade na arena política internacional e de criar um Estado. Este período, que inclui o longo processo entre seu nascimento, em 1896, e a consolidação do que se tornou o objetivo do sionismo político, o Estado judeu, em 1948, é marcado por uma imensidão de discussões sobre o futuro do movimento, passando pelo local onde deveria ser concretizado o projeto de estabelecimento de um Estado ou um lar nacional para os judeus até a estratégia para tal empreitada. Dentro do sionismo, nas primeiras décadas do século XX, os longos debates foram se polarizando e aglomerando quatro grandes grupos, sobretudo a partir do fim da Primeira Guerra mundial: os trabalhistas, liderados por David Ben-Gurion; os revisionistas, de Ze'ev Jabotinsky; os centristas, sob o comando de Chaïm Weizmann; e os binacionalistas, objeto central deste estudo.

Dentro dos círculos sionistas, no período anterior à criação do Estado de Israel, pelo menos quatro grupos principais aglutinaram os defensores de uma solução binacional: o Brit Shalom, o Ihud, o HaShomer HaTzair e a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas. Além destes grupos, uma quantidade, difícil de mensurar, de indivíduos não-organizados politicamente, entre

⁵⁰ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 4.

⁵¹ Ibidem, p. 4.

judeus, árabes-palestinos e “elementos externos” – sobretudo intelectuais e membros das instituições dirigentes britânicas durante o período do Mandato da Palestina, além do corpo diplomático de alguns países, notadamente da URSS –, viam com bons olhos a ideia de um Estado binacional. Mesmo dentro do *mainstream* dirigente sionista, pelo menos até a guinada de Biltmore, em 1942, o binacionalismo era uma corrente influente. Entre os árabes-palestinos, o período foi marcado por uma fraca organização política popular, o que torna difícil compreender onde poderiam estar localizados aqueles que apoiariam um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina.

As ondas migratórias judaicas, impulsionadas, por um lado, pelo sionismo e, por outro, pelo contínuo antissemitismo europeu, e pelas estratégias da liderança sionista majoritária – de estimular a imigração via negociações preferenciais com a autoridade colonial, passando cada vez menos pelas lideranças locais (ou demonstrando algum esforço em negociar com lideranças árabes de outras regiões), e de criar uma sociedade judaica em paralelo à (e não integrada à) sociedade árabe-palestina – são algumas das fontes de animosidade das massas árabes que fez eclodir levantes contra a presença judaica.

Para melhor compreender a evolução da ideia um Estado binacional na Palestina histórica entre 1896 e 1948, é preciso entender as três grandes tendências relativas a essa proposta, que dividem esse capítulo: um processo inicial de não-oposição a uma terra compartilhada, marcado pelo foco dado pela liderança sionista à consolidação do movimento e ao processo migratório; o surgimento e a consolidação da ideia de uma Palestina binacional propriamente dita; o levante nacional árabe-palestino nos anos 30 e o crescimento em força das ideias revionistas, estatistas e de partilha. Por fim, o ano de 1947 marca uma espécie de última batalha entre os binacionalistas e o sionismo majoritário, convertido ao estatismo, desde 1942, e convencido da solução da partilha do mandato da Palestina.

1.1 A NÃO-OPOSIÇÃO A UMA TERRA COMPARTILHADA

Considerado um documento fundante na legitimação do Estado de Israel, a Declaração Balfour, de 1917, como repetidamente se lembra, usava termos ambíguos em seu posicionamento favorável aos planos sionistas. Declarando que o governo britânico tinha “simpatia quanto às aspirações sionistas” e encarava “favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o povo judeu”, empregando para isso “todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo” sem contudo “atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país”⁵², a declaração do secretário britânico de assuntos estrangeiros se inseria no discurso sionista e pró-sionista pouco claro sobre os objetivos a serem alcançados na Palestina histórica. Em princípio, não parecia haver formalmente, no documento, nada que se opusesse à ideia de uma terra compartilhada entre judeus e árabes palestinos.

O texto da declaração Balfour foi incluído em sua quase integralidade no preâmbulo dos termos do Mandato da Palestina elaborado pela Sociedade das Nações (SDN) em 1922. Sempre falando em “lar nacional para o povo judeu”, os artigos do documento tratam da “salvaguarda dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independente de raça ou religião” (art. 2º), do favorecimento às “autonomias locais” (art. 3º), da integridade territorial “contra qualquer perda [...] de toda ou qualquer parte do território” (art. 5º), da “aquisição da nacionalidade palestina” pelos imigrantes judeus (art. 7º), da igualdade de “tratamento entre os habitantes da Palestina, independentemente de raça, religião ou língua” (art. 15), do estabelecimento do inglês, do árabe e do hebraico como línguas oficiais do mandato (art. 22) e do “reconhecimento dos dias santos das diferentes comunidades como dias de descanso legal para as ditas comunidades” (art. 23), incluindo-se assim numa lógica – ao menos formal – de não dividir a Palestina e nem de privilegiar um ou outro grupo étnico-nacional, buscando oficialmente um equilíbrio na concessão e no reconhecimento de direitos⁵³.

⁵² REINO UNIDO. *Balfour Declaration*, 1917. Disponível em: < <http://tinyurl.com/1ebn-balfour>>. Acesso em: 15 jun. 2014 (tradução nossa).

⁵³ SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Mandate for Palestine*, 12 ago. 1922. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/2FCA2C68106F11AB05256BCF007BF3CB>>. Acesso em: 15 jun. 2014 (tradução nossa).

Os próprios escritos de Theodor Herzl não negavam, formalmente, uma terra compartilhada entre os judeus e os habitantes da terra onde o novo Estado deveria nascer. Seu romance utópico *Altneuland* (literalmente “Velha Nova Terra”, traduzida em hebraico como “Tel Aviv”) previa uma convivência pacífica entre judeus e árabes na Palestina, com estes últimos percebendo o benefício do retorno dos judeus à Terra Santa. Até mesmo o livro fundante do sionismo político, em seu próprio título original, *Der Judenstaat*, literalmente “Estado dos judeus” – e não “Estado judeu”, a tradução mais difundida – não definia o Estado a ser criado como exclusivamente judeu.

Por essa razão, dentro do movimento sionista, com exceção sobretudo do revisionismo de Ze’ev Jabotinsky, até a virada de 1942 com o Programa de Biltmore, o discurso predominante não abordava abertamente a ideia de um Estado judeu. Uma definição dos princípios sionistas “irredutíveis” apresentados por Martin Buber, um binacionalista, como necessários para constituir um “lar nacional judeu” – termo predominante usado institucionalmente pela Organização Sionista Mundial (OSM) até então – não significariam, em última instância, uma partilha da Palestina histórica:

Primeiro: liberdade para adquirir solo em quantidade suficiente para levar a uma conexão renovada com a forma primordial de produção, do qual o povo judeu foi apartado por muitos séculos e sem o qual nenhuma produtividade espiritual e social original pode surgir.

Segundo: um influxo poderoso permanente de colonos, especialmente dos jovens que desejam se estabelecer aqui, com o objetivo de incessantemente fortalecer, ampliar e revitalizar o trabalho de reconstrução e para protegê-lo dos perigos [...]

Terceiro: autodeterminação da comunidade judaica sobre seu modo de vida e a forma de suas instituições, bem como uma garantia para o seu desenvolvimento sem obstáculos como uma comunidade⁵⁴.

As ideias acima apresentadas por Buber em nada se chocavam com o discurso do sionismo majoritário do início do século XX. Isso se deu porque a tendência majoritária dentro do sionismo preconizava, inicialmente, a construção de uma sociedade judaica completa, com todos seus setores econômicos, na Palestina, que levaria, apenas posteriormente, ao estabelecimento das instituições tradicionais de um Estado soberano. O revisionismo de Jabotinsky, por outro lado, enxergava a necessidade de construção dessas instituições, notadamente as militares, na Palestina histórica e mesmo no seio das comunidades judaicas da diáspora.

⁵⁴ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 34 (tradução nossa).

Fora do sionismo majoritário, outras ideias minoritárias surgiram nesse período. O escritor e poeta, antigo socialista e judeu aculturado, Eugen Hoeflich, por exemplo, propunha uma visão alternativa, um “sionismo pan-oriental”, lançado oficialmente em 1917, em Viena, com o apoio de um pequeno grupo de intelectuais. O princípio do sionismo pan-oriental baseava-se na ideia de que os judeus e o judaísmo deveriam ser vistos como parte do mundo asiático. Nos anos 20, próximo dos círculos binacionalistas, Hoeflich acreditava que uma “Palestina binacional para árabes e judeus” seria absorvida em uma união continental muito maior. Em 1927, Hoeflich migra para a Palestina e adota o nome hebraico de Moshe Ben-Yaacov Gavriel⁵⁵.

Em uma linha semelhante, em 1903, Yehoshua Radler Feldmann, conhecido como rabino Binyamin, cunhou o termo *panshemiyut* (“pan-semitismo”) para definir um sionismo capaz de reunir a “restauração à terra bíblica” e “um renascimento conjunto, cultural e religioso, de judeus e árabes”⁵⁶. Segundo os historiadores Arie Dubnov e Hanan Harif, o “pan-semitismo não era apenas uma ideologia pacifista”, mas também a “demanda corajosa de promoção de uma fraternidade entre árabes e judeus em todo o Oriente Médio” convicta de que um sionismo “viável e verdadeiro” seria “essencialmente um sionismo baseado em uma reconexão física, geográfica, mental e espiritual profunda dos judeus com o Oriente semita e seus habitantes”⁵⁷. Para o rabino Binyamin, árabes e judeus compartilhavam uma ascendência bíblica e “uma composição mental, cultural e religiosa profundamente semelhante”, configurando-se como “nações irmãs” divididas artificialmente pelo “nacionalismo chauvinista” moderno⁵⁸. Como Dubnov e Harif bem definem, o pan-semitismo (como a maioria dos movimentos nacionalistas “pan”) configura-se como o paradoxo de um nacionalismo antinacionalista⁵⁹, um paradoxo, de algum modo, compartilhado pelos sionistas binacionalistas que surgiram logo depois.

A chamada “questão árabe” – em suma, a forma como os sionistas deveriam lidar com as populações árabes da Palestina histórica – já se desenhava no começo do século. Num primeiro momento, uma perspectiva romântica da “questão árabe” previa um encontro fácil e amistoso entre dois povos semíticos na Terra Santa. A

⁵⁵ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

⁵⁶ Ibidem (tradução nossa).

⁵⁷ Ibidem (tradução nossa).

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

perspectiva simplista de proximidade étnica, entretanto, logo trouxe decepções. Moshe Smilansky, escrevendo com seu pseudônimo árabe, Hawaja Mussa, expressou seu lamento, em 1913:

Depois de trinta anos de colonização [na Palestina], nós, que somos próximos dos árabes em termos de raça e de sangue, permanecemos estranhos a eles, enquanto seus inimigos, que constantemente aguardavam a sua queda, a fim de tirar proveito dela, conseguiram ganhar a sua confiança e ser admitidos nos aspectos mais íntimos de sua vida. Éramos estranhos a eles e seus problemas [...]. Durante os 30 anos em que estivemos aqui não são eles que permaneceram estranhos a nós, mas nós a eles⁶⁰.

Najib Azuri, intelectual árabe palestino, escreveu pouco tempo após o lançamento de *O Estado Judeu* de Herzl aquilo que o historiador e jornalista israelense Simha Flapan chamou de “primeiro manifesto sobre o nacionalismo árabe, concentrado na questão palestina”, prevendo para as décadas seguintes um embate entre os dois nacionalismos, o árabe-palestino e o judeu-sionista no Oriente Médio.⁶¹

Mas a “questão árabe” aparecia apenas raramente no discurso sionista das primeiras décadas do movimento e, quando aparecia, era inicialmente sob uma perspectiva majoritariamente (e pelo menos formalmente) conciliadora. Mesmo Ben-Gurion, geralmente visto pelos críticos de sua ação política como um líder sionista atingido por uma certa “miopia em relação à questão árabe”⁶², escreveu que era preciso reconhecer que

há milhares de anos um grande número de árabes vive na Palestina, que seus pais e os pais de seus pais nasceram aqui e que a Palestina é seu país, onde eles querem seguir vivendo no futuro. Nós precisamos aceitar esse fato com amor [...]. Isso constitui a base para um entendimento genuíno entre nós e os árabes⁶³.

Apesar do progressivo reconhecimento da “questão árabe” dentro do movimento sionista, o *mainstream* do movimento mantinha-se pouco interessado em promover um debate aprofundado sobre ela, contentando em esperar esperançosamente que as “massas árabes” pudessem “eventualmente reconhecer

⁶⁰ SMILANSKY, Moshe. “Our Deeds”, 1913, in: SCHWEID, E. (ed.), *The Confrontation with the Arab Problem*, p. 52 apud BUBER, Martin. *A Land of Two Peoples*, Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 5 (tradução nossa).

⁶¹ FLAPAN, Simha. “Israelis and Palestinians: can they make peace?” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 15, n. 1, 1985, p. 19-20

⁶² BUBER, Martin. *A Land of Two Peoples*, Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 6 (tradução nossa).

⁶³ BEN-GURION, David. “The Foreign Policy of the Jewish Nation” apud BUBER, Martin, op. cit., p. 6 (tradução nossa).

os benefícios materiais trazidos pela colonização sionista da Palestina”⁶⁴. Ao invés de conquistar primeiro a simpatia e confianças da população autóctone, esperava-se que ela viria no futuro. Segundo Paul R. Mendes-Flohr,

[a] maioria dos líderes sionistas [...] concluiu que a política sionista, que deve servir as necessidades e interesses do povo judeu em primeiro lugar, infelizmente, não pode permitir que os dilemas morais inerentes à questão árabe afetem de maneira fundamental as prioridades políticas do movimento. Buber discordava desta conclusão, e argumentava que a política sionista pode, e deve acomodar uma resposta direta às questões morais suscitadas pela questão árabe⁶⁵.

Em 1930, Chaïm Weizmann, presidente da Organização Sionista Mundial concebia a Palestina como um país de duas nações, com direitos iguais, escrevendo que

A Palestina deve ser compartilhada por duas nações: uma já com plena força, enquanto da outra até agora apenas uma mera vanguarda conseguiu alcançá-la. Os árabes são os *beati possidentes* [abençoados pela posse]. Enquanto nós temos de defender os direitos daqueles *qui ont toujours tort* [que estão sempre errados]⁶⁶.

Ao menos até 1944, Martin Buber declarava – sem ser contestado – que até mesmo Ben-Gurion não queria a partilha⁶⁷. Segundo Flapan, durante o período do Mandato, a liderança sionista “absteve-se de uma política de violência e opressão”, pelo menos oficialmente. Nos discursos, não se enfatizava “um Estado ou poder, mas a imigração, o assentamento [*settlement*], e a construção de uma nova sociedade imbuída de valores judaicos, universais, humanos, morais e pelo espírito de igualdade e justiça social”⁶⁸.

Ben-Gurion, em 1925 declarava que a “Palestina será do povo judeu e dos árabes vivendo nela”; em 1927 que “nós não temos o direito de discriminar qualquer criança árabe, mesmo que possamos atingir tudo o que desejamos” e que “nosso trabalho não pode ser baseado na privação de direitos de quem quer que seja”⁶⁹. Weizmann, em 1931 afirmou não ter “nenhuma simpatia ou entendimento a favor da demanda por uma maioria judaica [na Palestina]. O mundo vai interpretar essa

⁶⁴ BUBER, Martin, op. cit., p. 8 (tradução nossa).

⁶⁵ BUBER, Martin, op. cit., p. 7 (tradução nossa).

⁶⁶ WEIZMANN, Chaïm. “Letter to James Marshall”, 17 jan. 1930 apud BUBER, Martin, op. cit., p. 11 (tradução nossa).

⁶⁷ BUBER, Martin, op. cit., p. 167.

⁶⁸ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 23 (tradução nossa).

⁶⁹ COHEN, Aharon. *Israel and the Arab World*. Nova Iorque: Fung & Wagnalls, 1970, p. 248 apud GENDZIER, Irene L. “Palestine and Israel: The Binational Idea” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 4, n. 2, 1975, p. 30 (tradução nossa).

demanda em apenas um sentido, que nós queremos adquirir uma maioria, a fim de expulsar os árabes"⁷⁰.

Segundo a cientista política Irene Gendzier, da Universidade de Boston, embora nem todos os sionistas pensassem ou falassem abertamente em termos de um Estado, a maioria da liderança sionista concordava sobre a necessidade de formar uma maioria judaica na Palestina, embora estivessem “convencidos de que os interesses reais dos movimentos de libertação nacional judaica e árabe eram compatíveis e complementares, e poderiam, portanto, ser realizados de forma harmoniosa”⁷¹.

A exceção vinha dos setores revisionistas, que estavam “na oposição, excluídos dos organismos do processo decisório do movimento sionista”⁷², este dominado pelas “lideranças liberais”, onde “os binacionalistas humanistas e os socialistas de grande estatura exerciam considerável influência”⁷³. Frente a isso, como testemunham os documentos oficiais do movimento sionista, segundo os estudos de Flapan, “o princípio da não-dominação foi reiterado por quase todos os congressos sionistas; propostas de um conselho legislativo e paridade no governo foram, por vezes, seriamente consideradas, embora nunca adotadas como um programa de ação”⁷⁴.

1.2 A IDEIA DE UM ESTADO BINACIONAL

A partir da Declaração Balfour, em 1917, do fim da Primeira Guerra mundial, com a derrota do Império Otomano, em 1918, e o processo de estabelecimento do Mandato Britânico da Palestina, entre 1920 e 1923, o sionismo político e seu objetivo de um Estado dos judeus se fortaleceram. É durante o período da Palestina do Mandato que surgem, entre judeus sionistas, as primeiras vozes que, pouco a pouco, se organizam e falam de um Estado binacional, nesses termos, para árabes e judeus na Palestina, entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo. Segundo Gendzier,

⁷⁰ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 30 (tradução nossa).

⁷¹ Ibidem, p. 29-30 (tradução nossa).

⁷² FLAPAN, Simha, op. cit., p. 23 (tradução nossa).

⁷³ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

⁷⁴ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

no período do Mandato os defensores de uma solução binacional “encararam uma trabalhosa batalha entre seus colegas do movimento sionista”⁷⁵.

Ainda que tenham sido institucionalmente uma minoria⁷⁶, muitos foram os nomes da diáspora judaica e/ou do sionismo, sobretudo da esquerda socialista, entre indivíduos e grupos, que aderiram à ideia de um Estado binacional para conciliar as demandas sionistas e árabes-palestinas, sob o princípio de não-dominação. Entre os instalados e ativos na Palestina, estavam Martin Buber, Mordekhai Bentov, Aharon Cohen, Haim Margolis Kalvaryski, Moshe Smilansky, Pinhas Rutenberg, Moshe Novomeysky, Gad Frumkin, Hugo Bergmann, Justice Joseph, Judah L. Magnes, Moshe Valero, Hans Kohn, Yaacov Thon, Edwin Samuel, Avraham Katznelson, Gershom Scholem e Henrietta Szold, além dos grupos HaShomer HaTzair, Brit Shalom, Ihud, Kedmah Mizrahah, Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas e Alyah Hadashah. Entre os judeus da diáspora, nomes de destaque no meio intelectual e científico, como Hannah Arendt e Albert Einstein, também apoiaram uma solução binacional para judeus e árabes na Palestina.

Entre árabes-palestinos, os registros reduzidos e um baixo nível de organização política nesse momento histórico dificultam uma lista mais exaustiva – também resultado de uma adesão aparentemente menor proporcionalmente. Entretanto, chama a atenção de casos como as propostas de Adil Jabr, Sami Taha e Fawzi el-Husseini, assim como a associação Falastin al-Jadida.

Parece-me, assim, oportuno compreender a ideia de um Estado binacional na Palestina histórica como, num primeiro momento, uma ideia que circulou e, pouco a pouco, se consolidou até chegar às participações de organizações binacionalistas junto às comissões internacionais que buscaram uma solução para as crescentes tensões no Mandato.

1.2.1 A CIRCULAÇÃO DA IDEIA BINACIONAL

As primeiras vozes de uma proposta de um Estado binacional, nesses termos exatos, foram a de grupos minoritários dentro do movimento sionista do início do

⁷⁵ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 26 (tradução nossa).

⁷⁶ Ibidem, p. 29-30

século XX. A perspectiva não-exclusivista desses sionistas minoritários tinha como principal característica não negar a existência dos árabes palestinos e seus direitos nacionais sobre aquela terra – e, levando em consideração esses fatos, propor que a Palestina histórica fosse compartilhada entre árabes palestinos e judeus, concedendo a ambos direitos coletivos/nacionais.

A circulação da ideia de uma entidade binacional, que permitiria uma acomodação entre o sionismo e o crescente nacionalismo árabe palestino, atingiu até mesmo o centro do *mainstream* da liderança sionista, notadamente Chaïm Weizmann e algumas figuras do Mapai – alguns, como Irene Gendzier, afirmam que mesmo David Ben-Gurion teria apoiado pontualmente fórmulas que poderiam ser definidas como binacionais⁷⁷. Tentarei aqui, porém, fazer uma distinção entre o apoio temporário e pontual de alguns nomes da política sionista e a firme adesão aos objetivos binacionalistas oferecidos por outros indivíduos e grupos.

Sobre a certa “cegueira” do sionismo quanto aos árabes presentes na Palestina, Joseph Jeffries diria em 1939 que “Herzl visita a Palestina, mas parece só encontrar lá judeus como ele; é de se crer que os árabes desapareceriam como nos contos das *Mil e Uma Noites*”⁷⁸. Mas um dos mais proeminentes nomes do chamado sionismo cultural e opositor interno às estratégias e ideias de Theodor Herzl, Ahad Ha'am (pseudônimo de Asher Zvi Hirsch Ginsberg), demonstrava já pelo menos desde 1891 sua oposição ao mito da “terra sem povo para um povo sem terra”, criado por restauracionistas cristãos europeus, como William Eugene Blackstone e Lorde Shaftesbury, e ecoado por sionistas, como Israel Zangwill⁷⁹. Em *A Verdade sobre Eretz Israel*, Ahad Ha'am, que exigia do movimento sionista uma elevação de seus padrões éticos e morais, escreveu que:

Nós temos o hábito de acreditar no exterior que a Palestina é uma terra quase inteiramente desolada, um deserto não cultivado, um campo em pousio, onde qualquer um desejoso de comprar terrenos poderia ali chegar e adquiri-los à vontade. Na realidade, ela não o é: sobre toda essa terra, é difícil encontrar um campo de terra arável não semeada. [...] Nós temos o hábito de acreditar no exterior que os árabes são todos selvagens do deserto, um povo semelhante ao asno, incapazes de ver, de compreender o que acontece ao seu redor. Este é um grande erro. O árabe, como todos os filhos de Sem, tem uma inteligência aguçada e astuta. [...]

⁷⁷ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 29-30

⁷⁸ JEFFRIES, Joseph Mary Nagle. *Palestine: the Reality*. Londres: Hyperion Press, 1939, p. 40 (tradução nossa).

⁷⁹ O mito do “terra sem povo para um povo sem terra”, criado por cristãos europeus e hoje muito difundido por cristãos fundamentalistas norte-americanos, prevê que o retorno dos judeus à Terra Prometida, é um passo necessário para o retorno de Jesus Cristo ao mundo.

Os árabes, notadamente os das cidades, veem e entendem o sentido de nossas ações e de nossas aspirações na Palestina; mas eles se calam. Eles simulam não saber de nada porque, por enquanto, eles não veem em nossa atitude um perigo para seu porvir. [...] Mas o dia em que a presença de nosso povo tomar uma dimensão de modo a adentrar, mais ou menos, a posição dos autóctones, não será de bom grado que eles nos cederão lugar. [...]

A partir disso, é preciso que observemos nossa atual situação, se não temos a intenção de ludibriar a nós mesmos e de enganar o povo que terá confiado em nós⁸⁰.

Os partidários do binacionalismo “foram os que tomaram a consciência sobre a questão árabe” e que “foram sensíveis a sinais de racismo e de superioridade”, rejeitando a noção de “uma comunidade palestina como um posto avançado da civilização europeia, em que a população nativa deveria ser civilizada”⁸¹. Será nos anos 20 que, dentro do movimento sionista e sob uma ótica igualitarista e pacifista, surgirão vozes que falarão abertamente de um futuro Estado em que sejam reconhecidos os direitos nacionais de judeus e árabes palestinos.

O filósofo de origem austríaca Martin Buber, que, assim como Ahad Ha'am se definia como um sionista cultural, foi um dos principais nomes binacionalistas. Buber era membro do grupo socialista HaShomer HaTza'ir, movimento fundado na Polônia em 1913 e ativo no estabelecimento de assentamentos judaicos na Palestina no início do século XX, defensor por alguns anos de um futuro Estado da Palestina em que árabes e judeus tivessem os mesmos direitos num molde binacional. Nos anos 20, Martin Buber participou dos congressos sionistas, inicialmente como delegado do Hitachdut – uma coalizão da esquerda não-marxista, formada pelo HaPo'el HaTza'ir (o Jovem Trabalhador) e pelos Tze'irei Tzion (os Jovens do Sião) – defendendo sempre a existência de uma especificidade nacional dos judeus e um cuidado mais atencioso à questão árabe e se opondo às “preocupações míopes” de um “nacionalismo egoísta” em gestação dentro do movimento sionista⁸².

A partir de 1921, provavelmente como consequência dos distúrbios de Jafa, naquele ano, a chamada “questão árabe” já começava a ocupar espaço nos debates dos congressos sionistas, com pelo menos 25 anos de atraso; 15 anos depois, ela se tornaria a questão mais importante da política sionista⁸³. Dizia-se nos anos 30

⁸⁰ HA'AM, Ahad. “La vérité d'Eretz Israël – Notes du premier Voyage en Eretz Israël en 1891, première chronique” in: *Ha-Melitz*, n. 13, jun. 1891 in: CHARBIT, Denis (org.), op. cit., p. 394-396 (tradução nossa).

⁸¹ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 29-30 (tradução nossa).

⁸² BUBER, Martin, op. cit., p. 47-71

⁸³ LAQUEUR, Walter. *Histoire du sionisme I*. Gallimard, 1994, p. 310

que sem a omissão da questão árabe na Palestina, o conflito poderia ter sido evitado. Chaïm Weizmann declarou em um discurso, em 1931, que “se você der uma olhada na literatura sionista de antes da [Primeira] Guerra [mundial], você praticamente não encontrará uma só palavra sobre os árabes”⁸⁴.

No XII Congresso Sionista, em setembro de 1921, Buber, em nome do Hitachdut, apresentou uma proposta de resolução ambiciosa:

[...] mais uma vez nós declaramos, diante das nações, tanto do Ocidente quanto do Oriente, que um forte núcleo do povo judeu está determinado a voltar à sua antiga terra natal, para renovar sua vida, uma vida independente fundada sobre o trabalho que deve crescer e perdurar como um elemento orgânico de uma humanidade nova. [...]

Nosso desejo nacional, de renovar a vida do povo de Israel em sua antiga pátria, não é dirigido contra qualquer outro povo. [...] [O] povo judeu, que constituiu uma minoria perseguida em todos os países do mundo por dois mil anos, rejeita com horror os métodos de dominação nacionalista, sob a qual ele mesmo já tanto sofreu. Nós não aspiramos voltar à Terra de Israel, com a qual temos inseparáveis laços históricos e espirituais, a fim de suprimir outro povo ou dominá-lo. Nesta terra, cuja população é esparsa e dispersa, há espaço tanto para nós quanto para seus habitantes atuais, especialmente se adotarmos métodos sistemáticos e intensivos de cultivo.

Nosso retorno à Terra de Israel [...] não será alcançado à custa dos direitos de outro povo. Ao estabelecer uma aliança justa com os povos árabes, queremos transformar a nossa morada comum em uma comunidade que irá prosperar economicamente e culturalmente, e cujo progresso trará a cada um desses povos um desenvolvimento independente e sem entraves.

Nossa colonização [...] não visa a exploração capitalista da região, nem servir quaisquer desígnios imperialistas. Seu significado é o trabalho produtivo de indivíduos livres sobre um solo de propriedade comum. Este caráter socialista do nosso ideal nacional é uma garantia poderosa de nossa confiança de que, entre nós e a nação árabe trabalhadora, uma solidariedade, profunda e duradoura, de verdadeiros interesses comuns, irá se desenvolver [...].

[S]urgirão, nos corações dos membros das duas nações, sentimentos mútuos de respeito e de boa vontade, que irão operar na vida tanto da comunidade quanto de seus membros individualmente. Só então a vontade de ambos os povos irão se reunir em um novo e glorioso encontro histórico⁸⁵.

Haïm Arlosoroff, líder do HaPoel HaTza'ir, e autor do tratado de 1919 intitulado *Socialismo do povo judeu* buscava combinar marxismo com consciência nacional e, em 1922, declarou que “a única via possível é o estabelecimento de um Estado comum na Palestina para judeus e árabes como povos com direitos iguais”⁸⁶. Longe de uma figura marginal do sionismo, Arlosoroff foi eleito para representar o Yishuv na Liga das Nações⁸⁷, além de ser um dos responsáveis pela unificação do

⁸⁴ Ibidem, p. 310 (tradução nossa).

⁸⁵ BUBER, Martin, op. cit., p. 61 (tradução nossa).

⁸⁶ COHEN, Aharon, op. cit., p. 245 apud GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 30 (tradução nossa).

⁸⁷ AVINERI, Shlomo. *Arlosoroff*. Nova Iorque: Grove Weidenfeld Publishers, 1990, p. 9.

HaPo'el HaTza'ir e do Poale Tzion⁸⁸ e, em 1931, foi nomeado diretor político da Agência Judaica⁸⁹. Ele foi ainda um dos organizadores do encontro histórico no Hotel King David, em Jerusalém/al-Quds, de parte da liderança sionista com líderes políticos árabes da Transjordânia – incluindo Abdullah, visto pelo movimento sionista como uma figura conciliadora – além de ser um dos responsáveis pelo Acordo Ha'Avarah, com a Alemanha nazista, que permitiu a imigração de judeus alemães para a Palestina, firmado pouco antes dele ser assassinado em Tel Aviv.

Yitzhak Epstein, dirigente sionista palestino, falava no começo do século XX da “questão da nossa atitude perante os árabes” como a “questão desaparecida”⁹⁰ e propunha “uma aliança com os árabes, que concluamos com eles um acordo que beneficie as duas partes e a humanidade inteira”⁹¹. O filósofo, religioso e socialista Martin Buber analisou a estratégia sionista inicial em relação à “questão árabe” de forma semelhante:

Quando nós retornamos a nossa terra depois de muitas centenas de anos, nós nos comportamos como se a terra estivesse vazia de habitantes – não, ainda pior – como se as pessoas que vimos não nos afetassem, como se nós não tivéssemos de lidar com elas, isto é, como se elas não nos vissem. Mas, sim, elas nos viram⁹².

Em 1925, Buber se juntou a judeus veteranos residentes na Palestina, acadêmicos, membros do HaPo'el HaTza'ir, sionistas liberais e do Mizrahi para fundar o Brit Shalom (Aliança da Paz), que buscava “promover a compreensão entre judeus e árabes, em vista de uma vida comum na Terra da Israel, e isso num espírito de completa igualdade de direitos políticos de duas entidades”⁹³. Esse grupo reunia nomes como Gershom Sholem, acadêmico do misticismo judaico, Arthur Ruppin, um dos principais nomes da construção da estrutura de assentamentos judaicos na Palestina⁹⁴, Hugo Bergmann, Hans Kohn, Chaim Margaliot Kalvarisky, diretor da Associação de Colonização Judaica (YIKA), Ya'acov Thon, fundador do Va'ad Leumi

⁸⁸ Ibidem, p. 10.

⁸⁹ Ibidem, p. 10.

⁹⁰ EPSTEIN, Yitzhak. “La question disparue” in: *Hashiloach*, v. XVII, jul.-dez. 1907 in: CHARBIT, Denis (org.), op. cit., p. 337 (tradução nossa).

⁹¹ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 49 (tradução nossa).

⁹² BUBER, Martin, op. cit. p. 131 (tradução nossa).

⁹³ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 50 (tradução nossa).

⁹⁴ Envolvido com a estratégia de assentamentos judaicos, Ruppin, inicialmente, propunha uma “transferência populacional limitada”, com a compra de terras próximas a Aleppo ou Homs, na atual Síria, para transferir árabes palestinos que tivessem perdido suas terras no processo de colonização judaica. Mais de um década depois, Ruppin aderiria à ideia binacional. (GLASS, Charles. “Jews against Zion: Israeli Jewish anti-zionism”. In: *Journal of Palestine Studies*, v. 5, n. 2, 1975-1976, p. 56)

(o Conselho Nacional Judaico, uma espécie de parlamento do Yishuv) e presidente do Conselho da Comunidade Judaica de Jerusalém, e Georg Landauer⁹⁵, então diretor do braço alemão da Agência Judaica para a Palestina. Dizia o Estatuto trilingue (inglês, hebraico e árabe) da associação:

[...] §3º: O objetivo da Associação é chegar a um entendimento entre judeus e árabes quanto à forma de suas relações sociais mútuas na Palestina com base na absoluta igualdade política de dois povos culturalmente autônomos, e para determinar as linhas da sua cooperação para o desenvolvimento do país.

§ 4º: Para este fim a Associação vai promover:

- a) O estudo de problemas decorrentes da existência dos dois povos na Palestina e fora do mandato sob a Liga das Nações;
- b) A divulgação de informações verbais e escritas entre judeus e árabes sobre a história e cultura de ambos os povos e o incentivo de relações amistosas entre eles;
- c) A criação de uma opinião pública favorável a um entendimento mútuo;
- d) A criação de instituições pensadas para promover esses fins⁹⁶.

Em seu periódico, em hebraico, *Sheifotenu* (Nossas Aspirações), o grupo defendia "a compreensão mútua entre os judeus e árabes [Ivrim v'Aravim]", e apelava pela busca por "modos de vida comum na terra de Israel, com base em plena igualdade nos direitos políticos das duas nações com ampla autonomia [...] em nome do esforço comum de desenvolver a terra"⁹⁷.

No mesmo ano da fundação da associação, em agosto de 1925, durante o XIV Congresso Sionista, em Viena, Arthur Ruppin, membro do Brit Shalom declarou que "a Palestina será um Estado de duas nações [*ein Zweinationalitätenstaat*]"⁹⁸, complementando que "[s]enhores, este é um fato, um fato do qual muitos de vocês ainda não tomaram suficientemente consciência. Também pode ser que para alguns de vocês isso não seja um fato agradável, mas mesmo assim continua a ser um fato"⁹⁹. Numa linha semelhante, Gershom Scholem disse que "a Terra de Israel pertence aos dois povos e esses povos precisam encontrar um modo de viver juntos [...] e de trabalhar por um futuro comum"¹⁰⁰.

Em 1927, o grupo se pronunciou a favor da criação de um Estado binacional,

no seio do qual os dois povos gozarão de direitos totalmente iguais, como convém aos dois elementos que constroem o destino do país,

⁹⁵ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op.cit.

⁹⁶ BRIT Shalom. *Statutes*, 1925 in: BUBER, Martin, op. cit., p. 74 (tradução nossa).

⁹⁷ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit. (tradução nossa).

⁹⁸ BUBER, Martin, op. cit., p. 72-73 (tradução nossa).

⁹⁹ Ibidem, p. 73 (tradução nossa).

¹⁰⁰ Ibidem, p. 72 (tradução nossa).

independentemente da questão de saber quais dos dois é numericamente majoritário em um dado momento¹⁰¹.

Em 1930, três memorandos programáticos foram publicados no *Sheifotenu*, explicitando um plano prático do Brit Shalom para a cooperação árabe-judaica. As sugestões de uma “política árabe para a Agência Judaica”, que traçavam uma lista de “propostas concretas” para a “cooperação entre judeus e árabes”, foram assinadas por Hugo Bergmann, Hans Kohn, Edwin Samuel, Avraham Katznelson, Gershom Scholem, David Werner Senator e Chaïm Kalvarisky¹⁰².

Dubnov e Harif definem o Brit Shalom como um “pequeno grupo” que foi “capaz de produzir um grande barulho”¹⁰³ durante seu período de atividades. Ainda, segundo esses autores, os adversários do Brit Shalom tentavam – com um certo sucesso até hoje – criar a imagem da associação como um “grupo de idealistas”, de “professores em sua torre de marfim”, de “tagarelas humanistas da Europa Central”, “perigosamente ingênuos”, “insuficientemente familiarizados com as realidades cotidianas difíceis na Palestina”, “afastados da “construção real da política judaica”¹⁰⁴. Me parece, entretanto, curioso aceitar tais adjetivações considerando a assiduidade de membros do Brit Shalom no interior dos Congressos Sionistas, quando o economista e sociólogo Arthur Ruppin e o agrônomo Chaim Margaliot Kalvarisky foram figuras centrais na política migratória e na consolidação dos assentamentos judaicos na Palestina. A liderança de Werner Senator junto ao Departamento de Imigração e Assentamento de Judeus Alemães no período da ascensão do nazismo naquele país e a participação de Avraham Katznelson na fundação do Estado de Israel são igualmente elementos que parecem contradizer as acusações.

Foi, ao contrário, exatamente a vivência da realidade por Kalvarisky, por exemplo, que o fez compreender a ligação do povo árabe indígena da Palestina com a terra. Em um relato de 1920¹⁰⁵ ele descreveu que:

A questão dos árabes apareceu pela primeira vez para mim [...] imediatamente após a primeira compra de terras que fiz aqui. Tive que desalojar os residentes árabes de suas terras com o propósito de assentar nossos irmãos. O triste canto fúnebre das mulheres e dos homens beduínos

¹⁰¹ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 50 (tradução nossa).

¹⁰² DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

¹⁰³ Ibidem (tradução nossa).

¹⁰⁴ Ibidem (tradução nossa).

¹⁰⁵ No relato, Kalvarisky fala de beduínos, mas é possível que tenham sido *fallahin*, camponeses árabes não-proprietários.

que se reuniram do lado de fora da tenda do xeque naquela noite, antes de deixarem a aldeia de Shamsin, próximo a Yama, que é Yavniel, não pararam de ressoar em meus ouvidos por um longo tempo. Sentei-me na tenda e concluí a negociação com o Sheikh Fadul Madhulika. As mulheres e os homens beduínos se reuniram ao redor do fogo, prepararam para mim e para o resto dos convidados um café. E, ao mesmo tempo, eles cantaram canções de luto por seu destino, que os obrigou a sair do berço de seu nascimento. Essas canções cortaram meu coração e eu percebi como os beduínos são ligados à sua terra¹⁰⁶.

Isolado dentro do movimento sionista, entretanto, o Brit Shalom, encerrou suas atividades em 1933, apenas oito anos após sua fundação, mas seus membros se reencontraram em outros grupos favoráveis à cooperação árabe-judaica, como é o caso do Kedma Mizraha (Em direção ao Leste), fundado em 1936 por Haïm Margalith Kalvarisky, antigo diretor da companhia Rothschild na Palestina e ex-diretor do Departamento Árabe do Executivo Sionista entre 1929 e 1931¹⁰⁷, e posteriormente do jornal Be'ayot HaYom ("Problemas do Dia"), que circulou entre meados 1940 e o final 1942¹⁰⁸.

Em maio de 1939, foi criada a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas, por Kalvarisky e por diversos ex-membros do Brit Shalom e do Kedma Mizraha. Em seu programa, a Liga declarava ter como objetivo unir

todos aqueles que reconhecem a necessidade da aproximação árabe-judaica [...] e também todos aqueles que consideram necessário que a questão da Palestina seja solucionada na base do avanço econômico e da liberdade de desenvolvimento social e da cultura nacional de ambas as nações – árabe e judaica – conjuntamente.¹⁰⁹

A Liga produziu uma petição intitulada "Não matarás", contra os atos de terrorismo cometidos pelas organizações revisionistas, ao mesmo tempo em que condenava o boicote promovido pelo Alto Comitê Árabe (ACA) contra a economia judaica.

Além de indivíduos ligados ao Mapai e aos Sionistas Gerais, setores de destaque da esquerda sionista aderiram coletivamente à Liga, como o Poale Sion Smole (Trabalhadores do Sião de Esquerda) – membro da Internacional Comunista e defensor de "uma pátria comum aos dois povos, [...] naturalmente socialista" –, o Ihud de Magnes, a organização Alyah Hadashah e a federação de *kibbutzim*

¹⁰⁶ KALVARISKY, Haïm. M. apud SEGEV, Tom. *One Palestine, Complete: Jews and Arabs Under the Mandate*. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2000, p. 114 (tradução nossa).

¹⁰⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 50

¹⁰⁸ BUBER, Martin, op. cit., p. 142

¹⁰⁹ Ibidem, p. 134 (tradução nossa).

HaShomer HaTza'ir e seu braço político urbano, a Liga Socialista¹¹⁰. Já no início de suas atividades, a Liga produziu o *Al Parashat Dar kenu* (Nas Encruzilhadas), onde eram publicados artigos propondo um Estado federado baseado no binacionalismo.

O Po'alei-Tzion de Esquerda se opunha às políticas consideradas como excludentes implantados pelo MAPAI e pelo Histadrut, advogando por uma organização e luta conjunta dos trabalhadores árabes e judeus. A organização, num primeiro momento, se recusava a participar da Organização Sionista Mundial por considerá-la uma organização burguesa e defensora de uma simples exploração capitalista da Palestina, mas começou a participar das instituições sionistas a partir da segunda metade dos anos 30¹¹¹.

Em 1929, foi estabelecida uma plataforma binacional pelos “líderes carismáticos”¹¹² – notadamente Mordechai Bentov e Aharon Cohen – do HaShomer HaTza'ir (A Jovem Guarda), um grupo maior e mais influente, autodenominado socialista e sionista e fundado por membros que chegaram à Palestina na Terceira Aliyah. Influenciados pela perspectiva de Borochoy, de integração teórica “do sionismo pioneiro com o socialismo revolucionário, da colonização com a luta de classes”, os membros criaram o HaKibbutz Ha'artzi, uma federação dos *kibbutzim* criados pelo grupo¹¹³. Segundo o historiador Zachary Lockman, embora o HaShomer HaTza'ir criticasse as políticas de exclusão árabe do MAPAI, sua atitude em relação à “conquista do trabalho” era “ambígua ou mesmo hipócrita”, pois pregava “o princípio da prioridade do trabalhador judeu para trabalhar no setor judaico”¹¹⁴. Kanengisser define o posicionamento do HaShomer HaTza'ir como um misto entre o socialismo, a estratégia de imigração e a empresa sionista, buscando combinar interesses de classe árabes e judaicos¹¹⁵.

Nas cidades, em contrapartida à federação de comunidades agrícolas, o grupo criou a Liga Socialista, em 1937, que se tornou, segundo Lockman, o “maior e mais bem organizado partido da esquerda do Yishuv”, de onde emergiu em 1946 o Partido dos Trabalhadores do HaShomer HaTza'ir, que passou a rejeitar explicitamente um Estado exclusivamente judeu ou exclusivamente árabe na Palestina nos anos 30 e 40, formulando a ideia de um Estado binacional, com

¹¹⁰ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 53

¹¹¹ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 6.

¹¹² DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

¹¹³ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 6.

¹¹⁴ Ibidem, p. 6 (tradução nossa).

¹¹⁵ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 10.

direitos iguais para “o povo judeu retornando a sua terra natal e o povo árabe vivendo nela” e, ao mesmo tempo, defendendo uma imigração judaica ilimitada, assim como sua estratégia de assentamentos. Em seus escritos, a organização dava a entender que imaginava um futuro com uma maioria judaica na Palestina¹¹⁶.

Em junho de 1942, foi lançada uma plataforma conjunta, formulada pela Liga e pelo HaShomer HaTza'ir, em prol da “construção da Palestina como pátria comum do povo judeu que para aqui retorna e do povo árabe que aqui reside deve ser fundada sobre uma compreensão e um acordo mútuo durável” com a “não-dominação de um povo pelo outro, independentemente de sua força numérica respectiva”, um “regime binacional na Palestina” e uma “atitude positiva acerca da participação da Palestina como unidade binacional em uma federação com os países vizinhos”¹¹⁷. Segundo Vidal, entretanto, apesar de atividade no movimento sindical, a Liga se tornou mais um laboratório de ideias do que um ator político forte e influente¹¹⁸.

A ideia binacional circulou ainda entre notáveis figuras do sionismo, como Henrietta Szold, norte-americana, apoiadora do Brit Shalom e fundadora da Organização de Mulheres Hadassah e do grupo Juventude Aliyah (Aliyat HaNo'ar)¹¹⁹, fomentador do assentamento na Palestina de jovens judeus alemães fugidos do nazismo. Posteriormente, nos anos 40, ela se juntaria a Judah L. Magnes para colaborar com a fundação do Ihud. Em 1930, Chaïm Weizmann fez uma afirmação que causou furor entre os círculos sionistas: segundo o dirigente sionista, o slogan do movimento deveria passar a ser “cooperação pacífica [com os árabes]”, que a realidade era que não se poderia “expulsar os árabes da Palestina” e que “duas nações devem existir na Palestina”. Na ocasião, Weizmann chegou mesmo a defender a transformação da Palestina em um Estado binacional¹²⁰ - o que lhe rendeu imensas críticas entre os setores mais à direita dentro do movimento sionista.

Em fevereiro de 1939, um grupo chamado Comitê para a Defesa dos Direitos dos Judeus da Europa Central e Oriental, conhecido também como Comitê Dreyfus-Gourevitch, com base em Paris – sob patrocínio de não-judeus como Edouard

¹¹⁶ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 6.

¹¹⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 54 (tradução nossa).

¹¹⁸ Ibidem, p. 53

¹¹⁹ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

¹²⁰ JEWISH Daily Bulletin. “Palestine must become bi-national state, Weizmann tells Actions Committee” in: *Jewish Daily Bulletin*, n. 1751, 29 ago. 1930, p. 1-4

Daladier e Paul Reynaud, assim como de acadêmicos, líderes religiosos e membros da comunidade judaica da França –, submeteu um memorando ao *Foreign Office* do Reino Unido sobre o futuro “Estado Árabe-Israelita da Palestina”, proposta posteriormente classificada pelo órgão britânico como “utópica”¹²¹.

Outra figura de proa do sionismo binacional foi Judah Leon Magnes, rabino reformista nascido nos Estados Unidos. No mesmo ano em que o Brit Shalom era fundado, Magnes se concentrava em criar a Universidade Hebraica de Jerusalém – da qual foi o primeiro reitor – junto a Chaïm Weizmann, Albert Einstein, Sigmund Freud, Haïm Nahman Bialik e Asher Ginsberg, além do próprio Martin Buber¹²². Abalado pelos acontecimentos da revolta árabe de 1929 e conciliando os princípios de seu judaísmo reformista, Magnes começou a se posicionar politicamente contrário à ideia cada vez mais forte de um Estado judeu propriamente dito, ideia encabeçada abertamente pelo revisionismo de Jabotinsky, depois defendida pelo grupo majoritário de Ben Gurion. Assim como já o havia feito o Brit Shalom, Magnes engrossou a fileira das figuras influentes que levantavam a voz em nome de um Estado binacional¹²³.

Em seu panfleto *Light Unto All the Nations*, publicado em 1930, Magnes defendia o estabelecimento de uma “entidade baseada no modelo suíço, onde cada nacionalidade (judaica e árabe) teria seu próprio cantão, no qual o grupo majoritário poderia ter mais votos que a minoria”, sob uma superestrutura federal para evitar tensão e rivalidades étnicas e para garantir a paridade entre os dois grupos nacionais¹²⁴.

Nos anos 30, o pacifista rabino Magnes formava o grupo apelidado de “Os Cinco” junto a Moshe Smilansky, escritor e pioneiro agrícola sionista e fervoroso defensor do caráter “redentor” da agricultura para os judeus¹²⁵, Pinhas Rutenberg, empresário criador da Companhia Elétrica da Palestina¹²⁶ e das Linhas Aéreas da Palestina¹²⁷ e que exerceu importante papel no estabelecimento da Haganah¹²⁸,

¹²¹ MILLER, Rory. “J. L. Magnes and the promotion of bi-nationalism in Palestine” in: *The Jewish Journal of Sociology*, v. 48, n.1-2, 2006, p. 56

¹²² VIDAL, Dominique, op. cit., p. 50

¹²³ Ibidem, p. 51

¹²⁴ MILLER, Rory, op. cit., p. 52 (tradução nossa).

¹²⁵ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

¹²⁶ Atual Corporação Elétrica de Israel.

¹²⁷ As Linhas Áreas da Palestina funcionaram de 1937 a 1940, inclusive com voos para Beirute.

¹²⁸ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

Moshe Novomeysky, precursor da Companhia de Potássio da Palestina¹²⁹, e Gad Frumkin, único juiz judeu da Suprema Corte da Palestina. O grupo buscava encontrar-se com líderes árabes com o objetivo de propor e difundir a ideia de um Estado binacional, baseado na paridade entre árabes e judeus na Palestina, na criação de estruturas de um governo compartilhado e na integração econômica¹³⁰. Embora comumente esquecido, esse grupo se aproximou da ideia de um Estado binacional, combinando com uma visão de integração econômica, acreditando que as sementes do conflito estavam em parte “enraizadas em uma competição entre os trabalhadores judeus e árabes”¹³¹. O grupo organizou reuniões com líderes árabes e sionistas propondo um diálogo para atingir um acordo que permitisse a imigração judaica. Uma das propostas do grupo foi a de criação de um conselho legislativo com base na paridade entre as duas comunidades¹³².

Inicialmente, Magnes defendia uma imigração judaica irrestrita, mas a partir de meados dos anos 30, começou a advogar por uma limitação e mesmo, se necessário, a migração para outros países árabes, para não ultrapassar um limite de 40% de população judaica na Palestina¹³³. Em 1932, os posicionamentos binacionalistas e a oposição aberta de Magnes ao revisionismo fizeram com que ele recebesse as primeiras ameaças de morte de grupos sionistas de extrema-direita. Mais de uma década depois, pelo menos até 1946, ainda houve registros, quando ele testemunhou perante a Comissão Anglo-Americana, de que ele circulava sob proteção policial¹³⁴.

Em 1936, a Comissão Peel propôs, pela primeira vez, uma partilha do Mandato da Palestina e Magnes reagiu com um artigo publicado no *The New York Times* e um prognóstico pessimista para soluções que não fossem baseadas no diálogo e na coexistência:

Com a autorização dos árabes, nós poderemos acolher centenas de milhares de judeus perseguidos [...]. Sem sua autorização, mesmo os quatrocentos mil que se encontram agora na Palestina estarão em perigo, apesar da proteção temporária das baionetas britânicas. A partilha criará novos Bálcãs¹³⁵.

¹²⁹ Atual Dead Sea Works.

¹³⁰ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ MILLER, Rory, op. cit., p. 52.

¹³⁴ Ibidem, p. 52.

¹³⁵ MAGNES, Judah Leon. “Statement on Palestine” in: *The New York Times*, 18 jul. 1937 (tradução nossa).

Em 1938, comentando sobre a Comissão Peel, Magnes reconhecia que o modelo suíço não teria como ser automaticamente aplicado em qualquer lugar, mas que algumas “lições” deveriam ser aprendidas com ele para implantar uma solução duradoura na Palestina, como o modelo cantonal – segundo Magnes, capaz de permitir autonomia e autodeterminação – e o tratamento igualitário dado às nacionalidades formadoras do Estado, tendo estas condições de constituir e administrar um Estado conjuntamente, independente da proporção na população total¹³⁶. No mesmo ano, Magnes se encontrou com Harold MacMichael, Alto Comissário Britânico para a Palestina, e enviou uma carta para Malcolm MacDonald, Secretário Britânico para as Colônias; em ambas as ocasiões, revelou analisar como imprescindível a participação britânica na proteção de locais sagrados e instituição de um futuro Estado binacional. A resposta institucional, entretanto, foi pouco calorosa, sendo Magnes visto como uma figura com pouca capacidade de influenciar a liderança sionista¹³⁷.

Durante a Segunda Guerra mundial, Magnes trabalhou para fomentar a ideia de um Estado binacional na Palestina, o que se refletia na cobertura da imprensa sionista e judaica, sobretudo anglófona. Ao Congresso de Biltmore, em 1942, e à consequente mudança do discurso formal do movimento sionista em direção à defesa aberta de um Estado judeu, Magnes reagiu participando ativamente da criação de um partido (autodenominado Associação) binacionalista, o Ihud (União), junto a Buber, Kalvarisky, Smilansky, Szold e o juiz Yosef Moshe Valero. Segundo o grupo:

A Associação Ihud (União) formou-se em setembro de 1942. Não é um partido político. É um grupo de indivíduos pertencendo a diferentes partidos e de independentes que não participam de nenhum partido. Ainda que os membros do Ihud possam ter diferentes pontos de vista nos detalhes, eles estão unidos pela firme convicção de que há uma só forma de lidar com o problema da Palestina: a da cooperação judaica-árabe. [...]
A Associação Ihud (União) defende a união dos judeus e dos árabes em uma Palestina binacional baseada na paridade entre os dois povos; e a união da Palestina binacional com os países vizinhos. Essa União deverá ser uma União Regional sob os auspícios da ONU.¹³⁸

A declaração de fundação da Associação Ihud (União), de setembro de 1942 traçava as diretrizes do grupo:

1) A Associação “União” adere:

¹³⁶ MILLER, Rory, op. cit., p. 55.

¹³⁷ Ibidem, p. 56

¹³⁸ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 7 (tradução nossa).

- a) ao Movimento Sionista, na medida em que visa a criação do Lar Nacional Judaico para o povo judeu na Palestina;
 - b) à luta ao redor do mundo por uma nova ordem nas relações internacionais, e uma união dos povos, grandes e pequenos, por uma vida de liberdade e justiça, sem medo, opressão e miséria.
- 2) A Associação “União”, portanto, considera essencial uma união entre os povos judeu e árabe para a edificação da Palestina e para resolver seus problemas básicos. A Associação “União” vai lutar pela cooperação entre o mundo judaico e o mundo árabe em todas as partes da vida - social, econômica, cultural, política - contribuindo, assim, para a revitalização de todo o mundo semita.
- 3) Os principais objetivos políticos da Associação “União” são os seguintes:
- a) Governo na Palestina com base em direitos políticos iguais para os dois povos;
 - b) O acordo do crescente Yishuv e de todo o povo judeu a uma União Federativa da Palestina e dos países vizinhos. Esta União Federativa deve garantir os direitos nacionais de todos os povos que a compõem;
 - c) Um pacto entre esta União Federativa e uma União anglo-americana que deve fazer parte da futura União dos povos livres. Esta união dos povos livres deve assumir a responsabilidade final pelo estabelecimento e pela estabilidade das relações internacionais no Novo Mundo depois da guerra.

A Associação “União” irá colaborar com a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas, possuindo, como ela o faz, representantes ou organizações com diferentes pontos de vista. Ela também está preparada para cooperar com outras organizações e grupos em projetos específicos¹³⁹.

Segundo Hermann, o lhud via o binacionalismo como fonte da “única forma de salvar tanto a comunidade judaica na Palestina quanto os sobreviventes do Holocausto”¹⁴⁰. Segundo Shalom Razabi, assim como o Brit Shalom, o lhud se baseava em fortes princípios morais, decorrentes de uma leitura de Buber e Magnes da tradição judaica, numa perspectiva antimilitarista, da “vitória do espírito sobre a carne”¹⁴¹. Segundo a pesquisadora israelense Susan Lee Hatis, a grande marca do binacionalismo do Brit Shalom e do lhud era o pragmatismo: aquela sera a única solução possível frente à realidade de uma população árabe-palestina majoritária naquele território que o sionismo precisaria encarar para obter sucesso em seus fins¹⁴². As visões divergentes do lhud frente às instituições do sionismo político – cada vez mais dominadas por David Ben-Gurion – sobretudo em relação à proposta da tendência binacionalista de aceitar uma limitação migratória e ao desejo agora explícito do grupo majoritário de estabelecimento de um Estado judeu colocavam em

¹³⁹ “Declaração da Associação ‘lhud’”, set. 1942, in BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses. *Palestine, a bi-national state*, op. cit., p. 29; BUBER, Martin, op. cit., p. 149 (tradução nossa)

¹⁴⁰ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 386 (tradução nossa).

¹⁴¹ Ibidem, p. 386 (tradução nossa).

¹⁴² HATTIS, Susan Lee. *The Binational Idea in Palestine during Mandatory Times*. Haifa: Shikmona, 1970.

risco, segundo os críticos, “toda a empreitada sionista e arruinava sua imagem aos olhos dos gentios”¹⁴³.

Fora das instituições sionistas, a campanha de Magnes foi capaz de influenciar arabistas britânicos, como Harry St. John Philby, com quem desenhou uma proposta de uma solução binacional: uma república democrática constitucional, com um forte poder legislativo escolhido na base de “uma pessoa um voto”, e com um poder executivo exercido por um Conselho Palestino eleito na mesma base¹⁴⁴. Magnes também angariou o apoio do coronel Stewart Newcombe, colega de Lawrence da Arábia durante a Primeira Guerra mundial e tesoureiro do Serviço de Informações da Palestina, uma organização que promovia um verdadeiro lobby antissionista no Reino Unido durante os anos 30. Junto ao inglês judeu Albert Hyamson, diretor do Departamento de Imigração da Palestina entre 1926 e 1934, Newcombe havia rascunhado uma proposta de Estado único independente na Palestina, com o princípio de direitos iguais para todos os cidadãos, sem um caráter judeu específico.

Magnes viu com bons olhos as propostas de Hyamson-Newcombe, o que gerou a ira de dirigentes sionistas¹⁴⁵. Pouco tempo depois, em uma carta vazada ao rabino antissionista Morris Lazonby, Magnes afirmou ver no programa sionista majoritário possibilidades de “provocar uma guerra civil na Palestina e confusão no exterior” e definiu a linha majoritária do nacionalismo judaico como “chauvinista”¹⁴⁶. Magnes também conseguiu manter boas relações com a Associação Anglo-Judaica (AJA), organização não-sionista que publicou alguns de seus materiais, incluindo seu panfleto pró-binacionalismo¹⁴⁷.

Em 1944, um comitê parlamentar britânico sobre a Palestina rejeitou a ideia binacional, mas alguns de seus membros, como Lord Killearn e Sir Kinahan Cornwallis, defendiam a solução binacional, ainda que a vissem como difícil de ser aplicada pelo contexto dos sentimentos entre comunidades árabe e judaica¹⁴⁸. Em 1946, R. N. Carvalho, um dos principais membros da AJA, estimulado pelas propostas de Magnes, pediu que os sionistas britânicos e os antissionistas da Irmandade Judaica (*Jewish Fellowship*, que se opunha ao estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, sob qualquer circunstância ou fórmula) cooperação com

¹⁴³ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 386 (tradução nossa).

¹⁴⁴ MILLER, Rory, op. cit., p. 53-54.

¹⁴⁵ Ibidem., p. 54.

¹⁴⁶ Ibidem., p. 62 (tradução nossa).

¹⁴⁷ Ibidem., p. 62.

¹⁴⁸ Ibidem., p. 57-58.

Magnes. Embora a Irmandade tenha rejeitado o pedido e não tenha aderido enquanto instituição à solução binacional, assim como o norte-americano Conselho Americano para o Judaísmo (CAJ), por considerar o projeto binacional como antidemocrático, os líderes da organização lamentaram o fato de que binacionalistas fossem “ignorados pela máquina sionista no Reino Unido”¹⁴⁹. Os editores da *The Jewish Outlook*, revista mensal da Irmandade Judaica, “deram forte apoio editorial para Magnes e divulgaram os esforços da Liga para a Cooperação Árabe-Judaica em promover o binacionalismo na Grã-Bretanha”¹⁵⁰.

Na Grã-Bretanha, membros da AJA e da Irmandade colaboraram para promover as propostas de Magnes no país, notadamente Hyamson. Em 1945, Hyamson declarou na *The Contemporary Review* seu apoio à proposta do Ihud de um Estado binacional na Palestina histórica, visto “como um compromisso entre a solução extrema de dominação sionista” e as demandas árabes. Ele reiterou sua posição em uma carta para o *Jewish Chronicle* em 1946 – na qual ele ainda rejeitou a partilha do mandato, defendendo “um Estado binacional em uma Palestina indivisível com a mais ampla autonomia possível [...] protegendo os membros de ambas as comunidades de dominação pelo outro” – e em diversos artigos em apoio a Magnes na *The Jewish Outlook*¹⁵¹.

A vitória do projeto dos estatistas sobre o dos binacionalistas é, via de regra, explicada por uma suposta falta de credibilidade dos binacionalistas, por não possuírem parceiros árabes. Aharon Cohen, dirigente da Liga, declarou à época que “a fraqueza da oposição na opinião pública judaica, especialmente em sua fração à esquerda, era, na época, a ausência de um parceiro árabe com uma política franca e corajosa”¹⁵². Mas, na realidade, é importante ressaltar que houve diálogo, ainda que pontualmente. A própria Liga possuía relações com personalidades árabes (da Síria, do Líbano, do Egito, da Transjordânia, do Iraque, mas também da própria Palestina), como a comunista Liga de Liberação Nacional (LLN), o jornal *al-Ittihad* (A União) e o Congresso Operário, assim como a Associação dos Intelectuais Árabes, que proclamavam uma convivência com judeus, ainda que não formassem

¹⁴⁹ Ibidem, p. 63 (tradução nossa).

¹⁵⁰ Ibidem, p. 63 (tradução nossa).

¹⁵¹ Ibidem, p. 63 (tradução nossa).

¹⁵² COHEN, Aharon. *Israel and the World*. Londres: W. H. Allen, 1970, 305-306 *apud* VIDAL, Dominique, op. cit., p. 60-61 (tradução nossa).

abertamente uma proposta de Estado binacional.¹⁵³ Ainda, alguma solidariedade aparecia no meio proletário, com greves comuns de funcionários árabes e de judeus do governo mandatário, assistência de certos sindicatos (como até mesmo o Histadrut) a operários árabes contra seus patrões, e ajuda de *fellahin* a alguns *kibbutzim* contra a repressão britânica¹⁵⁴.

Gendzier afirma que, em 1936, negociações foram realizadas entre “líderes árabe e judeus influentes”, que chegaram a um rascunho de acordo a ser chancelado pela Agência Judaica e pelo Alto Comitê Árabe, mas este último foi jogado na ilegalidade¹⁵⁵ e suas lideranças perseguidas pelas autoridades britânicas, dificultando o prosseguimento das conversas.

O grupo Falestin al-Jadida (Palestina Nova), dirigida por Fawzi al-Husseini, primo do *mufti* de Jerusalém ia mais longe, além da convivência. Em reunião pública, em Haifa, em julho de 1946, Fawzi declarou que um acordo árabe-judaico condicionava “o desenvolvimento do país e a libertação dos dois povos” e que as “condições para o acordo são o princípio de não-dominação de um povo pelo outro e o estabelecimento de um Estado binacional sobre a base de igualdade política e de plena cooperação econômica, social e cultural entre os dois povos”¹⁵⁶. Ele previa igualmente um acordo para imigração judaica¹⁵⁷. Fawzi al-Husseini acreditava que a “política imperialista está jogando conosco, tanto árabes quanto judeus, e nós não temos escolha senão nos unirmos e trabalharmos de mãos dadas para o bem de ambos”¹⁵⁸.

Outro defensor de uma solução em moldes binacionais foi Sami Taha, líder sindical árabe palestino, fundador, em 1925, da Sociedade dos Trabalhadores Árabes de Palestina (Jamiyat al-Umal al-Arabiya al-Filastiniya), em moldes semelhantes aos da judaica Histadrut, e promotor de ações sindicais conjuntas entre grupos árabes e judaicos na Palestina. Entre 1940 e 1941, Adil Jabr, membro do Conselho Municipal de Jerusalém/al-Quds, propôs um plano para uma Palestina binacional, com previsão de uma imigração judaica numa federação que incluísse a

¹⁵³ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 61

¹⁵⁴ Ibidem, p. 61

¹⁵⁵ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 31

¹⁵⁶ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 61 (tradução nossa).

¹⁵⁷ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 31

¹⁵⁸ Ibidem, p. 32 (tradução nossa).

Palestina e a Transjordânia¹⁵⁹ - esta proposta de Jibr chegou às mãos de Ben-Gurion e foi prontamente¹⁶⁰.

Apesar de não haver um registro sistemático, pistas indicam que a defesa da coexistência e até mesmo a defesa aberta de um Estado binacional por parte de árabes palestinos era mais difundida que o que foi tradicionalmente documentado. Em entrevista concedida a Thierry Ardisson, por exemplo, Leila Shahid, delegada-geral da Palestina para a União Europeia, falou de seu avô preso durante a revolta árabe de 1936-1939, deportado na Rodésia até 1945, e que lutava “contra a partilha” e pela criação de “um Estado laico e binacional” na Palestina¹⁶¹. Quantos desses não terão passado despercebidos?

Mas é preciso reconhecer que a oposição pelos setores conservadores, que dominavam o Alto Comitê Árabe, aos que propunham diálogo era forte e um profundo ceticismo reinava entre essas propostas. Fawzi al-Husseini foi assassinado em novembro de 1946, poucos dias após suas declarações em favor de uma solução binacional, seguindo-se a isso o sórdido episódio em que um primo seu, da influente família al-Husseini, Jamal al-Husseini, argumentou em favor de sua morte, em seu funeral, alegando que ele a havia “merecido”, pelos “passos em falso” que havia dado¹⁶². Sami Taha foi assassinado no ano seguinte, ao que tudo indica por ordens de Amin al-Husseini “por conta de sua crença no binacionalismo”¹⁶³. Além disso, a aproximação (ou como alguns chamavam, a reaproximação) era dificultada pela Agência Judaica, que negava qualquer proposta de negociação com os árabes palestinos e acabou por promover o boicote da Liga¹⁶⁴.

1.2.2 A CRISTALIZAÇÃO DA IDEIA BINACIONAL

A partir de 1946, uma cristalização da ideia binacional que circulava entre judeus sionistas é ilustrada pela participação do lhud em duas importantes instituições que buscavam uma solução para as tensões entre árabes e judeus na

¹⁵⁹ Ibidem, p. 31

¹⁶⁰ CHOMSKY, Noam. *Middle East Illusions: Including Peace in the Middle East? Reflections on Justice and Nationhood*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004, p. 34-35.

¹⁶¹ INA. *Leila Shahid et le conflit israélo palestinien*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=un5bitla9m0>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

¹⁶² COHEN, Aharon, op. cit., 354 apud VIDAL, Dominique, op. cit., p. 62

¹⁶³ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 385

¹⁶⁴ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 62

Palestina no pós-guerra: a Comissão Anglo-Americana de Inquérito de Jerusalém, em 1946, e o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, em 1947.

Em 1947, Judah Magnes, falando pelo Ihud, ao lado de Martin Buber e Moses Smilansky, defendeu um “país binacional composto de duas comunidades iguais” regidas por uma “paridade política”. Ele adicionou que “uma grande proporção da população defende um Estado binacional, e uma proporção ainda maior a aceitará independentemente de sua opinião atual”¹⁶⁵.

Em agosto de 1946, falando sobre o relatório final da Comissão Anglo-Americana, o próprio Magnes escreveu que:

O testemunho da Associação Ihud (União) diante do Comissão Anglo-Americana de Inquérito em Jerusalém foi, na opinião de muitos, de grande importância.

O relatório da Comissão Anglo-Americana apresentou um ponto de vista geral similar ao do Ihud, sustentando que a Palestina deve ser um país binacional com judeus e árabes como nacionalidades iguais e que a Palestina não seria nem um Estado judeu e nem um Estado árabe. [...]

É preciso que haja uma política cujo objetivo principal seja a cooperação judaico-árabe. Judeus e árabes não serão levados a cooperar deixando-os apartados. Tampouco pode a situação esperar até que judeus e árabes “concordem” em cooperar. Condições – econômicas, sociais, políticas – precisam ser *criadas*, o que vai exigir que eles cooperem, e não há parte mais importante na vida para isso que a participação conjunta plena no governo. Judeus e árabes não deveriam ser tratados como crianças, mas como comunidades maduras, e imaginação e coragem e fé são exigidas daqueles nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, em cujas mãos repousam decisões fatídicas¹⁶⁶.

O trabalho argumentativo da Associação Ihud apresentado à Comissão Anglo-Americana de Inquérito¹⁶⁷ baseou-se em cinco pontos para convencer os membros desta de dois princípios: o da paridade política (o estabelecimento de uma Palestina binacional, com direitos e obrigações iguais para judeus e árabes do novo Estado) e o da paridade numérica (uma proporção semelhante populacional entre os dois povos nos limites da Palestina histórica)¹⁶⁸.

¹⁶⁵ UNITED Nations Especial Committee on Palestine. *Report to the General Assembly, vol. III, anexo A: Oral Evidence presented at Public Meetings, 1947*, p. 165 apud VIDAL, Dominique, op. cit., p. 63 (tradução nossa).

¹⁶⁶ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 3 (tradução nossa).

¹⁶⁷ A comissão conjunta formada por membros britânicos e norte-americanos, em 1946, introduzia a corresponsabilidade dos EUA na política britânica para a Palestina e tinha por objetivo examinar as condições políticas, econômicas e sociais do mandato britânico da Palestina e analisar as questões da imigração e do assentamento de judeus no pós-guerra, consultar representantes dos árabes e judeus da Palestina. Tendo suas propostas recusadas pelos representantes majoritários dos árabes palestinos e dos judeus sionistas, a Grã-Bretanha optou por transferir a decisão sobre o futuro da Palestina para a recém-criada Organização das Nações Unidas.

¹⁶⁸ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 38

Em primeiro lugar, estava a afirmação da possibilidade de cooperação árabe-judaica na Palestina. Para o Ihud,

A cooperação judaica-árabe na Palestina nunca foi o objetivo principal da política maior. Tentativas esporádicas e, em certos momentos, sérias foram feitas nesse sentido. [...] Mas sempre que essas tentativas encontraram dificuldades, como era de se prever, elas foram todas muito facilmente abandonadas. O resultado é que, após 24 anos de Mandato, há mais tensão política do que nunca. [...]

O estabelecimento da cooperação judaica-árabe não é uma tarefa fácil e é particularmente difícil na esfera política para a qual nos dirigiremos. É aqui onde está o ponto crucial da questão. Relações pessoais entre árabes e judeus são, no todo, ainda corretas. Não há uma profunda animosidade racial entre dois povos semíticos em relação. Nas cidades, há alguma cooperação econômica, mas menos do que costumava haver, e seria muito mais sob melhores condições políticas estabelecidas. Há uma grande quantidade de cooperação entre vilas nos distritos agrícolas. É digno de nota que até com a presente tensão política, em que os líderes de ambos os lados dificilmente sequer se encontram, e com a propaganda de boicote acontecendo, os judeus do país e os árabes do país se encontram de uma forma amigável e cooperam uns com os outros. Eles não querem estar em guerra uns com os outros. Mas em todos esses campos, a cooperação é impedida por conta da animosidade política, “nacional”. [...]

Alguns de nossos membros são também antigos residentes aqui. Nós sabemos que judeus e árabes cooperaram e podem cooperar em todas as esferas da vida, inclusive na política. [...]

Nós estamos conscientes das imperfeições em nossas sugestões práticas. Sobre uma coisa temos absoluta clareza: a saída para o impasse é a cooperação judaica-árabe.¹⁶⁹

O segundo ponto ressaltado era a necessidade de criação de condições para a cooperação, responsabilidade não exercida pelo Mandato Britânico:

Longe de assegurar “o desenvolvimento de instituições de autogoverno”, como exigido no Artigo 2º do Mandato, e longe de “fomentar o estabelecimento da plenitude de instituições de autogoverno”, como prometido na Declaração Política Churchill-Samuel de 1922, a Palestina é governada burocraticamente por uma administração colonial, sem uma legislatura e sem a participação de judeus e árabes nas posições de maior responsabilidade do governo.

[...] a cooperação política não virá por si própria. Há uma condição para essa realização – que a cooperação judaica-árabe seja o objetivo principal da política maior, e que essa política seja realizada autoritativamente, dia a dia, ano a ano.¹⁷⁰

Sem o estabelecimento das bases para a cooperação árabe-judaica, a alternativa, insuflada pela “mentalidade militarista” seria a guerra, algo pelo qual “grande maioria dos judeus simples e dos árabes simples e desarticulados não estão ansiosos”¹⁷¹. Ao contrário, segundo Magnes, esta maioria de árabes e judeus

¹⁶⁹ Ibidem, p. 7-8 (tradução nossa).

¹⁷⁰ Ibidem, p. 7-8 (tradução nossa).

¹⁷¹ Ibidem, p. 36 (tradução nossa).

buscava “entendimento e cooperação, e para atingir isso fariam qualquer concessão ou sacrifício”¹⁷².

Em terceiro lugar, era levantada pelo Ihud a especificidade da Palestina na região do Oriente Médio. Segundo a associação, “A Palestina não é apenas uma terra árabe como qualquer outra terra árabe, ou apenas uma terra judia”.¹⁷³ Uma Palestina binacional representaria “uma ideia inter-nacional, inter-religiosa de profundo interesse para milhões de judeus, cristãos e muçulmanos ao redor do mundo”¹⁷⁴ e deveria ser incluída em “uma federação ou uma união regional de alguns dos países do Oriente Médio”.¹⁷⁵

O quarto ponto ressaltado é o dos direitos históricos dos judeus e dos árabes palestinos sobre aquela terra, direitos de “igual validade”¹⁷⁶, sendo que “nenhum povo pode ter da Palestina tudo o que deseja, e ambos os povos precisarão fazer concessões”¹⁷⁷.

O quinto e mais desenvolvido ponto dos argumentos binacionalistas do Ihud era o da necessidade de uma proposta de acordo, baseado em concessões, que promovesse a cooperação e permitisse que os direitos históricos de ambos os povos fossem garantidos. Essa proposta incluía etapas de construção de um autogoverno em direção a um Estado binacional da Palestina, que detalharemos a seguir.

A primeira etapa prevista pelo Ihud era a de um interregno que se prolongaria até o fim (breve) do Mandato Britânico. O segundo período previsto pela associação seria uma transição, com a instalação de uma tutela da Palestina pela ONU. O terceiro e último momento seria o do estabelecimento definitivo de uma Palestina binacional independente e soberana, integrada a uma união regional maior.

Dentro dessas etapas, segundo o Ihud, deveria ser estabelecida uma política de imigração judaica, como uma primeira etapa emergencial de 100.000 novos imigrantes, sobretudo em decorrência da tragédia do Holocausto na Europa, sem que os judeus se tornassem, entretanto, uma maioria populacional:

Nós consideramos que é imperativo que uma imigração compassiva interina *ad hoc* de 100.000 refugiados recomendada pelo Presidente Truman seja possível sem demora. Na medida do possível, esses refugiados precisam ser divididos em 25.000 crianças, 25.000 pais, parentes e idosos e 50.000

¹⁷² Ibidem, p. 36 (tradução nossa).

¹⁷³ Ibidem, p. 9 (tradução nossa).

¹⁷⁴ Ibidem, p. 10 (tradução nossa).

¹⁷⁵ Ibidem, p. 10 (tradução nossa).

¹⁷⁶ Ibidem, p. 11 (tradução nossa).

¹⁷⁷ Ibidem, p. 11 (tradução nossa).

jovens. Isso trará forças criativas para o país e também será um histórico ato de grande clemência. [...]

O argumento de alguns árabes, de que eles se opõem a entrar de qualquer judeu a mais, porque isso é um passo em direção ao Estado judeu, pode soar atrativo na teoria. Mas é, de fato, apenas uma figura de linguagem, simbolizando sua tão profunda oposição ao Estado judeu. Para um Estado judeu, deveria haver uma maioria de judeus. 100.000 adicionais não é em nada equivalente ao estabelecimento de uma maioria.¹⁷⁸

Num segundo momento, a paridade populacional no país, “única forma de relacionamento justo entre os povos”¹⁷⁹, seria alcançada:

Como política migratória de longo prazo, nós propomos que, na Palestina binacional, a população judaica tenha a oportunidade, através da imigração, de se tornar metade da população. [...]

[L]evaria onze anos a partir de agora, ou seja, até 1957, para que os judeus alcançassem a paridade a uma taxa de 60.000 imigrantes por ano; 14 anos, ou seja, até 1960, a uma taxa de 50.000 por ano; 18 anos, ou seja, até 1964, a uma taxa de 40.000 por ano; e 24 anos, ou seja, até 1970, para alcançar a paridade a uma taxa de 30.000 imigrantes judeus por ano.¹⁸⁰

A importância dada à questão migratória pelo lhud se reflete ainda pela proposta de criação de um Departamento de Imigração, a ser formado por representantes da Agência Judaica, da Liga Árabe e do Mandato (e posteriormente da Autoridade Administrativa sob o sistema de tutela proposto), incumbido de promover e determinar a capacidade de absorção necessária para a nova população¹⁸¹.

A terceira etapa da política migratória proposta pelo lhud, quando a paridade fosse alcançada, era ainda mais otimista e ambiciosa:

Propomos ainda que se, e quando houver, uma união da Palestina binacional com os países vizinhos, a questão de uma maior imigração judaica deverá ser retomada no parlamento palestino, assim como no Conselho Federal dessa União. Com o alargamento da base árabe dentro da união com outros países, os árabes da Palestina não precisariam mais temer serem “inundados” por judeus. A presente importância aguda de maioria-minoria na Palestina perderia seu ponto principal e os árabes da Palestina poderiam então se permitir olhar a imigração judaica com mais liberalidade. De fato, uma admissão de colonos judeus em outros países da União, sem, claro, estender as fronteiras do Lar Nacional Judeu, poderia se tornar uma questão de política prática. Políticos árabes expressaram um ponto de vista semelhante em mais de uma ocasião. Os judeus poderiam, certamente, ser de grande utilidade no auxílio ao desenvolvimento de partes em atraso da União¹⁸².

¹⁷⁸ Ibidem, p. 12-14 (tradução nossa).

¹⁷⁹ Ibidem, p. 20 (tradução nossa).

¹⁸⁰ Ibidem, p. 14-15 (tradução nossa).

¹⁸¹ Ibidem, p. 15-17 (tradução nossa).

¹⁸² Ibidem, p. 17 (tradução nossa).

Sobre a questão migratória, em sua fala perante a Comissão, Martin Buber declarou que

a demanda por autonomia não conduz, como a maior parte do povo judeu pensa hoje, necessariamente à busca por um "Estado judeu" ou a uma "maioria judaica". Precisamos para esta terra tantos judeus quanto seja possível economicamente absorver, mas não de modo a estabelecer uma maioria contra uma minoria. Precisamos deles porque forças grandes, muito grandes, são exigidas para um trabalho sem precedentes. Precisamos para esta terra de uma comunidade vigorosa, sólida e autônoma, mas não para dar o seu nome a um Estado; precisamos dela porque queremos elevar Israel e Eretz Israel ao mais alto nível de produtividade que pode ser alçado¹⁸³.

O cronograma de estabelecimento de um autogoverno numa Palestina binacional era igualmente dividido em etapas a serem cumpridas pela associação de Magnes. No período restante do Mandato, deveriam ser nomeados "judeus e árabes em igual número para o Conselho Executivo de Governo, para o Secretariado, para a chefia de determinados Departamentos de Governo e para os Comissariados Distritais em locais adequados"¹⁸⁴ e deveria ser nomeado um Órgão Consultivo, sem funções legislativas ou executivas, "composto em igual número por judeus e árabes". O "Alto Comissariado agiria como Presidente"¹⁸⁵.

Para o período intermediário entre o Mandato e a soberania plena, um período de tutela, o lhud propôs o "estabelecimento de um Órgão de Tutela Regional para a Palestina, a ser composto por representantes da Autoridade Administradora, da Agência Judaica e da Liga Árabe"¹⁸⁶. Nesse período, seria ainda elaborada a "primeira versão de uma constituição básica para a Palestina binacional [...], confiada a uma Comissão especial na qual, entre outros, a Agência Judaica e a Liga Árabe seriam representadas"¹⁸⁷ a partir de

diretivas da ONU, a principal diretiva sendo a necessidade de uma cooperação judaico-árabe em todas as esferas em uma Palestina binacional baseada na paridade dos dois povos. A Comissão de Projeto da Constituição terá assegurada a ajuda de especialistas, sobretudo de países multinacionais exitosos¹⁸⁸.

A seguir, o projeto de Constituição, que deveria ter "entre outras coisas, uma Declaração de Direitos garantindo liberdade religiosa, educacional, econômica e

¹⁸³ Ibidem, p. 35 (tradução nossa).

¹⁸⁴ Ibidem, p. 21-22 (tradução nossa).

¹⁸⁵ Ibidem, p. 21-22 (tradução nossa).

¹⁸⁶ Ibidem, p. 22 (tradução nossa).

¹⁸⁷ Ibidem, p. 22-23 (tradução nossa).

¹⁸⁸ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

nacional a todos os habitantes enquanto indivíduos e comunidades nacionais e órgãos religiosos”¹⁸⁹, seria

apresentado à Assembleia Constituinte de judeus e árabes igualmente representados, na esperança que esclarecimentos, debate aberto, concessões mútuas, possam resultar em uma constituição acordada. No caso de uma constituição acordada não ser alcançada, a questão deverá ser encaminhada ao Conselho de Tutela da ONU, sendo a Agência Judaica e a Liga Árabe convidadas a participar da discussão perante o Conselho de Tutela¹⁹⁰.

Também nesse período intermediário de tutela seriam criados os órgãos de governo do futuro Estado:

- A) o Executivo Federal, com um chefe de Estado, “indicado pela ONU, se possível a partir de uma indicação do Legislativo palestino”, com um mandato de quatro anos e funções similares às de um primeiro-ministro¹⁹¹;
- B) o Legislativo Federal, democraticamente eleito a partir de uma divisão do país em cantões ou distritos, eleições distritais (e não comunitárias, como no modelo indiano da época) com igual número de representantes árabes e judeus¹⁹²;
- C) os Distritos Locais, num modelo de cantões similar ao suíço, com “ampla autonomia”¹⁹³;
- D) os órgãos das comunidades nacionais com poderes de taxaço – o Conselho Nacional Judaico e o Conselho Nacional Árabe – e uma Comissão Mista dos Conselhos Nacionais, incumbida de “conceber formas e meios de familiarização de um povo com a cultura do outro”, incluindo a formação bilingue de todo o funcionalismo público, “até o mais baixo grau”¹⁹⁴;
- E) os Organismos Religiosos Centrais, “com funções judiciais em questões de estado civil, como casamento e divórcio”¹⁹⁵.

Após a estruturação de um autogoverno binacional e autônomo na Palestina no período de tutela pela ONU, o novo país estaria pronto para uma integração regional¹⁹⁶.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

¹⁹⁰ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

¹⁹¹ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

¹⁹² Ibidem, p. 24 (tradução nossa).

¹⁹³ Ibidem, p. 24-25 (tradução nossa).

¹⁹⁴ Ibidem, p. 25 (tradução nossa).

¹⁹⁵ Ibidem, p. 25 (tradução nossa).

¹⁹⁶ Ibidem, p. 26 (tradução nossa).

A ideia central da Associação Ihud era a de que ambos os povos teriam vantagem pragmática em fazer concessões necessárias para o estabelecimento de um Estado binacional:

Embora os árabes não possam ter uma Palestina árabe, independente e uni-nacional, eles podem gozar de independência em uma Palestina binacional junto a seus concidadãos judeus. Isso vai lhes proporcionar o máximo de liberdade nacional. O que o Estado binacional vai lhes tirar é a independência soberana na Palestina. Mas nós alegamos que a independência soberana de uma pequena Palestina, seja ela uma soberania judaica ou uma soberania árabe, é um bem questionável nesse período de pós-guerra, quando até mesmo grandes Estados precisam renunciar a parte de sua soberania e buscar união [...]. Nós alegamos que, para essa Terra Santa, o ideal de uma Palestina binacional é pelo menos tão inspirador quanto uma Palestina árabe soberana ou uma Palestina judaica soberana. [...]

Por outro lado, a Palestina binacional privaria os judeus de sua única chance de um Estado judeu. Mas essa Palestina binacional seria o Estado no mundo onde eles seriam uma nação constituinte, ou seja, uma nacionalidade constituinte em pé de igualdade dentro do corpo político, e não uma minoria como em qualquer outro lugar¹⁹⁷.

A confiança na proposta binacional por parte do Ihud se dava pela solução multinacional alcançada em outros países. Segundo a associação,

Os povos que foram colocados pelo acaso ou pela história no mesmo país têm guerreado entre si pela dominação através dos séculos. O grupo majoritário tentou construir um Estado homogêneo reprimindo as nacionalidades minoritárias. O Estado federal multinacional, baseado na paridade das nacionalidades, é a mais esperançosa das vias permitindo a elas de resguardar sua identidade nacional e ainda amalgamando-as em um quadro político alargado. Isso resulta em separadas nacionalidades, mas uma única cidadania. Este é um objetivo nobre, para o qual a juventude de países multinacionais pode ser educada para dar seu entusiasmo e suas energias. É um desafio moderno à inteligência e às qualidades morais dos povos constituintes de terras multinacionais¹⁹⁸.

Além de citar rapidamente os casos da União Soviética e da Iugoslávia como Estados multinacionais¹⁹⁹, a associação tomava sobretudo como exemplo de Estado multinacional o caso suíço:

O fato de poder haver plena autonomia cultural combinada com plena lealdade ao Estado político multinacional é comprovado na história da Suíça nos últimos mais de 100 anos. Os suíços são divididos por língua, religião e cultura; nem os agrupamentos linguísticos e nem os religiosos se coincidem nos diversos cantões. No entanto, todas essas divergências não foram obstáculos para a unidade política. Essa é uma nova forma de democracia que é importante para os Estados multinacionais, assim como a forma mais familiar de democracia o é para Estado uninacionais. O exemplo suíço é o

¹⁹⁷ Ibidem, p. 19 (tradução nossa).

¹⁹⁸ Ibidem, p. 21 (tradução nossa).

¹⁹⁹ Ibidem, p. 21 (tradução nossa).

mais relevante para a Palestina, ainda que haja, claro, muitos pontos diferentes.²⁰⁰

Ainda sobre o modelo suíço, tomado pela associação binacionalista como exemplar e inspirador, o Ihud retomou um texto de Oscar Isaiah Janowsky sobre minorias nacionais²⁰¹:

O Estado suíço é uma confederação de 22 cantões, cada qual gozando de amplos poderes de autogoverno. [...] Entre 14 dos 22 cantões, o alemão é falado por mais de 90% das pessoas; um cantão é esmagadoramente italiano na fala e três são franceses. O quarto remanescente é misto linguisticamente. [...] As pessoas são, além disso, divididas por diferenças “confessionais”, 57,3% sendo protestantes e 41% sendo católicas. Entretanto, os agrupamentos religiosos e linguísticos não coincidem. [...] Alemão, francês e italiano são todos reconhecidos como línguas oficiais em relação ao Governo Central. Os cantões individuais, também, onde a população seja suficientemente composta, asseguraram igualdade de língua. [...] Os povos de cada cantão também possuem unidade orgânica: uma nação suíça, ainda que haja um povo bernese ou genovês. [...] O federalismo suíço repousa solidamente sobre a descentralização das funções governamentais e no respeito pelo sentimento local. As instituições cantonais e comunais são zelosamente protegidas pela população. [...] Agarradas a seus costumes antigos, as comunidades locais e cantonais preservam as características das nacionalidades. [...] O federalismo deixou com os cantões algumas das mais essenciais funções do Governo – a lei e a ordem, a educação e a taxação direta. Por segurança, o desenvolvimento do comércio e da indústria é reforçado pelo Governo Central. Mas essa esfera de atividade tem sido sobretudo econômica e social – ferrovias, legislação industrial, seguros, contratos, precauções sanitárias. Assuntos educacionais e culturais permanecem predominantemente como competências dos órgãos locais. [...] Foi o Estado multinacional que tornou possível tanto a unidade política quanto a liberdade cultural.²⁰²

Em seu depoimento oral perante a Comissão, Magnes concluiu sua fala com a seguinte fórmula:

Que bênção para a humanidade seria se os judeus e árabes da Palestina lutassem juntos com amizade e parceria para fazer desta Terra Santa uma Suíça próspera, pacífica, no coração desta antiga estrada entre o Oriente e o Ocidente. Isso teria influência política e espiritual incalculável em todo o Oriente Médio e além dele. A Palestina binacional poderia tornar-se um farol de paz no mundo²⁰³.

Em seu relatório final, em abril de 1946, a Comissão Anglo-Americana acolheu grande parte dos posicionamentos do Ihud, recomendando, por exemplo, a expedição imediata de 100.000 vistos para sobreviventes da perseguição

²⁰⁰ Ibidem, p. 20 (tradução nossa).

²⁰¹ Trata-se de *Nationalities and national minorities (with special reference to East-Central Europe)* (JANOWSKY, Oscar Isaiah. *Nationalities and national minorities (with special reference to East-Central Europe)*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1945)

²⁰² Ibidem, p. 24-25 (tradução nossa).

²⁰³ Ibidem, p. 43-44 (tradução nossa).

nazifascista europeia (recomendação nº 2)²⁰⁴; a eliminação de reivindicações exclusivas de árabes e judeus sobre a Palestina, através da fórmula de um único Estado, que não seja nem árabe e nem judeu, com a criação de estruturas de autogoverno (recomendação nº 3); a transição do Mandato para uma tutela da ONU (recomendação nº 4) e o planejamento da imigração judaica futura, de modo a absorver os novos habitantes em sua economia (recomendação nº 6)²⁰⁵.

1.3 A MUDANÇA DE POSTURA DO SIONISMO MAJORITÁRIO

O levante nacional árabe-palestino, entre 1936 e 1939, o chamado Livro Branco da administração britânica de 1939 e o Programa de Biltmore do movimento sionista, de 1942, são três marcos de uma mudança significativa na relativa tranquilidade do status quo ambíguo do Mandato da Palestina. Entre 1922 e 1936, as autoridades britânicas mantiveram um controle relativamente estável na Palestina, ao mesmo tempo em que o sionismo conseguiu implantar uma parte considerável de sua estratégia, estimulando a imigração e o assentamento de judeus no país. Embora indícios da tensão já houvessem levado ao levante de 1929, é em 1936 que eclodiu um grande levante com tons nacionalistas dos árabes da Palestina, que vai durar até 1939, marcado pela repressão brutal e pela colaboração próxima das autoridades britânicas com as instituições proto-estatais judaicas na Palestina.

Em 1939, o Parlamento britânico aprovou o chamado Livro Branco, um redirecionamento das políticas do país em relação à Palestina, notadamente uma limitação da imigração judaica para o Mandato, num momento em que a perseguição antissemita na Alemanha nazista estava mais do que nítida.

Após a estratégia de privilegiar as negociações com a potência colonial sobre o território palestino, a liderança sionista passou a adotar, por um lado, um discurso independentista, se opondo às autoridades coloniais britânicas, e, por outro, a procurar novos parceiros. Os Estados Unidos surgiram como uma opção natural.

²⁰⁴ Sendo esta igualmente uma demanda da Agência Judaica.

²⁰⁵ COMISSÃO Anglo-Americana de Inquérito para a Palestina. *Report of the Anglo-American Committee of Enquiry regarding the problems of European Jewry and Palestine*. Lausanne, 20 abr. 1946. Disponível em: <http://www.rachelnet.net/media/aiu/livres/FR_AIU_L_8UBR1015.pdf>. Acesso em 15 set. 2013.

Não por acaso, foi em Nova Iorque que o “*commonwealth* judeu” se tornou um objetivo explícito do movimento sionista, em 1942, durante a segunda Guerra Mundial e o início do Holocausto, a eliminação sistematizada dos judeus europeus. Na Palestina, os grupos revisionistas, inspirados pela perspectiva de Ze’ev Jabotinsky – e seu discurso de que o Estado judeu nasceria do confronto armado com as autoridades britânicas e da lógica da cortina de ferro em relação às populações árabes – ganharam força.

1.3.1 O LEVANTE NACIONAL ÁRABE-PALESTINO

Dentro dos setores sionistas de esquerda, uma perspectiva aplicada na estratégia dos assentamentos judaicos nas primeiras décadas do século XX na Palestina – oposta aos princípios da maioria dos defensores da solução binacional – gerou uma contínua desconfiança e um ressentimento nas massas árabes palestinas. Ber Borochov, influente nas alas marxistas do Po’alei-Tzion (Trabalhadores do Sion), buscava combinar em suas análises o socialismo marxista com o nacionalismo judaico. Segundo Borochov, os judeus do século XIX tinham uma estrutura de classes de “pirâmide invertida”, com uma pequena base proletária – operária e camponesa – e, para que os judeus pudessem tomar parte na luta de classes, seria necessário ajustar a sociedade judaica em direção a uma estrutura piramidal “normal”²⁰⁶. A migração para a Palestina e a transformação dos imigrantes em trabalhadores manuais seria uma oportunidade para tal modificação social.

Este princípio influenciou grande parte do sionismo político, especialmente no interior da esquerda marxista e do trabalhismo. Uma forte tendência se consolidou buscando criar uma comunidade judaica na Palestina independente dos árabes em termos de terra, trabalho e produção. Para isso, uma “luta tríplice” deveria ser travada. As três frentes dessa luta seriam: o *kibush hakarka*, a “conquista da terra”, com uma propriedade judaica da terra e o maior uso possível desta por judeus; o *kibush ha’avoda*, a “conquista do trabalho”, através de um sistema em que judeus só deveriam contratar judeus, apesar da força de trabalho árabe mais barata, com o objetivo de criar uma classe trabalhadora judaica; o *totzeret ha’aretz*, a “produção da

²⁰⁶ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 4.

terra”, que consistia em boicotar bens produzidos por árabes para estimular a agricultura e a indústria judaicas. Segundo Lockman, os princípios desse tripé de conquista se encontravam “claramente em forte contradição com os geralmente defendidos princípios socialistas de solidariedade de classe, de internacionalismo e de oposição à discriminação nacional”²⁰⁷.

Ainda assim, essa política se tornou o *mainstream* da estratégia do sionismo majoritário. David Hacohen, líder do Mapai, o Partido dos Trabalhadores da Terra de Israel, de Ben-Gurion, fez um relato da defesa da política de formação de uma sociedade judaica completa na Palestina:

Eu tive que brigar com meus amigos sobre a questão do socialismo judaico, para defender o fato de que eu não aceitaria árabes em meu sindicato, o Histadrut, para defender nosso discurso junto às donas de casa para que elas não comprassem em lojas árabes; para defender o fato de que montávamos guarda em plantações para evitar que trabalhadores árabes conseguissem emprego lá [...]

[D]erramar querosene em tomates árabes, atacar donas de casa judias nos mercados e esmagar os ovos árabes que elas haviam comprado; agradecer aos céus pelo fato do Keren Kayemet [Fundo Nacional Judaico] ter enviado Hankin a Beirute para comprarmos terras de *effendi* [latifundiários] ausentes e expulsarmos os *fellahin* [camponeses] da terra – comprar dezenas de *dunams* [um *dunam* = 0,23 acres] de um árabe é permitido, mas vender um *dunam* judaico para um árabe, Deus nos livre, é proibido –; tornar Rothschild, a encarnação do capitalismo, um socialista e chamá-lo de “o benfeitor” – fazer tudo isso não foi fácil. E, apesar de termos feito tudo isso, talvez não tivéssemos escolha – e eu não estava feliz com isso²⁰⁸.

O Histadrut (a Federação Geral dos Trabalhadores Judeus na Palestina) foi fundado em 1920 e, desde o início de suas atividades, excluiu trabalhadores árabes, agindo, segundo Lockman, mais como uma instituição para a colonização do que um sindicato, encorajando, ainda, a substituição da mão de obra árabe pela judaica, regido pela lógica de que o sindicato deveria defender seus membros da ameaça dos trabalhadores árabes, desorganizados e mal-pagos²⁰⁹.

Uma parte substancial dos binacionalistas judeus indicou, já nos anos 20 e, com maior intensidade, no início dos anos 30, que uma estratégia etnicamente excludente poderia levar à rejeição, a tensões e a um conflito direto entre as comunidades árabe e judaica da Palestina. O discurso do Ihud e do Brit Shalom, influenciados por modelos como o da Suíça e da Finlândia²¹⁰, buscava prevenir o conflito antes que ele estourasse. A reação do *mainstream* sionista à resistência

²⁰⁷ Ibidem, p. 5 (tradução nossa).

²⁰⁸ Ibidem, p. 5 (tradução nossa).

²⁰⁹ Ibidem, p. 5.

²¹⁰ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 385.

árabe ao sionismo que começava a se desenhar foi a estratégia de criar uma maioria para dominar a terra e, nos anos 40, de anunciar a intenção de criar um Estado.

Quando o primeiro levante árabe aconteceu, em 1929, resultando em confrontos físicos e mortes entre árabes e judeus palestinos, os integrantes do Brit Shalom afirmavam que não se tratava de um episódio esporádico ou de uma fase transitória, mas “o começo de uma luta de liberação nacional que só ficaria mais feroz se não se lidasse corretamente com ela”. O grupo dos binacionalistas pacifistas foi então “severamente atacado e acusado de derrotista” e seus membros acusados de “patologicamente inocentes” e de “traidores” por seus colegas dentro do movimento sionista²¹¹.

A estratégia da maioria da direção sionista, de imigração e da lógica de separação, foi mantida na década de 30, período em que começaram se organizar núcleos árabes antissionistas e contra a colonização inglesa. Em 1935, a repressão britânica à organização antibritânica, antissionista e religiosa muçulmana Mão Negra culminou com a morte de seu líder Izz ad-Din al-Qassam. A percepção popular de colaboração entre as forças britânicas e as milícias armadas sionistas, a desigualdade social crescente entre os habitantes judeus e árabes da Palestina e o alto crescimento da migração judaica nos primeiros anos da década levaram a um levante popular, iniciado em 1936 e que se seguiu até 1939, marcado por um forte discurso antibritânico e antissionista entre as massas árabes desorganizadas, por ataques de árabes palestinos a comunidades e indivíduos da comunidade judaica, por ataques de milícias sionistas a árabes palestinos e pela aproximação das autoridades britânicas *in loco* com o Yishuv, este cada vez mais organizado em instituições protoestatais e paramilitares.

No início do levante nacionalista árabe palestino, o governo britânico estabeleceu a criação da Comissão Real da Palestina, comandada pelo lorde Peel, para resolver as tensões. Criada em 1936, a chamada Comissão Peel, boicotada pelas poucas organizações árabes palestinas, publicou seu relatório em julho de 1937 propondo a partilha da Palestina em três regiões: uma área judaica, menor, mas ocupando áreas economicamente vivas (sobretudo quanto à produção de cítricos), a maior parte do litoral e áreas vastamente habitadas por árabes

²¹¹ Ibidem, p. 385 (tradução nossa).

palestinos, como a Galileia; uma área árabe, maior, mas com um terreno acidentado e englobando a região pouco fértil do Neguev; e um enclave em Jerusalém, com um corredor até Tel Aviv e Jafa, sob administração mandatária. O Alto Comitê Árabe (ACA), órgão reconhecido pelas autoridades britânicas como representante do povo árabe palestino no período do Mandato, rejeitou prontamente a proposta por negar qualquer tipo de partilha. O 20º Congresso Sionista, sob pressão de Ben-Gurion e Weizmann, aprovou a proposta britânica, mas apenas como base para negociações e para uma possível ampliação dos ganhos. Iniciava-se, assim, uma nova etapa da história da Palestina histórica, do sionismo político e do movimento nacional árabe-palestino: a partilha do território como uma possibilidade real. A potência colonial estava disposta a essa solução, assim como os dirigentes de um dos movimentos nacionalistas diretamente envolvidos.

A Comissão Woodhead, criada no início de 1938 para recomendar um plano detalhado de partilha do mandato da Palestina, estudou três propostas, a primeira delas próxima do que a Comissão Peel havia sugerido pouco antes. Considerando que a proposta da Comissão Peel exigiria uma transferência forçada massiva de árabes²¹², esta foi descartada. A segunda proposta dividia a Galileia em territórios para o futuro Estado judeu e o norte sob administração mandatária. A terceira proposta, considerada a mais realista pelos membros da Comissão, sugeria uma divisão com uma pequena área judaica no litoral central do Mandato; uma área árabe na Judeia, Samaria e no litoral sul; e uma área englobando o Neguev, o enclave de Jerusalém ligado ao mar e a totalidade da Galileia ficariam sob administração britânica.

Considerando as propostas da Comissão Woodhead impraticáveis, o governo britânico tentou uma última investida: em 1939, buscando fomentar negociações diretas entre os líderes árabes e sionistas, convocou a Conferência do Palácio de St. James que terminou sem acordo.

Com o crescimento em força da Alemanha nazista e as políticas de expansão no Mediterrâneo pela Itália, as autoridades britânicas temiam uma aproximação das lideranças árabes com aqueles que se consolidavam como seus inimigos na geopolítica europeia. Em maio de 1939, para, de alguma forma, tentar evitar esse

²¹² É talvez interessante notar que, dado a repartição demográfica das décadas de 30 e 40 até 1948, praticamente qualquer proposta de partilha da Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu teria implicado em transferência de áreas majoritariamente árabes para um Estado judeu a ser criado.

cenário, fomentado por um sentimento antibritânico, o Parlamento inglês adotou o chamado Livro Branco, limitando a imigração judaica e restringindo a venda de terras a judeus na Palestina²¹³, sob a justificativa da limitada capacidade de absorção econômica do país, paralisando assim qualquer indicativo de partilha do território do mandato. O Livro Branco previa a criação de um Estado palestino independente em todos os territórios do Mandato, no prazo de 10 anos. O documento confirmava seu comprometimento em favorecer um lar nacional judeu na Palestina, tornando explícita sua visão de que isto não significava a criação de um Estado ou um *commonwealth* exclusivamente judeu²¹⁴.

Os binacionalistas se mobilizaram para tentar reverter o crescimento da ideia de partilha, ainda que ela tivesse sofrido uma primeira grande e nítida derrota. Nesse momento, as reações de lideranças árabes mostravam uma indisposição a uma solução binacional. O historiador Albert Hourani declarou não existir um “espírito de coexistência e de confiança” necessários para um Estado binacional²¹⁵. Ahmed Shukayiri, que se tornou posteriormente o primeiro líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), definiu o binacionalismo como um conceito “vazio de justiça, de segurança e de vantagens” para os árabes-palestinos²¹⁶. A Liga Árabe, quando se posicionou, analisou a proposta binacional como apenas um passo para o estabelecimento de um Estado judeu, camuflado de forma tática pelo sionismo. Em seu jornal, *Arab News Bulletin*, em outubro de 1947, a organização declarou que

a oposição árabe fundamental quanto à ideia [de paridade/binacionalismo] é uma questão de princípio [...] as propostas de Magnes e seu grupo não são nada além de uma outra forma de alcançar o objetivo do sionismo, a criação de um Estado judeu. Por esta razão, os árabes consideram os pontos de vista de Magnes não menos extremos e, talvez, mais perigosos do que os dos sionistas oficiais porque eles estão revestidos de um aspecto da moderação e razoabilidade²¹⁷.

1.3.2 O REVISIONISMO E O PROGRAMA DE BILTMORE

Ze'ev Jabotinsky é considerado o fundador do chamado campo revisionista do sionismo, nascido da ideia de necessidade de uma revisão do Mandato – que

²¹³ MILLER, Rory, op. cit., p. 56.

²¹⁴ REINO Unido. *White Paper*, 1939. Disponível em: <<http://tinyurl.com/whitepaper39>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

²¹⁵ MILLER, Rory, op. cit., p. 58-59.

²¹⁶ Ibidem, p. 59 (tradução nossa).

²¹⁷ Ibidem, p. 59 (tradução nossa).

deveria, segundo Jabotinsky, voltar a englobar a Transjordânia, separada do mandato original em 1922, pela gestão de Winston Churchill, então secretário de Estado britânico para as Colônias –, assim como uma mudança na estratégia e nos objetivos do sionismo político, que teriam sido deturpados de suas origens sob a liderança de David Ben-Gurion e de Chaim Weizmann. Os setores revisionistas falavam abertamente em uma demanda por um Estado judeu (posicionamento rejeitado pela Organização Sionista Mundial até 1942), em uma suposta impraticabilidade de um diálogo entre os árabes residentes na Palestina histórica no sentido alargado (o que inclui a Transjordânia, território reivindicado por eles), e na necessidade de militarização dos judeus ao redor do mundo e, especialmente, na Palestina.

Inicialmente vendo o Reino Unido como uma força aliada, o sionismo revisionista buscou apoio das autoridades britânicas para atingir seus objetivos de migração, assentamento e auto-organização paramilitar. É nesse âmbito que nasceu a milícia revisionista Irgun (Halrgun HaTzva'i HaLeumi b'Eretz Yisra'el ou Organização Militar Nacional na Terra de Israel), fundada em 1931. Quando a ideia de partilha começou a rondar o discurso oficial inglês, grupos revisionistas independentes iniciaram uma campanha de ataques e atentados contra as autoridades britânicas na Palestina. Em 1940, uma cisão no Irgun deu origem ao Lehi (Lohamei Herut Yisrael ou Guerreiros pela Liberdade de Israel), também conhecido como Gangue Stern e igualmente oposto à presença britânica e à lógica binacional.

Enquanto o sionismo majoritário de Ben-Gurion e de Weizmann, no começo do século XX, adotou uma espécie de tática de avestruz, ignorando a presença árabe na Palestina e sua possível reação a uma migração maciça judaica, Jabotinsky reconhecia a “questão árabe”, declarando em 1921 ser “acusado de dar demasiada importância ao movimento nacional árabe” e de “admirar esse movimento indevidamente”, para, logo em seguida, ressaltar que “o movimento existe”²¹⁸. Na lógica de Jabotinsky, não havia dúvidas de que os árabes palestinos existiam, mas, segundo ele, eles representariam um entrave para o estabelecimento do que deveria ser o objetivo central do sionismo: o estabelecimento do Estado judeu. Segundo Jabotinsky, “nunca antes na história os habitantes nativos de um

²¹⁸ JABOTINSKY, Ze'ev. “The Role of the Legion: the Prevention of Violence” apud BUBER, Martin, op. cit, p. 6 (tradução nossa).

país concordaram de livre-arbítrio que suas terras fossem colonizadas por estrangeiros"²¹⁹ e na Palestina não seria diferente. Vale notar, entretanto, que Jabotinsky, até a eclosão da Segunda Guerra mundial, era uma voz minoritária dentro do sionismo. Em relação aos defensores da solução binacional, Jabotinsky classificava-os como “amantes obstinados de tolices políticas”²²⁰.

Com a grande revolta palestina, ocorrida entre 1936 e 1939, os defensores da ideia de um Estado binacional viram suas teses confirmadas: não só se tornou realidade a previsão de que os árabes palestinos se levantariam contra a imigração e os assentamentos sionistas se eles não fossem negociados, mas também as de que milícias revisionistas e a Haganah auxiliaram as tropas britânicas a esmagarem o levante, concretizando o temor de uma profunda aliança do sionismo com a força colonial-imperialista contra a população indígena²²¹.

Frente ao Levante Nacional árabe-palestino, os binacionalistas passaram a ficar cada vez mais isolados dentro de um Yishuv cada vez menos disposto a compartilhar o território palestino com a população indígena majoritária. Os poucos episódios de diálogo entre dirigentes sionistas e líderes árabes se davam com aqueles de outros países. Segundo Flapan, o Yishuv ao não reconhecer os árabes palestinos como uma entidade nacional, com direito à autodeterminação, agiu

acreditando que, em troca de apoio do Yishuv para um Reino Árabe Unido, os líderes do movimento nacional árabe admitiriam uma fração minúscula de seus vastos territórios para o empreendimento sionista. A orientação pan-árabe também proporcionou uma justificativa moral para a ideia de transferir palestinos de Israel para os países vizinhos. Esta foi uma ideia que, embora não seja tornada pública como uma posição oficial, desempenhou um papel muito maior no pensamento e ação sionistas do que é geralmente admitido. Os palestinos também eram pan-árabes, mas por razões contrárias. [...] Seu pan-arabismo derivava de seu sentimento de que como povo de menos de um milhão de pessoas, seria incapaz de opor-se à onda de imigração judaica e colonização iniciada por um povo composto por mais de 10 milhões de pessoas, sem o apoio de todo o mundo árabe²²².

Ainda segundo Flapan, erros sucessivos cometidos quanto à separação econômica e social – “que criou um abismo entre judeus e árabes” – somados aos incitamentos e agitações anti-árabes promovidos pelos setores revisionistas – que

²¹⁹ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 29-30 (tradução nossa).

²²⁰ JABOTINSKY, Zeev. *Bi-national Palestine*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jabotinsky1>>. Acesso em: 2 jan. 2016 (tradução nossa).

²²¹ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 53.

²²² FLAPAN, Simha, op. cit., p. 22-23 (tradução nossa).

advogavam uma conquista “pelo sangue e pelo fogo”²²³ –, criaram um “círculo vicioso de violência e de tumultos” que tomou a Palestina. As previsões dos binacionalistas estavam corretas, mas, paradoxalmente, a confirmação de suas análises fizeram com que eles perdessem influência (senão tática ou estratégica, pelo menos moral). A abordagem humanista, segundo Flapan, passou a ser vista como “inútil e ineficaz”; as fórmulas de paridade, combinando uma política de migração e assentamento da população judaica com um autogoverno conjunto com a população árabe local, não tinham mais “nenhuma chance de influenciar as políticas sionistas”²²⁴.

No começo dos anos 40, Moshe Sharett, chefe do estratégico departamento político da Agência Judaica chegou a declarar que os sionistas não precisavam mais negociar com lideranças árabes: os britânicos e os americanos é que teriam, certamente, a palavra final.²²⁵ Segundo Gendzier, Weizmann e demais lideranças sionistas passaram a agir sob a leitura de que “não havia escolha entre o apoio britânico e árabe”, já que “o sionismo dependia [...] mais da boa vontade britânica do que da árabe”²²⁶.

A nova agenda de Biltmore marcou um endurecimento do discurso de Buber, refletido num diálogo fictício publicado no BeAyot HaYom, em outubro de 1944, no qual ele falava através da figura de um suposto “traidor” com um “patriota”, defensor do redirecionamento do discurso do sionismo majoritário. Nesse diálogo, o Traidor afirma que o programa de Biltmore, recrudescedor da separação árabes-judeus palestinos, levará inevitavelmente à partilha (definida pelo Traidor como uma “catástrofe sem precedentes” e rejeitada formalmente pelo Patriota²²⁷) e à transformação de parte significativa da população – de forma subentendida, os árabes palestinos – a um grupo de cidadãos de segunda classe:

se duas nações vivem no mesmo Estado e uma delas domina a outra, e se a produtividade da nação dominante é manifestamente maior, se suas habilidades e atividades na economia mundial são manifestamente maiores, a outra nação será naturalmente reduzida ao status de cidadãos de segunda classe na economia do Estado, de uma forma ou de outra. Este desequilíbrio pode ser evitado apenas se a nação dominante deliberadamente virar a balança em favor da outra nação, adicionando o

²²³ Ibidem, p. 23 (tradução nossa).

²²⁴ Ibidem p. 23 (tradução nossa).

²²⁵ Ibidem, p. 24.

²²⁶ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 28 (tradução nossa).

²²⁷ BUBER, Martin, op. cit., p. 164.

peso de sua própria força moral e assegurando a participação plena da outra nação em sua própria economia²²⁸.

O Congresso de Biltmore levou Hans Kohn, nascido em Praga, e um dos primeiros historiadores modernos sobre o nacionalismo, a um rompimento progressivo com o sionismo. Inicialmente próximo de uma solução binacional e membro do Brit Shalom, Kohn dizia que o sionismo “se tornou desesperadamente problemático porque ele inspira a um Estação-nação judeu em um país com uma maioria esmagadora árabe”²²⁹. Frente aos eventos do levante árabe de 1929, Kohn já havia escrito em seu diário que

O sionismo está fundado na ligação entre política e violência. Nossa *raison d'être* era de combinar sionismo e exigências éticas. Uma vã [tentativa], visto a contradição entre esses termos. Nós devemos nos retirar e, contanto que permaneçamos ativos, combater o sionismo²³⁰.

Menos de três meses antes, ele havia escrito uma carta a Magnes em que dizia:

Eu temo que nossos amigos não entendam a verdadeira situação: nós estamos confrontados com a revolução nacional de um povo oprimido [...]. Resta apenas agora duas vias possíveis: seja reprimir os árabes e impedi-los de sublevar-se pelo desdobramento permanente de uma potente força militar, um militarismo imperial da pior espécie – ou então o sionismo deverá no fim das contas revelar sua verdadeira face, que não tem nada a ver com o Estado, com a maioria, com o poder político [...]. Nós deveríamos todos [...] fazer tudo o que nós pudermos para encontrar um caminho em direção aos árabes e mudar inteiramente a face do sionismo à luz do pacifismo, do anti-imperialismo e da democracia – ou seja, o espírito do verdadeiro judaísmo. Agora é preciso que nós mostremos toda a pureza de nosso pensamento, que fiquemos objetivos, imparciais, que não nos deixemos dominar por interesses gregários. Nossa grande hora chegou. Eu gostaria que nós agíssemos juntos. Nunca estive tão excitado quando agora. Eu sinto que isso me toca até a raiz de toda minha consciência de homem. Se nós vacilarmos, o mínimo que seja, eu acho que o verdadeiro sionismo estará perdido²³¹.

Em setembro de 1930, Kohn se retirou do Brit Shalom acusando o grupo de ficar numa “nuvem de inocência”, “sem possibilidade de influência”²³² e deixou a Palestina na primavera de 1934 para nunca retornar, morrendo em 1971, nos Estados Unidos²³³.

Com o Plano de Partilha da Palestina proposto pela ONU em 1947 e a

²²⁸ Ibidem, p. 162 (tradução nossa).

²²⁹ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 51 (tradução nossa)..

²³⁰ Ibidem, p. 51-52 (tradução nossa).

²³¹ Ibidem, p. 52 (tradução nossa).

²³² Ibidem, p. 52 (tradução nossa).

²³³ Ibidem, p. 53.

eclosão da Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949, se seguiu o grande deslocamento populacional – planejado e executado pelas forças sionistas segundo autores como Ilan Pappé²³⁴, decorrente de ordens militares árabes segundo outros, como Efraim Karsh, ou ainda, como resultado não-planejado de circunstâncias de guerra, como argumenta Benny Morris – da população árabe dos territórios que formariam o Estado de Israel. A evacuação dos vilarejos, das vilas e das cidades e a expulsão de sua população árabe foram vendidas pela liderança no novo Estado como “fuga voluntária” e lidas como um “alívio”, uma verdadeira “simplificação miraculosa do problema de uma grande minoria árabe no Estado judeu”²³⁵. O discurso sionista oficial de convivência e não-dominação, em menos de uma década, foi transformado, ao ponto de Ben Gurion ter discursado, em maio de 1949, dizendo que

A história provou quem está ligado a esta terra e para quem este país é um luxo que pode ser cedido. Até agora, nenhum assentamento judaico, nem mesmo o mais distante, fraco e isolado, foi abandonado, enquanto que, após a primeira derrota, os árabes deixaram cidades inteiras, como Haifa e Tiberíades, apesar de não enfrentarem qualquer risco de destruição e massacre²³⁶.

A maioria da bibliografia consolidada sobre o discurso e as estratégias do movimento sionista defende que, até a Segunda Guerra mundial eclodir, apenas o grupo dos revisionistas falava abertamente sobre a criação de um Estado judeu, enquanto que os “moderados” socialistas e os centristas liderados por Chaïm Weizmann se contentavam em defender em um “lar nacional judeu”²³⁷. Segundo esta tese, o início da guerra e sobretudo o ano de 1942 modificariam a estratégia do discurso sionista. Uma semana após a invasão da Polônia pelas tropas alemãs, Ben-Gurion declarou que “a guerra de 1914-1918 nos trouxe a Declaração Balfour; dessa vez, nós devemos assegurar um Estado judeu”²³⁸. Em 1942, a simpatia de Winston Churchill pelo projeto sionista, que já vinha sendo fomentada desde o fim dos anos 30, cristalizou-se com a promessa de auxiliar na criação de um Estado de três a quatro milhões de habitantes na Palestina e de permitir aos judeus “atingir sua

²³⁴ PAPPE, Ilan. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2006.

²³⁵ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 26 (tradução nossa).

²³⁶ BEN-GURION, David. *The War Diary*, p. 387 apud FLAPAN, Simha, op. cit., p. 27 (tradução nossa).

²³⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 56.

²³⁸ BAR-ZOHAR, Michel. *Ben Gurion*. Paris: Fayard, 1986, p. 161 (tradução nossa).

liberdade e seu autogoverno estabelecendo seu próprio Estado e deixando de ser uma minoria dependendo da vontade e do prazer de outras nações”²³⁹.

No dia 6 de maio de 1942, o movimento sionista se reuniu no hotel Biltmore, em Nova Iorque. Deste histórico encontro, novos passos foram aventados: a aposta numa aproximação maior com os Estados Unidos, como reação ao distanciamento da Grã-Bretanha, simbolizado pelo Livro Branco de 1939, e a defesa aberta e oficial de um “*commonwealth* judeu” na Palestina, “integrado na organização do novo mundo democrático”²⁴⁰. Antes do final daquele ano, quase todo o movimento sionista – do Executivo Sionista aos organismos do Yichuv, passando pela Organização Sionista da América – migrou definitivamente para a estratégia de formalização da demanda por um Estado judeu na Palestina²⁴¹.

Embora a ideia de um Estado, ou um *commonwealth*, judeu não fosse formalmente um objetivo do sionismo político através de suas principais instituições, segundo Chaim Weizmann, em 1930 – portanto 12 anos antes de Biltmore e sua suposta mudança estratégica brusca –, não apenas o debate sobre um Estado judeu na Palestina, nesses termos, estava sendo tratado abertamente, como já era “impossível continuar falando sobre um Estado judeu como fizemos no período em que o mundo estava envolvido na [Primeira] Guerra”²⁴². Doze anos depois, ele mudaria completamente de ideia ao endossar ativamente o Programa de Biltmore.

O reposicionamento estratégico de Biltmore não se deu sem resistências. Ben-Gurion encarou oposição a ele dentro de seu próprio partido. Enquanto a ala mais conservadora do Mapai o seguiu fielmente, os setores mais à esquerda do partido se opuseram à nova estratégia, com o aparecimento de dissidências dentro do sindicato Histadrut, culminando com a cisão de parte delas em março de 1944 e com a criação da Ahdut HaAvoda (Unidade do Trabalho), que declarava que “nós não aceitaremos, nem agora e nem no futuro, o poder de um grupo nacional sobre um outro. Nem aceitamos a ideia de um Estado judeu, que poderia finalmente significar a dominação judaica sobre os árabes”²⁴³. Assim como o HaShomer HaTza’ir, o Ahdut HaAvoda ancorava fortemente sua ação política e sua visão do

²³⁹ WEIZMANN, Chaïm. “Palestine’s Role in the Solution of the Jewish Problem” in: *Foreign Affairs*, jan. 1942, p. 325 (tradução nossa).

²⁴⁰ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 56-57 (tradução nossa).

²⁴¹ Ibidem, p. 58.

²⁴² JEWISH Daily Bulletin. “Palestine must become bi-national state, Weizmann tells Actions Committee” in: *Jewish Daily Bulletin*, n. 1751, 29 ago. 1930, p. 1-4 (tradução nossa).

²⁴³ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 59 (tradução nossa).

sionismo nos assentamentos judaicos, de onde saíram algumas das principais vozes do sionismo abertas à coexistência com os árabes da Palestina.

Apesar de aprovado pelos setores norte-americanos do sionismo político – notadamente pela aprovação do Programa de Biltmore, em agosto de 1943, por 480 dos 502 delegados da Conferência Judaica Americana²⁴⁴ – a prova de que, pelo menos no Yichuv, a agenda de Biltmore não era unânime é que, nas eleições sindicais e para o Va’ad Leumi (Conselho Nacional) de 1944, as correntes binacionalistas obtiveram, respectivamente, 44% e 34% dos votos. Ben-Gurion, entretanto, cada vez mais forte e numa aliança pragmática com os sionistas gerais e com os revisionistas, aprovou uma resolução favorável àquela nascida em Biltmore, mas em sua interpretação mais extrema: não só o objetivo passava a ser oficialmente a criação de um Estado judeu, este Estado deveria abarcar toda a Palestina. Nascia o Programa de Jerusalém-Biltmore²⁴⁵, confirmado pela resolução da Conferência Sionista Mundial em Londres, em 1945, que exigia um “Estado judeu na Palestina”²⁴⁶.

Ainda em 1945, porém, o “Estado judeu” ou o “*commonwealth* judeu” não tinham uma definição clara entre sionistas. Naquele ano, Louis E. Levinthal, juiz da Filadélfia e presidente da Organização Sionista dos EUA, escreveu que “por um *commonwealth* nós certamente não queremos dizer um Estado que seja exclusivamente judeu”²⁴⁷. Ainda, segundo Levinthal, a instituição que deveria surgir na Palestina deveria conceder plenos direitos à população árabe ali residente num modelo semelhante ao canadense, numa formulação que poderia ser lida como próxima à ideia binacional, ainda que ele fosse um ferrenho opositor da ideia binacional:

O judeu e o árabe, dedicados a suas respectivas culturas e tradições, deverão cooperar como cidadãos livres e iguais e contribuir conjuntamente para a prosperidade e para o bem estar de um Estado unitário comum. Os cidadãos árabes do *commonwealth* judaico estarão em situação tão favorecida quanto os cidadãos francófonos do Domínio Britânico do Canadá. Será um Estado judeu livre e democrático, composto por judeus, muçulmanos, cristãos e, se houver algum, budistas também – todos compatriotas. Todos devem ser elegíveis a cargos públicos, incluindo os mais altos²⁴⁸

²⁴⁴ LEVINTHAL, Louis E. “The Case for a Jewish Commonwealth in Palestine” in: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 240, jul. 1945, p. 93-94.

²⁴⁵ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 60.

²⁴⁶ Ibidem, p. 60.

²⁴⁷ LEVINTHAL, Louis E, op. cit., p. 89 (tradução nossa).

²⁴⁸ Ibidem, p. 89 (tradução nossa).

Nesse quadro, Ben-Gurion começou uma campanha de difamação e ridicularização dos defensores do binacionalismo. Em uma carta de 1936, Ben-Gurion já ensaiava sua crítica aos binacionalistas, ao dizer a Magnes que o reitor da Universidade Hebraica “estava pronto para sacrificar a imigração pela paz”, mas ele, Ben-Gurion, não²⁴⁹. Era apenas uma continuação do que já vinha sendo feito pelos grupos da direita revisionista e militarista. Ao menos desde julho de 1945, o jornal-cartaz *Herut* (Liberdade), do Irgun então liderado por Menachem Begin, atacava o lhud como uma “organização de professores moralistas da Universidade Hebraica de Jerusalém”²⁵⁰. Weizmann, que ao longo das últimas duas décadas vinha seguindo uma estratégia de equilíbrio entre a não-oposição (em alguns casos, como já vimos, até a defesa aberta) ao projeto binacional e uma parceria estratégica com o grupo de Ben Gurion, se distanciou dos binacionalistas²⁵¹. Nos EUA, organizações sionistas próximas da proposta binacional foram pressionadas e forçadas a seguir a linha da nova agenda estabelecida em Biltmore em nome da “disciplina sionista”. Foi notável, por exemplo, a pressão feita sobre a organização sionista feminista *Hadassah*²⁵². Os defensores de um Estado binacional na Palestina passaram a ser acusados de “assimilacionistas” e, “da mesma que marxistas judeus como Rosa Luxemburgo, eram acusados de ‘auto-ódio’”²⁵³.

Levinthal, alinhado com a estratégia do líder trabalhista, definiu a política de Weizmann como um meio-termo entre a proposta revisionista de um Estado judaico dos dois lados do Rio Jordão e os que não defendiam um lar nacional, jogando os binacionalistas nesse grupo, vendo a posição destes últimos como “artificial e fantástica” a ideia de paridade das populações²⁵⁴.

Com o fim da Segunda Guerra, uma nova estratégia levou Ben Gurion e seus aliados, cada vez mais fortes no Executivo Sionista, a uma nova campanha. O Programa de Jerusalém-Biltmore foi parcialmente abandonado: a ideia de partilha passou a ser oficialmente aceita e o discurso voltou-se contra os revisionistas anti-partilha. Em 4 de agosto de 1946, a Agência Judaica propunha a aceitação da partilha, que já recebia o apoio de Harry Truman²⁵⁵; alguns meses depois, em maio

²⁴⁹ MILLER, Rory, op. cit., p. 53.

²⁵⁰ BUBER, Martin, op. cit., p. 174 (tradução nossa).

²⁵¹ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 62.

²⁵² VIDAL, Dominique, op. cit., p. 62.

²⁵³ GLASS, Charles, op. cit., p. 78 (tradução nossa).

²⁵⁴ LEVINTHAL, Louis E., op. cit., p. 90.

²⁵⁵ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 62

de 1947, o ministério das relações exteriores da URSS, se mostraria aberto à possibilidade de uma partilha da Palestina.

1.4 A ÚLTIMA BATALHA ENTRE A PARTILHA, O REVISIONISMO E A IDEIA BINACIONAL

Em uma pesquisa no arquivo digital de imprensa judaica da Livraria Nacional de Israel, foi possível encontrar referências aos termos “binacional” e “bi-nacional”, em inglês e hebraico, nas seguintes proporções²⁵⁶:

Período	1900-1904	1905-1909	1910-1914	1915-1919	1920-1924	1925-1929	1930-1934	1935-1939	1940-1944	1945-1949	1950-1954	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1975-1979
Ocorrências	1	0	0	0	0	1	42	44	38	149	1	0	4	1	2	1

Nos arquivos da Agência Telegráfica Judaica, há aproximadamente a mesma proporção, com um notável crescimento de ocorrências entre os anos 1945 e 1949, sobretudo nos anos de 1946 e 1947. Essa agitação na imprensa judaica em relação ao tema do binacionalismo se dá, sobretudo por uma espécie de última batalha entre a ideia binacional e a defesa do Estado judeu pelo revisionismo e pelo sionismo majoritário institucionalizado na Organização Sionista Mundial.

Em 1947, especialmente, no momento de funcionamento da Comissão Nacional das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), a mídia árabe e, sobretudo, a judaica acompanhou quase como a uma novela os trabalhos e as negociações em torno de possíveis soluções para a Palestina. Nesse período, além dos relatos diários das negociações institucionais, surgiram na mídia defesas de uma solução binacional para a Palestina por figuras judaicas de destaque, como o físico Albert Einstein, que defendia uma “uma administração binacional para toda a Terra Santa sob supervisão da ONU”, já que a partilha seria “sem sentido” e “não poderia trazer estabilidade para a situação interna do país”²⁵⁷, alinhando-se politicamente com Magnes, Buber e com o Ihud²⁵⁸. Segundo Einstein,

Eu preferiria muito ver um acordo razoável com os árabes na base de uma vida conjunta em paz à criação de um Estado judeu. Além de consideração prática, minha consciência da natureza essencial do judaísmo resiste à idéia

²⁵⁶ Acervo disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-press-inl>>.

²⁵⁷ ARNOLD, Abraham J. “News Summary” in: *The Sentinel*, 13 fev. 1947, p. 6 (tradução nossa).

²⁵⁸ SPINGLER, David D. “Albert Einstein: genius of the age!” in: *The Sentinel*, 3 abr. 1947, p. 93.

de um Estado judeu com fronteiras, um exército e alguma medida de poder temporal, não importa o quão modesta seja. Eu tenho medo do dano interno que o judaísmo vai sustentar - especialmente a partir do desenvolvimento de um nacionalismo estreito dentro de nossas próprias fileiras, contra a qual já tivemos de lutar fortemente, mesmo sem um Estado judeu; Nós já não somos os judeus do período macabeu. Um retorno a uma nação no sentido político da palavra seria equivalente a se afastar da espiritualização de nossa comunidade que devemos ao gênio de nossos profetas²⁵⁹.

Em junho de 1947, Martin Buber continuava com sua defesa de uma solução binacional para a Palestina. O filósofo mantinha seu posicionamento de que o lar nacional judeu na Palestina não deveria se configurar como uma nação como qualquer e em uma fala numa rádio holandesa, ele fez a seguinte declaração:

O que é realmente preciso para cada um dos dois povos vivendo um ao lado do outro, e um dentro do outro, na Palestina é autodeterminação, autonomia, oportunidade de decidir por si próprio. Mas isso certamente não significa que cada um necessita de um Estado no qual ele será o soberano. A população árabe não precisa de um Estado árabe, a fim de desenvolver o seu potencial livremente, nem a população judaica precisa de um Estado judeu para alcançar este objetivo. A sua realização em ambos os lados pode ser garantida no âmbito de uma entidade sócio-política binacional conjunta, na qual cada lado será responsável pelas matérias específicas, inerentes a ele, e os dois juntos participarão na ordenação das suas preocupações comuns. As demandas de um Estado árabe ou de um Estado judeu em toda a Terra de Israel se enquadram na categoria de "excedente" político, do desejo de alcançar mais do que é verdadeiramente necessário. A entidade sócio-política binacional, com as suas áreas de assentamento definidas e limitadas tão claramente quanto possível, e adicionalmente com cooperação econômica, na medida do possível; com completa igualdade de direitos entre os dois parceiros, independente da mudança de relação numérica entre eles; e com soberania conjunta fundada sobre estes princípios – tal entidade proveria para ambos os povos tudo o que eles realmente precisam. Se tal Estado for estabelecido, nenhum dos povos teria mais que temer a dominação pelo outro através de superioridade numérica[...].E [...] uma vez que a liberdade de autodeterminação e as oportunidades de que necessita para desenvolver-se fosse garantida para a população judaica nesta entidade sócio-política binacional e fundamentada sobre uma firme e inabalável fundamento, não haveria mais nada evitando que esta entidade se juntasse à federação dos Estados árabes; e isso por si só daria uma garantia adicional de seu status a população árabe²⁶⁰.

Apesar dos esforços feitos por Magnes durante a Segunda Guerra mundial, ele havia conseguido angariar pouco apoio entre dirigentes árabes, sionistas e britânicos para a proposta binacional. Uma exceção foi Rita Hinden, secretária sul-africana do Fabian Colonial Bureau (FCB), que auxiliou, no seio da organização, na divulgação de material do Ihud, incluía ensaios de Magnes em simpósios sobre a Palestina e tentou facilitar sua circulação junto aos altos políticos trabalhistas após

²⁵⁹ EINSTEIN, Albert. *Out of my later years*. Secaucus: Citadel Press, 1956, p. 263-264 apud TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal, op. cit., p. 53 (tradução nossa).

²⁶⁰ BUBER, Martin, op. cit., p. 199-200 (tradução nossa).

as eleições britânicas de 1945²⁶¹.

No fim de janeiro de 1947 representantes do governo britânico e da Agência Judaica se encontraram para preparar negociações com base em três possibilidades de solução para as tensões na Palestina e para um fim do mandato britânico. A primeira delas seria a aplicação do plano Morrison-Grady, que previa uma unidade federal palestina, com províncias árabes e judaicas ocupando a maior parte do país, exercendo algum tipo de autogoverno sob tutela britânica; o resto do país, formado por Jerusalém e pelo Negev seguiriam por um tempo maior sob controle britânico direto. A segunda possibilidade seria uma alternativa binacional baseada em alguma forma de cantonização. A terceira alternativa seria o plano de partilha pelo antigo secretário britânico para as colônias, Arthur Creech Jones²⁶².

Na Palestina, entre os árabes do país, crescia um movimento sindical que pregava um distanciamento dos árabes em relação ao Alto Comitê Árabe (ACA) dominado pela família Husseini e pregando posições mais conciliatórias em relação aos judeus. Uma greve conjunta de pelo menos 1.500 árabes e judeus, trabalhadores das refinarias de Haifa, chamou a atenção da imprensa da época²⁶³. A Liga de Liberação Nacional (LLN), organizada em fevereiro de 1944 e que rapidamente se tornou o polo de oposição organizada às políticas de Jamal Husseini à frente do Alto Comitê Árabe, afirmava que uma solução poderia ser encontrada através da cooperação entre árabes e judeus da Palestina. Independente das famílias árabes ricas e tradicionais, em baseando suas atividades junto aos trabalhadores urbanos, aos camponeses e aos intelectuais árabes da Palestina, a LLN lutava por um Estado da Palestina independente, governado por árabes e judeus conjuntamente. Tendo como copresidentes Emil Tuma (editor da revista *al-Ittihad*) e Fuad Nasser (presidente do Congresso Sindical Árabe), a LLN tinha lideranças como Mukhlis Amer, Mufid Nashashibi, Haidar Abdel-Shafi e Emil Habibi²⁶⁴. Em 1947, durante os trabalhos da UNSCOP Nashahibi foi um dos líderes árabes que negociou com a delegação iugoslava a sugestão minoritária de solução federal apresentada no relatório final. Habibi e Tuma se tornaram posteriormente importantes políticos intelectuais em Israel. Abdel-Shafi iria liderar a comitiva palestina na Conferência de Madri, em 1991.

²⁶¹ MILLER, Rory, op. cit., p. 61.

²⁶² KIMCHE, Jon. "Friendly Atmosphere" in: *The Palestine Post*, 31 jan. 1947, p. 1.

²⁶³ ARNOLD, Abraham J, op.cit., p. 6.

²⁶⁴ THE Sentinel. "Arab leftists gain influence" in: *The Sentinel*, 27 fev. 1947, p. 9;20.

A LLN se definia como uma força aglutinadora das massas trabalhadoras árabes e das forças progressistas da região, conciliando a luta social com a luta de independência, defendeu a necessidade de diferenciar os Aliados das forças alinhadas com o nazismo alemão (numa crítica às tendências pró-hitleristas de Amin al-Husseini), vendo a vitória na Segunda Guerra Mundial como uma “vitória dos povos contra o nazismo”²⁶⁵.

O jornal da LLN, o *al-Ittihad*, jornal árabe de maior circulação na Palestina, não acompanhava a propaganda antijudaica do Alto Comitê Árabe e nem acompanhava o ponto de vista do sionismo oficial, defendendo abertamente um Estado independente para satisfazer demandas das duas comunidades como passo essencial, rejeitando as propostas de partilha. Embora a LLN não falasse abertamente um Estado binacional, “toda sua atitude era baseada no reconhecimento do fato de que a Palestina é um país árabe-judaico”²⁶⁶ e que qualquer solução seria impossível sem se levar em conta seus habitantes judeus²⁶⁷. A essência do discurso da LLN era “deixem que judeus e árabes trabalhem juntos pela independência. Assim que a independência for conquistada, o povo – judeus e árabes – moldará sua constituição e decidirá seu próprio futuro”. Para a Liga, na Palestina independente do futuro, “judeus e árabes viveriam amigavelmente e gozarão de direitos nacionais democráticos”²⁶⁸. A Liga constituía-se, pouco a pouco, como um importante fator do movimento nacional árabe da Palestina, envolvendo-se com a criação do Congresso Sindical Árabe, que possuía cerca de 20.000 membros em 1947²⁶⁹ e incomodando a liderança de Jamal Husseini, que tentou construir a imagem da Liga como uma perigosa “ferramenta comunista”, sem grande sucesso entre as massas árabes palestinas²⁷⁰.

O *al-Ghad*, publicação da Liga dos Intelectuais Árabes (LIA), vinculada à LLN, rejeitava a ideia de uma “Palestina árabe”, defendendo o estabelecimento de um Estado democrático e independente e acusando o Alto Comitê Árabe de promover discursos “racistas e reacionários”, e recusando qualquer proposta dos “nacionalistas burgueses” de expulsão dos judeus instalados na Palestina. Segundo

²⁶⁵ BUDEIRI, Musa K. *The Palestine Communist Party, 1919-1948: Arab and Jew in the Struggle for Internationalism*. Chicago: Haymarket Books, 1979, p. 140-142 (tradução nossa).

²⁶⁶ THE Sentinel, op. cit., 27 fev. 1947, p. 9;20 (tradução nossa).

²⁶⁷ BUDEIRI, Musa K, op. cit., p. 143.

²⁶⁸ THE Sentinel, op. cit., 27 fev. 1947, p. 9;20 (tradução nossa).

²⁶⁹ Ibidem, p. 9.

²⁷⁰ Ibidem, p. 9;20.

a publicação, a única forma de manter a Palestina unida seria mostrar as possibilidade de convivência pacífica entre árabes e judeus, diferenciados constantemente do sionismo e vistos pelo *al-Ghad* como “aliados naturais” dos árabes para estabelecer uma “ordem econômica justa” na Palestina. Em uma Palestina unida, democrática e independente, defendia o jornal, os judeus formariam uma comunidade com “completa autonomia cultural e administrativa”. Com uma Palestina dividida, afirmavam seus editores de forma quase profética, o Estado judeu ocuparia territórios mais amplos que aqueles habitados por essa comunidade e, os territórios com população árabe acabariam por ser anexados por Estados vizinhos²⁷¹.

Entre junho e julho de 1947, foram realizadas as atividades *in loco* da UNSCOP. Boicotada pela maioria dos palestinos, a comissão deu espaço para o que Vidal chama de o “último duelo” entre “estatistas e binacionalistas”²⁷². Embora a Agência Judaica tivesse proibido aos opositores da nova estratégia de partilha de se apresentarem diante da UNSCOP – silenciamento que funcionou parcialmente, já que grande parte das “organizações sionistas binacionalistas se dobraram à disciplina do silêncio”²⁷³ –, algumas vozes dissidentes se levantaram durante os trabalhos do UNSCOP.

Na mídia judaica, falas de Ben-Gurion apareciam anunciando que os sionistas não iriam defender nem a continuidade do Mandato e nem uma solução binacional²⁷⁴, sugerindo um Estado judeu em parte da Palestina e continuação do Mandato nos demais territórios palestinos, posição assumida logo após por Weizmann²⁷⁵. Em discursos, Ben-Gurion definia um Estado binacional na Palestina como “politicamente e biologicamente impossível”²⁷⁶ e dizia que o binacionalismo iria “preservar o status quo e congelar o desenvolvimento do país”²⁷⁷. Um memorando da Agência Judaica que listava as possibilidades discutidas pelo organismo – continuação do mandato, uma tutela conjunta internacional, um processo de cantonização, um Estado árabe, a proposta de “paridade binacional”,

²⁷¹ BUDEIRI, Musa K, op. cit., p. 135-137.

²⁷² VIDAL, Dominique, op. cit., p. 63

²⁷³ Ibidem, p. 63 (tradução nossa).

²⁷⁴ THE Palestine Post. “Ben Gurion closes sessions” in: *The Palestine Post*, 23 mai. 1947, p. 1.

²⁷⁵ JEWISH Telegraphic Agency. “Jewish Agency will reject a U.N. proposal to make Palestine a bi-national state” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 jun. 1947.

²⁷⁶ THE Palestine Post. “Ben Gurion’s statement” in: *The Palestine Post*, 6 jul. 1947, p. 3.

²⁷⁷ Idem. “Ben-Gurion asks U.N. Committee for Jewish state; hits bi-nationalism; hints at partition” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 6 jul. 1947.

um Estado judeu e a partilha – concluía com a defesa de “um Estado judeu viável em uma área adequada da Palestina”²⁷⁸.

Em junho de 1947, a Agência Judaica anunciou que rejeitaria uma proposta da ONU de Estado binacional, segundo Moshe Sharett^{279,280}. Ao mesmo tempo, a agência proibiu o HaShomer HaTza’ir de defender solução binacional perante a UNSCOP²⁸¹ ou de promover sua proposta de administração da Palestina pelos “Três Grandes” (Estados Unidos, URSS e Reino-Unido) até uma decisão final da ONU²⁸². Apesar de criticar a decisão, a maioria do grupo, em convenção, absteve-se de participar da comissão²⁸³. Na mesma época o Alto Comitê Árabe promovia um boicote às sessões de inquérito da UNSCOP, tentando impor seu boicote aos árabes da Palestina²⁸⁴.

As lideranças majoritárias do sionismo sofreram críticas por sua mudança de posição, aceitando a lógica de partilha. Criticando diretamente Ben-Gurion Abba Hillel Silver, líder do braço norte-americano da Agência Judaica e presidente do Conselho da Agência Sionista Americana, afirmava uma espécie de traição dos dirigentes, já que “nosso movimento não se posicionou uma posição favorecendo nem a partilha e nem o binacionalismo”^{285,286}.

Os trabalhos e as negociações da UNSCOP foram acompanhados de perto pela mídia judaica, sem que fosse possível prever quais exatamente seriam as recomendações do relatório final. A variedade de atores envolvidos – eram delegados de onze Estados – impedia uma perspectiva nítida. A posição dos delegados soviéticos na UNSCOP no início dos trabalhos da comissão, seguida pelos comunistas *in loco* do Partido Comunista da Palestina (PKP), era da defesa de um único Estado independente e binacional.

Em julho de 1947, ainda havia uma grande incerteza. Os delegados da Tchecoslováquia e da Iugoslávia – Estados multinacionais – mostraram um claro

²⁷⁸ Idem. “Agency surveys event since Anglo-American report” in: *The Palestine Post*, 8 jul. 1947, p. 1 (tradução nossa).

²⁷⁹ JEWISH Telegraphic Agency, op. cit., 12 jun. 1947.

²⁸⁰ CORALNICK, Berl. “Jewish Agency will reject plan for bi-national state – Shertok” in: *The Sentinel*, 19 jun. 1947, p. 3.

²⁸¹ THE Palestine Post. “Cooperation appeal made to Arabs” in: *The Palestine Post*, 30 jun. 1947, p. 3.

²⁸² Idem. “Big Three rule for interim periode” in: *The Palestine Post*, 29 jun. 1947, p. 3.

²⁸³ Idem, op. cit., 30 jun. 1947, p. 3.

²⁸⁴ JEWISH Telegraphic Agency, op. cit., 12 jun. 1947.

²⁸⁵ Idem. “Silver puzzled by Ben Gurion’s reported proposal for Palestine Partition” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 26 mai. 1947 (tradução nossa).

²⁸⁶ THE Palestine Post. “No change in Agency policy” in: *The Palestine Post*, 26 mai. 1947, p. 1 (tradução nossa).

interesse nas propostas binacionais ou nas que acolhesse algum tipo de solução federal. A delegação indiana estava mais próxima da proposta de um Estado árabe em toda a Palestina histórica. Apenas as delegações da Guatemala e, de alguma forma, do Uruguai demonstravam uma simpatia pela proposta de um Estado sionista. O Irã mostrava-se indefinido e a Arábia Saudita aparentava estar propícia a uma “solução moderada”²⁸⁷, sem definir exatamente o que isso poderia significar.

No dia 13 de julho, é noticiado o memorando do Comitê Central do Partido Comunista da Palestina, em consonância com o posicionamento soviético, pedindo “o estabelecimento da Palestina como um Estado árabe-judeu, independente, democrático e unido” e defendendo, ainda, “a criação de condições que tornarão impossível a dominação de um povo pelo outro e que permitirão o livre e pleno desenvolvimento nacional, econômico e cultural dos árabes e dos judeus”²⁸⁸.

O representante soviético na comissão, Andrei Gromyko, acusava a administração britânica de ter transformado a Palestina em um “Estado policial e semimilitar”²⁸⁹. Em maio daquele ano, ele havia declarado que a URSS preferia um “Estado independente binacional árabe-judeu”, mas

se a solução do problema da Palestina não for possível, caso as relações entre árabes e judeus se deteriore a tal ponto que seja impossível criar um único Estado, então, e apenas assim então, a partilha da Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu será necessária^{290,291}.

Gromyko defendia que

Um Estado binacional independente é uma das soluções que merece mais atenção. Esta seria uma base razoável para uma cooperação pacífica entre judeus e árabes. Se tornar-se aparente que essa solução é infelizmente impossível por conta das relações ruins entre judeus e árabes, será então necessário considerar, em segundo lugar, a solução da partilha em dois Estados independentes. Mas tal solução só é aceitável se for impossível restaurar as relações entre judeus e árabes numa base amigável²⁹².

A posição soviética – semelhante à tchecoslovaca e iugoslava –, que defendia ainda, o fim do mandato foi mal recebida pelas delegações árabes²⁹³ e com

²⁸⁷ Idem. “American Press reports 3 Lines” in: *The Palestine Post*, 11 jul. 1947, p. 3.

²⁸⁸ Idem. “Jews bring stability to Middle East” in: *The Palestine Post*, 13 jul. 1947, p. 1 (tradução nossa).

²⁸⁹ JEWISH Telegraphic Agency. “Gromyko asks partition if bi-national state impossible; demands end to Mandate” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 mai. 1947.

²⁹⁰ Ibidem, p. 1 (tradução nossa).

²⁹¹ THE Palestine Post. “Soviet for partition if unity fails” in: *The Palestine Post*, 15 mai. 1947 (tradução nossa).

²⁹² Ibidem (tradução nossa).

²⁹³ JEWISH Telegraphic Agency, op. cit., 15 mai. 1947.

ceticismo pelos líderes da Agência Judaica, que estavam mais confiantes com a participação dos EUA²⁹⁴. A *Al HaMishmar*, revista do HaShomer TaTza'ir, entretanto, apelidou a declaração de Gromyko de “declaração Balfour soviética”²⁹⁵.

Os comunistas palestinos testemunharam perante a UNSCOP, com a participação de W. Ehrlich, Samuel Mikunis e Meir Vilner. Mikunis, em sua fala, afirmava que a Palestina do Mandato era um “Estado policial” e que os comunistas defendiam um “plano pelo qual a Palestina deveria se constituir como um Estado democrático, independente e bi-unitário, o que significa um único Estado habitado e governado pelos dois povos, judeu e árabe, gozando de direitos iguais”, definindo os planos da Agência Judaica e do Alto Comitê Árabe como “reacionários”. O plano dos comunistas palestinos exigia uma declaração imediata de independência da Palestina pela ONU e o estabelecimento de um cronograma para a retirada do Reino Unido do novo país²⁹⁶. Mikunis declarou ainda não concordar plenamente com as propostas do Ihud e de Magnes, mas declarou “apreciar seu esforço para a cooperação”²⁹⁷. Meir Vilner defendeu diante dos delegados do comitê “uma solução unitária binacional, mas nas condições de independência completa. Uma solução federal aceita pelos dois povos da Palestina responderá assim, em nossa opinião, a seus interesses comuns e a suas aspirações nacionais”²⁹⁸.

Em meados de julho, a UNSCOP iniciou os estudos sobre a possibilidade de um plano de cantonização da Palestina que previa sete cantões árabes e sete cantões judaicos, um governo federal temporário de dez anos (com um conselho composto por representantes dos cantões e conselheiros não palestinos indicados pela ONU e presidido por um governador da ONU), com a imediata evacuação britânica. Depois de dez anos, um plebiscito em cada cantão definiria a continuidade ou não do formato vigente, o reforço da união ou a realização da partilha da Palestina. Os cantões árabes seriam o de Safad, Beisan, Nablus, Hebron, Ramallah, Jafa e Gaza; os cantões judeus, Norte de Safad, Tiberíades, Sudoeste de Beisan, costa entre Haifa e Jafa (com exceção do distrito de Jafa), sul de Hebron, sul de

²⁹⁴ SMOLAR, Boris. “Between You and Me” in: *The Sentinel*, 29 mai. 1947, p. 10.

²⁹⁵ JEWISH Telegraphic Agency. “Agency fails Gromyko statement; Palestine paper calls it ‘Soviet Balfour Declaration’” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 16 mai. 1947.

²⁹⁶ THE Palestine Post. “Communist ‘Britain quit’ case” in: *The Palestine Post*, 14 jul. 1947, p. 1.

²⁹⁷ Idem. “Relations been poisoned” in: *The Palestine Post*, 16 jul. 1947, p. 3.

²⁹⁸ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 63 (tradução nossa).

Beisan, Norte do Mar Morto, Negev a partir de oito milhas ao norte de Bersheva²⁹⁹. Um artigo de 13 de julho divulgado pela Agência Telegráfica Judaica enunciava os argumentos dos defensores desta proposta: o baixo impacto econômico, pela manutenção da economia palestina daquele momento, sem grandes modificações; a possibilidade de um período de observação sob supervisão da ONU; a redução de riscos de uma guerra civil que poderia emergir com a criação de dois Estados; a garantia de segurança para os povos da Palestina; a rejeição da partilha pelos árabes e por uma parte considerável dos judeus palestinos³⁰⁰. A dificuldade em formar sete cantões com maioria judaica (apenas Tel Aviv não seria um desafio), a dificuldade de estabelecer as funções do governo federal e a mais que provável rejeição por parte da liderança sionista fazia com que esse plano fosse visto de forma cética³⁰¹.

Por fim, dois dos principais grupos judaicos binacionalistas participaram da UNSCOP: o Ihud e a Liga. Em nome do Ihud, Magnes buscou argumentar perante a comissão que a ideia binacional era forte, apoiada pelo terceiro maior partido judaico na Palestina, o HaShomer HaTza'ir, além dos comunistas. Magnes definiu ainda uma possível partilha como um “infortúnio tanto para judeus quanto para árabes”³⁰². Segundo o plano apresentado por Magnes, a cooperação árabe-judaica seria essencial para a paz na região, mas nunca teria sido uma prioridade para a Agência Judaica, para o governo britânico ou para os líderes políticos árabes; a solução binacional poderia garantir os “direitos naturais dos árabes” e os “direitos históricos dos judeus”. O plano apresentado previa que a partilha criaria imediatamente uma guerra e propunha a nomeação em número igual de judeus e de árabes para um Conselho Executivo; um período transitório sob os auspícios da ONU; uma política migratória definida por um órgão formado por judeus, árabes e pela ONU; um estágio final com o estabelecimento de um Estado da Palestina binacional independente³⁰³.

A Liga, apesar da proibição pela Agência Judaica, também não se calou. Akiba Ernst Simon, antigo membro do Brit Shalom ao lado de Martin Buber,

²⁹⁹ JEWISH Telegraphic Agency. “Cantonization plan for Palestine studied by United Nations delegates” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 13 jul. 1947.

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² Idem. “Judah Magnes urges U.N. Committee to recommend bi-national state in Palestine” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 jul. 1947 (tradução nossa).

³⁰³ THE Palestine Post. “Magnes presents bi-national programme” in: *The Palestine Post*, 15 jul. 1947, p. 1;3.

defendeu firmemente o projeto binacional da Liga: “a solução para a situação política nesse país deve ser fundada sobre o princípio do binacionalismo, a saber, a plena igualdade em direitos para as duas nações”³⁰⁴.

Magnes, o lhud e a Liga, mais uma vez, foram criticados pela imprensa sionista – pelo *The Zionist Review*, publicação da Federação Sionista Britânica, e pela *New Judea*, da Organização Sionista Mundial na Inglaterra –, acusado de tornar públicas as divisões entre sionistas e dar a impressão que as lideranças sionistas não queriam cooperar com árabes³⁰⁵.

O HaShomer HaTza'ir, constrangido pela disciplina sionista e pela proibição institucional de defender a solução binacional perante a UNSCOP, convocou uma coletiva de imprensa, onde Mordechai Bentov definiu a solução de um Estado binacional como a “solução menos repugnante” para árabes e judeus. Ainda segundo Bentov, a proposta que circulava entre sionistas como “área adequada” para uma possível partilha corresponderia a 70% da Palestina e abrigaria metade da população árabe do território³⁰⁶.

Encerradas as sessões da UNSCOP em Jerusalém, quatro membros do Comitê ainda defendiam uma solução binacional³⁰⁷ e, segundo o jornal egípcio *al-Misri*, Nuri Pasha es-Said, presidente do Senado iraquiano, fez uma proposta que seria estudada pela UNSCOP em Genebra. Baseada no Plano Morrison, um plano de solução federal, o plano de es-Said contava com o apoio do proeminente Mussa el-Alami, diretor do escritório da Liga Árabe (*Arab Offices*) em Londres³⁰⁸.

Em agosto, a delegação iugoslava propôs um plano binacional, sugerindo um parlamento palestino bicameral – uma baseada na paridade entre árabes e judeus, outra baseada no princípio de “uma pessoa, um voto” – e uma fórmula de migração acordada e, em caso de não haver acordo, de uma arbitragem pela ONU³⁰⁹. Os analistas percebiam uma divisão de opinião dos membros da comissão entre a partilha e criação de um Estado binacional, mas essa última opção se desenhava como minoritária³¹⁰. A posição majoritária parecia ser uma espécie de combinação

³⁰⁴ UNITED Nations Especial Committee on Palestine. *Report to the General Assembly, vol. III, anexo A: Oral Evidence presented at Public Meetings*, 1947, p. 114 apud VIDAL, Dominique, op. cit., p. 63 (tradução nossa).

³⁰⁵ MILLER, Rory, op. cit., p. 62

³⁰⁶ THE Palestine Post. “Hashomer Hatzair urge one state” in: *The Palestine Post*, 15 jul. 1947, p. 3.

³⁰⁷ Idem. “UNSCOP on way to Geneva” in: *The Palestine Post*, 27 jul. 1947, p. 1.

³⁰⁸ Ibidem, p. 1-2.

³⁰⁹ Idem. “Agreement on Independence” in: *The Palestine Post*, 12 ago. 1947, p. 1.

³¹⁰ Idem. “Withdrawal from Palestine urged” in: *The Palestine Post*, 13 ago. 1947, p. 1.

entre as propostas de partilha e de federação, com uma autoridade central controlando a vida econômica da região e com a saída da administração britânica³¹¹.

No fim de agosto, é anunciada a criação de três grupos de trabalho na UNSCOP para analisar e desenhar propostas: uma ficaria responsável pela proposta de dois Estados independentes, um árabe e um judeu; a segunda, por um único Estado federal; a terceira, pelos estudos sobre possibilidades de uma confederação na região³¹². Ben-Gurion usava o argumento de peso do genocídio e da insegurança³¹³, alegando que os sionistas estavam prontos a conquistar “um Estado judeu sobre uma parte significativa da Palestina, [ainda que] reafirmando nosso direito sobre toda a Palestina”³¹⁴. Os ortodoxos do Agudat e os cristãos se opunham à ideia da partilha³¹⁵, engrossando as fileiras do unitarismo. O revisionismo, órfão de seu fundador, Ze’ev Jabotinsky, morto em 1940, não se dobrou à nova estratégia de Ben-Gurion. Menahem Begin, um de seus líderes e futuro primeiro-ministro israelense, declarou que “a partição da pátria é ilegal. Ela nunca será reconhecida. [...] Eretz Israel será devolvida ao povo de Israel, em sua integralidade e para sempre”³¹⁶.

A estratégia de Ben-Gurion, entretanto, foi exitosa e o relatório final da UNSCOP foi apresentado no dia 3 de setembro com duas propostas: a proposta majoritária sugere a partilha da Palestina em dois Estados, mas no âmbito de uma união econômica; a proposta da minoria, composta por Iugoslávia, Índia e Irã, sugere um único Estado binacional federal. O relatório final da comissão de 1947 reconhecia a ideia binacional como uma ideia presente no debate³¹⁷, mas texto final da proposta majoritária se opunha firmemente à ideia:

As soluções binacionais e cantonais podem ser facilmente eliminadas. A solução binacional se opõe aos conceitos fundamentais da democracia [...] A solução cantonal implica a dissecação do país em um grande número de grupos pequenos uniformes de judeus e árabes, com poder de gerir estes vários cantões. Isto resultaria, na verdade, na criação de cerca de 200 ou mais unidades locais, o que não só seria complicado, mas também poderia levar à desordem.³¹⁸

³¹¹ JEWISH Telegraphic Agency. “UNSCOP members reportedly favor British evacuation of Palestine” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 ago. 1947.

³¹² THE Palestine Post. “UNSCOP working on three plans” in: *The Palestine Post*, 22 ago. 1947, p. 1.

³¹³ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 64.

³¹⁴ Ibidem., p. 65 (tradução nossa).

³¹⁵ Ibidem., p. 64.

³¹⁶ BEGIN, Menahem. *La Révolte d’Israël*. Editions Albatroz, 1978, p. 340 (tradução nossa).

³¹⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 63

³¹⁸ UNITED Nations Especial Committee on Palestine. *Report to the General Assembly, appendix III – Proposal for form of government*, 1947. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-unispal>>. Acesso em: 12 set. 2014 (tradução nossa).

Na mídia hebraica, o *Haaretz* condena ambas as propostas por achar que elas exigem “muitas concessões” dos judeus; o *Mishmar*, do HaShomer HaTza’ir, apoia a solução binacional³¹⁹.

A LLN, embora considerasse positivo o fato da proposta majoritária da UNSCOP reconhecer que a questão judaica não poderia ser resolvida isoladamente da região, rejeitou a ideia de partilha por considera-la uma ferramenta dos interesses anglo-americanos, mostrando uma leve preferência pela sugestão minoritária, embora afirmasse que deveria caber ao povo da Palestina decidir exatamente a forma do Estado unificado a ser criado³²⁰. Segundo os líderes da LLN, grande parte da responsabilidade sobre a proposta de partilha repousava sobre o racismo das lideranças nacionalistas palestinas conservadoras frente aos habitantes judeus da Palestina, que favoreceu argumentos de que os judeus estariam em perigo em uma Palestina majoritariamente árabe. A solução para a LLN seria, a partir daquele momento, a organização de um movimento nacional capaz de atingir a independência e baseado em comitês nacionais locais para organizar a luta por uma Palestina unida³²¹. Dirigindo-se aos judeus da Palestina, a LLN tentou convencê-los de que a partilha e a criação de um Estado judeu não trariam nem paz e nem segurança aos judeus; mais do que isso, esse Estado se transformaria numa “força desestabilizadora na região” e sua criação importaria as tensões antijudaicas da Europa para todo o Oriente Médio³²².

Em outubro, o voto soviético ainda não estava definido³²³ e atores políticos britânicos, como o Common Wealth Party – pequeno partido socialista britânico formando durante a Segunda Guerra Mundial –, apoiavam publicamente a solução binacional para a Palestina³²⁴. Aos poucos, representantes na ONU começaram a anunciar seus posicionamentos oficiais. O governo de El Salvador anunciou que iria propor uma conferência árabe-judaica para tentar chegar a uma solução negociada e aceita por ambas as partes. A representação do Uruguai anunciou que inicialmente defendia binacionalismo, mas que iria apoiar a proposta de partilha. A

³¹⁹ THE Palestine Post. “Mixed reactions to UNSCOP report” in: *The Palestine Post*, 2 set. 1947, p. 3.

³²⁰ BUDEIRI, Musa K., op. cit., p. 155.

³²¹ Ibidem, p. 156.

³²² Ibidem, p. 157.

³²³ HEIMAN, Beatrice. “Legal experts havring great time debating Palestine procedure” in: *The Sentinel*, 2 out. 1947, p. 18.

³²⁴ JEWISH Telegraphic Agency. “British Commonwealth Party to launch drive supporting bi-nationalism for Palestine” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 8 out. 1947.

Tchecoslováquia, cuja delegação na UNSCOP havia inicialmente se aproximado da proposta binacional, anunciou que iria apoiar a partilha, mas com reservas. Os representantes da Polônia anunciaram uma “preferência” pela solução binacional, mas dado a percepção de um antagonismo entre árabes e judeus, iria apoiar a partilha, dando um forte acento para a união econômica na região³²⁵.

Paralelamente, o subcomitê que havia sido criado para trabalhar sobre as propostas árabes, presidido pelo colombiano Alberto González Fernández, construía uma proposta de compromisso, envolvendo o estabelecimento de um Estado binacional, aparentemente com apoio de Líbano e Iraque, e com a expectativa de atrair a URSS e as cobiçadas “delegações neutras” sobre a questão, eventualmente mesmo o Reino Unido^{326,327,328}.

Outras negociações culminaram com um acordo entre os EUA e a URSS para pedir o fim do mandato britânico. O próprio governo britânico passou a formular ideias para estabelecer o fim do mandato, retirar-se da Palestina e garantir a independência dos territórios; o formato ainda parecia indefinido. As “forças anti-partilha” vinham, ao mesmo tempo, pensando em uma forma de garantir uma versão modificada do plano de federalização de Morrison, possivelmente com o Reino Unido como “árbitro imparcial” e uma forma de solução binacional. Noticiou-se que o gabinete de Ernest Bevin, secretário britânico de relações exteriores, apoiava as negociações nesse sentido^{329,330}.

No dia 29 de novembro de 1947, as negociações estavam encerradas e a Assembleia Geral da ONU votou, sob a presidência do brasileiro Osvaldo Aranha, as propostas da UNSCOP. A URSS havia abandonado formalmente sua crença na ideia binacional e aderindo à ideia de partilha, arrastando os votos da Ucrânia e da Bielorrússia, facilitando a vitória dessa proposta. A proposta de partilha angariou apenas 33 votos dos 56 países presentes, mas foi aprovada, apesar da oposição de todos os Estados árabes presentes, da Índia, do Paquistão, da Turquia, da Grécia,

³²⁵ Idem. “Poland, Czechoslovakia support Palestine partition at U.N.; indicate reservations” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 9 out. 1947.

³²⁶ Idem. “U.N. Sub-committee on Arab proposals to press bi-national state as ‘compromise’” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 27 out. 1947.

³²⁷ THE Palestine Post. “Sub-committee’s compromise plan” in: *The Palestine Post*, 27 out. 1947, p. 1.

³²⁸ Idem. “Britain still hoping to prevent partition” in: *The Palestine Post*, 30 out. 1947, p. 1.

³²⁹ JEWISH Telegraphic Agency. “Reported waging last-ditch battle to win cabinet packing for fight on partition” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 nov. 1947.

³³⁰ LICHTHEIM, George. “Suggestion of federal plan a trial balloon” in: *The Palestine Post*, 12 nov. 1947, p. 1;3.

do Afeganistão, de Cuba e do Irã. O Reino Unido, acompanhado de outros nove países, se absteve.

Quando a URSS mudou de posicionamento, o Partido Comunista da Palestina, único partido palestino com uma quantidade significativa de membros árabes e judeus, começou a “defender veementemente o direitos dos judeus palestinos a estabelecerem um Estado em parte da Palestina”³³¹.

Em discussões e debates internos, a liderança da LLN se dividiu entre aqueles que pregavam a manutenção de um posicionamento contra a partilha e aqueles que defendiam um alinhamento com a posição soviético. Para aqueles que defendiam o alinhamento, a união econômica poderia permitir, no futuro um processo de reunificação. Por fim, a LLN se alinhou à nova posição soviética, configurando-se assim como o único grupo político árabe que aceitou formalmente a partilha³³². No *al-Ittihad*, o posicionamento oficial da Liga demorou para surgir com clareza, mas por fim os editores anunciaram que já seria “muito tarde” para lutar por um Estado democrático unificado pela tensão entre árabes e judeus³³³.

Após a votação da AG-ONU e a aprovação da proposta de partilha, o HaShomer HaTza’ir abandonou sua plataforma binacional e também se alinhou com a ideia de criação de um Estado judeu em parte da Palestina³³⁴. Era o que Lockman chamou de “triunfo das políticas nacionalistas sobre as políticas de classe” dentro do sionismo político, que num longo processo, desde a Primeira Guerra Mundial, havia levado a “um deslocamento para a direita em parte da esquerda sionista e o fracasso da esquerda antissionista em ganhar apoio significativo na comunidade judaica”³³⁵. Em 1922, sob o comando do Histadrut, o “alicerce” do futuro Estado de Israel segundo Zeev Sternhell, Ben-Gurion disse que “a única preocupação era conquistar a terra e reconstruí-la através da imigração em massa. O resto era retórica”³³⁶. A partir dos desenvolvimentos dos meses seguintes à aprovação do Plano de Partilha pela AG-ONU, a retórica não seria mais sequer necessária.

O período entre a votação do Plano de Partilha e a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, foi marcado pela instabilidade na Palestina, pelos indícios de uma guerra civil em marcha e, na arena internacional, por novas

³³¹ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 8 (tradução nossa).

³³² BUDEIRI, Musa K., op. cit., p. 158.

³³³ Ibidem, p. 158-159.

³³⁴ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 6.

³³⁵ Ibidem, p. 3 (tradução nossa).

³³⁶ STERNHELL, Zeev, op. cit.

propostas, geralmente esquecidas. No dia 18 de março de 1948, a UNSCOP anunciou que havia sido incapaz de organizar uma trégua e recomendou uma tutela temporária para a Palestina, a fim de restaurar a paz. Warren Austin, embaixador norte-americano para a ONU anunciou que os Estados Unidos acreditavam que o Plano de Partilha da Palestina já não era uma opção viável. No dia 20 de março, o secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall propôs uma tutela temporária da ONU para a Palestina, proposta reafirma pelo presidente Harry Truman, no dia 25 daquele mês. O Ihud de Mages então felicitou o posicionamento norte-americano de sugerir uma tutela e o estabelecimento de um governo composto por árabes e judeus, esperando que eles pudessem formar a base para um único Estado binacional. O comunicado assinado por diversos membros do Ihud, entre os quais Mages, Martin Buber e Warner Senator pedia ainda o “crescimento substancial da imigração judaica e o desenvolvimento conjunto dos recursos do país, beneficiando a todos seus habitantes”³³⁷. No mês seguinte, em abril de 1948, Martin Buber definiu o Plano de Partilha como um “erro fundamental” e “suicida”, mas que poderia ser corrigido³³⁸. A reorientação do sionismo majoritário, liderado por Ben Gurion e Chaïm Weizmann, foi, entretanto exitosa: no dia 14 de maio daquele ano, era criado o Estado de Israel.

Segundo Arie Dubnov e Hanan Harif a derrota dos binacionalistas, essa “'minoría construtiva’ na batalha contra abordagens estatistas dentro do movimento sionista não colocou um fim à ideia em si”³³⁹, mas a vitória do modelo de Estado-nação foi divisor de águas decisivo na história do movimento, levando muitos intelectuais a reconsiderar suas convicções anteriores e, em muitos casos a romper com o sionismo, como é o caso de Hannah Arendt e Hans Kohn³⁴⁰.

³³⁷ JEWISH Telegraphic Agency. “Jaffa bomber. Irgun threatens ‘revolt’ unless Jewish government set up by tomorrow” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 30 mar. 1948 (tradução nossa).

³³⁸ BUBER, Martin, op. cit., p. 217-218.

³³⁹ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit (tradução nossa)..

³⁴⁰ Ibidem.

2. 1948-1996 – DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL AO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO

O período que se inicia com a criação do Estado de Israel, em 1948, em 14 de maio de 1948 e se conclui – após a assinatura dos Acordos de Oslo nos anos 90 – com o fracasso destes, em 1996, é marcado por uma evolução do discurso israelense e palestino sobre autonomia, Estado e soberania. Ainda que seja necessário reconhecer a heterogeneidade do movimento nacional palestino, do sionismo e dos demais movimentos sociais e políticos envolvidos na questão israelo-palestina, percebe-se uma evolução do discurso majoritário, passando do desejo de cada um dos movimentos nacionais sobre o conjunto da Palestina histórica até chegar a um compromisso em ceder uma parte do território, exemplificados pela assinatura de Oslo I (1993) e Oslo II (1995), com criação no “nível micro territorial [...] [de] espaços separados, mais do que compartilhados, com movimentos em direção a uma separação territorial no estágio final”³⁴¹.

Os palestinos representam, segundo os geógrafos beduíno israelense-canadense Ghazi Falah e israelense David Newman, um exemplo de sucesso em conquistar legitimidade de sua demanda por Estado junto à comunidade internacional³⁴².

Já os judeus sionistas lograram instaurar um Estado internacionalmente reconhecido – embora ainda hoje mais de 30 países não o reconheçam como um Estado, notadamente a maioria dos países da Liga Árabe. Se, em no momento do fim do mandato, apenas 7%³⁴³ das terras da Palestina estavam nas mãos de judeus³⁴⁴, com o armistício de 1949 que definiu as fronteiras internacionalmente reconhecidas do Estado, Israel controlava 77,4% do território da Palestina histórica e quase 800.000 árabes palestinos se tornaram refugiados³⁴⁵.

O estabelecimento do Estado de Israel e a guerra que se seguiu à fundação

³⁴¹ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 111-112 (tradução nossa).

³⁴² Ibidem, p. 116.

³⁴³ É interessante notar que as terras adquiridas pelo Fundo Nacional Judaico, embora representassem uma pequena parcela do território da Palestina, estavam espalhadas estrategicamente de modo a, frente ao assentamento dessas terras, esboçar uma certa continuidade territorial.

³⁴⁴ Dessas terras, em 1936, 91,3% haviam sido comprados de proprietários, dos quais 39,4% moravam na Síria e no Egito. Apenas 8,7% das terras foram adquiridos de *fellaheen*, camponeses árabes palestinos.

³⁴⁵ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 28.

do novo país culminou na chamada Nakba (tragédia, em árabe) palestina e fez praticamente desaparecer a ideia de um Estado binacional entre judeus e árabes de Israel e dos Territórios Palestinos. A ideia de um Estado binacional – desenhada então por seus opositores como “uma ingenuidade perigosa”, “deslealdade” e “traição”³⁴⁶ – precisaria de décadas para ressurgir com alguma força. Mas isso ocorreu pelos fatores gerados pelo contexto que teve suas bases estabelecidas no período entre 1948 e 1996: a criação do Estado de Israel, o regime de discriminação de árabes palestinos no interior do Estado de Israel e nos territórios ocupados e o fracasso dos planos da liderança árabe-palestina de estabelecimento de um Estado da Palestina.

Vozes do período mandatário, como Mordechai Bentov – que serviu como ministro da Habitação e Ministro do Desenvolvimento no governo de Israel – e o orientalista Aharon Cohen continuaram a apoiar a ideia de um Estado binacional mesmo depois da criação do Estado de Israel em 1948; para eles, segundo Dubnov e Harif, o binacionalismo era uma ideologia baseada em princípios³⁴⁷. E novas vozes a favor do binacionalismo surgiram na esquerda, tanto árabe-palestina quanto judaica, como a da Frente Democrática de Libertação da Palestina, de Michel Warschawski e de Noam Chomsky. Em 1975, em um artigo no *Journal of Palestine Studies*, Irene Gendzier, da Universidade de Boston, se debruçou sobre a questão binacional em Israel e na Palestina, mostrando que a ideia de um Estado binacional na Palestina histórica, de algum modo, ainda circulava, ao menos entre intelectuais³⁴⁸. No ano anterior, Chomsky havia não apenas analisado, mas defendido essa ideia. Essas posições foram, entretanto, até pelo menos 1996, absolutamente minoritárias e marginais, ao contrário do período do Mandato da Palestina, quando a proposta binacional foi mais amplamente considerada do que se costuma tradicionalmente supor.

Optei aqui por marcar a virada do fracasso de Oslo de uma forma diferente daquela que as análises mais tradicionais fazem, não utilizando o início da Segunda Intifada como símbolo do fracasso do processo dos Acordos de Oslo. Ao invés disso, utilizei o processo iniciado com o assassinato de Yitzhak Rabin, no dia 4 de novembro de 1995, e concluído com a eleição de Benjamin Netanyahu, seis meses

³⁴⁶ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 386.

³⁴⁷ DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan, op. cit.

³⁴⁸ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 12-35.

depois. O frágil – e ambíguo – meio-termo atingido nas negociações de Oslo não teria como progredir com a eleição de um líder político que se sentia confortável em discursar em uma manifestação em que se incitava o assassinato de Rabin, acima de uma enorme faixa com os dizeres “morte aos árabes”³⁴⁹, e que fez da base de sua campanha a oposição aos acordos de paz, difundindo que, se Shimon Peres (alguém longe de uma posição de revolucionário pró-Palestina) fosse eleito, ele redividiria Jerusalém, chamando as eleições de 1996 de “referendo sobre Jerusalém”³⁵⁰ – tática semelhante àquela usada nas mais recentes eleições de 2014 contra seus principais opositores³⁵¹. O retorno do Likud ao poder em Israel na segunda metade dos anos 90 encerrou, assim, o período esperançoso decorrente dos Acordos de Oslo, assinados em 1993 e 1995. O breve governo de Ehud Barak, entre 1999 e 2001, foi incapaz de retomar a esperança do período de Oslo, fracassando nas negociações de Camp David em 2000.

2.1 1948-1967 – DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL À OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS

Com a fundação do Estado de Israel e o fim da Guerra com os armistícios firmados entre o novo Estado e seus vizinhos ao longo de 1949, os dirigentes sionistas – e a partir de então, israelenses – consideraram, na prática, o “problema árabe” como liquidado pela anexação (não reconhecida internacionalmente) da Cisjordânia pela Jordânia. Segundo Flapan, numa espécie de perspectiva pan-árabe da liderança sionista, os árabes palestinos não eram vistos como uma entidade nacional específica e, portanto, não possuíam direito à autodeterminação e uma “eventual transferência para a Jordânia” despertava esperanças³⁵². A questão dos refugiados da Guerra de 1948-1949, entretanto, manteve vivo o nacionalismo palestino e o apego dos árabes da Palestina ao território³⁵³, ainda que o discurso

³⁴⁹ סרטון המתעד את ההסתה לפני רצח יצחק רבין. Disponível em: <https://youtu.be/9MTx8O_1hzU>. Acesso em: 27 dez. 2015.

³⁵⁰ MILLER, Marjorie. “Likud Salvo Accuses Peres of Wanting to Divide Jerusalem” in: *Los Angeles Times*, 19 fev. 1996. <<http://tinyurl.com/1ebn-lat96>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

³⁵¹ BYBELEZER, Henri; HOFFMAN, Gil. “Netanyahu: if Livni elected, Jews will need armored personnel to reach Western Wall” in: *The Jerusalem Post*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jpost-netanyahu>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

³⁵² FLAPAN, Simha, op. cit., p. 22-23.

³⁵³ Ibidem, p. 27.

oficial da liderança sionista pregasse que, se os árabes da Palestina fugiram durante o conflito, é porque não tinham apego à terra, e assim poderiam se fixar em outro território. As vilas e cidades palestinas destruídas em 1948 ou se tornaram ruínas, ou desapareceram, “cobertas por florestas, plantações e uma série de assentamentos urbanos e rurais”³⁵⁴.

Entre os judeus de Israel, a ideia de um único Estado compartilhado perdeu a força que tinha até o fim da guerra. Com a morte de Magnes em 1948, o Ihud abandonou a ideia de um Estado binacional e passou a adotar uma linha de luta por direitos iguais entre árabes e judeus dentro do Estado de Israel³⁵⁵. O HaShomer HaTza'ir, anteriormente um ardente defensor do Estado binacional dentro do campo sionista, fundou – junto ao trabalhista Ahdut HaAvoda e ao borochovista Po'ale Zion Smol³⁵⁶ – o Mapam (Mifleget HaPoalim HaMeuhedet – Partido Unido dos Trabalhadores), formalmente uma alternativa à esquerda do Mapai, liderado por Ben-Gurion. Para os autores mais críticos, porém, o Mapam cumpria apenas um papel de *good cop* do movimento sionista, sob o argumento de “salvar os árabes do feudalismo”, mas alinhando-se ao trabalhismo governante³⁵⁷.

Dentro do reformulado movimento nacional árabe-palestino, quatro grandes momentos da liderança majoritária se desenharam. Num primeiro momento, a partir do desenho das novas fronteiras e 1964, uma desorganização política marcou o nacionalismo árabe-palestino, centrado no discurso sobre o direito de retorno dos refugiados. Entre 1964 e 1968, predominou o discurso de “liberação total” do território para o estabelecimento de uma Palestina árabe independente. Entre 1969 e 1973, floresceu a fórmula de um único Estado democrático secular em toda a Palestina história. A partir de 1974, começou a se desenhar o discurso ainda existente de dois Estados independentes, com um Estado da Palestina, árabe, ao lado do Estado de Israel. As resoluções do Conselho Nacional Palestino demonstram essa evolução³⁵⁸.

Mas mesmo com a criação do Estado judeu, alguns judeus – agora israelenses – mantiveram, porém, sua posição contra a criação deste, como foi o

³⁵⁴ RABINOWITZ, Dan. “The Right to refuse: Abject Theory ant the Return of Palestinian Refugees” in: *Critical Inquiry*, v. 36, n. 3, 2010, p. 501 (tradução nossa).

³⁵⁵ GLASS, Charles, op. cit., p. 78.

³⁵⁶ Ibidem, p. 61.

³⁵⁷ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 6

³⁵⁸ MUSLIH, Muhammad. “Towards Coexistence: An Analysis of the Resolutions of the Palestine National Council” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 19, n. 4, 1990, p. 8.

caso de Mordechai Avi Shaul, que desde 1935 havia fundado o que se tornou a Liga Israelense pelos Direitos Civis e Humanos³⁵⁹. Outro nome do antissionismo judaico-israelense foi Uri Davis, que ganhou visibilidade em 1962 por ter sido o primeiro judeu a ser preso sob as regulamentações emergenciais de 1945. Davis escreveu *Journey out of Zionism*, influenciado pelos escritos de Martin Buber³⁶⁰ e, em 1984, integrou o Fatah palestino, definindo-se como um “palestino hebraico” e alterando seu registro em Israel, como forma de protesto, para muçulmano³⁶¹.

Inicialmente, o sentimento nacional árabe palestino era desorganizado. Foram necessárias duas décadas para que a imagem dos palestinos passasse da de refugiados árabes a uma coletividade nacional e portadora de direitos. No interior do Estado de Israel, o sentimento de pertencimento a uma coletividade diferente daquela com o qual o Estado se identificou desde seus primeiros instantes fez surgir movimentos sociais de árabes palestinos com cidadania israelense. Uma certa resistência antigoverno fez surgir, em 1958, o movimento nacional Al-Ard (a Terra), logo tornado clandestino (1964), que defendia direitos iguais entre cidadãos judeus e árabes no interior de Israel³⁶². Depois do fim do regime militar sob o qual estavam submetidos os árabes palestinos de cidadania israelense, em 1966, e da ocupação dos territórios palestinos, em 1967, as aspirações por direitos e por igualdade não cessaram.

Em grande parte, esta foi uma reação a um processo de duas mãos, de judaização e de desarabização, que, desde 1948, rege diversas políticas públicas israelenses. O êxodo de cerca de 800.000 árabes palestinos, transformados em refugiados, a destruição de mais de 400 aldeias, vilas e cidades³⁶³, a resistência ao retorno dos refugiados, a construção de assentamentos próximos ou mesmo em cima das ruínas árabes-palestinas e a percepção que cidadãos judeus nascidos em outros países tinham mais direitos que os árabes palestinos ali instalados há gerações acumularam-se como elementos da percepção de diferenciação e geradores de uma identidade a parte dentro de Israel.

No exterior dos territórios do recém-fundado Estado de Israel, os representantes dos refugiados palestinos, fracos, estavam no período pós-Nakba

³⁵⁹ GLASS, Charles, op. cit., p. 78

³⁶⁰ Ibidem, p. 79

³⁶¹ BBC. “Israeli wins Fatah top body seat” in: *BBC News*, 16 ago. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bbc-uridavis>>. Acesso em: 23 dez. 2015

³⁶² YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 747

³⁶³ Ibidem, p. 736

pouco interessados em configurações políticas e territoriais. Como relatado por Flapan, a aspiração ao retorno era

tão forte que por anos em que houve negociações entre Israel e os Estados árabes no âmbito da Comissão de Conciliação da Palestina (CCP) (Lausanne, de 1949; Paris, 1950; Genebra, 1951), os representantes dos refugiados palestinos estavam prontos a aceitar qualquer solução político-territorial que garantisse repatriamento dos refugiados e restauração de terras e propriedades³⁶⁴.

Sem obter sucesso nas tentativas de pressão sobre os representantes do novo Estado de Israel e dos países árabes para chegar a uma solução nas negociações da CCP e frente ao reconhecimento das Nações Unidas através da Resolução 194 de seus direitos “os refugiados começaram novamente a considerar uma opção militar”³⁶⁵. Foram os filhos da diáspora palestina, especificamente a segunda geração, que iniciaram a organização do Movimento Palestino de Libertação Nacional (Fatah) contra a estagnação e perpetuação da situação dos refugiados palestinos.

Em 1964, durante a Cúpula da Liga Árabe do Cairo, é idealizada a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), fato efetivado em Jerusalém, no mesmo ano. A Carta de fundação da entidade sob a liderança do pan-arabista Ahmad Shukeiri, indicava a partida dos não-autóctones³⁶⁶, ou seja, os judeus recém-chegados na região:

Art. 3º: O povo árabe da Palestina tem direito legítimo a sua pátria. Ele é uma parte inseparável da nação árabe. Ele compartilha os sofrimentos e as aspirações da nação árabe e sua luta pela liberdade, pela soberania, pelo progresso e pela unidade. [...]

Art. 6º: Os palestinos são os cidadãos árabes que viveram normalmente na Palestina até 1947, que tenham ali depois permanecido ou dali sido expulsos. Todo filho nascido de pais palestinos após essa data, seja na própria Palestina, seja no exterior, é um palestino.

Art. 7º: Os judeus de origem palestina são considerados palestinos desde que queiram viver pacífica e lealmente na Palestina [...]³⁶⁷

Pouco depois, porém, o Conselho Nacional Palestino (CNP), o mais alto corpo da organização, um quase-parlamento que definia as políticas e o programa da OLP³⁶⁸, abraçou uma proposta mais abrangente: “a reconstituição da Palestina

³⁶⁴ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 27 (tradução nossa).

³⁶⁵ Ibidem, p. 27

³⁶⁶ ACHCAR, Gilbert. *Les Arabes et la Shoah*. Arles: Sindbad, 2009, p. 340

³⁶⁷ ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina (OLP). *Charte Nationale Palestinienne*. Disponível em: <<http://www.france-palestine.org/Charte-nationale-palestinienne-de-1794>>. Acesso em: 13 dez. 2014 (tradução nossa).

³⁶⁸ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 5.

como uma república democrática não-sectária para árabes e judeus palestinos, no qual todas as comunidades compartilham uma terra natal comum com direitos e obrigações iguais”³⁶⁹.

Em 1965, em uma visita a um campo de refugiados em Jericó, território controlado pelo reino jordaniano, Habib Bourguiba, presidente da Tunísia, criticou os líderes árabes por terem recusado a proposta de Partilha da ONU em 1947 e sugeriu que o movimento nacional palestino em suas fases iniciais de organização adotasse o modelo tunisiano de processo de independência, com um Estado soberano conquistado por etapas³⁷⁰.

Inicialmente controlada por líderes tradicionais da velha geração, alinhados com o egípcio Gamal Abdel Nasser e com o jordaniano rei Hussein, a OLP foi posteriormente dominada pelo Fatah, movimento influenciado pelo pan-arabismo nasserista e pelo conceito de guerra popular de liberação do baathismo, somado às experiências argelina e vietnamita e sua estratégia de guerrilha³⁷¹.

As diferentes táticas de luta armada da OLP, a dependência financeira e territorial de outros países e uma campanha falha de des-sionização geraram inicialmente poucos resultados, mas a organização logrou ser reconhecida como a única e legítima representante do povo palestino em sua luta por Estado e autodeterminação.³⁷² Entre sua fundação e o reconhecimento pela comunidade internacional, um longo processo ocorreu. Com a Guerra de 1967, a assimetria existente entre o lado israelense e o lado árabe palestino foi amplificada³⁷³. A partir daquele momento, o Estado de Israel controlava a totalidade da Palestina histórica – os territórios internacionalmente reconhecidos de Israel somados à Faixa de Gaza e à Cisjordânia em sua integralidade, incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental – e mais os territórios sírios das Colinas do Golã e egípcios da Península do Sinai.

Um primeiro período do discurso e da tática do reformulado movimento nacional árabe-palestino, representado pela OLP, está concentrado entre as Carta de 1964 e de 1968 da organização: é o período de liberação total da Palestina. O artigo segundo de ambas as cartas definia como objetivo da organizar a “retomada da pátria usurpada em sua integralidade”, definindo a Palestina nas fronteiras do

³⁶⁹ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 117 (tradução nossa).

³⁷⁰ Ibidem, p. 117.

³⁷¹ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 39-40.

³⁷² Ibidem, p. 40-41.

³⁷³ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 116.

mandato britânico, como “uma unidade territorial indivisível”³⁷⁴, recusando qualquer tipo de divisão do território. Quando Bourguiba propôs, em 1965, que os palestinos aceitassem o Plano de Partilha da ONU, ele foi acusado de “alta traição contra a causa palestina” pelo segundo CNP³⁷⁵.

Como analisa o cientista político Muhammad Muslih, as cartas de 1964 e de 1968 da OLP são marcadas por um enorme sentimento de perda e não por vingança ou ódio. A partir na carta de 1968, reforça-se uma forte oposição ao sionismo na região³⁷⁶. É importante ressaltar que as duas cartas não reconhecem os judeus como um povo, uma etnia ou uma nação: o artigo 7º da Carta de 1964, diz que os “judeus de origem palestina devem ser considerados palestinos se quiserem viver pacificamente e lealmente na Palestina”; o artigo 6º define o palestino como aquele “residindo normalmente na Palestina até 1947”; o artigo 6º da Carta de 1968 afirma que “os judeus que residiam normalmente na Palestina até o começo da invasão sionista devem ser considerados palestinos”³⁷⁷.

Ambas as cartas igualmente consideram nulos tanto a Declaração Balfour quanto os documentos fundantes do mandato britânico, o Plano de Partilha e a criação do Estado de Israel³⁷⁸.

Os três primeiros conselhos demonstraram a confiança nos exércitos convencionais árabes como instrumento de libertação da Palestina e o 4º CNP trouxe uma mudança, colocando a luta armada popular e os próprios palestinos como agentes de libertação³⁷⁹. O artigo 4º da Carta de 1968 traz essa mudança, dizendo que “a luta armada é a única forma de libertar a Palestina” e chamando os palestinos para uma “revolução popular armada”³⁸⁰. Essa mudança, passando da perspectiva pan-árabe para uma perspectiva mais nacional, estava em consonância com a troca do termo “pátria árabe”, presente na Carta de 1964 por “pátria do povo árabe palestino” na de 1968, carregada de um acento sobre a ideia de “identidade palestina”, sobretudo pela sensação, após a Guerra de 1967, que não se poderia contar com os Estados árabes da região³⁸¹.

³⁷⁴ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 8.

³⁷⁵ Ibidem, p. 9.

³⁷⁶ Ibidem, p. 9.

³⁷⁷ Ibidem, p. 10.

³⁷⁸ Ibidem, p. 10.

³⁷⁹ Ibidem, p. 10.

³⁸⁰ Ibidem, p. 11.

³⁸¹ Ibidem, p. 11.

2.2 1967-1993 – DA OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS AOS ACORDOS DE OSLO

Numa perspectiva prática, com a Guerra de 1967 e a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (além dos territórios egípcio da Península do Sinai e sírio das Colinas de Golã), a população israelense se viu, cada vez mais, diante de uma grande população árabe-palestina, em encontros diários, no trabalho, nas ruas. Os “mitos de não-existência do povo palestino e de artificialidade do problema dos refugiados” começaram a ser destruídos e opinião pública israelense sofreu um grande choque³⁸².

Frente à nova realidade, Israel se encontrava diante de quatro alternativas: anexar os territórios ocupados, independentemente da vontade da população; expulsar a população árabe-palestina (ou pelo menos grande parte dela); reconhecer o direito dessa população à autodeterminação ou manter o *status quo* de forma indefinida.

2.2.1 CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO

O período seguinte, que vai da Guerra de 1967 e a consequente ocupação dos Territórios Palestinos até os Acordos de Oslo, no início dos anos 90, é marcado pela consolidação e pela transformação do movimento nacional palestino sob a égide do Fatah, que foi capaz de controlar a OLP, angariando o apoio dos independentes que se sentiam atraídos por suas posições “mais centristas e sua perspectiva não-ideológica”, deixando as tendências de esquerda, FDLP e FPLP como minoritárias³⁸³. Em uma pesquisa de 1986, a OLP havia conseguido atingir o apoio de 93,5% dos palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Yasser Arafat, líder do Fatah e da OLP, tinha o apoio de 78,8% desta mesma população³⁸⁴.

A Carta da OLP, de 1968, definida por Muslih como “um tipo de manifesto das crenças palestinas e o que o movimento palestino deveria atingir” numa perspectiva

³⁸² FLAPAN, Simha, op. cit., p. 31.

³⁸³ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 5-6.

³⁸⁴ Ibidem, p. 4.

ideológica e mesmo utópica, iniciou esse segundo período aqui analisado. As resoluções do CNP, entretanto, apresentam a formulação de um programa de ação a partir de uma análise da conjuntura³⁸⁵ e são importantes para demonstrar a modificação da perspectiva da liderança do movimento nacional palestino ao longo de duas décadas. Em 1988, 20 anos após a Carta de 1968 e 40 anos após a criação do Estado de Israel, o CNP, reunido em Argel, proclamou a independência do Estado da Palestina. Alguns anos depois, iniciaram-se as negociações secretas que culminaram nos Acordos de Oslo, assinados em 1993. Em 1995, Oslo II deu continuidade a esse processo.

UMA PALESTINA LAICA E DEMOCRÁTICA

O segundo período, a fase do discurso oficial de um Estado democrático secular, iniciou-se em 1969 e perdurou até 1973, entre o 5º e o 11º CNP. Nesse período, embora a OLP ainda fale em um único Estado em todo o território, a proposta deixa de ser a de um Estado árabe para se transformar na de um Estado do tipo “uma pessoa, um voto”.

Segundo Irene Gendzier, o período entre a Guerra de 1967 e a Guerra de 1973 foi marcado por um processo duplo: o aumento da superioridade econômica e militar de Israel sobre os Estados vizinhos e o ressurgimento do nacionalismo palestino, com a transformação da imagem do palestino e da própria OLP, organização que começava a tomar o caminho do distanciamento em relação aos governos dos Estados árabes:

A Organização de Libertação da Palestina, criada em 1964, foi amplamente desacreditado pela derrota de 1967 e pelo papel da sua liderança corrupta. Mas a extensão da derrota e da análise do fracasso levou a um renascimento da Organização. Embora eles não compartilhassem uma ideologia unificada, as organizações de resistência que constituem a nova OLP, sob o comando do líder do Fateh, Yasser Arafat, estavam comprometidos com a restauração dos direitos dos palestinos e uma nova política de autossuficiência. Eles não só conseguiram mudar a imagem do palestino, que tinha sido anteriormente visto exclusivamente como um refugiado, mas procuraram enfatizar sua independência em relação às nações anfitriãs que os apoiaram. À medida que as organizações de resistência amadureceram, elas conseguiram se diferenciar significativamente na natureza de suas análises sobre a situação no Médio Oriente. Seu potencial revolucionário afastou governos árabes, apanhados entre o desejo de apoiar seus objetivos e o medo do impacto da sua

³⁸⁵ Ibidem, p. 7.

presença. Políticas de resistência ativa, além disso, prometiam uma retaliação israelense. Em 1970, a guerra civil na Jordânia revelou o grau de tensão entre organizações palestinas e o Estado da Jordânia. É certo que este era um caso especial, uma vez que metade da população da Jordânia era palestina e a dinastia jordaniana estava diretamente envolvida na tomada da Cisjordânia em 1948³⁸⁶.

Com a ocupação dos Territórios Palestinos por Israel em 1967, o texto da Carta Nacional Palestina foi modificado pelo Conselho Nacional Palestino (CNP) em 1968 de forma ainda mais restritiva quanto aos judeus num futuro Estado da Palestina, aproximando-se das posições de Amin al-Husseini³⁸⁷: “Art. 6º: Os judeus que residiam normalmente na Palestina até o início da invasão sionista são considerados como palestinos”³⁸⁸.

A partir desse período, a OLP proclamava abertamente “uma luta armada e uma guerra de luta popular como único caminho para a liberação”, declarava no segundo artigo da Carta de 1968, a Palestina nas fronteiras do Mandato como “uma unidade territorial indivisível”³⁸⁹.

Em 1969, Yasser Arafat se torna o principal dirigente da OLP e, desde janeiro, estabelece como objetivo a construção de “uma Palestina progressista, democrática e não confessional, na qual muçulmanos, cristãos e judeus serão beneficiados com a liberdade de culto, trabalharão, viverão em paz e gozarão de direitos iguais”³⁹⁰. A declaração formal do novo líder da organização adiciona que

Nossa revolução palestina continua a estender sua mão hospitaleira a todos os seres humanos que querem lutar por e viver em uma Palestina democrática e tolerante, porque nós muçulmanos, cristãos e judeus sempre vivemos em paz na Terra Santa. Os árabes palestinos deram refúgio aos judeus fugindo da perseguição na Europa cristã e aos armênios cristãos fugindo da perseguição na Turquia muçulmana³⁹¹.

Como assinala Gilbert Achcar, “não se tratava mais de ‘jogar os judeus ao mar’, qualquer que fosse sua antiguidade na terra da Palestina, mas de estabelecer um Estado aberto a todos seus habitantes, autóctones ou imigrantes, sem distinção de ‘raça, cor ou religião’”³⁹². O 5º CNP, reunido em fevereiro de 1969 proclamava o

³⁸⁶ GENDZIER, Irene L, op. cit., p. 24 (tradução nossa).

³⁸⁷ ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 340-341

³⁸⁸ ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina (OLP). *Carta Nacional Palestina (1968)* apud ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 341 (tradução nossa)

³⁸⁹ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 117

³⁹⁰ RASHEED, Mohammad. *Towards a Democratic State in Palestine*. Beirute: PLO Research Center, 1970, 11-13. (tradução nossa)

³⁹¹ Ibidem, p. 11-13 (tradução nossa).

³⁹² ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 342 (tradução nossa).

objetivo de estabelecimento de uma “sociedade democrática livre” para “todos os palestinos, incluindo muçulmanos, cristãos e judeus”. Em setembro do mesmo ano, o 6º CNP trocou a palavra “sociedade” por “Estado”. O 8º CNP, reunido entre fevereiro e março de 1971 afirmava que esse Estado seria formado por “todos aqueles que querem viver em paz”, que deveriam “gozar dos mesmos direitos e obrigações”. Em janeiro de 1973, o 11º CNP pedia a construção de uma “sociedade democrática onde todos os cidadãos possam viver em igualdade, justiça e fraternidade”, “oposta a todas as formas de preconceito baseado em raça, cor ou credo”³⁹³.

Essas modificações no discurso oficial eram vistas pela liderança palestina como uma grande concessão por parte dos palestinos. Outras soluções, vistas como “parciais” ou “capitulacionistas” continuavam, sendo rejeitadas: tanto a Resolução 242 do CS-ONU, quanto a proposta de paz da URSS de dezembro de 1969 – que pedia respeito à Resolução 242 e o recuo total para Linha Verde e uma “solução justa para o problema dos refugiados” – e o Plano Rogers do mesmo mês – também baseado na fórmula de terra-por-paz da Resolução 242 – foram rejeitados pela sessão emergencial de agosto de 1970 do CNP como “reconhecimento da legitimidade do inimigo invasor”³⁹⁴. Os CNPs de fevereiro de 1981 (8º), de julho de 1971 (9º), de janeiro de 1973 (11º) mantiveram a mesma linha de recusa de “divisão do país”, afastando-se da possibilidade do estabelecimento de um mero *duwaylah* (“mini-Estado”) nos Territórios Palestinos Ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, ao invés de um verdadeiro *dawlah* (Estado)³⁹⁵.

Para a Frente Popular Para a Libertação da Palestina (FPLP), principal organização marxista-leninista da luta armada palestina, dirigida por George Habash, “o objetivo do movimento de libertação palestino é o estabelecimento de um Estado nacional democrático na Palestina no qual árabes e judeus possam viver como cidadãos iguais em direitos e em deveres”³⁹⁶. Não se tratava ainda de reconhecer o caráter nacional e étnico dos judeus – e portanto sem avançar em direitos nacionais plenos –, restringindo-se o judaísmo ao caráter confessional,

³⁹³ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 14 (tradução nossa).

³⁹⁴ Ibidem, p. 14-15.

³⁹⁵ Ibidem, p. 15.

³⁹⁶ KADI, Leila (ed.). *Basic Political Documents of the Armed Palestinians Resistance Movement*. Beirute: PLO Research Center, 1969, p. 224. (tradução nossa)

compatível dentro de um Estado palestino secular, ideia defendida por ambas as organizações.

Em 1970, a revista *Fateh* em língua inglesa publicou um artigo assinado por Mohammad Rasheed – depois incorporado ao corpo teórico da OLP – sobre os judeus e o Estado democrático proposto, que “rejeitava explicitamente qualquer distinção entre israelenses sobre a base do ano de sua chegada à Palestina” e advogava por “uma Palestina ‘democrática não confessional’, onde o árabe e o hebraico seriam ambas línguas oficiais”³⁹⁷. No mesmo artigo, entretanto, “a ideia binacional era expressamente rejeitada para afirmar a de uma igualdade em direitos dos cidadãos individuais, sem reconhecimento de uma entidade coletiva, seja ela confessional ou nacional”³⁹⁸.

É nesse período em que surgem propostas de aproximação do Neturei Karta com a OLP por concordar com seu programa de Estado único, secular e democrático para judeus, muçulmanos e cristãos e de diferenciação entre sionismo e judaísmo³⁹⁹. Oposto ao sionismo político, o rabino Moshe Lieb-Hirsch, do Neturei Karta, chegou a declarar que “nós pensamos que há espaço suficiente em Eretz Israel para dois povos, mas nenhum para o sionismo político”⁴⁰⁰.

Em março de 1972, o Rei Hussein da Jordânia propôs um “Reino Árabe Unido”, com um Estado federado nas duas margens do Jordão e com a retirada israelense dos TPO. O 10º CNP, entretanto, recusou a proposta em abril daquele ano⁴⁰¹, pregando inclusive a derrubada da monarquia hashemita⁴⁰², sobretudo por conta da desconfiança e do ressentimento advindos da liquidação da liderança palestina na Jordânia entre 1970 e 1971. Nesse período, a FPLP de George Habash e a FDLP de Nayef Hawatmeh buscaram promover uma revolução popular mais ampla, que exigiria a derrubada de regimes como o da Jordânia.

Em janeiro de 1973, o 11º CNP exigia uma atenção específica para “mobilizar as massas” da Cisjordânia e de Gaza⁴⁰³. Poucos meses depois, a guerra-surpresa de 1973 durante o feriado judaico do Yom Kippur foi encerrada com o fracasso dos Estados árabes em reconquistar os territórios do Sinai e do Golã e com a

³⁹⁷ ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 345 (tradução nossa).

³⁹⁸ Ibidem, p. 345-346 (tradução nossa).

³⁹⁹ GLASS, Charles, op. cit., p. 60.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 61.

⁴⁰¹ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 15.

⁴⁰² Ibidem, p. 16.

⁴⁰³ Ibidem, p. 17.

confirmação da ocupação israelense dos Territórios Palestinos. Em novembro de 1974, o discurso de Yasser Arafat na Assembleia Geral da ONU marcou a nova etapa estratégica do movimento nacional palestino.

UMA PALESTINA BINACIONAL

Embora alguns autores, como Tamar Hermann, definam a proposta da OLP dos anos 70, de um Estado democrático secular, como uma proposta binacionalista⁴⁰⁴, propostas árabe-palestinas de um Estado *de facto* e *de jure* binacional para árabes e judeus na Palestina histórica eram minoritárias.

A Frente Popular Democrática para a Libertação da Palestina (FPDLP) – cisão da FPLP comandada inicialmente por Nayef Hawatmeh e depois transformada em Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) – destoava dentro do movimento nacional palestino. Além de se aproximar da dita “nova esquerda” mundial pós-1968, ela levava em conta, já desde os anos 60, o caráter nacional da coletividade judaica, abraçando a ideia de uma perspectiva de igualdade entre judeus e árabes dentro de um único Estado na Palestina histórica que incluísse os direitos nacionais. Em setembro de 1969, no sexto CNP reunido no Cairo, a FPDLP apresentou um projeto de resolução que pedia o

estabelecimento de um Estado palestino democrático popular no qual os árabes e os judeus vivam sem discriminação, um Estado oposto a todas as formas de opressão nacional e de classe, e concedendo tanto aos árabes quanto os judeus o direito de desenvolver sua respectiva cultura nacional.⁴⁰⁵

Em outra ocasião, Hawatmeh declarou:

Nós dizemos abertamente aos israelenses que nós lutamos pelo estabelecimento de relações pacíficas entre os palestinos e os israelenses. Acreditamos que, de acordo com todos os precedentes históricos, viver em paz significa alcançar soluções básicas e democráticas para os problemas em um Estado unido e democrático, em que palestinos e israelenses vivam juntos com direitos e deveres iguais.⁴⁰⁶

Em janeiro 1970, Hawatmeh, em artigo publicado no semanário *al-Huriyya*, falava de uma possível estrutura federal, citando os exemplos iugoslavo e

⁴⁰⁴ HERMANN, Tamar, op. cit. p. 391

⁴⁰⁵ KADI, Leila (ed.), op. cit., p. 173-174. (tradução nossa)

⁴⁰⁶ GLASS, Charles, op. cit., p. 74 (tradução nossa).

tchecoslovaco, confirmando assim, segundo Achcar, “uma perspectiva binacional”⁴⁰⁷, além de saudar organizações israelenses antissionistas e anti-imperialistas, como o Rakah (partido comunista de maioria árabe) e o Matzpen (Organização Socialista Israelense, de maioria judaica)⁴⁰⁸.

Do outro lado da Linha Verde, na mesma época, entre os árabes palestinos com cidadania israelense, uma proposta de líderes locais, chefes de conselhos municipais, apresentou um memorando em junho de 1976 ao então primeiro-ministro Yitzhak Rabin, recusando sua proposta de definição de Israel como um “Estado judeu com uma minoria árabe” e pedindo, ao contrário, a definição de um “Estado para duas nações”, um termo em árabe traduzível como “Estado binacional”⁴⁰⁹.

O posicionamento da FPDLP, entretanto, não logrou impor-se. Embora fosse a posição “mais avançada em seu tempo ao repudiar o nacionalismo estreito e ao levar em consideração o fato nacional israelense”, ela foi, segundo Achcar, “também a mais minoritária” por conta da pressão ultranacionalista dentro do movimento nacional palestino⁴¹⁰. Além disso, a FDLP, ao adotar a tática de ataque contra a população civil israelense, como no episódio de Ma'alot em 1974, distanciou-se potencialmente da aproximação que se desenhava com movimentos de Israel.

O projeto majoritário do movimento nacional palestino, cristalizado na resolução do oitavo CNP, concluída em março de 1971, falava em um único Estado “nas duas margens do Jordão”, incluído nas “aspirações da nação árabe à libertação nacional e à unidade completa”⁴¹¹.

UM ESTADO PALESTINO AO LADO DO ESTADO DE ISRAEL

A terceira fase do discurso oficial palestino, que se inicia em junho de 1974 e segue até novembro de 1988, é marcada pela transformação da estratégia da OLP rumo à solução de dois Estados. Foi um período marcado pela Guerra Civil Libanesa e pelas invasões israelenses ao sul do Líbano em 1978 e 1982, pela polêmica visita de Sadat a Jerusalém, pelos Acordos de Camp David entre o Egito e Israel, pela paz

⁴⁰⁷ ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 348 (tradução nossa)

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 348 (tradução nossa).

⁴⁰⁹ JEWISH TELEGRAPHIC AGENCY. “Israeli Arab group rejects Rabin's definition of Israel as Jewish state” in: *Jewish Telegraphic Agency*, 8 jun. 1976.

⁴¹⁰ ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 348 (tradução nossa)

⁴¹¹ Ibidem, p. 349 (tradução nossa)

em separado entre esses dois países, assim como o início da Primeira Intifada, a formação da Frente de Rejeição, a retirada temporária da FPLP do Comitê Executivo da OLP e a revolta pela derrota da facção de Abu Musa no Fatah em 1983⁴¹².

A FDLP foi precursora em aceitar o estabelecimento de um Estado palestino em uma parte do território da Palestina histórica – ideia que só começou a ser fomentada pela OLP a partir da 12ª sessão do CNP, em 1974⁴¹³. Na Cúpula da Liga Árabe, em Rabat, no mesmo ano, a OLP é reconhecida pelos países árabes como “o único representante legítimo do povo palestino”. Em menos de um mês seria aprovada a resolução 3236 da AG-ONU, que determinava o direito palestino ao retorno como “direito inalienável”. Aceitando a Resolução 242 do CS-ONU, os Estados árabes pouco a pouco passaram a reconhecer implicitamente o Estado de Israel⁴¹⁴, até a Cúpula de Fez, em 1982, quando a legitimidade das fronteiras da Linha Verde foi, indiretamente, reconhecida⁴¹⁵.

Entre 1974 e 1988, uma nova estratégia era estabelecida pela OLP: como a ideia de um Estado democrático secular havia recebido pouco apoio internacional, ou mesmo entre círculos israelenses pró-palestinos⁴¹⁶, o objetivo deveria ser a conquista de um Estado palestino em qualquer parte da Palestina. Em junho de 1974, no Cairo, através da resolução do 20º CNP, a organização passou a preconizar uma “autoridade independente, nacional e combatente sobre toda parte liberada do território palestino”⁴¹⁷ em seu Programa de Dez Pontos, que ainda não falava em Estado, usando o termo vago de “autoridade”, embora definisse essa “autoridade nacional palestina” como uma força capaz de lutar pela “libertação completa de todo o solo palestino”⁴¹⁸.

Embora essa modificação programática e estratégica tenha sido adotada por toda a direção da OLP, logo depois é criada a Frente de Rejeição, liderada pela FPLP, que considerava que a criação de um mini-Estado palestino levaria ao abandono da luta armada e à coexistência com Israel⁴¹⁹.

A mudança de estratégia da OLP, entretanto, colhe seus frutos na área internacional: em 1976, a organização obtém o status de observador na ONU; em

⁴¹² MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 17.

⁴¹³ ACHCAR, Gilbert, op. cit., p. 349.

⁴¹⁴ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 117.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 119.

⁴¹⁶ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 18-19.

⁴¹⁷ VIDAL, Dominique, op. cit., p. 12

⁴¹⁸ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 18.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 19.

1980, a Comunidade Econômica Europeia define a autodeterminação palestina como um dos principais pontos de sua política para o Oriente Médio e pede a retirada Israel e o fim da ocupação dos territórios, iniciada em 1967⁴²⁰.

Reunido em março de 1977, o 13º CNP não fez nenhuma referência à “libertação total” em sua resolução final. O mesmo ocorreu no 14º e no 15º CNP, cujas resoluções também não possuíam qualquer referência ao “Estado democrático secular” e ensaiavam uma aceitação das resoluções da ONU sobre Palestina⁴²¹. Este foi apenas um passo da longa caminhada da OLP em direção ao abandono da defesa de um Estado único na Palestina histórico e rumo a uma estratégia de dois Estados.

Nos anos 80, a organização liderada por Arafat acata os planos de paz que cristalizariam a partilha da Palestina histórica em dois Estados independentes vivendo lado a lado: 1) o plano de paz soviético de Leonid Brejnev, de 1981, que advogava pelo “direito à existência de todos os Estados da região, incluindo Israel” e falava explicitamente de Israel nas fronteiras do armistício de 1949-67, sendo saudado pelo 15º CNP reunido em Damasco em abril daquele ano⁴²²; 2) o plano de paz saudita do príncipe Fahd, que, usando termos semelhantes, buscava as garantias para “a paz entre todos os Estados da região”⁴²³, sendo endossado pela Cúpula de Fez da Liga Árabe, em 1982; 3) a proposta conjunta franco-egípcia do mesmo ano.

Como denominador comum das propostas estava o problema palestino como questão central do conflito e a demanda por uma solução pacífica, além do reconhecimento do direito de autodeterminação dos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com a participação da OLP. Uma proposta norte-americana, de 1982, da administração Reagan, menos ousada, não falava em Estado palestino, mas contestava soberania israelense sobre os territórios e concordava com a importância da questão palestina⁴²⁴.

Em 1982, a Liga Árabe, reunida em Fez, aprovou o plano de criação de um Estado da Palestina através da retirada israelense dos TPO, chamando às garantias de segurança e reconhecimento de “todos os Estados da região”, com referência

⁴²⁰ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 118.

⁴²¹ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 19-20.

⁴²² Ibidem, p. 20.

⁴²³ VIDAL, Dominiqu, op. cit., p. 12.

⁴²⁴ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 118-119.

favorável, em seu preâmbulo, à proposta de Bourguiba, feita em 1965 aos palestinos⁴²⁵.

O 16º CNP, em fevereiro de 1983, em Argel, foi encerrado com uma resolução anunciando “apreciação e apoio” à proposta soviética e a adesão “aos princípios da Carta das Nações Unidas e às resoluções que afirmam os direitos inalienáveis do povo palestino com o objetivo de estabelecer uma paz justa e abrangente no Oriente Médio”⁴²⁶. A mesma resolução defendia ainda que “futuras relações com a Jordânia deveriam ser baseadas numa confederação entre os dois Estados”, uma concessão a Tel Aviv e Washington, que vinham Hussein como parceiro, e ao Egito, que defendia essa ideia; esta reiterada em todos os CNP subsequentes, apesar, segundo Muslih “do colapso da iniciativa conjunta da OLP-Jordânia em fevereiro de 1986”⁴²⁷.

O 18º CNP, em abril de 1987, elevou o Plano de Fez, de 1982, ao status de “quadro para a ação árabe no âmbito internacional”. A OLP, assim, aceitava a solução de 2 Estados. Na mesma ocasião, o chamado Plano Reagan foi rejeitado por “negar o estabelecimento de um Estado palestino independente”⁴²⁸. Curiosamente, o Knesset israelense também havia rejeitado o mesmo plano, mas por considera-lo como um passo para a criação de um Estado palestino⁴²⁹.

Este período é marcado também pela adoção de uma estratégia diplomática. O 12º CNP, de 1974, reconheceu a luta diplomática como importante ferramenta, tanto quanto luta armada, que deixava assim de ser a estratégia-guia da organização. O 13º CNP exigiu o direito da OLP participar de fóruns e conferências internacionais em pé de igualdade com Estados independentes. O 15º defendeu objetivo de reconhecimento da OLP para que ela pudesse agir plenamente na arena diplomática internacional. O 13º, o 17º e o 18º CNPs pediram uma conferência internacional para resolver a questão, tendo uma OLP como parte do conflito, em pé de igualdade. Por fim, o 19º CNP, em novembro de 1988 abandonou qualquer referência à luta armada e estabeleceu a diplomacia internacional como a única forma de atingir os objetivos palestinos⁴³⁰.

⁴²⁵ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 21.

⁴²⁶ Ibidem, p. 20.

⁴²⁷ Ibidem, p. 21-22.

⁴²⁸ Ibidem, p. 21.

⁴²⁹ SHIPLER, David K. "Israel rejects Reagan Plan for Palestinians' self-rule" in: *The New York Times*, 3 set. 1982.

⁴³⁰ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 22-23.

O 13º CNP já havia feito referência à aproximação com grupos judeus, definindo o estabelecimento de relações com “forças judaicas democráticas e progressistas”, posição semelhante à do 18º, que defendeu “relações com forças democráticas israelenses que apoiem a luta do povo palestino”⁴³¹. O 18º CNP, reunido em abril de 1987, já abrangia todos os elementos de acomodação necessários para pavimentar o caminho para Oslo: a aceitação de dois Estados na Palestina histórica, o reconhecimento de Israel, uma confederação com a Jordânia para viabilizar economicamente o futuro Estado da Palestina, a submissão a uma estratégia de uso de meios pacíficos, a defesa de conferência internacional sob os auspícios da ONU com base nas resoluções da organização sobre a questão palestina⁴³².

Em novembro de 1987, a Cúpula Árabe de Amã surpreendeu a liderança palestina: o conflito israelo-palestino foi ignorado das resoluções do encontro. Poucos meses depois, em julho de 1988, o rei Hussein da Jordânia abriu mão oficialmente da Cisjordânia. A direção da OLP viu, nesses elementos, um vácuo político convidativo para anexação dos TPO por Israel. O 19º CNP reunido em Argel em novembro de 1988 tomaria rumos que “mudaram para sempre a estratégia política palestina”⁴³³.

No dia 15 de novembro de 1988, o CNP reunido em Argel declara a independência do Estado da Palestina, sem especificar explicitamente suas fronteiras, mas reconhecendo as resoluções 181 da Assembleia Geral da ONU (Plano de Partilha, de 1947, incluído como “fonte de legitimidade” do Estado da Palestina) e 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (aceitas como “base” para uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio, incluindo Israel), e, assim, estabelecendo seu objetivo de formar um Estado da Palestina na integralidade da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, com capital em Jerusalém/al-Quds Oriental⁴³⁴. Na prática, a OLP passava a reconhecer a legitimidade do Estado de Israel:

Em virtude do direito natural, histórico e legal do povo árabe palestino à sua terra natal, a Palestina, e dos sacrifícios de suas sucessivas gerações em defesa da liberdade e da independência da pátria,

⁴³¹ Ibidem, p. 23.

⁴³² Ibidem, p. 23.

⁴³³ Ibidem, p. 24.

⁴³⁴ Ibidem, p. 25-26.

De acordo com as resoluções das conferências de cúpula árabes e com base na legitimidade internacional incorporados nas resoluções das Nações Unidas desde 1947, e

Através do exercício pelo povo árabe-palestino de seu direito à autodeterminação, independência política e soberania sobre seu território:

O Conselho Nacional Palestino declara por meio desta, em nome de Deus e em nome do povo árabe palestino, o estabelecimento do Estado da Palestina na terra da Palestina com sua capital em Jerusalém.

O Estado da Palestina estará ali para os palestinos, onde quer que estejam, desenvolverem sua identidade nacional e cultural e ali gozarem de plena igualdade de direitos. Suas crenças religiosas e políticas e da dignidade humana devem ser ali salvaguardados sob um sistema parlamentar democrático baseado na liberdade de opinião e na liberdade de formar partidos, no zelo da maioria pelos direitos das minorias e no respeito das minorias pelas decisões por maioria, na justiça social e na igualdade, e na não-discriminação em matéria de direitos civis por motivos de raça, religião, cor ou entre homens e mulheres, sob uma Constituição garantidora do Estado de Direito e sob um judiciário independente e tendo por base a verdadeira fidelidade à herança espiritual e cultural imemorial da Palestina de respeito à tolerância mútua, coexistência e magnanimidade entre as religiões.

O Estado da Palestina deverá ser um Estado árabe e deverá ser parte integrante da nação árabe, de sua herança e de sua civilização e do seu esforço atual para a consecução de seus objetivos de libertação, de desenvolvimento, de democracia e de unidade. [...]

Pelo espírito de nossos mártires justos, pelas massas de nosso povo árabe palestino e de nossa nação árabe e por todos os homens livres e honrados, damos o nosso compromisso solene de continuar a luta pelo fim da ocupação e ao estabelecimento da soberania e independência. [...]⁴³⁵

Os dois documentos produzidos pelo 19º CNP, o Programa Político e a Declaração de Independência, foram no mês seguinte confirmados por Arafat em Genebra, falando no “direito de todas as partes envolvidas no conflito do Oriente Médio de existir em paz e segurança [...], incluindo o Estado da Palestina, Israel e outros vizinhos, de acordo com as resoluções 242 e 338”, rejeitando todas as formas de terrorismo (individual, grupo ou Estado)⁴³⁶. Foi assim concluída a evolução da estratégia de paz da OLP⁴³⁷. Em 1993, o reconhecimento de Israel pela OLP seria formalizado nos Acordos de Oslo.

⁴³⁵ CONSELHO Nacional Palestino. *Declaration of Independence*, 15 nov. 1988 Disponível em: <<http://www.un.int/wcm/content/site/palestine/pid/12353>>. Acesso em: 3 jan. 2015 (tradução nossa)

⁴³⁶ MUSLIH, Muhammad, op. cit., p. 25-26.

⁴³⁷ Ibidem, p. 24.

2.2.2 “GRANDE ISRAEL”: EM DIREÇÃO A UM ESTADO BINACIONAL DE FATO?

Em 1967, após meses de tensão entre os países da região, num ataque surpresa, o Estado de Israel atacou e ocupou, de forma rápida e exitosa, os chamados Territórios Palestinos Ocupados (TPO), a Península do Sinai, do Egito, e a região das Colinas do Golã, da Síria. O território sobre controle israelense mais que quadruplicou, passando, em seis dias, de menos de 21.000 km² para mais de 88.000 km². A ideia da construção do “Grande Israel” nunca esteve tão próxima e a partilha da Palestina havia se tornado, para alguns, definitivamente letra morta. Para outros, era a possibilidade de usar a estratégia de “terra por paz” com os países vizinhos, tomando o caminho da partilha e da solução de dois Estados. Seria este o início do estabelecimento de um Estado binacional ou, ao menos, de um Estado único entre o Jordão e o Mediterrâneo?

O novo contexto trouxe aos governantes do Estado de Israel um controle militar desejado, mas uma indesejada responsabilidade administrativa de longo prazo sobre os habitantes palestinos dos territórios ocupados. O chamado Plano Allon foi assim se desenhando progressivamente de modo a estabelecer o controle militar israelense no Vale do Jordão e conceder algum tipo de controle das áreas mais povoadas da Cisjordânia pela Jordânia de modo que os palestinos da Cisjordânia pudessem talvez, no futuro, fazer parte “de um Estado jordaniano-palestino sob liderança hashemita ou de um arranjo federal ou confederado com a Jordânia”⁴³⁸. Essa formulação, entretanto, não foi imediata. Debates entre os membros do gabinete trabalhista pós-67 discutiram longamente sobre as soluções possíveis para a Cisjordânia. O próprio ministro Yigal defendia a ocupação como provisória, com a previsão de estabelecer um futuro Estado palestino independente em um “enclave rodeado por território israelense”. Segundo ele mesmo, deveria se tratar “não de um cantão, não de uma região autônoma, mas de um Estado independente [...] até mesmo em sua política externa”⁴³⁹. O então primeiro-ministro Levi Shkol e o ministro da defesa Moshe Dayan também defendiam a chamada “opção palestina”, com o controle israelense sobre a Cisjordânia, mas, para evitar que Israel se tornasse um Estado binacional, os cidadãos árabes dos territórios

⁴³⁸ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 121

⁴³⁹ PEDATZUR. Reuven. "The 'Jordanian Option,' the Plan That Refuses to Die" in: *Haaretz*, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-pedatzur>>. Acesso em: 8 fev. 2016 (tradução nossa).

ocupados devem ter garantido um “status especial” e alguma autonomia, eventualmente mesmo uma representatividade na ONU ou até a independência. Em 1968, a “opção jordaniana” foi então formulada por Allon e apoiada pela maior parte do gabinete (com exceção de Dayan e Shimon Peres): ao invés de uma forma, nunca definida claramente, de autonomia na Cisjordânia, os TPO seriam parcialmente entregues à Jordânia e parcialmente anexados por Israel⁴⁴⁰.

Noam Chomsky, já nos 70, não vendo qualquer perspectiva de separação pós-ocupação, declarou que “Israel vai ter que chegar a um acordo sobre o fato de que ele é um Estado judeu governando uma sociedade que, em parte, é não-judaica. Esse fato, raramente encarado de uma forma séria, sempre foi o tendão de Aquiles do sionismo”⁴⁴¹. Em seus textos e um livro da época, Chomsky anunciava o debate sobre os resultados da ocupação israelense pelo fato de, segundo ele, Israel “já ser um Estado binacional, pelo menos no sentido em que é um Estado que contém dois grupos nacionais identificáveis, judeus israelenses e árabes palestinos”⁴⁴². Para Chomsky, “a questão operativa” deveria ser “como Israel vai lidar com o fato do binacionalismo”⁴⁴³.

Amos Kenan, artista e colunista israelense, em uma perspectiva semelhante, escreveu no *Haaretz* de 18 de abril 1972 que “nós não estamos vivendo em um Estado judeu, mas em um Estado binacional”, com o nascimento de um “Israel colonialista” desde 1967⁴⁴⁴. Em 1989, os pesquisadores Ilan Peleg e Ofira Seliktar, editores da coletânea *The Emergence of a binational Israel: the second republic in the making* definiram o Estado de Israel como uma “entidade binacional” e buscaram analisar a “crescente realidade binacional de Israel”⁴⁴⁵.

Com a chegada do partido Likud, herdeiro da tradição revisionista, ao poder em Israel, em 1977, uma fórmula composta de um neo-revisionismo com ideologias nacional-religiosas, pregando a integridade territorial de Eretz Yisrael (composta pelo território internacionalmente reconhecido do Estado de Israel e pelos TPO) se tornou a base de sustentação ideológica do que Seliktar chama de Segunda República

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ CHOMSKY, Noam. “Israeli Jews and Palestinian Arabs: Reflections on a National Conflict” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 2, n. 3, 1973, p. 151

⁴⁴² Ibidem, p. 152

⁴⁴³ Ibidem, p. 152.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 155

⁴⁴⁵ PELEG, Ilan; SELIKTAR, Ofira. “Preface” in: PELEG, Ilan; SELIKTAR, Ofira (ed.). *The Emergence of a binational Israel: the second republic in the making*, 1989. Boulder: Westview Press, 1989.

Israelense⁴⁴⁶. Seliktar previa que, embora em 1985 os judeus representassem 62,5% da população da Palestina histórica e os árabes palestinos, 37%, na virada do século uma quase paridade numérica seria alcançada, forçando a realidade binacional no caso da continuidade da ocupação dos territórios palestinos⁴⁴⁷.

Neste período, uma espécie de consenso entre a liderança sionista deixou de cogitar qualquer tipo de partilha da Palestina histórica. Segundo Chomsky, “a liderança política israelense explicitamente” ignorava “qualquer noção de Estado palestino”⁴⁴⁸. Uma entrevista da época dada por Moshe Dayan, um trabalhista que posteriormente integrou a administração de Begin, ilustra bem esta leitura, não mostrando qualquer intenção de evacuação israelense dos territórios ocupados:

Em primeiro lugar, nós precisamos poder controlar completamente a Cisjordânia de um ponto de vista militar, em caso de necessidade... Em segundo lugar, a Cisjordânia não é “Jordânia”, mas sim a Judeia e a Samaria, que devem ser abertas ao assentamento judaico. Qualquer acordo deve permitir assentamentos judaicos em qualquer lugar delas. Em terceiro lugar, o que é preciso é uma ligação inteiramente diferente, muito mais próxima entre Israel e a Cisjordânia, se as áreas da Cisjordânia não permanecerem sob nossa posse.⁴⁴⁹

Segundo Sternhell,

a elite dos anos 1970 [...] acreditava que aceitar a ideia de uma dupla legitimidade na Palestina seria minar as próprias bases do sionismo. Nisso eles não eram diferentes dos autores do pensamento nacional do Partido Trabalhista, que chegaram no início do século. Os palestinos poderiam ter direitos como indivíduos, mas não como uma entidade nacional e a demanda por independência estava fora de questão⁴⁵⁰.

OCUPAÇÃO

A realidade é que, a partir de 1967, os governos e as instituições israelenses precisaram lidar com populações que nunca se objetivou integrar plenamente ao Estado de Israel: árabes egípcios do Sinai, árabes sírios do Golã e, sobretudo, os árabes palestinos da Cisjordânia, de Jerusalém/al-Quds Oriental e da Faixa de Gaza. No que tange os direitos civis, políticos e nacionais coletivos, os árabes dos TPO nunca foram integrados ao Estado de Israel. Segundo Flapan, “os líderes

⁴⁴⁶ SELIKTAR, Ofira. “Conceptualizing Binationalism: State of Mind, Political Reality or Legal Entity” *in*: PELEG, Ilan; SELIKTAR, Ofira (ed.). op. cit., p. 3.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 6-7.

⁴⁴⁸ CHOMSKY, Noam, op. cit., 1973, p. 154

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 153 (tradução nossa).

⁴⁵⁰ STERNHELL, Zeev, op. cit. (tradução nossa).

israelenses, que se esforçam para anexar e incorporar a Cisjordânia e Gaza ao estado de Israel, não oferecem nem cidadania e nem representação no Knesset para os palestinos que vivem lá”⁴⁵¹.

Mesmo nos territórios de maioria árabe palestina, formalmente anexados pelo governo israelense, mais especificamente Jerusalém/al-Quds Oriental, a maioria da população, rejeitando a renúncia a seu pertencimento palestino, tornou-se apenas uma população com direitos limitados de residência e nenhum direito político, nem sequer ao voto⁴⁵². Além disso, desde 1967, cerca de 14.000 palestinos tiveram seu status de residência permanente em Jerusalém/al-Quds revogados e 6.500 acres de terras foram expropriados para criar bairros judaicos. Os indicadores econômicos e sociais são igualmente pouco animadores: três quartos dos árabes palestinos residentes em Jerusalém vivem, hoje, abaixo da linha da pobreza, sendo 83,9% desses crianças⁴⁵³.

Mesmo entre atores do *mainstream* sionista, reconhece-se a relação entre o estabelecimento de Israel como um Estado judeu e a desigualdade de direitos. Moshe Dayan, ex-ministro da defesa israelense, disse, em maio de 1973, reconhecer que o estabelecimento do Estado de Israel foi feito “às custas e pelo deslocamento dos árabes”⁴⁵⁴. Em um artigo de julho de 1972, o jornal popular *Yediot Aharonot* foi ainda mais longe, afirmando que “não há sionismo, não há assentamentos e não há Estado judeu sem a evacuação de árabes e a expropriação [...] de terras”⁴⁵⁵. Algumas doutrinas e estratégias serviram – e seguem servindo – de base para as políticas israelenses relativas à ocupação dos TPO e aos direitos dos árabes palestinos, tanto nos territórios ocupados quanto no interior do Estado de Israel. Nesse quadro, a política de segurança israelense, o Plano Allon e seus sucessores teóricos e práticos, os assentamentos exclusivamente judaicos em territórios ocupados, o processo de judaização, a ideia de *missing reversioner* e as propostas de autonomia administrativa, planejada e limitada, são elementos que fazem parte de um sistema de ocupação e de privação de direitos.

⁴⁵¹ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 20 (tradução nossa).

⁴⁵² COURBAGE, Youssef. “L’Étonnant Renversement des Démographies Israélienne et Palestinienne (1948-2048)” in: VIDAL, Dominique (org.), op. cit., p. 90.

⁴⁵³ THE Association for Civil Rights in Israel; IR Amin. Annual Status Report: The Failing East Jerusalem Education System, ago. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-acri>>. Acesso em 1 fev. 2016.

⁴⁵⁴ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 16.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 17 (tradução nossa).

O desmonte (parcial) das “imagens demoníacas que dominaram a opinião pública por tanto tempo” acerca dos árabes, indivíduos cada vez mais presentes no dia a dia dos judeus israelenses, abriu caminho para espaços de discussão e um campo de ação. Se afastando das propostas de anexação integral dos territórios palestinos, alguns políticos e intelectuais israelenses, como Shlomo Avineri, Haim Herzog e Mordechai Gazit, passaram a rascunhar possibilidades de um Estado árabe palestino na Cisjordânia, mas como uma entidade com autonomia limitada, sob ocupação militar israelense e sem autonomia para a política externa. Mas, para esses israelenses, era uma proposta que alimentava a esperança de que seria “o primeiro [Estado árabe] a assinar um tratado de paz com Israel”⁴⁵⁶. Como bem analisa Flapan, “privado de qualquer contato com o mundo árabe, ele teria sido estigmatizado como um Estado fantoche dirigido por traidores e teria produzido uma oposição nacionalista e revolucionária entre os palestinos vivendo fora de suas fronteiras”, mas estava começando a se desenhar a ideia de separação dos dois povos por parte do *establishment* político israelense, embora a vitória militar de 1967 estimulasse a busca de fronteiras estratégicas.

Ainda que Allon não fosse visto como expansionista no quadro político israelense dos anos 60 e 70, o chamado Plano Allon, que tinha por objetivo anexar territórios da Cisjordânia, do Sinai e das Colinas de Golã, expandindo as fronteiras israelenses e implantando um sistema misto de ocupação militar com assentamentos civis, através da justificativa securitária, assim como a de mecanismo de pressão para negociações de paz com os Estados árabes, acabou simbolizando o expansionismo dos governos israelenses do pós-67. Nunca adotado oficialmente pelo Estado israelense, o Plano Allon foi, em linhas gerais, implementado, trazendo consigo uma “política de anexação unilateral *de facto*”⁴⁵⁷.

Segundo Flapan,

O Movimento por um Grande Israel, que exerceu pressão pública nesse sentido, foi criado por intelectuais proeminentes, poetas e peritos militares do Partido Trabalhista. Eles logo foram acompanhados por personalidades do partido Herut de Begin e líderes dos partidos religiosos, para quem o Plano Allon era muito minimalista – mas, no entanto, um bom ponto de partida em sua luta por uma anexação imediata e completa dos territórios ocupados em 1967. Assim, o Allon Plano serviu para unir as “pombas” e os “falcões” em uma trágica e paradoxal reviravolta de acontecimentos. Foi o Movimento Trabalhista por um Grande Israel que deu à luz o Gush Emunim, que, por razões religiosas profundas, foi pioneiro nos assentamentos na

⁴⁵⁶ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 31-32

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 32.

Cisjordânia. O governo trabalhista tentou conter esse movimento no âmbito do Plano Allon, mas não obteve sucesso. O Gush Emunim estava interessado em estabelecer-se não nas áreas de importância estratégica especificado por Allon (Vale do Jordão, Colinas de Golã, Sharm al-Shaykh, etc.), mas, sim, em lugares de significativo interesse histórico-religioso (Siquém [Nablus], Hebron, Jericó, Jerusalém Oriental), que são centros culturais do povo palestino⁴⁵⁸. O Gush Emunim politizou os partidos religiosos e afastou-os de uma coalizão com o Partido Trabalhista em direção a uma aliança com o direitista Likud. O Partido Trabalhista racionalizou sua política de assentamento unilateral dos territórios ocupados, argumentando que isto levaria os árabes a negociar a paz pelo temor de que a perda de tempo significasse perda de território.”⁴⁵⁹

O Plano Allon, fruto da assimetria que emergiu com a Guerra de 1967, era, segundo Newman e Falah, uma tentativa unilateral de solução levando em conta as preocupações exclusivas da potência vitoriosa e

não garantia nenhum grau de autogoverno significativo no interior do território autônomo, nem reconhecia a legitimidade de autogoverno baseado na liderança local com poderes reais de tomada de decisão. Ao invés disso, ele percebia a região “autônoma” como uma parcela do território que poderia ser simplesmente embrulhada e entregue a uma administração alternativa dentro de limites impostos pelo poder dominante [...] [e] incluía a proposta de estabelecimento de assentamentos judaicos ao longo do Vale do Jordão, assim como a eventual anexação de algumas das margens ocidentais da região a Israel propriamente dito⁴⁶⁰

Embora alguns argumentem que o Plano Allon poderia ter servido de ponto de partida para possíveis negociações – na lógica estratégica da “terra por paz” presente no discurso político israelense –, esse caminho não foi trilhado. Ainda segundo Flapan, o Plano Allon, pouco a pouco, “ofuscou as diferenças ideológicas entre o Partido Trabalhista e Begin e pavimentou o caminho para começar a ascensão de Begin ao poder”⁴⁶¹ – ascensão facilitada pela quase derrota militar na Guerra de 1973. Apesar da administração militar dos TPO por Dayan ter sido, dentro do governo, criticada pelo próprio Allon, ela foi capaz de se apropriar do plano para estabelecer uma política de ocupação definitiva. Segundo Flapan, muitos viram o plano Allon como

[...] uma proposta de um protetorado colonial - um bantustão israelense, completamente dependente da boa vontade de Israel para resolver seus problemas econômicos e sociais. [...] A negação do direito dos palestinos à

⁴⁵⁸ Acredito ser necessário tornar mais claro esse ponto: não se trata de dizer que o Movimento por um Grande Israel foi trabalhista ou diretamente ligado ao Partido e nem afirmar que havia laços diretos com o Gush Emunim e sim que indivíduos de ambos os agrupamentos políticos participaram da formação do movimento e que a ideia de um Grande Israel conseguiu reunir elementos de diversos pontos do espectro político israelense.

⁴⁵⁹ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 32-33 (tradução nossa).

⁴⁶⁰ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 122 (tradução nossa).

⁴⁶¹ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 34 (tradução nossa).

autodeterminação, a anexação pela força das terras árabes, a criação de assentamentos civis nos territórios ocupados, a exibição de força e arrogância, a insistência em negociações diretas com governos árabes e a recusa em estabelecer contato com a OLP, combinada com a severa repressão dos apoiadores desta nos territórios ocupados, através da expulsão, da detenção e da punição coletiva de suas famílias levou ao colapso da imagem de Israel como uma nação liberal, democrática e aspirante à paz. As práticas da administração militar na Cisjordânia foram uma negação das declarações sionistas de paz, justiça e não-dominação. O solo e o clima eram assim preparados para a ascensão ao poder de Begin em 1977, em coligação com o novo partido DASH [Movimento Democrático pela Mudança]. Ele imediatamente lançou uma política de acelerada colonização judaica; controle sobre a terra, eletricidade, água e comunicações; e incentivando a aquisição da quantidade máxima de terras e propriedades da população árabe.⁴⁶²

Era a consolidação da política que se estabeleceu a partir do final dos anos 60, de evacuar e judaizar⁴⁶³ os TPO. A doutrina do *missing reversioner*, segundo a qual os territórios palestinos não estavam sob nenhuma soberania quando foram ocupados por Israel e então não haveria para quem reverter a soberania sobre estes, se constituiu. Para os sucessivos governos israelenses, os TPO configuraram-se assim como territórios “disputados”, não podendo, neste caso, ser aplicada a Quarta Convenção de Genebra sobre as obrigações de uma potência ocupante em territórios ocupados. Os palestinos dos TPO, incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental, não são entendidos, segundo essa doutrina, como pessoas protegidas pela dita convenção, e sim como indivíduos a quem pode-se infligir transferência populacional, expropriação de terras e um regime militar⁴⁶⁴. Embora tal posição seja reconhecida e reiterada pela Suprema Corte de Israel, ela não possui qualquer apoio internacional significativo e é rejeitada claramente pela Organização das Nações Unidas e pela Corte Internacional de Justiça, notadamente através da decisão da corte sobre a legalidade da construção do muro, já nos anos 2000, sobre os territórios palestinos da Cisjordânia. À doutrina do *missing revisioner* soma-se a ideia de ocupação prolongada, que “contradiz outro princípio fundamental do direito internacional: o direito de autodeterminação nacional dos palestinos”⁴⁶⁵.

As políticas de Begin só poderiam ser implementadas, no entanto, através da força e da pressão política e militar. Seu governo foi marcado pela demissão de

⁴⁶² Ibidem, p. 31-34 (tradução nossa).

⁴⁶³ HALPER, Jeff; EPSHTAIN, Itay. *In the name of justice: ICAHD raises key issues around a single state as a step towards resolving the Israeli-Palestinian conflict*, set. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-icahd>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem (tradução nossa).

prefeitos eleitos democraticamente, pela expulsão de acadêmicos e professores demasiadamente críticos, pelo fechamento de jornais e de universidades, pela censura, por episódios de toque de recolher, pela dispersão de manifestações estudantis com armas de fogo, pela proibição de atividades culturais e políticas que expressassem aspirações nacionais palestinas⁴⁶⁶. Segundo Flapan, tentou-se criar uma “liderança colaboracionista que aceitasse a autonomia miserável” proposta por Begin, sem “poderes legislativos, controle sobre a terra e água e direito à autodeterminação”⁴⁶⁷.

As negociações de Camp David com o Egito indicavam uma “autonomia” para a população árabe sob domínio israelense. Mas, segundo Gendizer, o governo israelense desejava, por um lado, manter o controle sobre os TPO e, por outro, fomentar uma “liderança independente na Cisjordânia para proporcionar um interlocutor moderado para os israelenses”⁴⁶⁸. A partir desse momento, o discurso oficial israelense entra no período que Newman e Falah chamam de “autonomia planejada”, que se prolonga até 1985. Desde dezembro de 1977, o governo de Menachem Begin havia anunciado sua intenção de estabelecer uma “autonomia administrativa” para os palestinos da Cisjordânia (excluída Jerusalém/al-Quds Oriental) e da Faixa de Gaza, com um conselho administrativo composto por palestinos e a segurança sob responsabilidade israelense. Tratava-se de um modelo de autonomia limitado, sem poderes estatais concedidos aos palestinos e sem o reconhecimento de direitos nacionais ou de autodeterminação deste que deveriam, em determinado momento, segundo a proposta, optar entre a cidadania israelense ou jordaniana⁴⁶⁹.

Segundo Flapan,

Quando o presidente Sadat lançou sua iniciativa histórica de negociações diretas com Israel, gerando assim um processo de paz da dinâmica irresistíveis, Begin reagiu com táticas astutas, engenhosas e enganadoras que transformaram o que era para ser um primeiro passo em direção a uma paz regional global com base na solução do problema palestino em uma paz em separado com o Egito. Assim, Israel não teria mais que lidar com o maior e mais forte exército árabe. Da forma como Begin os manipulou, os acordos de Camp David abriram caminho para que ele continuasse a política de colonização judaica maciça na Cisjordânia e a anexação das Colinas de Golã e de Jerusalém Oriental.⁴⁷⁰

⁴⁶⁶ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 35.

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 35.

⁴⁶⁸ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 24 (tradução nossa).

⁴⁶⁹ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 123.

⁴⁷⁰ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 35 (tradução nossa).

Embora os Acordos de Camp David fossem conservadores e não criassem bases efetivas para um Estado palestino, é criado em 1978 o partido ultraconservador Tehiya (Renascimento), em oposição aos acordos e em defesa da ideia de Grande Israel, com dissidentes do Likud e membros do Gush Emunim. Além de defender o endurecimento da repressão aos árabes palestinos, dentro de Israel e nos TPO, segundo o partido, a “minoría árabe” dos dois lados da linha Verde só deveria ter três opções: obter a cidadania israelense, pedir o status de residente ou migrar, tendo a viagem financiada pelo governo⁴⁷¹. Fundado pela direitista Geulah Cohen, antiga participante do Irgun e do Lehi, o partido teve vida breve, durando dez anos com representação no Knesset, mas foi o protagonista da Lei de Jerusalém, proposta por Cohen e que proclamou a cidade como “capital uma e indivísivel” do Estado de Israel.

Quatro anos após Camp David, o governo de Begin ordenou a invasão do Líbano, em plena guerra civil, pelas FDI, com o nítido objetivo de liquidar militar e politicamente a OLP, tida por 95% dos palestinos dos TPO como seu representante legítimo⁴⁷². Pouco mais de três meses após o início da invasão do território libanês, as FDI deram guarita para que as milícias falangistas atacassem e massacrassem a população palestinas dos campos de refugiado de Sabra e Shatila, no sul de Beirute, região sob controle israelense. Poucos dias antes dos massacres, a liderança da OLP em torno de Arafat havia deixado o Líbano em direção à Tunísia. Frente aos massacres, em Tel Aviv, uma enorme manifestação convocada pelo Paz Agora – organização fundada quatro anos antes por soldados e militares israelenses da reserva para promover negociações que levassem à paz na região – reuniu dezenas de milhares de pessoas.

Pesquisas de opinião dos anos 80, entretanto, mostram que o governo israelense tinha raízes profundas entre seu eleitorado judaico para manter suas políticas. Estas pesquisas mostram, ainda, que havia uma grande divisão, dentro de Israel, entre a população judaica e a população árabe palestina. Segundo análises feitas por Sammy Smooha e Don Peretz, em 1980, os árabes palestinos com cidadania israelense se opunham (80,1%⁴⁷³) à negação dos palestinos como nação pelo que os autores definiram como o “consenso nacional israelense”, à anexação

⁴⁷¹ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 461.

⁴⁷² FLAPAN, Simha, op. cit., p. 35.

⁴⁷³ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 459.

de Jerusalém/al-Quds Oriental e à ideia que estava sendo abandonada pela OLP desde o começo dos anos 70, de um Estado democrático secular em toda a Palestina; defendiam o retorno às fronteiras de 1949-1967, o reconhecimento da OLP como representante do povo palestino, a formação de um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza e o direito de repatriação dos refugiados palestinos (77,9%⁴⁷⁴).⁴⁷⁵

A população israelense judaica, por outro lado, se mostrava majoritariamente contrária à retirada dos assentamentos da Península do Sinai para evitar um “precedente indesejável”⁴⁷⁶ para os demais territórios ocupados em 1967 – os TPO e as Colinas do Golã –, assim como a um modelo de autonomia que levasse à formação de um Estado palestino separado (76,9%)⁴⁷⁷. A maioria dos judeus israelenses (53,7%) se opunha ao reconhecimento da nação palestina, enquanto outros 35% só a apoiavam “sob certas circunstâncias”; 84,9% se opunham ao reconhecimento da OLP como representante legítima dos palestinos e 74,1% contra o direito de retorno dos refugiados, 20,1% sob certas circunstâncias e apenas 5,8% a favor (sendo 0% entre os líderes dos partidos à esquerda do espectro político sionista, do Mapam, do Partido Trabalhista, do Shinui, do Movimento por Direitos Cívicos e do Peace Now)⁴⁷⁸. Os assentamentos nos territórios ocupados, sobretudo no Vale do Jordão e nas Colinas do Golã, eram justificados pelos trabalhistas por razões securitárias e, pela direita do Likud, por “razões históricas, ideológicas e religiosas”⁴⁷⁹. Independente da motivação, os assentamentos eram amplamente aprovados pela população judaica e reprovados pela população árabe em Israel: no início dos anos 80, apenas 27,8% dos judeus israelenses se mostravam contrários aos assentamentos na Cisjordânia, enquanto 84,3% dos árabes palestinos com cidadania israelense se opunham às colônias civis judaicas nos TPO⁴⁸⁰.

Quanto às propostas de solução para o problema israelo-palestino, as pesquisas também mostravam uma grande distinção entre os cidadãos israelenses, árabes palestinos e judeus: 11,8% árabes se mostravam favor de um único Estado, judeus apenas 1,2%; 25,7% dos árabes apoiavam as fronteiras do Plano de Partilha

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 459.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 451.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 454.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 459.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 459.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 456.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 457.

de 1947, proposta aceita por apenas 0,3% dos judeus israelenses; por fim, o grupo majoritário, composto por 41% dos árabes palestinos de Israel, defendia dois Estados, um Estado da Palestina e um Estado de Israel, lado a lado, nas fronteiras da Linha Verde, incluindo a divisão de Jerusalém oriental; a proporção de judeus israelenses apoiando esta proposta representava era de um insignificante 1% da população. A maioria dos judeus israelenses (56,9%) posicionava-se a favor de uma fórmula ambígua, de “fronteiras atuais, com certas modificações” e uma proporção ainda maior, de 85,6%, se opunha a abrir mão de Jerusalém/al-Quds Oriental para atingir um acordo de paz⁴⁸¹.

Uma pesquisa de 1977 entre árabes palestinos com cidadania israelense, com diploma universitário, mostrava uma tendência semelhante, de aceitação da proposta de partilha: 60% deles se mostravam favoráveis à solução de dois Estados independentes vivendo lado a lado (40% eram favoráveis a um Estado palestino ao lado de Israel na Cisjordânia e em Gaza; 20% a favor de um Estado palestino segundo o Plano de Partilha de 1947. Um terço deles, porém, eram favorável a uma solução de um único Estado: 15% se alinhava com a proposta da OLP de um Estado democrático secular em toda a Palestina e uma proporção maior, de 18% do total, defendia um Estado binacional em toda a Palestina histórica. Uma pequena minoria de 4% defendia a solução de um Estado árabe palestino em toda a Palestina e 3% demais soluções reunidas⁴⁸². A ideia binacional parecia estar ressurgindo, ao menos entre os árabes palestinos dentro de Israel com nível superior.

Sammy Smootha e Don Peretz indicam que, no início dos anos 80, a política institucional israelense estava dividida entre quatro grupos. O primeiro, capitaneado pelo Likud, aderiu à ideia de um Grande Israel, com uma soberania judaica sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. O segundo, formado pelo Partido Trabalhista e pelo Mapam, formava o segundo Alinhamento e defendia concessões territoriais às populações árabes dos territórios ocupados para permitir uma confederação palestina-jordaniana. O Sheli, um pequeno partido da esquerda sionista radical, defendia um Estado judeu e um Estado palestino independente lado a lado, com uma Jerusalém/al-Quds unida, mas sob soberania compartilhada, com os refugiados palestinos, no futuro, sendo absorvidos pelo Estado palestino. O quarto grupo, do Rakah, defendia a retirada total dos TPO, incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental, para

⁴⁸¹ Ibidem, p. 457

⁴⁸² Ibidem, p. 472-473.

permitir a criação de um Estado palestino independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza; para o Rakah, os direitos dos refugiados deveriam se reconhecidos inclusive no interior de Israel, nas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Um quinto grupo, foram da política institucional, era o do Movimento Progressista Nacional, um movimento nacionalista radical, sobretudo de estudantes árabes, alinhado com a ideologia e a liderança da OLP, não reconhecendo os judeus como uma nação e defendendo o estabelecimento de um Estado democrático secular em toda a Palestina histórica.⁴⁸³

As análises realizadas por Smootha e Peretz mostram que existia nos anos 80 uma espécie de “consenso operativo” israelense formado pelo Likud e pelo Maarakh (*Alinhamento*, unindo o Partido Trabalhista e o Mapam). Este consenso se daria por sete pontos: 1) a favor do tratado israelo-egípcio; 2) contra o retorno às fronteiras de 1949-67; 3) a recusa em alterar a anexação de Jerusalém/al-Quds Oriental; 4) a oposição ao reconhecimento dos palestinos como nação; 5) a oposição ao reconhecimento da OLP como ator político legítimo; 6) a oposição ao estabelecimento de um Estado palestino ao lado de Israel; 7) contra a repatrição de refugiados árabes palestinos⁴⁸⁴. Segundo os autores, este consenso do *establishment* partidário israelense-sionista estaria em dissonância com o consenso operativo internacional. Este último era seguido, dentro do espectro político israelense, pelos pequenos Sheli e Rakah, com os quais estava alinhado o minoritário eleitorado árabe: 70,9% do eleitorado palestino dentro de Israel estava então alinhado com os posicionamentos do Rakah, enquanto a população judaica estava alinhada em 58,7% dos casos com o Maarakh e 29,5% com o Likud⁴⁸⁵. Percebe-se, desse modo, que a ocupação israelense e os passos para um processo de anexação de territórios conquistados em guerras (um ato ilegal segundo o Direito Internacional), assim como a negação dos direitos nacionais dos palestinos e do direito ao retorno dos refugiados eram elementos políticos apoiados pela maioria da população judaica de Israel.

Uma parte da esquerda israelense, antissionista, via como falsa a polarização entre a esquerda e a direita dentro do sionismo. O principal grupo da esquerda israelense antissionista, o Matzpen, fundado em 1962 via Israel como um Estado

⁴⁸³ Ibidem, p. 461-462.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 462.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 463-468

colonial ao mesmo tempo em que reconhecia o direito dos judeus israelenses à autodeterminação, mas sem a formação de um Estado sionista às custas da população árabe local. O grupo defendia um processo de “des-sionização de Israel”, solidário à “luta do povo árabe palestino contra a opressão e a negação de seus direitos pelo sionismo” e no quadro de uma revolução socialista regional combinada com direito de autodeterminação dos povos não-árabes e integração de Israel à união regional socialista que surgiria. A partir de 1967, o Matzpen passou a recrutar membros árabes palestinos e a ensaiar um discurso de luta por um futuro comum, mantendo contato com a posteriormente binacionalista FDL⁴⁸⁶.

A análise do Matzpen quanto ao caráter de Israel via nele um colonialismo atípico. Para o grupo, “enquanto a natureza do colonialismo clássico é primariamente explorar, o colonialismo sionista desloca e expulsa”⁴⁸⁷. Ainda, segundo o Matzpen, as “três conquistas” (a conquista da terra, a conquista do trabalho e o produto da terra) configuravam táticas de colonização para deslocar os árabes palestinos e invisibilizar sua presença⁴⁸⁸.

O Matzpen não era o único grupo político ou movimento social que, sob essa ótica, analisava a necessidade de se opor, dentro de Israel, à ocupação dos territórios palestinos. No começo dos anos 70, movimentos sociais se mobilizaram em campanhas, como a recusa de alistamento militar ou de serviço militar nos TPO, que lançaram na mídia nomes de militantes independentes ou de pequenos grupos de esquerda, como Marius Shattner, Giora Neumann, Reuben Lassman, Irith Yacobi, Yossi Kotev, Ehud Adiv, Dan Vered e Rami Livneh. Em setembro de 1972, era formada uma Frente Anti-Fascista, contra a direita israelense e contra a ocupação dos TPO, reunindo, além do Matzpen, os Panteras Negras⁴⁸⁹, o SIACH (Nova Esquerda Israelense), a Aliança Comunista Revolucionária, a Vanguarda (Aliança dos Trabalhadores). A grande mídia israelense começou, nessa época, a cunhar termos como *matzpen* e *matzpenik* para se referir pejorativamente aos que teriam uma “opinião esquerdista perigosa ou irresponsável”⁴⁹⁰. Apesar da visibilidade nesse período, o Matzpen passou por diversas cisões, de onde surgiram outros grupos,

⁴⁸⁶ LOCKMAN, Zachary, op. cit. p. 14.

⁴⁸⁷ GLASS, Charles, op. cit., p. 65

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 66

⁴⁸⁹ Movimento formado por membros da segunda geração de judeus israelenses originários do Norte da África (sefaraditas) e do Oriente Médio (mizrahi), inspirado pelo movimento por direitos civis dos negros nos EUA e exigindo igualdade entre os israelenses de origem europeia e médio-oriental.

⁴⁹⁰ GLASS, Charles, op. cit., p. 73

como a Aliança Comunista Revolucionária, o Matzpen-Marxista, a Liga Comunista, a Frente Vermelha, a Facção Proletária e a Vanguarda (Aliança dos Trabalhadores)⁴⁹¹.

Quanto à solução institucional para a questão israelo-palestino, o Matzpen defendia a criação de uma extensa federação no Oriente Médio com a ampliação do direito de autodeterminação dos árabes palestinos, dos judeus israelenses, mas também de outros povos não-árabes, como os curdos e os sudaneses do sul. A Aliança Comunista Revolucionária falava em uma “imediata partilha da Palestina em dois Estados nacionais assegurando plenos direitos democráticos para a minoria de cada povo que permanecer em suas fronteiras”, combinada como o direito de retorno dos refugiados e a posterior integração dos dois Estados numa grande “democracia multinacional” do Oriente Médio⁴⁹².

A esquerda israelense antissionista geralmente se opunha ao programa de um Estado secular democrático da OLP por considerar que ela relevava os judeus à posição de merda comunidade religiosa. Mesmo Ilan Halevi, judeu antissionista francês que integrou a OLP, afirmava que os judeus israelenses foram formados por um processo colonial, mas existem e a perspectiva de um Estado democrático secular da OLP, sem direitos nacionais judaicos reconhecidos, significaria “desmantelá-los enquanto nacionalidade”⁴⁹³.

A perspectiva regional do Matzpen levou a críticas às propostas binacionais. Moshé Machover e Jabra Nicola, do grupo, definiram o binacionalismo como “uma criação artificial que sapara os árabes palestinos do resto do mundo árabe e do processo revolucionário em curso no mesmo”. Além de defender uma “revolução social abrangente”, eles firmaram igualmente no mesmo artigo conjunto de 1969 que, “em uma estrutura binacional não há garantias inerentes que um dos dois grupos nacionais não irá dominar o outro”⁴⁹⁴. Eli Lobel, em artigo de fevereiro de 1972, sobre o crescimento em força do militarismo na sociedade israelense, afirmava que os binacionalistas do período do mandato tinham uma “ideologia burguesa” e “extremista”, que “se aproxima do modelo sul-africano”.⁴⁹⁵

⁴⁹¹ Ibidem, p. 70

⁴⁹² Ibidem, p. 75

⁴⁹³ Ibidem, p. 73-74

⁴⁹⁴ MACHOVER, Moshé; NICOLA, Jabra. *The Middle East at the Crossroads*, 1969. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-machover-nicola>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

⁴⁹⁵ LOBEL, Eli. *Military Escalation Within Israeli Society*, 1972. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-lobel>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

Outro nome do antissionismo e do antibinacionalismo era Uri Avnery, primeiro editor da publicação *Haolam Hazeh*. Para Avnery, desde os anos 70, o “sionismo está morto” por conta de sua série de dogmas que não teriam mais força na sociedade israelense: o de que judeus do mundo formam uma única nação, de que Israel é um Estado judeu, criado pelos judeus e para os judeus de todo o mundo, que a dispersão judaica é temporária e que acolher os exilados é a essência de Israel⁴⁹⁶. Hoje, Avnery mudou sua posição e não se define mais como um antissionista.

Entre os quadros do Matzpen e do antissionismo israelense de esquerda, estava Michael Warschawski (Mikado), judeu francês, de uma família que lutou na resistência contra a ocupação alemã e que foi, inicialmente, para Israel realizar estudos talmúdicos. Além de ingressar no Matzpen em 1967, participou, em 1982, da fundação do Yesh Gvul, movimento de oficiais da reserva e de soldados contra a guerra no Líbano. Dois anos depois, em 1984, fundou o Alternative Information Center, organização ainda ativa que reúne “diversos movimentos pacifistas israelenses e organizações palestinas”⁴⁹⁷. Desde esse período, Mikado defende uma solução binacional para o conflito israelo-palestino.

Em sucessivos relatos, escritos e entrevistas, Mikado analisa o sionismo como uma movimento autodefinido como colonial, pelo uso de palavras como *yishuv* (que se traduz literalmente por “colônia”) e por “estabelecer um projeto colonial de povoamento” similar àqueles da Austrália e da América do Norte, na linha europeia do século XIX, que “via o terceiro mundo como uma grande selva, claro que com indígenas, mas também como avestruzes, camelos e palmeiras”. Segundo Warschawski, “o sionismo não é diferente de outros movimentos coloniais”⁴⁹⁸.

Os relatos de Mikado contestam a visão de que a criação de ligações e contatos e ações conjuntas entre judeus israelenses e árabes palestinos dos território seria impossível. Ele iria, pessoalmente, colaborar com a impressão de materiais da FPLP, o que lhe rendeu um processo por “prestar serviços a organizações ilegais” e uma condenação de 20 meses de cadeia. Em uma entrevista do ativista, ele faz o seguinte relato:

⁴⁹⁶ GLASS, Charles, op. cit., p. 62-63

⁴⁹⁷ WARSCHAWSKI, Michael. “Il s’agit ‘de punir les palestiniens du seul fait qu’ils continuent à exister” (entrevista) in: *Article 11*, 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-warschawski1>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

⁴⁹⁸ Idem. “Israël est désormais une société néo-conservatrice” (entrevista) in: *Article 11*, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-warschawski2>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

No seio de nosso pequeno grupo, que eu integrei em 1968, a primeira coisa que fizemos no começo da ocupação foi procurar parceiros que pensassem como nós. Nós o encontramos rapidamente e, com o tempo, ligações se firmaram. [...] Durante meu processo, muito midiático, as pessoas se surpreendiam: “quem são essas pessoas? Eles não são terroristas, que estranho”. Na época, uma associação israelo-palestina parecia inverossímil... Em uma entrevista, após termos encontrado a OLP, o jornalista nos apresentou como precursores do diálogo israelo-palestino⁴⁹⁹.

Desde os Acordos de Camp David de 1978, entre Egito, Israel e Estados Unidos, a ideia de uma autoridade palestina vinha sendo fomentada e, após pouco mais de dez anos de ocupação dos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, a unidade territorial do “Grande Israel” parecia inviável até mesmo para o governo israelense⁵⁰⁰. Apesar da oposição inicial do eleitorado judaico-israelense em aceitar a OLP como representante legítima do povo palestino, o reconhecimento internacional e a mudança das demandas formais da organização culminaram, nos anos 90, nos Acordos de Oslo entre o Estado de Israel e a OLP, núcleo da futura Autoridade Nacional Palestina e do futuro Estado da Palestina. Entretanto, as bases de um regime peculiar já haviam sido implantadas: uma unidade econômica – desigual e de difícil desmonte – responsável por uma interdependência entre as populações judaica e árabe da Palestina história e um sistema de diferenciação de direitos em uma base étnica.

UNIFICAÇÃO ECONÔMICA PARADOXAL

Se, por um lado, os direitos civis e políticos não eram concedidos à população dos TPO, as relações econômicas seguiam uma lógica parcialmente distinta. A ocupação dos territórios da Cisjordânia e de Gaza criou – provavelmente de forma não-intencional –, pela ação dos sucessivos governos israelenses, uma integração econômica profunda e uma relação de interdependência desigual, com os palestinos mais dependentes do mercado israelense do que o inverso.

Entre 1949 e 1967, as economias do Estado de Israel e dos futuros TPO eram regidas pela lógica da separação, construída pelo setor majoritário do sionismo na virada do século XIX para o século XX, com sua ideia de conquista do trabalho e

⁴⁹⁹ Ibidem (tradução nossa).

⁵⁰⁰ CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. “Aspects Institutionnels et Juridiques de la Reconnaissance Internationale de l’Etat de Palestine”, in: VIDAL, Dominique (org.), op. cit., p. 24.

com seu objetivo de formação de uma economia judaica na Palestina. Com a ocupação dos territórios palestinos, houve o que o cientista político francês Julien Salingue descreve como um “processo de unificação paradoxal” da economia israelense e da economia dos territórios palestinos da Cisjordânia, de Jerusalém/al-Quds Oriental e da Faixa de Gaza⁵⁰¹. Essa “unificação paradoxal” tem relação com o modelo de colonialismo de povoamento imposto pelos sucessivos governos israelenses aos TPO, gerando uma ocupação perene e estrutural⁵⁰².

Durante as três décadas que sucederam a Guerra dos Seis Dias, metade das ordens militares israelenses emitidas tinham a ver com questões econômicas, sobretudo para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, resultando numa “integração desigual” da economia palestina à economia israelense: nem absorção e nem fusão, mas uma tutela guiada por interesses próprios.⁵⁰³ A interdependência construída a partir da Guerra dos Seis Dias aparece nos números econômicos já no final dos anos 60, quando 90% das importações nos TPO vinham de Israel⁵⁰⁴.

Mas a relação de interdependência não era sem hierarquias fortes. A partir da ocupação de 67, o Estado de Israel passou a se especializar em indústrias que exigiam mais tecnologia, e a levar para os territórios ocupados a indústria de nível tecnológico inferior, se prevenindo contra o desenvolvimento de uma economia concorrente, com confisco de terras, tomada de controle dos recursos aquíferos e o impedimento do estabelecimento de uma indústria moderna na Cisjordânia e na Faixa de Gaza⁵⁰⁵. Schlomo Gazit, primeiro coordenador das atividades nos territórios durante o período de Moshe Dayan a frente do ministério da Defesa declarou que “o desejo de proteger os produtos fabricados em Israel era tão grande que este se esforçava em evitar a criação ou reativação de empresas árabes se existisse o menor perigo delas concorrerem com as produções israelenses”⁵⁰⁶.

Essa “integração desigual” de fato conseguiu, ao mesmo tempo, integrar e estagnar a economia dos TPO. Símbolo dessa “conquista” foi a redução do peso da indústria na economia palestina desde a ocupação e, em 1991, um dado impressionante: uma empresa palestina média empregava o mesmo número de

⁵⁰¹ SALINGUE, Julien. “Des économies entre séparation et intégration” in: VIDAL, Dominique (org.), op. cit., p. 112-115.

⁵⁰² Ibidem, p. 113.

⁵⁰³ Ibidem, p. 117-118.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 120.

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 120.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 121 (tradução nossa).

assalariados que em 1927. Além disso, desde 1967, uma estratégia e um processo contínuo de confiscos fez com que as terras mais férteis da Cisjordânia e da Faixa de Gaza fossem retiradas das mãos de árabes palestinos⁵⁰⁷. Em menos de 20 anos, entre 1968 e 1987, o déficit comercial entre territórios palestinos e Israel foi multiplicado por 21⁵⁰⁸.

Ariel Sharon, que serviu como ministro do Comércio e Indústria, da Construção e Habitação e de Infraestrutura Nacional foi um grande promotor das doações e empréstimos a juros baixos para casas em assentamentos civis e para uma indústria israelense nos TPO. Segundo a cientista política norte-americana Virginia Tilley,

ele ampliou o envolvimento do governo no fornecimento de suprimentos de serviços, bancos, electricidade e água; facilitou investimentos privados em habitação e infraestrutura; e encorajou a cooperação estratégica da Agência Judaica e da Organização Sionista Mundial no desenvolvimento de blocos de assentamentos do outro lado da Linha Verde⁵⁰⁹.

Para alguns críticos das sucessivas políticas israelenses, havia uma estratégia de integração econômica com relação de dependência, com o objetivo de melhorar a situação econômica dos palestinos dos TPO, ainda que não fossem integrados politicamente a Israel e nem lhes fossem concedidos direitos civis e nacionais, para leva-los pouco a pouco a abandonar o desejo pelos direitos políticos⁵¹⁰. A ideia era que os atores econômicos, por conta da dependência crescente, não teriam interesse em participar da luta nacionalista palestina⁵¹¹. Para Chomsky, a Cisjordânia se constituiu como “uma reserva de mão de obra barata para a economia israelense e um mercado para os bens industriais israelenses” e as possibilidades de autonomia imaginadas pelos governos israelenses não previam um Estado palestino na Cisjordânia, mas uma espécie de protetorado que manteria a situação de dependência⁵¹².

A economista Sara Roy, entretanto, acredita em um resultado inverso, em que todas as bases de qualquer desenvolvimento real foram destruídas, o que ela chama

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 121.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 122.

⁵⁰⁹ TILLEY, Virginia. “The One-State Solution” in: *London Review of Books*, v. 25, n. 21, 6 nov. 2003, Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tilley>>. Acesso em: 3 jan. 2016 (tradução nossa).

⁵¹⁰ SALINGUE, Julien, op. cit., p. 118

⁵¹¹ Ibidem, p. 122

⁵¹² CHOMSKY, Noam, op. cit., 1973, p. 153.

de processo de “desdesenvolvimento”⁵¹³. A economia palestina se caracteriza assim como uma economia: 1) “periferizada”, tendo por centro único o Estado de Israel; 2) incapaz de controlar suas prioridades em matéria de investimento e desenvolvimento; 3) propícia à fuga de capitais, com fechamento de bancos árabes; 4) dependente em importações e exportações da economia de Israel e precisando adaptar-se a ela⁵¹⁴.

Além da dependência desproporcional dos TPO em relação ao mercado israelense, há uma infraestrutura subdesenvolvida e um setor industrial fraco, mesmo para os padrões da região. Em 1991, de acordo com o Banco Mundial, 35% do produto interno palestino vinha da agricultura, contra 6% da Jordânia, 2% de Israel, 7% do Líbano, 30% da Síria, 18% do Egito; a indústria nos TPO, por outro lado, correspondia a apenas 8% da geração de riqueza contra 17% na Jordânia, 22% em Israel, 14% no Líbano, 23% na Síria e 30% no Egito. Além disso, a geração de riquezas advindas dos serviços provinha sobretudo de serviços de baixa tecnologia, sobretudo comércio e transporte. Além disso, em 1990, 34,5% da força de trabalho palestina trabalhava em Israel. Entre 1970 e 1993, o investimento *per capita* em infraestrutura na Cisjordânia e na Faixa de Gaza foi de uma média de USD15, contra USD400 na Jordânia e USD1.000 em Israel⁵¹⁵.

Pinchas Sapir, ministro israelense de áreas ligadas à economia entre 1955 e 1972⁵¹⁶, via a integração econômica capitaneada por Moshe Dayan como um “risco ao caráter judaico de Israel”, abrindo espaço para a criação de um Estado binacional⁵¹⁷. Para ele, era preciso reforçar os mecanismos de separação⁵¹⁸. Moshe Kol, ministro israelense do turismo e desenvolvimento, as políticas para os territórios ocupados (palavras usadas por Kol) tinham por objetivo elevar o nível de vida das populações da região⁵¹⁹.

Para Allon, a política de ocupação da totalidade da Cisjordânia deveria ser provisória; uma ocupação de longo prazo seria “perigosa” e poderia levar à criação

⁵¹³ ROY, Sara. “The Gaza Strip: A Case of Economic De-Development” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 17, n. 1, 1987, p. 58.

⁵¹⁴ SALINGUE, Julien, op. cit., p. 122-123.

⁵¹⁵ TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal, op. cit., p. 42.

⁵¹⁶ Ministro do comércio e indústria entre 1955 e 1965 e entre 1970 e 1972, ministro das finanças entre 1963 e 1968 e entre 1969 e 1974.

⁵¹⁷ JEWISH Telegraphic Agency. “Sapir criticizes Dayan Plan to integrate Hebron into Economic Unit with Israel”, in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 nov. 1968.

⁵¹⁸ GENDZIER, Irene L., op. cit., p. 20.

⁵¹⁹ JEWISH Telegraphic Agency, op. cit., 12 nov. 1968.

de um Estado binacional, ao invés de um “Estado democrático com uma considerável minoria árabe, com vários direitos”⁵²⁰. As propostas de concessão territorial de Allon sofriam, entretanto, oposição entre trabalhistas. Além de Dayan, nomes como Shimon Peres, Golda Meir e Yitzhak Rabin – então primeiro-ministro – declaravam-se opostos aos planos de mais rápida retirada (ainda que parcial) de Allon⁵²¹. Segundo Dayan, a “superioridade populacional judaica” tornava desnecessária a preocupação com a “dominação árabe”⁵²². O Plano Allon acabou por servir de base para uma ocupação contínua dos territórios palestinos, que seu próprio criador não queria.

Embora estivesse presente no discurso dos trabalhistas a ideia de separação – através da “opção palestina” ou da “opção jordaniana” –, com a eleição de Menachem Begin, em 1977, seu “plano de autonomia” dois anos depois, recusando explicitamente qualquer ideia de Estado palestino, previa um período de autonomia de cinco anos, ao final do qual o Estado de Israel exigiria a soberania sobre a integralidade os TPO⁵²³ – a integração, afinal, já existia de fato.

DIREITOS, ETNOCRACIA E APARTHEID

Embora a relação entre Israel e os TPO, a partir da ocupação em 1967 até, pelo menos, a criação da Autoridade Nacional Palestina em 1994, fosse marcada por uma integração e por uma interdependência econômica, no campo dos direitos civis e políticos seguia uma lógica distinta. Alguns autores e ativistas sociais passaram, cada vez mais, a falar de um sistema de apartheid israelense. Em 1976, Zachary Lockman descrevia as propostas em andamento como criadores de um sistema semelhante ao dos bantustões, criando pequenos territórios “dominados por Israel e pela Jordânia”⁵²⁴. Outros autores falarão de uma etnocracia israelense.

A economista palestina Leila Farsakh, por exemplo, ao comparar a situação de Israel/Palestina e da África do Sul, traça um ponto comum entre os dois regimes,

⁵²⁰ Idem. "Allon, Sapir rebuke Dayan for views on Territories, Arab-Jewish relations" in: Jewish Telegraphic Agency, 13 nov. 1972.

⁵²¹ Idem. "Mapam gives divided Labor Party until Jan. 30 to formulate position on territorial concessions" in: Jewish Telegraphic Agency, 17 jan. 1977.

⁵²² Idem, op. cit., 12 nov. 1968.

⁵²³ Idem. "Background report Begin-Weizman rift over the Autonomy Plan could be critical" in: Jewish Telegraphic Agency, 21 mai. 1979.

⁵²⁴ LOCKMAN, Zachary, op. cit., p. 16.

que é a colonização de um território já habitado, mas reconhece diferenças de relações dos colonizadores com as populações indígenas. Segundo Farsakh, o sionismo negou, historicamente, a existência efetiva de uma população não-judaica tentando expulsá-la dos territórios sobre os quais desejava possuir autoridade; os afrikâneres, por outro lado, procuraram explorar e dominar as populações que existiam no território em que pretendiam se impor, com segregação espacial e, complementarmente, com a criação de bantustões, tirando, aos poucos, a cidadania dos negros⁵²⁵.

É verdade que Israel possui autoridade sobre todo o território da Palestina histórica, mas sistemas não unificados regem os direitos dos árabes palestinos. Os árabes palestinos dentro do Estado de Israel, por exemplo, possuem cidadania israelense; os de Jerusalém/al-Quds oriental, possuem um status diferenciado de residente; nos demais TPO, não possuem nem cidadania e nem status de residente; os árabes palestinos da diáspora não possuem, no ordenamento jurídico israelense, qualquer direito de retorno. É preciso notar, também, que o Congresso Nacional Africano (CNA) nunca defendeu qualquer tipo de partilha do território sul-africano, enquanto a OLP, como vimos, mudou seu discurso de modo a acomodar-se na proposta de dois Estados. Por fim, a comunidade internacional nunca aceitou o regime de segregação sul-africano ou as propostas de partilha territorial (a ONU, por exemplo, negou o pedido de ingresso do bantustão de Transkei como Estado-membro da organização), enquanto que a ONU foi uma promotora do Plano de Partilha e, desde 1947, defende soluções nele baseadas⁵²⁶.

Ativistas israelenses, por diversas vezes, entraram na justiça do país – sem sucesso – para tentar mudar a designação “judeu” para “israelense” em seus documentos de identidade. Uma decisão dos anos 70 da Suprema Corte de Israel, após o pedido de mudança nos documento do professor George Tamarin, ilustra uma perspectiva que, desde então, vem sendo adotada pelo poder judiciário israelense: “não há nação israelense sem o povo judeu e o povo judeu consiste não apenas no povo residindo em Israel, mas também os judeus da Diáspora”⁵²⁷. Segundo Chomsky, esse tipo de leitura sobre etnicidade e nacionalidade, somado a outras medidas governamentais, como os planos oficiais de “perpetuar o caráter

⁵²⁵ FARSAKH, Leila. “Israel: an apartheid state?” in: *Le Monde Diplomatique*, nov. 2003. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-farsakh2>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

⁵²⁶ Ibidem.

⁵²⁷ CHOMSKY, Noam, op. cit., 1973, p. 152.

judaico” de Jerusalém, revelaria uma estrutura legal inerentemente discriminatória⁵²⁸. Essa situação persiste nos dias de hoje. Em 2008, por exemplo, pelo menos 21 israelenses entraram com processos semelhantes buscando a modificação de termos como “judeu”, “árabe” e “druzo” para “israelense” em seus documentos, mas a Corte do Distrito de Jerusalém negou todos os pedidos alegando que o reconhecimento de uma nação israelense correria o risco de levar a “consideráveis ramificações para a identidade do Estado de Israel”. Segundo Kanengisser, Israel constitui-se, assim, como um Estado-nação não no sentido ocidental e liberal do termo “mas um Estado que pertence à nação que forma apenas um subconjunto (ainda que seja a maioria) de toda a população” diferenciando identidade nacional de cidadania⁵²⁹.

É interessante notar que, em hebraico, há uma distinção clara entre as palavras “cidadania” (ezrahut) e “nacionalidade” (le’om), que, em português, são comumente usados como sinônimos. A partir desta distinção que se reflete no idioma, os árabes palestinos dentro de Israel nas fronteiras de 1948 podem ser cidadãos, mas nunca nacionais, não possuindo, assim, os direitos e os privilégios que são dados, por exemplo, aos judeus da diáspora que podem se tornar israelenses pela Lei do Retorno⁵³⁰. Para Israel Shahak, que foi professor de química da Universidade Hebraica de Jerusalém e líder da Liga Israelense por Direitos Civis e Humanos, “você pode definir a sociedade israelense como uma sociedade onde não há israelenses, mas apenas judeus e não-judeus”⁵³¹.

Nos anos 70, Chomsky desenhava algumas possibilidades para solucionar o conflito israelo-palestino frente à ocupação israelense dos TPO, uma análise frequentemente retomada ainda hoje: 1) desfazer o fato binacional através da retirada dos territórios ocupados, algo que ele via como altamente improvável, tão ilusório quanto o estabelecimento de uma entidade palestina independente; 2) o estabelecimento de modelo sul-africano ou rodesiano, com possíveis variações, mas com estrutura semelhante ao dos então regimes de apartheid, algo que ele percebia como “intolerável” mas não improvável; 3) um sistema de “trocas populacionais”, um eufemismo para a expulsão de população árabe, algo que, Chomsky relembra, foi proposto pra evitar o “problema demográfico”, embora ele veja como algo difícil de

⁵²⁸ Ibidem, p. 152.

⁵²⁹ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 2.

⁵³⁰ WHITE, Ben. “Palestinians in a ‘Jewish State’” in: *Al-Jazeera*, 27 dez. 2011.

⁵³¹ GLASS, Charles, op. cit., p. 75-77.

ser aceito pela opinião pública; 4) o estabelecimento do modelo americano de *melting pot*, um modelo, segundo Chomsky, “inconsistente” com a ideologia sionista⁵³²; 5) a criação de um modelo federal, similar ao iugoslavo, com repúblicas federadas dominadas cada uma por um grupo nacional, segundo Chomsky, um modelo possível, inclusive com a preferível evolução para uma federação regional⁵³³.

Para evitar um sistema de apartheid ou qualquer outro que violasse direitos fundamentais das populações ali localizadas, Chomsky declara que o modelo preferível seria o da federação, mas outras opções possíveis seriam a criação de instituições nacionais paralelas através de todo o país, com livre opção para cada indivíduo escolher a qual pertencer, com plenos direitos de cidadania, embora, segundo ele, esse fosse apenas “puro exercício acadêmico” naquele momento⁵³⁴. O mais importante seria lidar com as “realidades imperativas”, que eram, para ele, que “Israel é uma sociedade binacional” e que “o conceito de ‘Estado judeu democrático’ com não-judeus como cidadãos (ou residentes em ‘áreas administrativas’ é inerentemente falho”⁵³⁵. Segundo Chomsky, era preciso compreender que a ideia de que “Israel deve ser judeu no sentido em que a França é francesa” é um “argumento falacioso”⁵³⁶. Segundo o autor

em todas as partes do mundo, já há certamente possibilidades outras além do sistema de Estados-nação; elas têm seus méritos e defeitos que podem ser racionalmente discutidos. Os problemas são particularmente agudos em sociedades multinacionais que são dominadas por um grupo nacional, com a inevitável violação do princípio democrático e a prática resultante.⁵³⁷

Para certos intelectuais e movimentos sociais, o segundo modelo avançado por Chomsky – o do Apartheid sul-africano – teria sido implantado nos TPO a partir de 1967. Alguns indicam, inclusive que, mesmo dentro de Israel em suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, já existiria um sistema de segregação racial, já que seus cidadãos árabes palestinos são proibidos de comprar terras em 80% do

⁵³² Para ilustrar essa inconsistência, Chomsky cita o exemplo do prefeito de Jerusalém, Teddy Kollek, que declarou que “não temos a menor intenção de criar um *melting pot* para árabes e judeus segundo as linhas americanas”. Parece-me, entretanto, necessário lembrar que a imagem do modelo norte-americano de *melting pot* é questionável, sobretudo se tomarmos o modelo de Emmanuel Todd, segundo o qual o sistema de família nuclear absoluta, forte nos EUA, pode levar à persistência da discriminação e da imagem de parte da população como “estrangeira” (TODD, Emmanuel. *Le Destin des Immigrés: assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales*. Paris: Seuil, 1994).

⁵³³ CHOMSKY, Noam, op. cit., 1973, p. 152-154

⁵³⁴ Ibidem, p. 154

⁵³⁵ Ibidem, p. 154

⁵³⁶ Ibidem, p. 155

⁵³⁷ Ibidem, p. 158 (tradução nossa).

território do país, através de regulamentações e restrições que não valem para judeus.⁵³⁸ Nesse sentido, é importante notar que, em 1948, os judeus possuíam 7% das terras do país e, hoje, o Estado judeu e o Fundo Nacional Judaico possuíam, em 2000, 93% dessas terras, através de um processo que permitiu os mais de 700 assentamentos judaicos – e nenhum árabe⁵³⁹. O Centro Jurídico para a Minoria Árabe em Israel (Adalah) lista, em sua base de dados, pelo menos 17 leis classificadas como “discriminatórias” no período entre 1948 e 1967. No total, até os dias de hoje, são cerca de 50 leis definidas dessa forma pela organização⁵⁴⁰.

Dentro de Israel, os cidadãos árabes palestinos são excluídos das instituições securitárias (com exceção dos drusos), como as FDI, a polícia de fronteira, o complexo militar-industrial, a Guarda Civil (Mishmar Ezrahi, guarda de cidadãos armados que patrulham bairros residenciais) e a Defesa Civil (Haga, parte das FDI). A ausência de status de veterano significa, na prática, dificuldades para empregos, sobretudo para cargos do colarinho-branco no setor público e privado, menos espaço dentro do sistema seguridade social, menos oportunidades para empréstimos residenciais. Mesmo fábricas e empresas, não diretamente ligadas às forças armadas, mas que sejam fornecedores de bens para exército recusam árabes a vagas de emprego.⁵⁴¹ As mesmas justificativas securitárias que barram o acesso ao mercado de trabalho ligado à defesa são usadas para a expropriação de terras de árabes palestinos, os deslocamentos de região fronteira para interior e a proibição do retorno de refugiados internos a suas vilas abandonadas, assim como a proibição de certas organizações políticas nacionalistas e a aplicação das chamadas detenções administrativas⁵⁴², justificadas por supostas provas mantidas em segredo. Já nos TPO, um emaranhado pouco claro de legislações otomanas, inglesas, jordanianas e militares-israelenses é aplicado desde 1967.

Figuras do combate ao regime de segração racial na África do Sul, como Desmond Tutu, em 2002, e dois judeus, Max Ozinsky e Ronnie Kasrils, em 2001, compararam a ocupação israelense dos territórios palestinos ao apartheid sul-africano. Em setembro de 2000, ativistas israelenses organizaram uma conferência na comunidade árabe-judaica de Wahat as-Salam/Neve Shalom para anunciar uma

⁵³⁸ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 741

⁵³⁹ Ibidem, p. 740.

⁵⁴⁰ A base de dados está disponível em: <<http://www.adalah.org/en/law/index>>

⁵⁴¹ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 477.

⁵⁴² Ibidem, p. 477.

campanha “contra o apartheid e a matrix de controle” de Israel sobre a Palestina⁵⁴³. Segundo Ian Urbina, repórter do *The New York Times*, uma campanha internacional contra o apartheid sul-africano emergiu nos anos 70 em locais que, hoje, estão começando a se questionar e promover campanhas contra a ocupação israelense de territórios palestinos, como o conselho municipal de Berkeley e diversas universidades norte-americanas de destaque, como a Universidade de Yale, Columbia e Illinois⁵⁴⁴.

Yoav Peled, cientista político israelense, afirma que Israel funciona, na realidade “como uma democracia étnica, ou seja, um sistema político que combina instituições democráticas com o predomínio de um grupo étnico”, onde os árabes têm direitos políticos e civis, mas sem acesso ao “bem comum”⁵⁴⁵. Segundo Peled, uma democracia étnica difere dos modelos de democracia majoritária, consociativa ou *herrenvolk* por estabelecer a “extensão de direitos políticos e civis aos indivíduos e certos direitos coletivos a minorias com um predomínio institucionalizado junto ao Estado por um dos grupos étnicos”⁵⁴⁶.

O geógrafo político Oren Yiftachel define Israel não como um sistema de Apartheid, mas como uma etnocracia. Segundo Yiftachel, a etnocracia é “uma expressão específica de nacionalismo que existe em territórios contestados onde uma etnia dominante obtém controle político e usa o aparato estatal para etnicizar o território e a sociedade em questão”⁵⁴⁷. Além disso, para este professor da Universidade Ben Gurion, a etnocracia surge em uma situação que une três forças: um Estado colonizador (*settler*); um nacionalismo étnico rígido; uma lógica étnica do capital⁵⁴⁸. Vale notar que esses itens lembram os três princípios que guiaram o início da colonização judaica-sionista da Palestina: a conquista da terra (*kibush hakarka*), com a propriedade judaica da terra e o maior uso possível dela por judeus; a conquista do trabalho (*kibush ha'avoda*), segundo a qual judeus deveriam contratar apenas judeus para criar uma classe trabalhadora judaica); a produção da terra (*totzeret ha'aretz*), que consistia em boicotar bens produzidos por árabes para estimular agricultura e indústria judaicas.

⁵⁴³ HALPER, Jeff. “The 94 Percent Solution: A Matrix of Control” in: *Middle East Report*, 2000.

⁵⁴⁴ URBINA, Ian. “The Analogy to Apartheid” in: *Middle East Report*, n. 223, 2002, p. 59-60.

⁵⁴⁵ PELED, Yoav. “Ethnic Democracy and the Legal Construction of Citizenship: Arab Citizens of the Jewish State” in: *The American Political Science Review*, v. 86, n. 2, jun. 1992, p. 432.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 432 (tradução nossa).

⁵⁴⁷ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 730.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 730.

Yiftachel traça um modelo característico das etnocracias, que também poderia servir para o caso chinês-tibetano ou turco-curdo e que se encaixa no contexto israelo-palestino desde, no mínimo, a ocupação dos territórios palestinos em 1967, embora possamos aproximá-lo ao quadro político-estatal israelense desde 1948, passando pela autodefinição étnica do Estado até o regime militar ao qual a população árabe do novo Estado foi submetida até 1966, que impôs restrições de circulação e organização⁵⁴⁹ e facilitou a desapropriação de 60% de suas terras⁵⁵⁰:

Etnocracias não são sistemas de governo nem democráticos, nem autoritários (e nem *herrenvolk*). A ausência de democracia respousa na cidadania desigual e nas leis e políticas do Estado que permitem a apropriação do Estado por um grupo étnico. Eles não são autoritários, já que eles estendem direitos políticos significativos (ainda que parciais) às minorias étnicas. [...] Em etnocracias, [...] a classe étnica dominante se apropria do aparato estatal e tenta estruturar o sistema político, as instituições públicas e a cultura do Estado, de modo a promover seu controle sobre o Estado e sobre seu território. Isso resulta na indefinição das fronteiras do Estado, em um esforço para incorporar coétnicos diaspóricos e, ao mesmo tempo enfraquecer ou neutralizar a cidadania das minorias.⁵⁵¹

Ainda, para o autor, Estados etnocráticos são definidos por uma estrutura social com: um grupo privilegiado, o coração fundante da nação dominante; um segundo grupo, de imigrantes tardios incorporados (geralmente desigualmente) à sociedade; e um terceiro estrato, formado pelos grupos étnicos indígenas e locais, despossuídos, geralmente excluídos das esferas política e cultural⁵⁵².

Para Yiftachel, Israel é uma etnocracia que tem por base políticas contínuas para o fortalecimento da etnoclasse dominante: uma política migratória exclusiva para judeus; a definição do Estado como Estado judeu (e não israelense); o grande papel dos militares; a imposição da cultura judaica-hebraica; políticas de planejamento, de assentamentos e de alocação de terra para a classe étnica dominante⁵⁵³.

Definido o regime israelense como etnocrático, Yiftachel afirma que este caráter leva a uma judaização do país, tanto dentro de Israel quanto dos TPO, assim como a um processo de desarabização, colocando as comunidades dos árabes palestinos, mas também dos judeus mizrachim nas periferias econômica, cultural e geográfica da região. Segundo este autor, o processo de judaização e de

⁵⁴⁹ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 476.

⁵⁵⁰ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 743.

⁵⁵¹ Ibidem, p. 730-731 (tradução nossa).

⁵⁵² Ibidem, p. 730.

⁵⁵³ Ibidem, p. 740.

desarabização ocorreu em três períodos: antes de 1948, com o um processo de colonização de sobrevivência; entre 1948 e 1967, com um processo de colonização interna; após 1967, de colonização externa⁵⁵⁴.

Segundo ele, Israel se constitui como um Estado dual, com uma face democrática e uma lógica pouco democrática, que permite desapropriações, controle e periferização de grupos que não pertencem à etnoclasse dominante (ashkenazitas), constituindo-se, ademais, como uma etnocracia colonizadora que combina expansão da etnoclasse dominante com assentamentos, segregação e estratificação étnicos. Dentro deste regime, as liberdades concedidas às minorias étnicas – como liberdade de expressão, liberdade formal de realizar protestos e direito a participar de eleições – seriam uma ilusão, já que o regime seria feito para ignorar as periferias sociais-étnicas e suas demandas⁵⁵⁵, tendência amplificada por um processo de guetoização dos árabes, com as localidades árabes cercadas por assentamentos judaicos, tanto em Israel quanto nos TPO⁵⁵⁶.

O autor reconhece uma diferença entre as minorias. Segundo ele, em uma etnocracia, nem todas as minorias são tratadas igualmente, algumas são construídas como internas (judeus mizrachim), outras como externas (árabes palestinos ou sírios do Golã). Para as minorias internas, há a possibilidade de mobilidade social, para se distanciar das minorias indígenas ou externas.⁵⁵⁷ Segundo Yiftachel,

a estratégia junto às minorias indígenas ou fragmentos de nações rivais é mais abertamente opressivo. Eles são representados e tratados, no melhor dos casos, como externos ao projeto étnico-nacional ou, no pior dos casos, como uma ameaça subversiva.⁵⁵⁸

Para Yiftachel, a tomada de consciência em relação ao regime etnocrático israelense tende a fazer emergir duas reações principais que oferecem mobilidade e identidade fora do que o Estado de Israel teria para oferecer: a emergência de movimentos religiosos, tanto islâmicos quanto judaicos; uma mobilização mais recente e mais silenciosa, em desenvolvimento sobretudo entre intelectuais, em direção às ideias de multiculturalismo e de binacionalismo⁵⁵⁹. Como exemplos dessa

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 736

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 728.

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 744.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 734.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 735 (tradução nossa).

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 729.

tendência Yiftachel identifica, no caso das alternativas religiosas, o Movimento Islâmico e o Shas; no que diz respeito às alternativas multiculturais, um “renascimento da ideia binacional” para toda a Palestina histórica, “entre intelectuais e líderes entre árabes palestinos em Israel” e, entre mizrachim, a Coalizão do Arco-Íris Democrático Mizrahi (Hakeshet Hademocratit Hamizrahit), fundada em 1996, com uma visão multicultural para Israel⁵⁶⁰.

Para Yiftachel, o processo de judaização de Israel e dos TPO significa a deslegitimação da cultura, da política e do capital árabe, o que, de algum modo, atinge também os judeus mizrachim.⁵⁶¹ Há ainda, comumente, acusações de uma discriminação institucional, econômica e cultural, dentro de Israel, contra outros judeus não-europeus, além dos judeus originários de países árabes, como as comunidades da Índia ou da Etiópia⁵⁶². Ainda, segundo o autor, o fato de Israel nunca ter tido uma constituição, um sistema de proteção de direitos humanos e a separação Estado/religião estão ligados. Além disso, as cerca de 20 leis que discriminam árabes dentro de Israel e a ausência de uma base territorial legal formalizada para a democracia israelense estão combinadas com um “sistema não-democrático de controle de terras”⁵⁶³. Segundo Yiftachel, uma “democratização genuína” de Israel exigiria o fim do projeto de judaização, a demarcação de fronteiras, uma redivisão igualitária e justa da terra e dos recursos dos assentamentos. Para ele, “a democratização é necessária se Israel quiser alcançar estabilidade e legitimidade e evitar o conflito aberto, típico em regimes etnocráticos”⁵⁶⁴.

O sistema de diferenciação de direitos por origem étnica em Israel levou ao surgimento de organizações e associações da minoria árabe palestina, portadora de cidadania israelense. Em 1976, foi comemorado o primeiro Dia da Terra que marcou, segundo Yiftachel, a entrada dos árabes nas políticas públicas israelenses. Na ocasião, foram promovidas greves e passeatas contra a desapropriação de terras na Galileia. A repressão policial culminou com 6 mortos, mas, desde então, a data é comemorada como um importante evento anual⁵⁶⁵. Em 1987, o Comitê Nacional de Municípios Árabes publicou um manifesto de dez pontos exigindo

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 755.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 741-742.

⁵⁶² GLASS, Charles, op.cit., p. 64-65.

⁵⁶³ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 737.

⁵⁶⁴ Ibidem p. 756 (tradução nossa).

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 747.

igualdade e estabilidade para os árabes palestinos em Israel, além de autonomia administrativa municipal para políticas ligadas à educação, ao planejamento e ao desenvolvimento de suas áreas. Em um discurso no Dia da Terra de 1983, o prefeito de Deir Hanna proclamou: “nós não vamos desistir de nossa identidade enquanto árabes palestinos e de nossos direitos enquanto israelenses”⁵⁶⁶. Pouco a pouco, as demandas dos árabes palestinos em Israel foram se avolumando em torno dos protestos contra as políticas discriminatórias de terra, as condições socioeconômicas dos árabes dentro de Israel e os direitos nacionais palestinos.⁵⁶⁷

Em 1996, foi fundada a organização Adalah, o Centro Jurídico para os Direitos da Minoria Árabe em Israel, que defende a igualdade de direitos dos cidadãos dentro de Israel. Segundo a organização, é preciso notar que “não há nenhum outro Estado no mundo que negue o direito a conduzir uma vida familiar na base do pertencimento nacional ou étnico”⁵⁶⁸. Seu fundador, Hassan Jabareen, frequentemente demonstra ser o defensor de uma solução binacional para a região.

Segundo Smootha e Peretz, embora uma minoria árabe em Israel pudesse ser um grupo de pressão e um ator do processo nas negociações israelo-palestinos, ao menos até os anos 80 eles não cumpriam esse papel⁵⁶⁹. Ainda assim, em setembro de 1980, líderes árabes palestinos de Israel adotaram um documento defendendo o reconhecimento do direito de autodeterminação dos palestinos, o apoio a um Estado palestino ao lado do Estado de Israel e o início de organização de um Congresso de todos os árabes de Israel; e o governo israelense proibiu acusando-os de “subversão” e de “servir à OLP”⁵⁷⁰.

Muitos autores encontram nos nacionalismos do Leste Europeu – região de onde vieram as elites fundadoras do Estado de Israel – a raiz para a perspectiva majoritária do sionismo de construção de um Estado étnico (preferivelmente etnicamente puro)⁵⁷¹.

Zeev Sternhell, reconhecido historiador israelense, define o sionismo como

apenas uma variação clássica daquele nacionalismo fechado que apareceu na Europa na virada do século, enquanto que o nacionalismo liberal que emergiu do iluminismo e da revolução francesa estavam em declínio. O nacionalismo judeu não é em quase nada diferente do nacionalismo do Leste e do Centro Europeu: etnocêntrico, religioso e

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 747.

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 747.

⁵⁶⁸ WHITE, Bem, op. cit. (tradução nossa).

⁵⁶⁹ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 477-478

⁵⁷⁰ SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don, op. cit., p. 480.

⁵⁷¹ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 738.

cultural, imerso no culto ao passado heroico. Ele não tem qualquer dificuldade em negar aos outros os mesmos direitos elementares que, com toda tranquilidade, ele pede para si. Assim, o sionismo, confiante de seu direito de recuperar toda a terra histórica de nossos reis e profetas, foi incapaz de conceber que poderia haver qualquer outra legitimidade na terra da Bíblia⁵⁷².

É interessante notar, ainda, a influência do nacionalismo do tipo germânico, marcado pelo *jus sanguinis* – “direito do sangue”, princípio segundo o qual a nacionalidade é transmitida pelo sangue, definida pela ascendência e não pelo local de nascimento do indivíduo – na perspectiva oficial sionista-israelense. Assim como um neto de alemão, nascido em qualquer parte do mundo, é portador de direitos nacionais na Alemanha, mais do que um filho de imigrante turco nascido em Berlim, um judeu nascido em qualquer lugar do mundo tem, hoje, mais direitos nacionais em Israel do que o filho de um palestino de Jafa, nascido em um campo de refugiados no Líbano ou na Jordânia.

Martin Buber, antes da criação do Estado de Israel já afirmava que o sionismo estava sendo demasiadamente influenciado (em um processo de “desprezível assimilação, segundo o filósofo) por um tipo dominante de nacionalismo que ensinaria que cada um deve considerar sua nação como absoluta e todas as demais como relativas, que asua nação deve ser baseada em seu período de ouro, as demais devem ser vistas pelos piores períodos. Segundo Buber, se essa ideia continuasse a ganhar apoio, ela levaria potencialmente “desastre mundial”⁵⁷³

Simha Flapan diria em 1985:

Os elementos etnocêntricos e chauvinistas que lutaram por um Grande Israel tem uma solução simples para a contradição entre seu caráter judaico e democrático: expulsão da população palestina, ou negá-la a igualdade de direitos e de representação no Knesset. O movimento racista, antidemocrático do rabino Meir Kahane representa apenas os apoiadores mais excessivos e fanáticos desta leitura, que é difundida dentro do Likud e das organizações religiosas e, em particular entre os apoiantes do partido Tehiya e os partidos religiosos “dissidentes”: testemunham sobre isso os sucessos eleitorais dos partidos Tehiya, Shas, e Morashá, que, juntamente com o partido Kach de Kahane, receberam 206,836 votos (10,9 por cento do total, e 12 assentos no Knesset), contra os 135,548 votos (7,3 por cento do total, e 9 assentos no Knesset) dos partidos conciliatórios moderados dos direitos dos cidadãos, liderados por Shulamit Aloni; Shinui, liderada por Amnon Rubinstein; e Yahad, liderada por Ezer Weizman.⁵⁷⁴

A esquerda israelense antissionista é ainda mais crítica quanto ao regime

⁵⁷² STERNHELL, Zeev, op. cit. (tradução nossa).

⁵⁷³ BUBER, Martin, op. cit., p. 89.

⁵⁷⁴ FLAPAN, Simha, op. cit., p. 37 (tradução nossa).

implantando nos TPO. Para Moshe Machover, fundador do Matzpen, o sionismo é “a força motriz do Estado de Israel” e promove “supremacia judaica” vigente em Israel⁵⁷⁵. Ilan Halevi, da OLP e do Ma'avak e fundador da *Revue des Etudes Palestiniennes* define o Estado sionista como “um Estado com uma predominância de judeus em todos os campos da vida social, cultural e econômica”⁵⁷⁶ implantando um “racismo popular” na maioria da população:

Essas pessoas são parte de um certo tipo de visão que foi oficialmente doutrinação, oficialmente ensinada e inculcada neles e em seus filhos, que é a ideologia oficial do Estado. E ela diz que nós devemos tornar esse Estado judeu. Não só devemos esperar que ele seja judeu, nós precisamos fazer isso a força. Essa é a missão política desse Estado para assegurar a predominância dos judeus sobre os não-judeus⁵⁷⁷.

Sobre doutrinação e educação, Israel Shahak diz que

Nós sofremos uma lavagem cerebral total na escola, primeiro para odiar os árabes. Em segundo lugar, nós sofremos uma lavagem cerebral para considerar um fato importante sobre o mundo todo: todos os não-judeus detestam os judeus. [...] E nós sofremos também uma lavagem cerebral para acreditar que esse ódio é completamente diferente do ódio normal que predomina em vários lugares entre as nacionalidades e especialmente com relação a minorias⁵⁷⁸.

Frente aos fatos acima expostos, sobre a situação discriminatória dentro do Estado de Israel, me parece correto concordar com Dan Rabinowitz, que os palestinos cidadãos de Israel são “cidadãos *de facto* de segunda classe” com “limitado acesso aos recursos controlados pelo Estado, como terra, água ou incentivos para o desenvolvimento econômico”, sofrendo uma “discriminação institucionalizada e espontânea”⁵⁷⁹; com Yiftachel, de que as “bases da etnocracia israelense [...] estão todas ancoradas na declaração de que o Estado é judeu, não israelense, o que seria exigido sob uma aplicação normal do direito à autodeterminação”⁵⁸⁰; e, por fim, com Kanengisser, de que Israel “não apenas reconhece a existência de mais de uma nacionalidade entre seus cidadãos, mas de fato impõe essa multiplicidade a eles e impede a criação de uma identidade unificante”⁵⁸¹.

⁵⁷⁵ GLASS, Charles, op. cit., p. 63-64.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 63.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 63-64 (tradução nossa).

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 80 (tradução nossa).

⁵⁷⁹ RABINOWITZ, Dan, op. cit., p. 503.

⁵⁸⁰ YIFTACHEL, Oren, op. cit., p. 740.

⁵⁸¹ KANENGISSER, Dubi, op. cit., p. 2.

Nos territórios palestinos – da Cisjordânia, incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental, e da Faixa, – ocupados por Israel, doutrinas, leis e aplicações legais, assim como a realidade, os chamados *facts on the ground*, permitiram um regime de ocupação militar, de judaização, expropriações, deslocamento populacional e outras graves violações do direito internacional e de direitos humanos, concomitantes a um sistema de discriminação racial. A realidade vigente a partir de 1967, na Palestina histórica, é de um sistema misto, de etnocracia em Israel nas fronteiras internacionalmente reconhecidas e de uma variação de apartheid nos Territórios Palestinos Ocupados.

2.3 1993-1996 – DA ESPERANÇA AO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO

Os sistemas de direitos e diferenciação étnico-nacional são frutos, claro, de uma leitura nacionalista específica, mas igualmente das circunstâncias da história da região, da perspectiva vitoriosa no interior do sionismo, das demografias, da contínua ocupação dos territórios palestinos e da persistência de uma ausência de solução para as questões israelo-palestinas. A formação desses sistemas, aliada à integração econômica, estabeleceu uma situação delicada em que os palestinos poderiam se apegar à luta por direitos iguais, abandonando a luta por um Estado independente. Conscientes desse contexto, as lideranças israelenses e da OLP buscaram a mesa de negociações: os governantes israelenses para não terem que lidar com uma população árabe-palestina formando potencialmente uma maioria no Estado judeu; a liderança da OLP para não perder sua legitimidade.

As propostas das autoridades israelenses de “autonomia” concedida aos palestinos, sobretudo após a retirada do rei Hussein da Jordânia sobre questões da Cisjordânia, e os passos iniciais da estratégia da OLP de aderir à lógica da partilha para conquistar a independência se consolidaram com a assinatura dos chamados Acordos de Oslo, iniciados com negociações secretas sob mediação da diplomacia norueguesa.

Em uma troca de cartas, Arafat, em nome da OLP, reconheceu o direito do Estado de Israel de existir em paz e segurança, anulando qualquer cláusula ou artigo de documentos palestinos que negassem esse direito, reconheceu as resoluções 242 e 338 do CS-ONU e assumiu o comprometimento com uma solução

pacífica para o conflito, renunciando ao terrorismo e a atos de violência; em resposta, Rabin afirmou que o governo israelense passava a reconhecer a OLP como representante do povo palestino e se dispunha a negociações para o processo de paz⁵⁸².

O primeiro acordo entre o Estado de Israel e a OLP foi firmado no dia 13 de setembro de 1993, numa cerimônia na Casa Branca, registrada em fotos que simbolizaram um (muito breve) período de esperança para os defensores da solução de dois Estados na Palestina histórica. O acordo deveria valer por cinco anos, período no qual um acordo permanente seria formulado para definir questões remanescentes: fronteiras, segurança, Jerusalém/al-Quds, refugiados palestinos, assentamentos nos TPO, relações com os países vizinhos⁵⁸³.

O acordo assinado em 1993 (Oslo I), afirmava que ambos os povos, israelense e palestino, estavam comprometidos em

encerrar décadas de confronto e conflito, reconhecer mutuamente seus direitos legítimos e políticos e lutar para viver em uma coexistência pacífica e dignidade e segurança mútua e atingir um acordo de paz justo, duradouro e abrangente e uma reconciliação histórica através de um acordado processo político⁵⁸⁴.

Os 17 artigos da Declaração de Princípios previa o estabelecimento de uma “autoridade palestina interina de autogoverno” a partir de eleições para a formação de um conselho para os palestinos e da retirada inicial israelense da Faixa de Gaza e da área de Jericó e do reconhecimento da Cisjordânia e da Faixa de Gaza como uma unidade territorial. Além disso, previa-se a criação de autoridades palestinas para a gestão de eletricidade, do meio ambiente, das terras e da água, além de uma autoridade portuária em Gaza, um banco de desenvolvimento e um organismo para gerir as exportações palestinas; uma polícia palestina seria criada, embora a defesa dos territórios sob administração da futura autoridade palestina ficasse sob responsabilidade israelense; comitês israelo-palestinos seriam criados para questões específicas da transição de autoridade⁵⁸⁵.

Em maio de 1994, o chamado Acordo do Cairo foi assinado por Arafat e Rabin, estabelecendo a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), com

⁵⁸² ISRAEL; ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina. "Letter of Mutual Recognition between Israel and the PLO" in: *Security Dialogue*, v. 25, n. 1, mar. 1994. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-letters>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁵⁸³ Idem. *Declaration of Principles*, 1993.

⁵⁸⁴ Ibidem (tradução nossa).

⁵⁸⁵ Ibidem.

Yasser Arafat como seu primeiro presidente, e o controle limitado desta sobre uma parte da Faixa de Gaza e da região de Jericó⁵⁸⁶. O Acordo do Cairo integrava como seu anexo o Protocolo de Paris, sobre as relações econômicas entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina, assinado no mês anterior na capital francesa⁵⁸⁷. No mesmo ano, em outubro, o reino da Jordânia assinava um tratado de paz com Israel.

No dia 28 de setembro de 1995, dois anos após a Declaração de Princípios, um novo acordo, conhecido como Oslo II foi assinado por Rabin e Arafat. Em suas mais de 300 páginas, o documento estabeleceu a divisão da Cisjordânia em áreas A (controle civil e securitário da ANP), B (controle civil da ANP e controle securitário conjunto entre a ANP e Israel) e C (controle civil e securitário de Israel), prevendo que, paulatinamente, as áreas C se tornariam áreas B e as áreas B em área A, até a transferência de autoridade.

O caminho para uma solução do tipo de separação parecia incontornável. Soluções de um Estado soavam, nos primeiros anos da década de 90, inviáveis. A impressão era de que o consenso internacional havia atingido as relações israelo-palestinas. Não apenas os representantes israelenses e palestinos estavam negociando diretamente como as negociações estavam resultando em elementos simbólicos e palpáveis: controle civil palestino, símbolos nacionais, uma polícia local, órgãos de infraestrutura. A grande fronteira israelense com a Jordânia se normalizava.

Mas, para os críticos dos acordos dos anos 90, as propostas israelenses baseadas presentes desde as negociações com o Egito em Camp David se impuseram em Oslo: a ausência de um comprometimento territorial claro e a rejeição de um autogoverno palestino verdadeiramente independente, acompanhadas da reiteração do direito de controle de fronteiras para Israel. Em suma, não havia nenhum comprometimento formal com a ideia de um Estado da Palestina. Para outros, a assimetria de poder nas negociações impôs à OLP o reconhecimento de Israel como Estado soberano sobre um território sem fronteiras devidamente delimitadas, enquanto que o governo israelense apenas reconheceu a OLP como mera organização representante do povo palestino⁵⁸⁸. A FDLP, membro da OLP,

⁵⁸⁶ ISRAEL; ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina. *Agreement on Gaza Strip and Jericho Area*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-cairo>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁵⁸⁷ Ibidem.

⁵⁸⁸ NEWMAN, David; FALAH, Ghazi, op. cit., p. 124-125

havia se retirado das negociações de Oslo por se opor ao que ela via como injustiças que seriam impostas aos palestinos.

Com a assinatura de Oslo II, foi definido o controle da ANP sobre 2 milhões de residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, embora as autoridades do Estado de Israel seguissem controlando diretamente cerca de 60% do território e com autorização para intervir nas demais áreas. Surgia assim o mapa de “um território geograficamente descontínuo, onde as áreas do autogoverno palestino não formam uma unidade política firme” em um processo de transição definido (e indefinido) pelos chamados *facts on the ground*⁵⁸⁹. Segundo Newman e Falah, “a transferência de autoridade para a liderança palestina foi acompanhada por uma retirada quase total por parte de Israel de qualquer forma de assistência/intervenção fiscal ou administrativa”⁵⁹⁰, estabelecendo uma frágil situação econômica nos territórios sob controle da ANP.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 125.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 125.

3. 1996-ATUALIDADE – DO FRACASSO DOS ACORDOS DE OSLO AOS DIAS DE HOJE

A partir da chegada de Netanyahu à Beit Aghion⁵⁹¹ – apesar das tentativas de reinício das negociações e das investidas diplomáticas da Autoridade Nacional Palestina e, desde janeiro de 2013, do Estado da Palestina –, uma desesperança crescente tomou conta do debate político sobre a solução para a questão israelo-palestina. Quatro centros principais começaram a se questionar mais frequentemente sobre a viabilidade e/ou efetividade de Oslo ou mesmo da própria solução de dois Estados: a mídia; a política institucional e seus atores; a academia e os círculos intelectuais; e os movimentos sociais e ativistas. Esse questionamento levou a um ressurgimento com mais força da ideia de um Estado binacional, ao mesmo tempo judeu-israelense e árabe-palestino, abrangendo todo o território da Palestina histórica.

Em muitos casos, a divisão entre cada um desses centros é pouco nítida, como quando intelectuais e acadêmicos publicam suas ideias em jornais, quando debates públicos mesclam figuras dos diferentes centros ou quando algumas figuras possuem um pé em cada área.

Um artigo de Meron Benvenisti descreve os princípios e motivações que guiam a maior parte dos defensores de um Estado binacional na Palestina histórica frente ao fracasso dos Acordos de Oslo:

Vários fatores se combinaram, despertando maior interesse pela opção binacional. Em primeiro lugar, há uma crescente percepção de que as chances de estabelecer um Estado palestino independente e viável não existem mais, além de uma entidade ao longo das linhas de um bantustão. Em segundo lugar, o status quo que surgiu, embora pareça caótico, é, na prática, bastante estável e poderia ser caracterizada como *de facto* binacional. Em terceiro lugar, as posições diplomáticas do governo de Benjamin Netanyahu inevitavelmente levam a um impasse diplomático e um aprofundamento da política de anexação. Nestas circunstâncias, parece que a preocupação contínua com o estabelecimento de um Estado palestino não é apenas impossível, mas também prejudicial, uma vez que os delírios que promove permitem a continuação do *status quo*.⁵⁹²

⁵⁹¹ Residência oficial do primeiro-ministro israelense, em Jerusalém/al-Quds Ocidental.

⁵⁹² BENVENISTI, Meron. "The binationalism vogue" in: *Haaretz*, 30 abr. 2009 (tradução nossa).

3.1 – NA MÍDIA

A mídia tem se configurado, no caso israelo-palestino, como um espaço privilegiado de debate político, tanto pelo grande público atingido quanto pelas ideias manifestadas. Além dos jornalistas, figuras políticas, ativistas e membros de movimentos sociais, intelectuais, pesquisadores e professores universitários frequentemente usam e usaram os meios de comunicação para expressar suas posições sobre o conflito israelo-palestino e sobre possíveis soluções para este. Ativemos-nos aos grandes meios de circulação interna em Israel com versão em inglês – como o mais liberal *Haaretz*, os conservadores *The Jerusalem Post* e *Arutz Sheva*, o popular *Yedioth Ahronoth*, o *The Times of Israel*, – e, quando possível, a jornais anglófonos ou francófonos de grande destaque no exterior – como o *The New York Times*, o *The Guardian* ou o *Le Monde Diplomatique*, entre outros. Os jornais palestinos, infelizmente, não possuem versão em inglês, embora plataformas como a *Eletrocnic Intifada*, a *+972 Magazine* e o *Al Monitor* tenham sido uma fonte rica de pesquisa de opiniões contemporâneas.

Mais ligado a posicionamentos próximos da esquerda sionista e do sionismo trabalhista, o *Haaretz*, ainda que dê espaço para autores defensores da ideia binacional, tradicionalmente se alinha, no período pós-Oslo, com uma solução de dois Estados. Por um lado, alguns jornalistas do periódico demonstram algum interesse em entender o debate, como pode ser visto no artigo de Ari Shavit, de 2003, que expressou que, se pessoas tão diferentes no espectro político quanto Meron Benvenisti – responsável por anos pela administração de Jerusalém/al-Quds Oriental – e Chaim Hanegbi – que passou pelo Matzpen, pelos Panteras Negras, pela Lista Progressista e pelo Gush Shalom – estão defendendo a ideia binacional, talvez isso “queira dizer algo sobre a atual realidade”⁵⁹³.

Todavia, a maioria deles se opõe à ideia binacional e não costuma poupar palavras fortes para atacar os defensores da ideia de um Estado binacional. Em 2003, Yoel Esteron, então editor-chefe do *Haaretz*, em reação ao artigo do historiador britânico Tony Judt em favor de uma solução binacional para o conflito israelo-palestino, chamou essa proposta de um “ataque peçonhento e perigoso ao direito de existir de Israel”, um fruto de “sonho” ou de “desespero”. Esteron conclui

⁵⁹³ SHAVIT, Ari. “Cry, the beloved Two-State Solution” in: *Haaretz*, 7 ago. 2003.

seu artigo dizendo que “Judt e sua laia [...] deveriam experimentar Estados binacionais em outros lugares – na Alemanha e na França, por exemplo – antes de tentar forçar isso a Israel e aos palestinos” e que “é melhor exterminar a ideia de um Estado binacional antes que ela floresça”⁵⁹⁴.

Geralmente, há uma confusão – intencional ou não – feita em diversos meios de comunicação e especialmente frequente no *Haaretz*: associar a ideia de um Estado binacional às propostas de um único Estado, sem maiores especificações. Em pesquisas de opinião pública, onde surgem preferências do público israelense por fórmulas que negam o Estado palestino, essas posições são definidas como “solução binacional”⁵⁹⁵. Assim, até Jabotinsky pode aparecer como um defensor de um Estado binacional pela pena equivocada de alguns jornalistas⁵⁹⁶. Um artigo de novembro de 2004 chegou a estampar a manchete de que o ex-presidente iraniano, Hashemi Rafsanjani “propõe a criação de um Estado binacional”⁵⁹⁷; na realidade, uma fala dele propunha uma unificação dos territórios palestino e israelense na forma de um único Estado na Palestina histórica em que todos os “judeus, cristãos e muçulmanos” ali residentes votassem e vivessem. Essa não é uma fórmula binacional.

Meron Benvenisti – curiosamente em um artigo no próprio *Haaretz* – afirma que muitos associam um Estado binacional a um Estado unitário e centralizado que ignora direitos étnico-coletivos, guiados pelo princípio de “uma pessoa, um voto”, como o que foi implantado na África do Sul após o fim do Apartheid. Segundo ele, não há qualquer chance desse modelo acontecer entre árabes palestinos e judeus israelenses e que identificar o binacionalismo com esse modelo é algo “deliberado, objetivando impedir qualquer debate sobre alternativas diferentes e mais atrativas”⁵⁹⁸. Chomsky já advertia, nos anos 70, sobre uma errônea associação entre binacionalismo e a proposta da OLP e do Fatah naquela época. Para ele, “esse tipo de confusão contribui para uma infeliz tendência a identificar qualquer discussão crítica sobre a atual política israelense e qualquer especulação sobre arranjos políticos alternativos no Oriente Médio como ‘apoio ao terrorismo’”⁵⁹⁹.

⁵⁹⁴ ESTERON, Yoel. “Who's in favor of annihilating Israel?” in: *Haaretz*, 28 nov. 2003.

⁵⁹⁵ LEVY, Gideon. “Netanyahu and Meshal forever” in: *Haaretz*, 11 mar. 2007.

⁵⁹⁶ ESTERON, Yoel, op. cit.

⁵⁹⁷ THE Associated Press. “Rafsanjani proposes creation of a binational state” in: *Haaretz*, 12 nov. 2004.

⁵⁹⁸ BENVENISTI, Meron. “Which kind of binational state?” in: *Haaretz*, 20 nov. 2003.

⁵⁹⁹ CHOMSKY, Noam, op. cit., 1973, p. 157.

De modo a estigmatizar os que não se alinham com a perspectiva do trabalhismo sionista (uma solução de dois Estados, com um Estado árabe palestino em parte da Cisjordânia e Gaza), os binacionalistas são associados à direita e à extrema-direita israelenses, comumente alvo de críticas do *Haaretz*. O próprio Esteron, por exemplo, afirma que Ariel Sharon, Avigdor Lieberman, Effie Eitam e Yosef Lapid estimulam o renascer da ideia binacional. Gideon Levy, ex-assessor de Shimon Peres e conhecido por suas críticas à direita e à contínua ocupação da Cisjordânia, escreveu em 2007 que “Netanyahu, o Yisrael Beiteinu, o Partido Religioso Nacional, os colonos, o Kadima e todos aqueles que rejeitam as negociações deveriam ser chamados de ‘fãs do Estado binacional’”⁶⁰⁰. É preciso, entretanto, diferenciar o posicionamento tradicional e majoritário na direita israelense defensora da manutenção da ocupação, marcado pela negação dos direitos coletivos e nacionais palestinos, e a ideia de um Estado binacional, que, ao contrário, estabelece uma igualdade *de jure* entre as duas coletividades enquanto portadoras de direitos étnico-nacionais.

Em artigos mais recentes, frente aos ataques com facas que vêm se reproduzindo desde setembro de 2015, jornalistas do *Haaretz*, como Ari Shavit e Barak Ravid, afirmaram que a recente violência em Jerusalém/al-Quds revelaria as “falhas do binacionalismo” que Netanyahu estaria “impulsionando”⁶⁰¹. Shavit, que define a solução de um único Estado como uma “solução mortal”, fez as seguintes afirmações sobre os recentes casos de ataques com faca em Jerusalém/al-Quds:

os eventos difíceis deste outono negro têm revelado algo muito mais sinistro: o significado verdadeiro e terrível de uma ideia cada vez mais na moda – a solução de um único Estado. [...] Aleluia, nacionalistas do Gush Emunim; aleluia liberais do BDS, a realidade binacional está tomando forma⁶⁰².

Segundo Asher Schechter, também no *Haaretz*, o que está acontecendo agora (que alguns estão chamando de Terceira Intifada ou Intifada das Facas) não seria uma intifada e sim algo “muito sinistro”: um Estado binacional.⁶⁰³

É preciso notar que os mais de 300.000 árabes palestinos residentes em Jerusalém/al-Quds não são concidadãos de Netanyahu, são cidadãos sem-

⁶⁰⁰ LEVY, Gideon, op. cit., 11 mar. 2007.

⁶⁰¹ SHAVIT, Ari. "Dark forces in the Holy Land" in: *NewStatesman*, 2 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shavit>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁰² Ibidem (tradução nossa).

⁶⁰³ SCHECHTER, Asher. "This isn't an intifada, this is what binational Israel looks like" in: *Haaretz*, 15 out. 15. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-schechter>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

Estado⁶⁰⁴. Em um Estado binacional, os árabes palestinos teriam plenos direitos civis e humanos, além de direitos coletivos, como o direito à autodeterminação e ao reconhecimento de sua identidade, em nada semelhante com o que a direita israelense constrói.

Dentre os jornalistas da mídia tida como progressista em Israel, há, entretanto, uma percepção de que há impasses para a solução de dois Estados e para a aplicação do que estava previsto em Oslo. Sheleg reconhece que “no futuro próximo é difícil imaginar um primeiro-ministro israelense realizando uma retirada que envolva uma evacuação significativa de colonos”. Para ele, a solução mais cômoda para os dirigentes políticos é esperar passivamente o surgimento de um Estado binacional ao invés de “confrontar os colonos no curto prazo” e manter o *status quo* fará com que “um cenário de Estado binacional ocorra”. Por isso é preciso tomar a “decisão necessária”⁶⁰⁵ de realizar uma retirada, mesmo que unilateral “de todas as partes da Judeia, da Samaria e da Faixa de Gaza com uma densa população palestina”⁶⁰⁶ – posição que, depois de diversos ensaios, foi adotada pelo governo israelense na administração de Ariel Sharon, com a retirada unilateral em 2005 da Faixa de Gaza. Levy tem uma posição pessimista sobre a atualidade; segundo ele “a ocupação não é temporária, nem a atual natureza do Estado”, mas que isso deve ser modificado para evitar uma situação binacional⁶⁰⁷.

Acerca dos assentamentos, Sheleg afirma que a maioria dos colonos “foi viver em assentamentos por motivações sionistas e não por abraçar a solução binacional” e que, por isso, sendo “coerentes” e “sinceros” com o sionismo, eles aceitariam ou deixar os assentamentos para liberar “toda a sociedade israelense da situação que está atirando todos nós no cenário binacional” ou declarar que querem morar num Estado palestino, como cidadãos israelenses. Essa seria “a única possibilidade que pode acomodar a existência contínua de assentamentos evitando um Estado binacional” e deixando de arriscar que Israel perca “seu caráter judaico”⁶⁰⁸.

A associação de uma situação binacional ao Hamas é frequente também. Esteron diz que “é uma ideia incrivelmente ruim para os judeus se tornarem uma

⁶⁰⁴ KONRAD, Edo. “Let’s not forget that East Jerusalem Palestinians are stateless” in: *+972 Magazine*, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-konrad>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

⁶⁰⁵ SHELEG, Yair. “The settlers and a binational state” in: *Haaretz*, 31 ago. 2003.

⁶⁰⁶ É importante notar que o autor deixa bem claro que não defende a retirada de todo o território, o que significa, implicitamente, a anexação de determinados territórios ocupados.

⁶⁰⁷ LEVY, Gideon, op. cit., 11 mar. 2007.

⁶⁰⁸ SHELEG, Yair, op. cit.

minoria sob as asas do Hamas”⁶⁰⁹. Segundo Levy, tanto Benjamin Netanyahu quanto Khaled Marshel, líder do Hamas, defendem um modelo de Estado binacional: seja um Estado de apartheid ou um Estado islâmico, fazendo, mais uma vez, uma confusão entre Estado único e Estado binacional.

Um temor constante em análises na mídia mais à esquerda de Israel é que o país siga o modelo sul-africano pós-1994, em que o país se tornou uma democracia do tipo “uma pessoa, um voto”. Para Sheleg, todos os problemas de segurança, economia e fornecimento de água são “menos problemáticos do que a possibilidade de, em alguns anos, Israel se encontrar em face de uma decisão cruel do tipo da África do Sul: os palestinos, com o apoio de toda a comunidade internacional (incluindo os Estados Unidos), vão simplesmente pedir cidadania [...] e uma recusa israelense será acompanhada de um boicote internacional”.⁶¹⁰ Levy argumenta de forma semelhante: caso a ocupação continue, “os palestinos serão maioria aqui, e aí? Uma minoria vai continuar a maltratar a maioria? Não-cidadãos para sempre? A África do Sul já nos ensinou como isso termina”⁶¹¹.

Em suma, algumas justificativas surgem, assim, como centrais para a rejeição de um Estado binacional pela grande mídia israelense supostamente mais progressista: o firme apoio à solução de dois Estados, um alegado risco à autodeterminação dos judeus da região e a falta de apoio entre palestinos e israelenses a essa ideia. Sobre este último ponto, Esteron diz que não é sequer preciso fazer pesquisas para saber que a esmagadora maioria dos israelenses e palestinos rejeita a ideia de um Estado binacional⁶¹². Para Sheleg, “todas as pesquisas de opinião pública” indicam que israelenses querem a separação (afinal, segundo ele, o conceito de não-separação “tem um significado claro: a criação de um Estado binacional”)⁶¹³.

Os binacionalistas surgem, assim, no discurso majoritário dentro do *Haaretz*, por discordarem da divisão em dois Estados, como aqueles que colaboram com o *status quo*, visto como um risco à autodeterminação judaica-israelense. Uma visão dualista surge assim, exemplificada por um pensamento de Levy, segundo o qual não há mais esquerda, direita, centro, “pombas” ou “falcões” na política israelense;

⁶⁰⁹ ESTERON, Yoel, op. cit..

⁶¹⁰ SHELEG, Yair, op. cit.

⁶¹¹ LEVY, Gideon, op. cit.

⁶¹² ESTERON, Yoel, op. cit.

⁶¹³ SHELEG, Yair, op. cit.

para ele, “Israel está dividido entre os que defendem um Estado único [...] e os que defendem dois Estados”.⁶¹⁴

Como nota Dubi Kanengisser, a mídia israelense detesta dar espaço para a ideia binacional e as publicações acadêmicas acabam sendo um espaço mais privilegiado para essa ideia, assim como espaços *online* (como blogs e fóruns de discussão), onde é possível encontrar um alto nível de discussão, num ambiente “menos histérico” que a mídia tradicional israelense⁶¹⁵.

No *The Jerusalem Post*, mais conservador⁶¹⁶, em um artigo em 2010⁶¹⁷, Felice Friedson diz que não se deve “nem subestimar o movimento por um Estado binacional e nem se surpreender com o anúncio de um Estado palestino”, sobretudo pelo avanço da agenda uno-estatal entre a direita israelense. Em um texto no mesmo periódico, em 2012, o repórter de assuntos diplomáticos Jay Bushinsky, defendeu que, em caso de anexação da Cisjordânia, a solução de um Estado poderia tomar a forma de uma federação de duas entidades, uma árabe e uma judaica, cada uma com seu próprio parlamento e sua própria administração governamental, eventualmente com um governo federal responsável por segurança de todo o território (“o que já existe em Israel, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza”, segundo Bushinsky), com funcionários e lideranças de ambas as entidades⁶¹⁸. Esse processo levaria a um alargamento do existente Estado de Israel, com cidadania e direitos iguais aos palestinos e um “aceitável” número de refugiados de 1948 repatriados, mas, segundo o autor sem “abrir as portas de Israel aos milhões que desejam o status de refugiado”⁶¹⁹.

No *Arutz Sheva*, popular entre colonos ideológicos instalados nos TPO, texto da ultraconservadora Tamar Yonah, uma radialista anglófona israelense originária da Califórnia, o Fatah é definido como a cabeça de uma “Autoridade Terrorista Palestina” junto ao Hamas, os palestinos são um povo sem o “direito de ter um Estado” que “mama nas tetas do povo israelense”; para Yonah, a solução binacional é apenas mais um plano de “uma longa lista de ideias fúteis e tolas de como fazer a

⁶¹⁴ LEVY, Gideon, op. cit.

⁶¹⁵ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 4.

⁶¹⁶ No período do Mandato, o jornal se chamava *The Palestine Post* e tinha um perfil mais progressista que se manteve após a mudança de nome em 1950. O tom mais conservador foi adotado a partir do final dos anos 80.

⁶¹⁷ FRIEDSON, Felice. “One-state or two-state solution” in: *The Jerusalem Post*, 21 jul. 2010.

⁶¹⁸ BUSHINSKY, Jay. “A federated state for Israelis and Palestinians” in: *The Jerusalem Post*, 5 mar. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bushinsky>>. Acesso em: 31 dez. 2015

⁶¹⁹ Ibidem

paz com terroristas árabes e muçulmanos”⁶²⁰. O linguista George Jochnowitz, em uma coluna opinativa no *Arutz Sheva*, afirmou que um Estado binacional na Palestina histórica “seria um local onde cidadãos judeus seriam ameaçados de assassinato”⁶²¹.

No popular *Yedioth Ahronot*, Daniel Friedmann, o ex-ministro israelense da justiça, sob o governo de Olmert, escreveu em um artigo de 2010, onde chama Yasser Arafat de “pai do terrorismo”, que Israel tem uma “história de decisões terríveis” que levaram ao fortalecimento do povo palestino, antes disperso, e, não entregando as áreas povoadas da Cisjordânia para o reino hashemita da Jordânia, à criação do Estado da Palestina ou de um Estado binacional, uma ideia que está “rondando” a região⁶²².

Em um artigo de 2012, o correspondente no jornal na Alemanha, Eldad Beck, avisou os leitores do periódico sobre o “perigo” vindo de organizações daquele país – apoiadoras de uma solução binacional, então “anti-israelenses” –, como o Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança do Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)⁶²³.

Em abril de 2014, Eitan Haber, ex-assessor de Rabin para assuntos militares e estratégicos, escreveu no jornal um texto de opinião chamando um Estado binacional de “pesadelo” e adjetivando a ideia binacional como uma “ideia louca”, uma “alucinação” defendida por “pessoas insanas”, como “uma ideologia inaceitável” e um “estranho imaginário”⁶²⁴. Em linha semelhante, o jornalista Sever Plocker definiu a opção binacional como uma “situação intolerável” para a qual Israel estaria sendo levado como um sonâmbulo⁶²⁵. Pouco mais de um mês após essas afirmações, Plocker afirmou que as eleições israelenses de 2015 tinham como “escolha crítica” perseguir o caminho de um “Estado binacional violento”⁶²⁶ ou “salvar o Estado judeu”⁶²⁷.

Aviad Kleinberg, professor de história da Universidade de Tel Aviv, na mesma época, para se referir ao atual governo conservador como um “governo pós-sionista”

⁶²⁰ YONAH, Tamar. "Dear Mr. Bush, please take your head out of your tush!" in: *Arutz Sheva*, 15 mai. 2007.

⁶²¹ JOCHNOWITZ, George. "Never again and never before" in: *Arutz Sheva*, 13 nov. 2015.

⁶²² FRIEDMANN, Daniel. "How Israel founded the Palestinian state" in: *Ynet*, 27 set. 2010.

⁶²³ BECK, Eldad. "Is Germany still a close ally?" in: *Ynet*, 3 set. 2012.

⁶²⁴ HABER, Eitan. "The bi-national state nightmare" in: *Ynet*, 24 abr. 2014.

⁶²⁵ PLOCKER, Sever. "Why are Israelis sleepwalking toward a onestate" in: *Ynet*, 3 nov. 2014.

⁶²⁶ Segundo o autor, o Likud estaria levando ao binacionalismo.

⁶²⁷ PLOCKER, Sever, op. cit.

que está levando os israelenses “rumo a um Estado binacional” ao “desmantelar” o “projeto de Estado judeu democrático”⁶²⁸. Por fim, em novembro de 2015, o jornalista Ben-Dror Yemini chamou, no *Yedioth Ahronot*, a perspectiva de um Estado binacional de “catástrofe”⁶²⁹.

Na televisão israelense, um fato surpreendente foi quando Danny Kushmaro, âncora do Canal 2 de Israel, em meados de 2013, perguntou no ar se a solução de dois Estados ainda seria possível. Na reportagem que se seguiu, Yossi Sarid, ex-membro do Meretz, e ex-ministro da educação, sempre comprometido com a solução de dois Estados afirmou que “talvez o trem já tenha partido”⁶³⁰. Meron Benvenisti, ex-prefeito-adjunto para Jerusalém/al-Quds Oriental afirmou que “nunca vai acontecer” a aplicação do modelo de dois Estados⁶³¹. Khalil Shihaki, especialista palestino em pesquisas de opinião afirmou: “vivemos em uma realidade de um Estado” e confirmou que cada vez mais palestinos estão acreditando que a solução de dois Estados nunca ocorrerá⁶³². Kushmaro, definido por Dahlia Scheindlin como um pilar da corrente principal da opinião pública israelense, afirmou então:

Talvez seja realmente hora de pensar em abordagens alternativas, se houver alguma. Talvez nós realmente estejamos caminhando para um Estado binacional. [Embora] talvez depois de algum evento apocalíptico, [...] isso vai acontecer, haverá dois Estados aqui. Mas hoje, com a construção continuada nos territórios, com a liderança atual de Israel e a maior parte da liderança palestina – para sua tristeza ou talvez sua alegria – a história de dois Estados parece mais complicada, não é realista e está se tornando quase impossível a cada dia que passa⁶³³.

A *Al-Jazeera*, emissora e portal online de notícias do Catar, publicou em 2011 um artigo tendo como manchete a fala de um morador do assentamento judaico de Eli, na Cisjordânia ocupada: “A solução de dois Estados não é uma solução”⁶³⁴. A citação no artigo de Gregg Carlstrom continua:

A direita quer que todos os árabes partam, e a esquerda pensa que nós podemos separar e construir um muro entre nós. [...] A realidade é

⁶²⁸ KLEINBERG, Aviad. "Post-Zionist government leading us to a binational state" in: *Ynet*, 26 fev. 2015.

⁶²⁹ YEMINI, Ben-Dr. "The penny finally drops for John Kerry" in: *Ynet*, 11 dez. 2015.

⁶³⁰ SCHEINDLIN, Dahlia. "Israel's mainstream Channel 2 starts to question the two-state solution" in: *+972 Magazine*, 3 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-scheindlin2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² Ibidem

⁶³³ Ibidem (tradução nossa).

⁶³⁴ CARLSTROM, Gregg. *The two state solution is not a solution*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/unpalestine/2011/09/201192817371971592.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

binacional, e é isso que as pessoas precisam reconhecer. [...] Essa ideia, a solução de dois Estados, é o maior fracasso diplomático do último século⁶³⁵

Segundo Carlstrom, embora 40% dos israelenses e entre 40 e 60% dos palestinos ainda defendam a solução de dois Estados, assim como o governo israelense e a OLP, “é difícil escapar da conclusão de que o objetivo de criar dois Estados é simplesmente impraticável”, já que a “Cisjordânia não tem como fazer parte de um Estado palestino viável se Israel anexar os 122 blocos de assentamentos dentro de suas fronteiras”. Segundo o jornalista, ainda que se constituam dois Estados para dois povos, cada um desses Estados teria, em suas fronteiras, dois povos⁶³⁶.

Além dos jornais do Oriente Médio, meios de comunicação de grande alcance internacional, como o *The Guardian*, o *The New York Times* e o *Le Monde Diplomatique*, costumam dar espaço para o debate sobre a questão israelo-palestina

Seumas Milne, jornalista e membro do Partido Trabalhista da Grã-Bretanha, crítico aberto das políticas israelenses em relação aos palestinos, após uma visita aos TPO, escreveu um artigo no *The Guardian* em 2004⁶³⁷, em tom pessimista, vendo uma contagem regressiva para o fim da possibilidade de dois Estados e a já impossível estruturação de um Estado Palestino nos 22% dos territórios da Palestina histórica. Para Milne, há, ainda, uma disposição maior do lado palestino para a solução de dois Estados, inclusive por parte da FPLP, que até os Acordos de Oslo lutava por um único Estado em toda a Palestina histórica. Jamil Majdalawi, líder da FPLP em Gaza, em entrevista ao jornalista britânico, diz que: “Um estado democrático para todos em toda a Palestina é uma esperança para a história, mas nós não acreditamos que seja uma proposta realista agora. O confronto agora é sobre a área do Estado palestino, sua soberania e suas fronteiras”⁶³⁸. Para Milne, até mesmo o Hamas e a Jihad Islâmica, apesar dos slogans e programas, se mostram dispostos a parar a luta armada – ao menos numa trégua – se Israel deixar os territórios ocupados, incluindo Jerusalém/al-Quds Oriental⁶³⁹.

Ainda segundo Milne,

A amarga realidade é que a ocupação israelense foi menos opressora e destrutiva quando era um regime militar direto até o início dos anos 1990 do

⁶³⁵ Ibidem (tradução nossa).

⁶³⁶ Ibidem.

⁶³⁷ MILNE, Seumas. “Too late for two states?” in: *The Guardian*, 24 jan. 2004

⁶³⁸ Ibidem.

⁶³⁹ Ibidem.

que hoje. Apesar da humilhação de subjugação estrangeira e a rotineira prisão de ativistas, nos primeiros 20 anos após a guerra de 1967, a vida era mais fácil para o palestino médio, que podia trabalhar em Israel, comercializar e mover-se de forma relativamente livre em todo o país. Mesmo a colonização ilegal da Cisjordânia e de Gaza pelos colonos israelenses foi numa escala modesta em comparação ao que viria depois⁶⁴⁰.

Para o jornalista, o apoio palestino à solução de dois Estados está “erodindo” no período pós-Oslo: “Os Acordos de Oslo pode ter trazido de volta para casa a liderança palestina, mas também exigiu que ela agisse como terceirizados de Israel no que se tornou uma colônia”⁶⁴¹. Ele diz ter a sensação de que muitos palestinos estão se perguntando se o que pode surgir é o que eles realmente querem e se não é melhor seguir o modelo sul-africano e lutar pelo “Estado binacional que existe na prática na Palestina desde 1967”⁶⁴². Embora reconheça que a luta por um Estado binacional ainda tem um apoio proporcionalmente menor entre judeus israelenses, Milne afirma que

Esta ideia, que começou como uma especulação nos bastidores por intelectuais e assessores, já entrou no *mainstream* político palestino e alimentou a ansiedade israelense sobre os riscos para Israel – com apenas 5,4 milhões de judeus – ao continuar governando uma população árabe em rápido crescimento de 4,6 milhões, tanto em Israel quanto nos territórios. No início deste mês, até mesmo o primeiro-ministro palestino Ahmad Qurei cogitou a possibilidade de que, se Israel pressionar com seu muro, os palestinos podem ser forçados a abandonar seu compromisso com dois Estados e voltar à velha aspiração palestina de um “Estado democrático único” para ambos os povos.⁶⁴³

Em 2011, a *+972 Magazine* – base de blogs sobre questões ligadas a Israel e à Palestina, mantida por jornalistas e acadêmicos à esquerda do espectro político – abriu um espaço de debate para especialistas na questão israelo-palestina, lançando a seguinte pergunta: “Alguns acreditam que a porta para a solução de dois Estados está se fechando. Outros não têm certeza. Você acha que é hora de começar a discutir possíveis soluções de um único Estado para o conflito israelo-palestino?”⁶⁴⁴

Amjad Atallah, da *New America Foundation* e diretor da *Middle East Task Force* e editor de Oriente Médio do portal *ForeignPolicy.com*, afirmando não ver a

⁶⁴⁰ Ibidem (tradução nossa).

⁶⁴¹ Ibidem

⁶⁴² Ibidem

⁶⁴³ Ibidem (tradução nossa).

⁶⁴⁴ FRIEDLANDER; Libby Lenkinski; SHEIZAF, Noam. “Is it time to move on to the One-State Solution?” in: *+972 Magazine*, 13 fev. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-972disc>>. Acesso em: 3 jan. 2016 (tradução nossa).

possibilidade de uma partilha justa, respondeu dizendo que “soluções de não-partilha se tornaram agora uma parte necessária do debate”⁶⁴⁵. Joseph Dana, jornalista atuando na Cisjordânia afirmou na ocasião: é “muito simples, Israel criou o Estado único”, com a população da Cisjordânia vivendo um sistema de apartheid e a de Gaza numa prisão a céu aberto. Para Dana, “já que vivemos em um Estado e a solução de dois Estados está morta, por que não pragmaticamente trabalhar para trazer democracia aos residentes deste Estado desigual?”⁶⁴⁶. O também jornalista Dimi Reider afirmou é preciso “com urgência” uma alternativa de um único Estado para prevenir a deformação da solução de dois Estados. Segundo Reider, a “introdução do pensamento de um Estado” seria “necessária para firmar uma alternativa real ao discurso segregacionista, que domina a política israelense da esquerda até a direita e que vai levar quase certamente a um imenso desastre humano e político”⁶⁴⁷.

Algumas respostas ao questionamento da +972 Mag foram menos incisivas. Gadi Baltiansky, diretor-geral da Iniciativa de Genebra, afirmou que “a discussão sobre soluções de um Estado é correta e lógica, mas muito prematura”, e que talvez em algumas gerações o assunto ocorra naturalmente, mas que agora os sentimentos “de ameaça e de perda” são muito fortes entre judeus e palestinos. Segundo Baltiansky, “se esperarmos, então de fato será muito tarde para uma solução de dois Estados, mas agora é muito cedo para uma solução de um Estado. Se não fizermos nada, ficaremos simplesmente no conflito com solução nenhuma”⁶⁴⁸.

Outros jornalistas e atores políticos locais se opuseram frontalmente à ideia de um único Estado. Mikhael Manekin, co-fundador da organização de veteranos militares *Breaking the Silence*, que busca expor o que acontece nos TPO, se opôs à ideia de um Estado, afirmando que a “soberania palestina plena nunca foi oferecida”, que “há muito menos desejo político por um único Estado” e que a “autodeterminação faz mais sentido em um quadro de dois Estados”⁶⁴⁹. Para a jornalista e analista Dahlia Scheindlin, um único Estado poderia abrir espaço para a

⁶⁴⁵ Ibidem.

⁶⁴⁶ Ibidem.

⁶⁴⁷ Ibidem.

⁶⁴⁸ Ibidem.

⁶⁴⁹ Ibidem.

legitimação da expansão israelense⁶⁵⁰. Zehava Galon, ex-deputada israelense pelo Meretz, definiu a ideia como “perigosa”⁶⁵¹. Lara Friedman, diretora de relações políticas e governamentais da associação *Americans for Peace Now* chamou a solução de um Estado de uma “fantasia compartilhada por alguns antissionistas/pós-sionistas e alguns sionistas linha-dura”⁶⁵².

Scheindlin, em outubro de 2012, teria outro posicionamento, afirmando que a solução de dois Estados “está se tornando mais slogan do que substância”⁶⁵³ e que a realidade é que um único Estado soberano já existe entre o Jordão e o Mediterrâneo, mas com populações com “direitos desiguais, recursos desiguais, oportunidades desiguais e realidades desiguais”⁶⁵⁴. Para reverter essa situação, Scheindlin propôs quatro pontos essenciais para uma solução justa de um único Estado, binacional *de facto* e *de jure*. O primeiro elemento seria o congelamento da política de assentamentos combinada com a permissão de livre circulação de mercadorias em todo o território, depois permitir livre circulação de pessoas. Além disso, cada comunidade manteria seus símbolos e suas narrativas, enquanto que internacionalmente seria reconhecido um único Estado federado com duas nações formando sua identidade, com o uso das duas bandeiras. Em terceiro lugar, seria estabelecido um sistema político e eleitoral que pudesse dar garantias constitucionais e eleitorais de representação de ambas as comunidades no Executivo. Por fim, a quarta questão, dos refugiados deveria ser resolvida através de uma negociação para definir os limites de absorção⁶⁵⁵.

A +972 *Mag* tem servido de espaço para defensores e debatedores sobre a ideia de um único Estado na Palestina histórica. Em um artigo de 2013, Jeremiah Haber discutiu as possibilidades de uma identidade binacional na região⁶⁵⁶. Amjad Iraqi, árabe palestino com cidadania israelense e membro da associação Adalah em Haifa, em artigo em 2015 dizendo que o “debate sobre se estamos vivendo em um Estado único é irrelevante”, pois a resposta seria “um retumbante sim”⁶⁵⁷. Para Iraqi,

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ Ibidem.

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ SCHEINDLIN, Dahlia. “Demystifying one-state, acknowledging facts” in: +972 *Mag*, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-scheindlin1>>. Acesso em: 2 jan. 2015

⁶⁵⁴ Ibidem

⁶⁵⁵ Ibidem

⁶⁵⁶ HABER, Jeremiah. “Is a binational identity possible in Israel?” in: +972 *Mag*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-haber1>>. Acesso em: 2 jan. 2016

⁶⁵⁷ IRAQI, Amjad. “Can we call it one state and be done with it?” in: +972 *Mag*, 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-iraqi>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

Se queremos criar dois Estados, vamos falar sobre secessão. Se vamos manter um Estado, vamos falar sobre alcançar igualdade. Não nos prendam em um limbo porque as pessoas acreditam que podemos estar vivendo sob um mesmo Estado – e estamos⁶⁵⁸.

Em uma série de artigos, o israelense Yuval Ben-Ami afirmou que a solução de dois Estados pressupõe a criação de dois Estados etnocêntricos – algo que, segundo o jornalista, já seria ultrapassado quando o sionismo político –, o que levaria a região a polarização (inclusive com a formação de teocracias) e ainda assim nenhuma das partes ficaria plenamente satisfeita⁶⁵⁹. Segundo Ben-Ami, uma possível “União Canaanita” e a internacionalização de Jerusalém/al-Quds poderiam ser alternativas para o conflito israelo-palestino⁶⁶⁰. Olhando para o caso do Reino Unido, onde foram criados em 1997 os parlamentos da Escócia e do País de Gales, Ben-Ami afirma que o Estado britânico está se tornando uma “união de parceiros iguais”, um modelo que poderia servir de modelo para Israel e para Palestina. Essa possível união poderia ter Jerusalém/al-Quds transformada em uma capital comum, um DC; Tel Aviv e Ramallah seriam as capitais de Israel e da Palestina, cada país poussindo seus próprios símbolos e governos, mas formando uma federação, com uma certa repatriação de refugiados em Israel e com os colonos podendo ficar no interior do futuro Estado palestino⁶⁶¹.

3.2– ENTRE ATORES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Ao menos desde a assinatura dos Acordos de Oslo, o *establishment* israelense e palestino tem adotado, em sua imensa maioria, o discurso da solução de dois Estados. Embora a relação entre discurso e ação não seja sempre positiva, a solução de um Estado é formalmente rejeitada pelos últimos governos israelenses e pela Autoridade Nacional Palestina desde sua criação. Quando o ex-primeiro-ministro palestino, Ahmed Qurei (Abu Ala) durante negociações com israelenses, ameaçou uma mudança de postura, Zalman Shoval, diplomata israelense, reagiu: segundo ele, além de um Estado binacional, Ahmed Qurei poderia também “pedir

⁶⁵⁸ Ibidem (tradução nossa).

⁶⁵⁹ BEN-AMI, Yuval. “Introducing the no-state solution” in: +972 Mag, 19 dez. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ben-ami2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁶⁰ Ibidem.

⁶⁶¹ Ibidem.

um Estado palestino na lua”⁶⁶².

Ao longo dos anos 70 e 80, processos internos, estratégicos e diplomáticos, como visto no capítulo anterior, culminaram com os Acordos de Oslo e a esperança de divisão do território da Palestina histórica em duas entidades nacionais, uma judaica-israelense e uma árabe-palestina. Há poucas – ou nenhuma – divergências entre as análises sobre o contexto fundado por Oslo sobre a entidade nacional judaica prevista ser a manutenção do Estado de Israel; há, no entanto, um desacordo quanto a chamar a entidade árabe-palestina de Estado, ao menos na concepção de Estado plenamente independente e soberano.

Os grupos majoritários que passaram a compor a Autoridade Nacional Palestina nos anos 90 entraram em um acordo para legitimar as negociações de Oslo, reconhecendo a demanda de um Estado palestino independente, ao lado do Estado de Israel, como a estratégia a ser seguida conjuntamente. Posteriormente, a entrada com força do Hamas, grupo que já existia desde 1988 e é formalmente contrário à solução de dois Estados na política institucional, e o fechamento do Conselho Legislativo Palestino, o protoparlamento da ANP, tornaram a situação menos clara, embora a posição oficial da ANP e do atual Estado da Palestina seja a manutenção das negociações e das investidas diplomáticas para estabelecer um Estado árabe-palestino soberano de fato na Cisjordânia e na Faixa de Gaza nas fronteiras de 1949-67.

O “consenso sionista”, formado pelos partidos capazes de liderar blocos de governo na história de Israel – o Likud, o Kadima e o Partido Trabalhista – concordam em uma fórmula de separação, embora haja divergências internas no formato da separação: um Estado ou algum tipo de autonomia. Entretanto, uma ínfima minoria parece estar comprometida com um Estado palestino plenamente independente e soberano, sendo a fórmula majoritária semelhante a algo entre um complexo descontínuo de micro-regiões semi-autônomas e uma espécie de protetorado da Palestina ao lado de um Estado judeu. De qualquer modo, entre os partidos sionistas do *establishment* institucional israelense, a ideia de um Estado binacional não tem qualquer apoio – assim como o direito de retorno dos refugiados e descendentes de refugiados palestinos. O Partido Trabalhista e seus satélites, assim como o centro sionista, defendem um Estado palestino semi-independente e

⁶⁶² HERMANN, Tamar, op. cit. p. 382

desmilitarizado⁶⁶³, usando o discurso da rejeição da ideia binacional.

A própria “oferta generosa” de Ehud Barak em Camp David, em 2000, recusada por Yasser Arafat, foi interpretada pelos palestinos como, na realidade, um Estado da Palestina dividido em quatro – ou três, segundo a interpretação – bolsões descontínuos (Gaza, Jenin-Nablus, Ramallah-Jericó e Hebron-Belém) e Abu Dis como substituto de Jerusalém/al-Quds Oriental, enquanto Israel anexaria bolsões de assentamentos de Ariel/Samaria, Ma’ale Adunim e Betar, além de permanecer no Vale do Jordão em toda a fronteira com a Jordânia e controlando o Mar Morto. Israel teria o direito de retornar militarmente “em caso de emergência” ao novo Estado desmilitarizado, autorizado a manter apenas forças de segurança não-militares, proibidas de fazer qualquer aliança sem a prévia autorização israelense. Os recursos naturais, especialmente a água, da Cisjordânia ficariam sob administração israelense. Caso aceitassem a proposta, os palestinos deveriam considerar o conflito como encerrado e não fazer mais qualquer demanda.

O fato de não haver um mapa oficial da proposta israelense levou a diversas interpretações das propostas de Camp David. Alguns autores, menos críticos e mais otimistas em relação à proposta de Barak, viam um caráter transitório de mais curto prazo no controle israelense sobre alguns territórios da Cisjordânia, sobretudo no Vale do Jordão⁶⁶⁴.

Em janeiro do ano seguinte, no encontro em Taba entre autoridades israelenses, palestinas e norte-americanas, uma proposta em linhas semelhantes, adicionada de propostas de pequenas concessões territoriais israelenses, foi apresentada – e foi também recusada por Arafat. Poucas semanas depois, o breve retorno dos trabalhistas encerrou-se com a eleição de Ariel Sharon para substituir Barak.

Shimon Peres, desde o final dos anos 70, denuncia o “perigo” da criação de um Estado binacional⁶⁶⁵, um “erro trágico”⁶⁶⁶ caso as “negociações para

⁶⁶³ Alguns defendem que seria impossível um Estado de cerca de 6.000 km² possuir plena soberania e forças armadas. O Estado de Cingapura, com seus 700 km², representam um contra-exemplo interessante, possuindo plena soberania e fortes forças armadas – criadas, inclusive, com o apoio das Forças de Defesa de Israel.

⁶⁶⁴ ROSS, Dennis. *The Missing Peace: The Inside Story of the Fight for Middle East Peace*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2004

⁶⁶⁵ JEWISH Telegraphic Agency, op. cit., 21 mai. 1979.

⁶⁶⁶ Idem. "Peres: Israel should try to conclude autonomy talks by April 1982" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 10 dez. 1981.

autonomia”⁶⁶⁷ não progredissem. Hoje, Isaac Herzog, líder do Partido Trabalhista, se vende como o líder capaz de estabelecer um “plano de separação”⁶⁶⁸ para evitar o perigo de um Estado binacional⁶⁶⁹.

Tzipi Livni, em 2009, na época líder do Kadima, declarou que as eleições daquele ano seriam “a escolha [...] entre um Estado judeu e um Estado binacional”⁶⁷⁰. Danny Danon, do Hatnua, partido dissidente do Kadima, criado por Livni, afirmou em 2013 que “qualquer um que tenta enterrar a ideia de dois Estados dá vida para a ideia de um Estado binacional e coloca em risco o futuro do sionismo”⁶⁷¹. Yair Lapid, fundador do Yesh Atid afirmou: “meu pai não veio de um gueto para viver em um Estado binacional. Ele veio aqui para viver na terra dos judeus. Se não nos separarmos dos palestinos, a judaicidade de Israel estará em perigo”⁶⁷².

Entre os partidos sionistas de Israel, apenas o pequeno Meretz parece comprometido como uma solução de dois Estados próxima da posição majoritária na arena internacional: dois Estados independentes, um árabe e um judeu, lado a lado, com fronteiras baseadas na Linha Verde. Para a líder do Meretz, Zahava Gal-On, um Estado binacional seria apenas o resultado indesejado do fracasso das negociações (vistas como ainda possíveis pelo partido) para chegar à solução de dois Estados⁶⁷³.

Dan Meridor, membro do Knesset pelo Likud, declarou que “se nós mantivermos todas as terras, não podemos continuar sendo uma democracia, não poderemos manter os direitos humanos, igualdade para todos, porque o resultado seria um Estado binacional”⁶⁷⁴ e que o “maior interesse” israelense é manter um Estado democrático com uma maioria judaica, sendo o resto secundário⁶⁷⁵. Em uma linha semelhante, Netanyahu disse, recentemente, que a ideia de um Estado

⁶⁶⁷ Na época, em 1981, Peres definia a “opção israelense” como a “opção jordaniana”, segundo a qual um Estado da Palestina não deveria ser criado, sendo a responsabilidade sobre certos territórios da Cisjordânia densamente povoados sendo transferidos para a Jordânia.

⁶⁶⁸ WOOLIFF, Raoul. “Labor conference adopts Herzog’s separation plan” in: *Times of Israel*, 7 fev. 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-timesherzog2>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

⁶⁶⁹ TIMES of Israel. “Herzog warns of emerging binational state ‘threat’” in: *Times of Israel*, 7 jun. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-timesherzog>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁷⁰ DATTEL, Lior; RAVID, Barak. “Elections 2009 / Livni: Election choice between Jewish and binational state” in: *Haaretz*, 1 jan. 2009.

⁶⁷¹ ARUTZ Sheva. “Peretz Blasts Danon Over Comments on Peretz Blasts Danon Over Comments on ‘Two-State Solution’” in: *Arutz Sheva*, 9 jun. 2013.

⁶⁷² BLANK, Cynthia. “Erdan: Lapid Has Gone ‘Even More Left’ than Herzog” in: *Arutz Sheva*, 20 set. 2015.

⁶⁷³ SOMFALVI, Attila. “Meretz head: Oslo was not a mistake” in: *Ynet*, 26 dez. 2012.

⁶⁷⁴ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 12.

⁶⁷⁵ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 13.

binacional é uma tendência que “vai se intensificar e se tornar mais forte”. Segundo o atual primeiro-ministro israelense, “há aqueles em Israel que pensam que um [único] Estado é uma boa ideia. Eu acho que é um desastre”, e por isso é preciso combater essa ideia⁶⁷⁶. Para Netanyahu, a solução não é um único Estado, mas “um Estado palestino desmilitarizado que reconheça Israel”⁶⁷⁷

A posição de Netanyahu não é um ponto consensual no interior das diferentes coalizões que sustentaram seus governos e nem mesmo no interior de seu partido. Naftali Bennett, do conservador HaBayit HaYehudi e atual ministro da educação depois de ter assumido por dois anos a pasta de economia de Israel, afirma constantemente que “não há nenhum parceiro possível” na ANP, rejeitando a fórmula de dois Estados e defendendo a anexação da Área C dos TPO, sob controle israelense, “algum tipo de autonomia” para as áreas A e B (exceto Gaza), e que seja atingido o marco de um milhão de judeus vivendo “na Judeia e na Samaria”⁶⁷⁸

O atual presidente israelense, Reuven Rivlin, do Likud e inimigo interno de Netanyahu, é conhecido por seu posicionamento a favor de uma solução de um único Estado entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo e é o membro de destaque do Likud com um discurso mais difícil de decifrar quanto à solução estatal defendida. Para Rivlin, “essa terra não é divisível” e, em algumas entrevistas defendeu alguma formulação multinacional em toda a Palestina histórica, talvez com dois parlamentos:

Há um conflito no Oriente Médio entre duas entidades, e ambas estão corretas, cada uma à sua maneira. Este é o nosso único lar, e, portanto, todo tipo de soluções pode ser encontrado. Pode-se estabelecer um sistema de um Estado em que a Judeia e Samaria são conjuntamente mantidas. Os judeus votariam em um parlamento judeu e os palestinos para um parlamento árabe, e criaríamos um sistema em que a vida seria compartilhada. Mas estas são coisas que vão levar tempo. [...] Se as pessoas me dizem: decida - um Estado ou a divisão da Terra de Israel, eu respondo que a divisão é o perigo maior.”⁶⁷⁹

⁶⁷⁶ RAVID, Barak. “Netanyahu: Binational state would be disastrous for Israel” in: *Haaretz*, 4 mar. 2011.

⁶⁷⁷ Idem. “Netanyahu tells Saban Forum: solution is not one state, but a demilitarized Palestinian state” in: *Haaretz*, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-netanyahu2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁷⁸ BRAUNOLD, Joel. “Naftali Bennett’s annexation plan: a report card” in: *+972 Magazine*, 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-braunold>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

⁶⁷⁹ SHEIZAF, Noam. “(Another) Knesset Speaker endorses one-state solution” in: *+972 Magazine*, 24 dez. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sheizaf>>. Acesso em: 31 dez. 2015 (tradução nossa).

Em 2010, ainda como presidente do Knesset, Livni havia afirmado que “preferiria ver os palestinos como cidadãos deste Estado do que a partilha”⁶⁸⁰ e declarou sobre os palestinos que

é um grupo com uma identidade nacional compartilhada altamente definida, e que será para sempre, como um coletivo, uma parte importante e integrante da sociedade israelense [...] Nós, os judeus, devemos enviar uma mensagem clara de que é evidente para nós que nossa pátria é a sua pátria, e que temos a intenção de viver juntos com eles, e que rejeitamos todas as chamadas para a imigração forçada ou mesmo expulsão⁶⁸¹.

Tzipi Hotolevy, uma jovem deputada do Likud, é conhecida por se opor frontalmente a um Estado palestino e por defender uma solução que não envolva a evacuação dos assentamentos israelenses nos TPO, mesmo que isso signifique a anexação de toda a Cisjordânia e a cidadania – ainda que israelense, e portanto do Estado judeu, não de um Estado binacional – para os palestinos ali instalados⁶⁸².

Effi Eitam, líder conservador, ex-general das FDI e conhecido por declarações que podem ser consideradas, no mínimo, polêmicas, como quando chamou árabes de “bomba relógio” e de “câncer”, fez recentemente declarações também surpreendentes. Em agosto de 2014, Eitam disse:

O Estado de Israel deve anexar a Judeia e Samaria, e conceder a cidadania plena a todos os palestinos. A demografia não é uma predestinação numérica, é uma expressão da alegria de viver da nação. Quando uma nação está feliz, seu número de crianças cresce, é por isso que eu não tenho medo de demografia. Quem não pode viver com os árabes não é um parceiro meu.

Eu acredito no público árabe em Israel, ele provou seu valor. Eu não tenho medo de um estado binacional, a solução não é termos cidadãos de classe B e nem cercas altas. É uma solução simples e humana, aos palestinos devem ser concedidos plenos direitos e devem poder votar no Knesset. Quem realmente quer a paz deve concordar em aceitar mais cidadãos árabes em seu Estado, e quem fizer parte do Estado de Israel cujas fronteiras precisam estar entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, por muitas razões, precisa ser um cidadão com plenos direitos e obrigações⁶⁸³.

Declarações como a de Rivlin e Eitam representam, entretanto, a defesa de um alargamento do Estado de Israel enquanto Estado judeu, e não a formação de um Estado binacional. Daoud Kuttab, jornalista palestino com cidadania americana, afirma que esse tipo de declaração esconde uma mera intenção de anexação. Para

⁶⁸⁰ REIDER, Dimi. “Knesset speaker goes One State?” in: *+972 Magazine*, 30 abr. 2010. Disponível em: < <http://tinyurl.com/1ebn-reider>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

⁶⁸¹ Ibidem (tradução nossa).

⁶⁸² Ibidem.

⁶⁸³ KAUFMAN, Ami. “Israeli right-wing politician: ‘Annex territories, grant Palestinians citizenship’” in: *+972 Magazine*, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kaufman>>. Acesso em: 3 jan. 2016 (tradução nossa).

Kuttab, “por dentro do exterior humanista de Rivlin está o antigo oficial israelense que é um apoiador ardente da total anexação da Cisjordânia a Israel” e a formação de uma espécie de “confederação sob os auspícios dos judeus israelenses”. Segundo Kuttab, isso faz com que Rivlin, ainda que este não seja um religioso, difira pouco de figuras defensoras da solução de um Estado judeu em toda a Palestina, apoiada por nomes como Naftali Bennett e Tzipi Hotovely, ministra das relações exteriores “motivada por uma crença religiosa de que Deus deu a Cisjordânia ao povo judeu”⁶⁸⁴

Por questões retóricas estratégicas ou por puro equívoco, no discurso político israelense, assim como ocorre na mídia local, há uma confusão entre Estado binacional e Estado único. Isso leva a certos mal-entendidos e supostas defesas de um Estado binacional que são, na realidade, no melhor dos casos, a defesa de uma ampliação do Estado de Israel, em seus moldes atuais para os territórios palestinos ocupados em 1967⁶⁸⁵.

O ex-deputado Arie Elad pelas direitistas União Nacional (Halhud HaLeumi) e Força Judaica (Otzma Yehudit), por exemplo, conhecido por se opor a iniciativas que levem à existência de um Estado palestino propôs uma solução de um único Estado nacional, judeu, na Palestina histórica, em uma fórmula requeitada da chamada solução jordaniana: “dois Estados para duas nações nos dois lados do Rio Jordão”, com um Estado judeu na Palestina histórica e um Estado árabe na Jordânia, negando integralmente o direito à autodeterminação árabe-palestina⁶⁸⁶.

Israel Harel, líder colono de direita, propôs um “modelo binacional” – que não tem nada de binacional: “Nós devemos tomar os árabes dos dois lados da Linha Verde como um corpo e os judeus dos dois lados da Linha Verde como um corpo e dar aos árabes cidadania jordaniana e aos judeus cidadania israelense”⁶⁸⁷. O Conselho de Yesha (Judeia, Samaria e Gaza) havia proposto em novembro de 2003 também seu próprio “plano binacional”, dividindo a Palestina histórica em dez cantões com autonomia cultural, com fronteiras definidas pela composição étnico-nacional da população, com um guarda-chuva federal, mas só dois desses cantões

⁶⁸⁴ KUTTAB, Daoud. “Israelis lean right toward one-state solution” in: *Al-Monitor*, 10 ago. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kuttab>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

⁶⁸⁵ A ideia de anexar a Faixa de Gaza ao Estado de Israel foi, pouco a pouco, abandonada, até a chamada retirada unilateral de Gaza entre 2003 e 2005.

⁶⁸⁶ ELAD, Arie. “Two States for Two Nations on Two Sides of the Jordan River” in: *APCR Policy Paper*, fev. 2014.

⁶⁸⁷ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 390.

seriam palestinos⁶⁸⁸, o que garantiria uma maioria judaica no Parlamento, aproximadamente nas proporções do atual Knesset.

Em reação a uma crítica de John Kerry, secretário de Estado dos EUA, que falou em uma “realidade de um Estado”⁶⁸⁹, Netanyahu reagiu dizendo que “Israel não será um Estado binacional”⁶⁹⁰, fazendo uso da estigmatização criada pelo termo “binacional”, vendida pela maioria da classe política israelense como “o fim do Estado judeu” – argumento aceito por grande parte dos judeus israelenses.

No âmbito internacional, o discurso ao redor de um consenso sobre a solução de dois Estados segue firme. Entretanto, a percepção é de que essa já não seja talvez uma solução factível. Mesmo por parte de atores da alta política dos Estados Unidos, o mais fiel aliado do Estado de Israel na arena internacional, começam publicamente a falar sobre uma “realidade de um único Estado” com quase “nenhuma chance de se alcançar um acordo de paz israelo-palestino”⁶⁹¹. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon tem igualmente feito apelos para que o governo israelense se comprometa com a solução de dois Estados antes que ela “escape para sempre”⁶⁹² e se torne “impossível”⁶⁹³. Para Ban Ki-moon, além de dificultar as negociações e a criação do Estado palestino, a contínua política israelense de assentamentos judaicos nos TPO configura-se como uma “afronta ao povo palestino e à comunidade internacional”⁶⁹⁴.

Dentre aqueles que fazem ou fizeram parte das instituições políticas israelenses e palestinas, há, porém, os defensores da ideia de um Estado binacional. Entre os partidos árabes de Israel, me parece interessante notar a atuação do Balad. Haneen Zoabi, deputada por esse partido, em uma entrevista ao jornal da FDLP onde disse que seu mandato representa mais os palestinos que os árabes israelenses, afirmou que o Balad defende oficialmente a solução de dois Estados – com um Estado palestino com capital em Jerusalém/al-Quds Oriental, o

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 389-390.

⁶⁸⁹ RAVID, Barak. “Kerry warns: escalation in Israeli-Palestinian violence illustrates One-State Reality” in: *Haaretz*, 28 out. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kerry>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

⁶⁹⁰ HAARETZ. “Netanyahu responds to Kerry: Israel will not be a binational state” in: *Haaretz*, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-netanyahu>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁹¹ RAVID, Barak. “When the White House Starts Talking About One State, Netanyahu Should Worry” in: *Haaretz*, 8 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ravid>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁶⁹² KI-MOON, Ban. “Secretary-General's remarks to the Security Council on the Situation in the Middle East”, 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bankimoon01>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

⁶⁹³ Idem. “Secretary-General's message for the United Nations International Meeting on the Question of Palestine – ‘Engaging for Peace - The International Year of Solidarity with the Palestinian People’”, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bankimoon02>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

⁶⁹⁴ KI-MOON, Ban, op. cit., 26 jan. 2016.

desmantelamento dos assentamentos e uma solução justa para os refugiados –, mas que as políticas israelenses estão bloqueando as esperanças dessa formulação. Considerando que os assentamentos se tornaram verdadeiras cidades muito bem equipadas, que as regiões de maioria judaica e árabe na Cisjordânia estão “economicamente coladas” e que modificar o status de Jerusalém/al-Quds como cidade unificada, assim como desmantelar os assentamentos, seria um “suicídio político” para quem tentasse fazê-lo em Israel, Zoabi declarou também que o Balad, já em 2010, estava começando então a se debruçar sobre a solução de um único Estado binacional⁶⁹⁵. Segundo Kanengisser, o Balad já poderia ser definido como um partido dedicado à ideia de binacionalismo, ainda que apoiando oficialmente uma solução de dois Estados combinada com a fórmula do “Estado de todos seus cidadãos”, através de suas lideranças atuais, como Jamal Zahalka e Zoabi, e passadas, como Azmi Bishara.

Um importante nome da política institucional palestina-israelense, o ex-deputado Azmi Bishara defende, desde os anos 90, o princípio de direitos iguais para todos os cidadãos de Israel, independentemente do pertencimento étnico-nacional. Num quadro mais amplo, caso os palestinos não consigam atingir o objetivo de um Estado independente, Bishara nunca escondeu que a estratégia de buscar um Estado binacional seria uma alternativa para dar fim a um sistema de discriminação étnica.

Oriundo de uma família católica de Nazaré, fundador do Comitê Nacional dos Estudantes Secundaristas Árabes, da União dos Estudantes Árabes de Israel e do Balad (Aliança Democrática Nacional, maior partido de árabes palestinos com cidadania israelense), ex-professor de filosofia da Universidade de Birzeit e membro do Knesset entre 1996 e 2007, Azmi Bishara deu uma série de entrevistas e escreveu um artigo defendendo a possibilidade de uma solução binacional, além de reiterar sua atuação política dentro de Israel, defendendo, internamente, para a minoria palestina com cidadania israelense, uma combinação de “direitos individuais dos cidadãos e direitos coletivos na minoria nacional”⁶⁹⁶.

Em 1995, ainda no contexto generalizado de entusiasmo com as negociações de Oslo, Azmi Bishara foi pessimista ao prever que, para ele, os acordos

⁶⁹⁵ ZOABI, Haneen. *I represent the Palestinians* (entrevista), 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-zoabi1>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁶⁹⁶ BISHARA, Azmi. “On Palestinians in the Israeli Knesset” in: Middle East Report, n. 201, out.-dez. 1996, p. 27-28.

poderiam levar a uma fórmula semelhante a dos bantustões sul-africanos. Segundo Bishara, naquele momento era preciso mostrar para “a esquerda israelense que seu slogan atual de separação – no contexto de Oslo – é verdadeiramente um slogan racista: ele legitima a ideia de que os palestinos são uma ameaça demográfica”⁶⁹⁷. Em oposição a isso, o então futuro deputado propunha a elaboração e propagação de “programas políticos que enfatizem os valores verdadeiramente binacionais de igualdade, reciprocidade e coexistência.”⁶⁹⁸

No ano seguinte, frente à eleição de Netanyahu, Bishara declarou que um governo combinando a direita sionista com partidos religiosos “não tem concepção de paz”, afirmando que sua estratégia seria manter o *status quo*, mas alegando que, se fosse um governo trabalhista, ele “permitiria que a existente entidade palestina se chamasse Estado, mas não permitiria nenhuma independência significativa”⁶⁹⁹. Sobre Oslo, o parlamentar se mostrava cético: “Há duas possibilidades. Ou estamos nos movendo no sentido de uma soberania plena palestina em um Estado palestino democrático, ou estamos tomando a direção de um sistema de apartheid.”⁷⁰⁰

Em 1997, em uma entrevista para o *Journal of Palestine Studies*⁷⁰¹, Azmi Bishara mostrava um pessimismo maior, dizendo que, com Oslo, “a sociedade palestina foi neutralizada e está ressentida”, “penetrada” por uma “liderança cooptada” – a ANP – que formou uma “rede clientelista” que impede que os palestinos possam “satisfazer suas necessidades diárias sem os serviços deste grupo”⁷⁰². Para Bishara, só existiam então duas opções: dois Estados nacionais, com plena autonomia e soberania para um Estado palestino independente; ou um único Estado binacional. Segundo o parlamentar, o Likud usa a estratégia, que “foi a chave para a ascensão de Netanyahu ao poder”, de tentar convencer que há uma terceira via, com “mudanças cosméticas no *status quo*”.

A partir dessa leitura, Bishara diz explicitamente: “se não podemos ter um Estado independente, ou se o único Estado independente que vamos conseguir é um fragmentado e truncado, então devemos partir para um Estado binacional”⁷⁰³.

⁶⁹⁷ USHER, Graham. “Bantustanisation or bi-nationalism? An interview with Azmi Bishara” in: *Race and Class*, n. 37, out.-dez. 1995, p. 49.

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 49.

⁶⁹⁹ BISHARA, Azmi, op. cit., out.-dez. 1996, p. 27-28

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 27-28

⁷⁰¹ Idem. “Bridging the Green Line: The PA, Israeli Arabs, and Final Status” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 3, 1997, p. 67-80.

⁷⁰² Ibidem, p. 71.

⁷⁰³ Ibidem, p. 71.

Nesse momento, já não mais falando em termos vagos, como “valores binacionais”, Bishara desenha como seria um Estado binacional na Palestina histórica: uma unidade política judaica, uma unidade política árabe palestina, que juntas formariam uma unidade política judaica-árabe,

com duas câmaras legislativas separadas e um parlamento comum. [...] Não estou me referindo a um Estado secular democrático, mas a um Estado binacional, um sistema federal ou confederado compreendendo duas comunidades étnico-nacionais. Apenas em tal contexto será possível resolver problemas tais quais os dos refugiados e dos assentamentos. Assentamentos não mais representarão um obstáculo intransponível no contexto de um único Estado binacional. Se os israelenses quiserem se implantar na Cisjordânia, que seja; nós, também, teremos o direito de fixar residência em Jaffa, por exemplo.⁷⁰⁴

Bishara reconhecia que direcionar as demandas palestinas para um possível Estado binacional exigiria dos palestinos que “reexaminem toda sua estratégia”, remodelando a luta palestina e construindo uma ideia ainda de difícil aceitação.⁷⁰⁵ Como itens adicionais para o sucesso dessa transformação, Bishara propõe a busca de apoio internacional através do estabelecimento de uma democracia palestina e o uso estratégico do desejo de normalização de Israel na região junto aos países árabes.⁷⁰⁶

Em um artigo, em 1999, Bishara aprofundou alguns desses últimos pontos, advogando que

a ação palestina deve se concentrar em consolidar e solidificar as relações entre palestinos em ambos os lados da Linha Verde e apoiar a demanda dos palestinos em Israel de transformar Israel em “um Estado para todos os seus cidadãos.” Este é o único programa viável no momento, e é o que mais se aproxima de seu principal conceito a um Estado binacional⁷⁰⁷

Naquele ano, debatia-se se a ANP deveria declarar a Palestina como Estado – algo que seria realizado mais de uma década depois – e Bishara analisava que um Estado palestino seria muito pouco diferente da entidade controlada pelo Fatah de Yasser Arafat, e essa falsa solução ignorava questões palestinas centrais, como o status final de Jerusalém, os direitos dos refugiados, a permanência ou desmantelamento dos assentamentos judaicos nos territórios ocupados e a presença militar israelense⁷⁰⁸.

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 73 (tradução nossa).

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 73.

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 72.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 72 (tradução nossa).

⁷⁰⁸ Idem. “4 May 1999 and Palestinian Statehood: To Declare or Not to Declare?” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 28, n. 2, 1999, p. 5-16.

Antes de declarar o Estado da Palestina, Bishara propunha então a) a consolidação “da existência nacional palestina, na diáspora e no interior”, ampliando os vínculos entre as diferentes comunidades palestinas⁷⁰⁹; b) a criação de instituições democráticas, numa perspectiva do Estado de Direito, para a ANP⁷¹⁰; c) não abrir mão das demandas sobre Jerusalém⁷¹¹; d) reavivar as campanhas de solidariedade internacional, aprendendo a se dirigir ao público nos EUA e em Israel.⁷¹² Esses passos permitiriam que a ANP ganhasse legitimidade e preparo para fundar um Estado. Ainda assim, caso Israel impedisse “a escolha nacionalista palestina por um Estado soberano genuíno [...] a alternativa não poderá ser um apartheid, mas uma solução binacional”⁷¹³

As posições de outra figura importante da política institucional israelense ganharam muita visibilidade: as de Meron Benvenisti, ex-prefeito-adjunto de Jerusalém/al-Quds, responsável pela administração de Jerusalém/al-Quds Oriental entre 1971 e 1978. Desde 2002, Benvenisti é um defensor convicto da ideia de um Estado binacional para todo o território da Palestina histórica, tendo sido frequentemente citado em debates na imprensa e no meio acadêmico sobre essa possível solução.

Benvenisti criou nos anos 80 um projeto para coletar e analisar dados sobre a Cisjordânia (*West Bank Data Project*) e, em 1989, em uma entrevista com tom pessimista concedida ao *The New York Times*, já falava sobre uma “situação irreversível” após a ocupação dos territórios palestinos de 1967. Segundo Benvenisti, palestinos e israelenses já estavam de tal forma dependentes uns dos outros que uma divisão, por mais cirúrgica que fosse, não teria condições de funcionar. Nessa entrevista, Benvenisti denunciava as desigualdades existentes: “Judeus e árabes estão vivendo na mesma área, mas 90% das terras cultiváveis, 75% da água e toda a infraestrutura é voltada para dar apoio a um desses povos”. Segundo ele, uma “pesquisa solitária” naqueles anos foi suficiente para mostrar que, já naquela época, 1.920km², 2,5 vezes o território da cidade de Nova Iorque e quase 1/3 da Cisjordânia, haviam sido apropriadas por israelenses, tornando o território “virtualmente indivisível” depois de um processo que levou a um “gradual e

⁷⁰⁹ Ibidem, p. 14.

⁷¹⁰ Ibidem, p. 14.

⁷¹¹ Ibidem, p. 15.

⁷¹² Ibidem, p. 15.

⁷¹³ Ibidem, p. 16.

inexorável entrelaçamento das sociedades israelense e palestina”. Benvenisti denunciava ainda os gastos do governo israelense: segundo os dados coletados, os gastos *per capita* com assentamentos na Cisjordânia eram “duas, três ou quatro vezes” maiores que aqueles com cidadãos israelenses em cidades semelhantes nos territórios israelenses internacionalmente reconhecidos.

Falando de Israel pós-1967 como a Segunda República israelense, caracterizada como uma “democracia de uma raça dominante” (*master race democracy*), Benvenisti previa um cenário pouco atrativo, de uma “guerra civil de baixa intensidade” constante, por conta de uma contínua manutenção do *status quo* que iria destruir o princípio sionista de um Estado para judeus, governado por judeus.⁷¹⁴

Numa sequência de artigos no *Haaretz*, entre 2002 e 2009, Benvenisti consolidou seus posicionamentos já em gestação havia mais de uma década. Em uma entrevista, em 2003, após decretar que “essa terra não pode tolerar duas soberanias”⁷¹⁵, ele definiu, pessoalmente, o binacionalismo como a forma que ele encontrou para expressar politicamente sua ligação à terra e aos palestinos.⁷¹⁶

No primeiro texto, de novembro de 2002⁷¹⁷, que causou diversas reações, Benvenisti falava de uma “opção binacional” para o conflito. Segundo Benvenisti,

o colapso do regime de Oslo, a destruição da AP, a reocupação da Cisjordânia, o ritmo acelerado de expansão dos assentamentos e a construção de estradas, deixaram claro para os palestinos que suas ambições para a soberania nacional em cantões sitiados estão exclusivamente nas mãos dos israelenses, tornando-se preferível trazer a ideia da alternativa binacional se é só por causa da luta nacional. Afinal, não há nada que possa envergonhar os israelenses mais do que a demanda pela anexação dos territórios e pela concessão de igualdade civil. Israel não conseguiu lidar com os “árabes de 1948”, seus cidadãos, como irá, assim, lidar com milhões de “árabes de 1967?” [...] Agora, o slogan “Estado palestino” vai se tornar israelense, uma vez que a alternativa é uma entidade política com uma maioria não-judaica, o que significa uma perda de identidade para o Estado judeu e a perpetuação de um regime de apartheid.⁷¹⁸

Neste artigo, frente a esta realidade, Benvenisti desenhou três cenários futuros, vistos como processos perigosos, que poderiam ocorrer: um processo de transferência populacional, com a expulsão da população árabe palestina; a

⁷¹⁴ BRINKLEY, Joel. “Hard facts daunt Israeli researcher” in: *The New York Times*, 22 out. 1989. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-nyt-benvenisti>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁷¹⁵ SHAVIT, Ari, op. cit. 7 ago. 2003

⁷¹⁶ Ibidem

⁷¹⁷ BENVENISTI, Meron. “The binational option” in: *Haaretz*, 7 nov. 2002.

⁷¹⁸ Ibidem (tradução nossa).

construção de uma “democracia de mestres”, como fizeram os brancos na África do Sul; uma separação étnica, com dois Estados, o que não ele não via mais como possível com “centenas de milhares de colonos vivendo entre a população palestina”. Uma quarta solução, correta, seria o retorno às fronteiras da Linha Verde, mas ele enxergava essa proposta como algo percebido por judeus israelenses como “perigoso”. Nesse contexto, ele afirmou que “talvez, um debate aberto sobre os arranjos binacionais, mesmo que apenas teórico, vai fazer mais pela reconciliação do que aderir à separação etno-nacionalista.”⁷¹⁹.

Ele analisou então que

não há nada muito novo em uma rediscussão da opção binacional, além do fato de que, no interior corrente principal do movimento nacional palestino ela foi percebida no passado como “uma traição da luta pela autodeterminação e substituindo-o por um questão israelense interno, relativa a uma minoria étnica que deve lutar por seus direitos civis”. Agora, representantes da AP - que tem apenas um propósito, preparar o terreno para um Estado independente - estão ousando discutir um plano que significaria a anexação israelense total dos territórios ocupados. [...] Também há nada de novo na indignação dos israelenses sobre o fortalecimento da ideia de um Estado “binacional”, uma vez que ela sempre foi percebida como erradicação do Estado judeu-sionista. A resposta à realidade binacional *de facto* criada depois de 1967 tem sido a definição da ocupação israelense como temporária, que não necessita de “conclusões de longo prazo”, mas sim disputas “ideológicas” entre esquerda e direita: “dois Estados *versus* autonomia”. O quadro de Oslo, que essencialmente seria destinado a criar as condições para a separação e criação de um Estado palestino, não era nada mais do que um regime binacional, no qual não foi definida divisão de autoridade e responsabilidade entre o elemento dominante israelense e a Autoridade Palestina. A última foi controlada indiretamente enquanto Israel foi autorizado a continuar a sua integração dos territórios, transformando todo o Mandato da Palestina em uma entidade geopolítica indivisível.⁷²⁰

Segundo Benvenisti, “não pode ser ignorado ou negado” que palestinos e israelenses estão “vivendo uma realidade binacional”. Frente a esse fato, diz ele, “o que precisamos fazer é adaptar nosso pensamento e nossos conceitos a essa realidade. Temos que procurar um novo modelo que ajuste essa realidade”, sem abandonar o sionismo e a ideia de um “Estado-nação judaico na Terra de Israel”.⁷²¹ Em entrevista a Ari Shavit, o ex-prefeito-adjunto de Jerusalém declara romper com a lógica da esquerda sionista, de que ali se trataria de uma disputa entre dois movimentos nacionais sobre um mesmo território. Para ele, “estamos lidando com um conflito entre uma sociedade de imigrantes e uma sociedade de nativos”, com

⁷¹⁹ Ibidem.

⁷²⁰ Ibidem (tradução nossa).

⁷²¹ SHAVIT, Ari, op. cit., 7 ago. 2003

imigrantes vitoriosos, mas “impossibilitados de aproveitar os frutos dessa vitória”, por falharem em conquistar “tranquilidade” e “paz” e, por isso, é preciso pensar em uma nova solução para essa terra⁷²² ou, para usar a expressão redundante nos debates de ativistas e acadêmicos que se debruçam sobre a questão, é preciso pensar “de forma heterodoxa” (*out of the box*).

Benvenisti reconhecia, num primeiro momento, não ter um plano bem definido, mas previa alguma fórmula que incluísse uma divisão horizontal (com um governo compartilhado) e vertical (com uma divisão do território), uma estrutura federal em toda a Palestina histórica, com diferentes cantões étnicos (palestinos israelenses, colonos...) e um poder executivo com ferramentas para balancear o poder entre os dois grupos nacionais⁷²³. Algo semelhante foi proposto nos anos 70 por Ra’anan Weitz, do Departamento de Assentamentos da Agência Judaica.

Um ano depois do primeiro artigo no *Haaretz* sobre a ideia binacional, Benvenisti tornou a publicar um texto no mesmo jornal decretando que a “questão não é mais se haverá um Estado binacional, mas qual o modelo a ser escolhido”⁷²⁴. Ele reconhecia uma grande rejeição pela opinião pública da ideia e uma “revolta” dos setores acadêmicos com o renascer desse debate. Segundo Benvenisti,

a oposição é tão forte e emocional que aparentemente não há necessidade sequer de definir que tipo de regime seria e o que o termo “um estado para dois povos” poderia significar. Examinar vários regimes incluídos no modelo binacional pode mostrar, talvez, que uma ou mais das opções poderia realmente agradar a alguns daqueles que, entretanto, tão veementemente denunciam a abordagem binacional como um desastre.⁷²⁵

Além disso, ele afirmava que

uma geração atrás, a demanda de estabelecimento de um Estado palestino ao lado de Israel representava uma posição radical, pós-sionista. Agora que esta posição tem sido considerada aceitável pelo coração do *establishment*, e até mesmo serve como plataforma de partidos políticos centristas, os círculos que lutaram por isso estão se distanciando dele. Em seu lugar está se falando de um Estado binacional.⁷²⁶

Benvenisti afirmava existir uma espécie de “bicho-papão binacional”, uma rejeição automática à ideia de um Estado binacional, para evitar qualquer atenção às demandas árabes, sobretudo dos árabes palestinos com cidadania israelense, situação que permite um alinhamento com o constante argumento da classe política

⁷²² Ibidem.

⁷²³ Ibidem.

⁷²⁴ BENVENISTI, Meron, op. cit., 20 nov. 2003.

⁷²⁵ Ibidem (tradução nossa).

⁷²⁶ Idem, op. cit., 30 abr. 2009 (tradução nossa).

majoritária em Israel para que essas demandas “sejam expressas no Estado palestino que irá surgir, e não em Israel”⁷²⁷. A adesão – pelo menos no discurso – da ideia de dois Estados seria uma “opção ficitiva”, servindo “aos interesses de Netanyahu e Avigdor Lieberman”⁷²⁸. Segundo Benvenisti, falar sobre a ideia binacional permite que “os dilemas reais finalmente sejam revelados”⁷²⁹.

O medo do Estado binacional faz, segundo o autor, com que as pessoas usem o termo de forma equivocada, definindo as demandas por um Estado binacional necessariamente como o modelo suíço ou canadense, enquanto que outros modelos são possíveis, como o de “dezenas de países onde as minorias nacionais têm garantido o reconhecimento de seus direitos coletivos, políticos e culturais”, como a Austrália, a Espanha com suas regiões autônomas, o caso da comuna italiana de Bolzano/Bozen ou ainda a configuração da União Europeia⁷³⁰. Me parece importante notar que, para efeito dessa análise, esses últimos exemplos não configuram modelos de Estados binacionais *de jure*, mas como modelos de integração regional (no caso da União Europeia) ou de Estados com um sistema de autonomia local (modelo espanhol ou de Bolzano/Bozen). Segundo Benvenisti, um dos problemas que geram esse medo em relação ao Estado binacional e à ideia de uma terra compartilhada para duas nações

é que a maioria judaica foi educada com a percepção de que só há uma legitimidade coletiva na terra pátria, e, portanto, ela é incapaz de pensar em termos de uma pátria comum e o reconhecimento da existência de uma minoria nacional vizinha é muito difícil de suportar⁷³¹.

Benvenisti aborda, como guia, o conceito de “democracia consociativa”, segundo ele “um sistema que reconhece os direitos étnico-nacionais coletivos e mantém uma partilha de poder em nível nacional-central, com direitos políticos definidos para a minoria e, por vezes, divisões territoriais-cantonais”⁷³², um modelo que tem sido aplicado “com sucesso em chegar a acordos em conflitos étnico-nacionais antigas, como a Bósnia, através do acordo de Dayton, e a Irlanda do Norte, com o acordo da Sexta-Feira Santa”⁷³³, fatos ocorridos nos mesmos anos 90 que os acordos de Oslo e que deveriam servir de inspiração para “os especialistas

⁷²⁷ Idem. “Threats of the future vision” in: *Haaretz*, 17 dez. 2006.

⁷²⁸ Idem, op. cit., 30 abr. 2009.

⁷²⁹ Ibidem.

⁷³⁰ Idem, op. cit., 17 dez. 2006.

⁷³¹ Ibidem (tradução nossa).

⁷³² Idem, op. cit., 20 nov. 2003.

⁷³³ Ibidem.

que desdenhosamente dispensam a opção binacional”⁷³⁴, já que algo semelhante acontecerá em Israel e na Palestina em algum momento⁷³⁵

Benvenisti propõe um modelo binacional que combine partilha de poder com uma divisão territorial em cantões federados, um modelo “mais próximo” daquele de

divisão territorial de dois Estados, mas evitando a cirurgia, por isso permitindo a existência de fronteiras menos rígidas, e criando uma indefinição deliberada que facilita a lidar com questões simbólicas, o estatuto de Jerusalém ou as questões dos refugiados e os colonos. O reconhecimento mútuo permite a preservação do caráter nacional-cultural a nível nacional e preservação das regiões etnicamente homogêneas. Tudo depende, é claro, deste ser um reconhecimento mútuo e simétrico⁷³⁶.

Esse modelo seria diferente, por um lado, daquele defendido, segundo Benvenisti, pela direita israelense: anexação dos territórios palestinos, com autonomia cultural e civil local, mas sem direito a voto no Knesset (ou, segundo as vozes, votando “no verdadeiro Estado palestino”, na Jordânia). É o plano original de Menachim Begin, ou da “partilha funcional” de Moshe Dayan e Shimon Peres e que, segundo o autor, está sendo “implementado hoje em dia através da Autoridade Palestina”, com “quatro cantões sob controle indireto de Israel”.

Ele também diferiria do modelo de “binacionalismo não-declarado”, em que há um Estado unitário controlado por um grupo nacional dominante e que é associado no Direito Internacional ao de ocupação beligerante. Segundo Benvenisti, a “conveniência deste modelo [...] é que ele pode ser aplicado durante um longo período de tempo, enquanto se debate a ameaça de ‘um Estado’ e as vantagens dos ‘dois Estados’, sem fazer nada. Essa é a situação hoje em dia.”⁷³⁷

Em dois artigos escritos em 2004, denunciando a “injustiça da nova fórmula”, Benvenisti fez uma aproximação com a situação sul-africana até o começo dos anos 90:

Da mesma forma, quando, na África do Sul, foi feita uma tentativa fracassada de resolver os problemas demográficos através da criação de “pátrias para os negros”, os liberais apoiaram inicialmente a ideia, e até mesmo uma parte da comunidade internacional viu a medida como um passo em direção à “descolonização”. Mas depois de um curto período de tempo, ficou claro que o truque foi concebido para conferir legitimidade à expulsão de negros e a seu desenraizamento. Os bantustões entraram em

⁷³⁴ Ibidem

⁷³⁵ Idem, op. cit., 17 dez. 2006.

⁷³⁶ Idem. “Which kind of binational state?” in: *Haaretz*, 20 nov. 2003, (tradução nossa).

⁷³⁷ Idem, op. cit., 20 nov. 2003.

colapso, demandas por igualdade civil intensificaram-se e o mundo mobilizou-se para a derrota do Apartheid.⁷³⁸

Segundo Benvenisti, haveria um “acelerado processo” semelhante em andamento na Cisjordânia “baseado no Apartheid”, com os “bantustões” de Jenin-Nablus, de Belém-Hebron/al-Khalil e de Ramallah, tratando-se de um plano interno feito para durar para sempre, um

plano que vai durar [...] enquanto durar a ilusão de que “separação” é um meio para encerrar a disputa em jogo. Mas o dia vai chegar em que aqueles que acreditam nessa ilusão perceberão que “separação” é um meio para oprimir e dominar, e então eles se mobilizarão para dismantelar o aparato do Apartheid⁷³⁹

Benvenisti concluiu um de seus artigos dizendo que

o perigo de um Estado binacional é ilustrado por seus oponentes sem expor os componentes racistas e discriminatórios que estão tornando-se enraizados no cotidiano da existência – e que são claras para todos, exceto para os próprios israelenses – mas bradando sobre a ameaça vazia chamada do “perigo demográfico”. Os israelenses consideram o “combate útero-a-útero” mais perigoso do que o seu deslizar rumo ao racismo e à deslegitimação.⁷⁴⁰

Para Benvenisti, a defesa de um Estado binacional não é ideológica, no sentido em que não seria o ideal, para o que é possível frente à realidade *in loco*. Para ele, o sionismo “é a vítima de suas vitórias, a vítima de uma terrível história de oportunidades perdidas”⁷⁴¹. E aos críticos, Benvenisti dá a seguinte resposta:

Eu não vou permitir que ninguém diga que eu sou um traidor. Não vou permitir que digam que eu não sou daqui – inclusive os palestinos. Eu sou exatamente o que meu pai queria que eu fosse: um nativo. [...] Mas esse é um país onde sempre houve árabes. Esse é um país onde os árabes são a paisagem, os nativos. Então eu não tenho medo deles. Eu não me vejo vivendo aqui sem eles. Para mim, sem os árabes essa seria uma terra estéril”⁷⁴²

A reportagem com a entrevista de Benvenisti no *Haaretz*, onde ele propunha essa espécie de divisão cantonal sob um guarda-chuva federal, incluía também uma conversa com Haim Hanegbi, num conjunto definido por Tamar Hermann como “agitador e escandaloso”⁷⁴³. Definido pelo jornalista Ari Shavit como um “revolucionário aposentado”, Hanegbi passou pelo Matzpen, pelos Panteras Negras,

⁷³⁸ Idem, op. cit., 22 abr. 2004 (tradução nossa).

⁷³⁹ Ibidem (tradução nossa).

⁷⁴⁰ Idem. “The injustice of the new formula” in: *Haaretz*, 22 out. 2004 (tradução nossa).

⁷⁴¹ SHAVIT, Ari, op. cit., 7 ago. 2003.

⁷⁴² Ibidem (tradução nossa).

⁷⁴³ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 387.

pela Lista Progressista e pelo Gush Shalom⁷⁴⁴. Após um período comprometido com a solução de dois Estados, desde os anos 80, e com os fracassos de Oslo e o crescimento dos partidos conservadores, Hanegbi afirmou ter sido enganado, “assim como os palestinos”, e então optou por “retornar a suas origens” e por voltar a defender “um Estado para duas nações, um Estado compartilhado, um Estado binacional”⁷⁴⁵. Segundo Hanegbi, “não há outra alternativa” e “qualquer um com olhos para ver e ouvidos para ouvir precisa entender que apenas uma parceria binacional pode nos salvar. É o único caminho para nos transformar de estranhos em nossa terra em filhos nativos”⁷⁴⁶.

Hanegbi afirma ter consciência da solução binacional ser um projeto de longo prazo: “Eu não sou louco. Eu não acho que será possível recrutar milhares de pessoas para a causa do Estado binacional amanhã de manhã. Mas eu acho que é importante colocar essa ideia na mesa”⁷⁴⁷. Para ele, seria preciso repensar os conceitos de Estado judeu e de soberania judaica, vendo, no muro construído por Israel como uma “solução desesperada” de uma sociedade “que não consegue lidar com a questão palestina” e que “transforma Israel num gueto”⁷⁴⁸.

Como afirma Hermann, Hanegbi se baseia em “argumentos morais e práticos”, para evitar isolamento de Israel na região e, embora tenha um modelo pouco claro a propor, imagina a necessidade de uma solução “do tipo do Brit Shalom”⁷⁴⁹. Hanegbi afirma o seguinte:

Se você quer uma soberania judaica, você precisa ter uma fronteira, mas como [o pensador e ativista sionista Yitzhak] Tabenkin disse, esse país não pode tolerar fronteiras em seu seio. Se você quer soberania judaica, você precisa de uma estrutura fortificada, separatista e uninacional, mas isso é o contrário do espírito de nosso tempo. Mesmo se Israel rodear-se com uma cerca, um fosso e um muro, isso não vai ajudar... No longo prazo, Israel como um Estado judeu não vai poder existir. [...] No fim, a região será mais forte que Israel/ no fim, o povo indígena será mais forte que Israel. Aqueles que acreditam que podem viver pela espada vão morrer pela espada⁷⁵⁰.

Para Hanegbi, é preciso reconhecer que os judeus serão provavelmente minoria no futuro, mas uma minoria que “fará parte da democratização do Oriente Médio”, instalando-se em toda a região, vivendo em cidades mistas, famílias mistas.

⁷⁴⁴ SHAVIT, Ari, op. cit., 7 ago. 2003.

⁷⁴⁵ Ibidem.

⁷⁴⁶ Ibidem.

⁷⁴⁷ Ibidem.

⁷⁴⁸ Ibidem.

⁷⁴⁹ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 387-388.

⁷⁵⁰ SHAVIT, Ari, op. cit., 7 ago. 2003 (tradução nossa).

“Mas, para isso acontecer, o sonho maluco de soberania terá que ser deixado para trás”⁷⁵¹. Por fim, Hanegbi faz uma comparação com a África do Sul pós-apartheid, afirmando que “de um modo geral, precisamos mudar para um modo binacional de pensar. Talvez no fim tenhamos que criar um novo Israel, binacional, assim como foi criada uma nova África do Sul multirracial”⁷⁵².

As respostas e reações ao artigo com ambas as entrevistas foram negativas vindas, segundo Hermann, sobretudo “do centro e da esquerda moderada”⁷⁵³, como Shlomo Avineri e Yosef Gorni, “historiador *mainstream* sionista”, que “ferozmente atacou Benvenisti”⁷⁵⁴.

Outra figura política, que pertenceu ao *establishment*, também surgiu recentemente como um defensor de uma solução de um Estado. Yossi Beilin foi membro do Partido Trabalhista entre 1988 e 2003 e do Meretz entre 2004 e 2008, ocupando importantes cargos executivos, como ministro da economia em 1995 e da justiça entre 2000 e 2001. Em 1996, Beilin negociou com Abu Mazen um acordo em que a AP mostrou-se disposta a estabelecer um Estado desmilitarizado, controlando o Vale do Jordão e Abu Dis, um subúrbio de Jerusalém/al-Quds. Israel permaneceria controlando a imensa maioria de Jerusalém/al-Quds e os assentamentos em territórios ocupados⁷⁵⁵.

A vitória de Netanyahu e do Likud, entretanto, não permitiu a continuidade do acordo muito tímido. No ano seguinte, em 1997, Beilin foi protagonista, junto ao conservador Michael Eitan, do Likud, de outro acordo, esse entre a esquerda e a direita sionista. O acordo baseava-se nos seguintes princípios: a manutenção da maior parte dos assentamentos sob soberania israelense para “preservar a continuidade territorial entre os assentamentos e o Estado de Israel”; a ideia de que “não haverá retorno às fronteiras de 1967”; uma fórmula em que o Vale do Jordão mantenha-se sob ocupação militar ou seja anexado a Israel; a concessão de uma “entidade palestina” desmilitarizada; Jerusalém completa sob soberania israelense; palestinos deverão reconhecer Jerusalém como capital de Israel para que Israel reconheça “o centro da entidade palestina” desde que em suas fronteiras e “fora das fronteiras municipais existentes de Jerusalém”; árabes de Jerusalém com direito de

⁷⁵¹ Ibidem.

⁷⁵² Ibidem.

⁷⁵³ HERMANN, Tamar, op. cit. p. 388.

⁷⁵⁴ Ibidem, p. 389.

⁷⁵⁵ Acordo disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-beilin-mazen>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

“compartilhar a responsabilidade da administração de suas vidas na cidade” (fórmula que dá a entender a possibilidade de voto municipal, mas não cidadania israelense); “o direito do Estado de Israel de prevenir a entrada de refugiados palestinos em seu território soberano” e uma limitação da entrada de refugiados na “entidade palestina” segundo as necessidades securitárias israelenses⁷⁵⁶.

Beilin, em um artigo de maio de 2015, numa aparente mudança de posicionamento, migrando para a proposta de uma solução “sem fronteiras artificiais”, afirmou que acredita que palestinos e israelenses vivem próximos demais para serem separados e que seria preciso convencer ambos os povos a fazerem concessões históricas para formar uma “confederação israelo-palestina” ao invés de uma solução clássica de dois Estados. Para Beilin, é necessário lutar por “coabitação, não divórcio”⁷⁵⁷ e que o desejo de separação total só fez ampliar sensação generalizada de ódio⁷⁵⁸. Beilin acredita numa solução do tipo federativo ou confederativo:

Muitos israelenses temem que um casamento em um Estado destruiria nossa identidade como um Estado judeu ou nossa demanda por democracia. E o divórcio em dois Estados é pouco susceptível de produzir uma Palestina próspera e estável. Embora possa ser difícil de atingir, uma confederação me parece a opção mais realista e prática [...] ⁷⁵⁹.

Tendo contato com Faisal al-Husseini, membro do Fatah e da OLP, ministro sem pasta e ministro para Jerusalém da ANP, Beilin afirmou que o líder palestino considerava a divisão da terra como artificial e defendia uma confederação israelo-palestina, com instituições conjuntas⁷⁶⁰.

O ex-presidente do Knesset, Avraham Burg, apareceu na mídia israelense como um “defensor do Estado binacional”. Embora suas falas tenham mostrado uma posição favorável a um único Estado, pedindo um reposicionamento da esquerda em estratégia e demandas, sua proposta se assemelha mais a um modelo de uma pessoa, um voto, sem um questionamento aprofundado sobre direitos e identidades nacionais⁷⁶¹. Em uma declaração de 2011, Burg afirmou que “a porta [para a solução de dois Estados] não está se fechando. Ela está fechada há muitos anos”. Para ele,

⁷⁵⁶ Acordo disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-beilin-etan>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁷⁵⁷ BEILIN, Yossi. “Confederation is the Key to Mideast Peace” in: *The New York Times*, 14 maio 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-beilin>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁷⁵⁸ Ibidem.

⁷⁵⁹ Ibidem (tradução nossa).

⁷⁶⁰ Ibidem.

⁷⁶¹ SHEIZAF, Noam, op. cit., 24 dez. 2011.

tanto israelenses quanto palestinos foram “sequestrados por religiosos extremistas” focados em “sonhos messiânicos” e a alternativa a esse quadro deveria ser a de um único Estado “entre o Jordão e o mar”, “secular, democrático, igualitário e civil”⁷⁶².

No *establishment* institucional palestino, provavelmente o nome pró-solução binacional de maior destaque no período pós-1996 é Ahmed Qurei (Abu Alaa), importante figura das negociações nos anos 90 que culminaram nos Acordos de Oslo. Ex-primeiro-ministro da então Autoridade Nacional Palestina e, por diversas ocasiões, ainda como negociador com o Estado de Israel, Qurei declarou em diversas ocasiões que se Israel não permitir a criação de dois Estados, os palestinos deveriam começar a repensar sua estratégia e possivelmente pedir a anexação dos territórios ocupados e exigir direitos iguais dentro de um único Estado. Declarações foram feitas nesse sentido, e divulgadas amplamente na imprensa, em 2004⁷⁶³ e 2008, quando ele afirmou que se Israel continuasse se opondo tornar um Estado da Palestina nas fronteiras de 49-67 uma realidade, “então a demanda palestina, tanto para o povo palestino quanto para sua liderança [seria] um Estado, um Estado binacional”⁷⁶⁴. Em 2012, após o surgimento sucessivo de enormes cartazes na Cisjordânia defendendo a solução de um único Estado na Cisjordânia, Qurei reafirmou, com mais firmeza, seu posicionamento, deixando claro tratar-se do resultado de um desencanto com o *status quo*⁷⁶⁵, numa linha argumentativa semelhante à de Benvenisti e Beilin.

Sofian Abu-Zaida, ex-ministro da ANP, opositor interno dentro do Fatah à liderança de Mahmoud Abbas, afirmou em 2011, que durante Oslo, a ideia de dois Estados era atingível, mas que ela já estava parecendo agora inatingível. Segundo Abu-Zaida, na ausência de dois Estados,

mais e mais pessoas palestinas e líderes palestinos têm falado publicamente sobre a possibilidade de liderar uma luta em direção à solução de um Estado. Algumas o fizeram seja porque eles realmente acreditam em uma solução de um Estado, como eu, mas alguns adotam prontamente essa ideia como um resultado da frustração com a alternativa⁷⁶⁶.

⁷⁶² Ibidem.

⁷⁶³ BBC. “Palestinian PM's 'one state' call” in: *BBC News*, 9 jan. 2004. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bbc-quirei>>. Acesso em: 26 dez. 2015

⁷⁶⁴ REUTERS. “PA negotiator: Israel may make two-state solution impossible” in: *Haaretz*, 11 ago. 2008.

⁷⁶⁵ ABU TOAMEH, Khaled. *Qurei calls for reconsidering one-state solution*, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tjp-quirei>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

⁷⁶⁶ FRIEDLANDER; Libby Lenkinski; SHEIZAF, Noam, op. cit (tradução nossa).

Ahmad Samih Khalidi, professor do St. Antony's College de Oxford e editor do *Journal of Palestine Studies* foi igualmente um negociador palestino e, em setembro de 2003, quatro dias após o famoso artigo de Tony Judt, publicou um artigo no *The Guardian*⁷⁶⁷, endossando o apelo do ativista israelense David Grossman e do ex-presidente do Knesset, Avraham Burg, por uma “alternativa radical”. David Grossman falava de uma alternativa às políticas de Ariel Sharon, mas Avraham Burg iniciava nesse período uma longa jornada: após passar pelo governo de Shimon Peres como assessor e depois pelo Knesset como deputado trabalhista durante o processo de Oslo, assumiu a direção da Agência Judaica no período em que esta teve importante papel na migração de meio milhão de judeus da ex-URSS; voltou ao Knesset em 1999, chegou ao cargo de presidente do parlamento israelense, assumindo interinamente a presidência do país quando Ezer Weizman renunciou ao cargo; em 2003, pouco antes de se retirar da política institucional, escreveu um artigo no *The Guardian* decretando “o fim do sionismo”⁷⁶⁸. Nos anos 2010, ele mostra-se desiludido com a possibilidade de dois Estados⁷⁶⁹, tendo mesmo dito que a proposta de um Estado binacional precisaria ser analisada – sem, no entanto endossá-la⁷⁷⁰.

Para Khalidi, a esquerda sionista continua tentando “reconciliar o irreconciliável”, já que, para ele, o sionismo significa “um Estado judeu com uma clara maioria judaica – e na Palestina isso foi necessariamente feito às custas dos direitos dos árabes palestinos”. Segundo o professor e ex-negociador palestino, existe uma “crença” entre palestinos e israelenses de “que o problema palestino é [...] resolúvel através da partilha territorial que separaria a massa de árabes dos judeus”, mas que é preciso haver uma “redefinição da luta nacional” e começar a lutar por “direitos civis em um único Estado”.⁷⁷¹ Khalidi não usa o termo “binacional”, mas define o futuro Estado que ele imagina como um “Estado árabe-judeu”, com uma capital compartilhada em Jerusalém e uma situação em que “ambos os lados podem manter seus ‘direitos de retorno.’”⁷⁷²

⁷⁶⁷ KHALIDI, Ahmad Samih. “A one-state solution” in: *The Guardian*, 29 set. 2003

⁷⁶⁸ BURG, Avraham. “The end of Zionism” in: *The Guardian*, 15 set. 2003 Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁷⁶⁹ Idem. “Now It's Your Turn” in: *Haaretz*, 23 dez. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg3>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁷⁷⁰ GURVITZ, Yossi. “The strange voyage of Avraham Burg” in: *+972*, 6 nov. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg2>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁷⁷¹ KHALIDI, Ahmad Samih, op. cit., 29 set. 2003

⁷⁷² Ibidem.

Segundo o jornalista Noam Sheizaf, os tomadores de decisão israelenses possuem três opções hoje: a anexação da Cisjordânia; a retirada da Cisjordânia; a manutenção da situação atual, com ocupação militar, com uma população judaica privilegiada e uma população majoritária palestina sem direitos civis. O *status quo* seria, segundo Sheizaf, a decisão mais racional para eles⁷⁷³. Já as lideranças palestinas têm quatro estratégias possíveis: exigir um Estado da Palestina nas fronteiras internacionalmente reconhecidas, de 1949-1967; exigir uma solução de dois Estados mais flexível, com trocas territoriais; o *status quo*; abandonar a estratégia de um Estado da Palestina e exigir sua integração como cidadãos plenos de um único Estado na Palestina histórica, incluindo aí a fórmula binacional ou a fórmula de um Estado do tipo defendido pela OLP nos anos 70. Os dirigentes do Estado da Palestina têm sua legitimidade dependente do avanço da solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e o mais soberano e maior possível, optando por um misto entre as duas primeiras estratégias.

Para os dirigentes israelenses e palestinos, a solução mais racional – *status quo* para israelenses e criação efetiva do Estado da Palestina – não acolhe a solução binacional, sobretudo pelo cálculo para a manutenção do poder no contexto atual. Já entre intelectuais, acadêmicos, ativistas e movimentos sociais, porém, a relação com o poder permite novas formulações, mais contestadoras.

3.3 – ENTRE INTELECTUAIS E ACADÊMICOS

Entre intelectuais e acadêmicos – onde a ideia binacional permaneceu como uma pequena chama timidamente acesa no período da criação do Estado de Israel até os anos de Oslo, entre 1993 e 1996 –, a ideia de um único Estado tem reflorescido como certa força. Em 2001, em uma carta aberta aos israelenses, intelectuais palestinos afirmavam que só “há duas soluções: ou dois Estados ou um Estado binacional”⁷⁷⁴. E são intelectuais e acadêmicos os que, geralmente, defendem abertamente que as condições para um Estado palestino independente já não existem mais por conta da contínua política israelense de assentamentos na

⁷⁷³ SHEIZAF, Noam. “One or two states? The status quo is Israel’s rational choice” in: *+972 Magazine*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sheizaf3>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

⁷⁷⁴ EL-SAKKA, Abaher. *The idea of binationalism in Palestine*, paper apresentado em conferência na Associação Europeia de Sociologia, Murcia, Espanha, 2003, p. 13.

Cisjordânia. Livros, artigos e entrevistas de intelectuais – sobretudo árabes e judeus, mas não apenas – têm surgido com mais intensidade desde a segunda metade dos anos 90. Além de figuras que participam ou participaram da política institucional, como Meron Benvenisti e Azmi Bishara, intelectuais como Tony Judt, Edward Said, Ilan Pappé, Leila Farsakh, Tanya Reinhart, Virginia Tilley, Amira Haas e Ali Abunimah têm, desde a percepção do fracasso de Oslo, defendido publicamente formas de um único Estado na Palestina histórica.

Ao longo da pesquisa sobre o período pós-1996, entre intelectuais, foi possível encontrar seis grandes tipos – impossíveis de representar exaustivamente aqui – de defensores ou, no mínimo, debatedores da ideia de um Estado binacional. Em um primeiro momento, buscarei mostrar que já no período entre 1996 e 1997 discutia-se a ideia binacional. Em seguida, tentarei trazer alguns eventos e debates acadêmicos promovidos em universidades de renome fora da região ou por acadêmicos dessas instituições. Depois, citarei alguns livros que vêm sendo escritos sobre a defesa de um único Estado em toda a Palestina histórica. Em quarto lugar, examinarei alguns defensores judeus e/ou israelenses da ideia binacional e, na sequência, as defesas de intelectuais e acadêmicos árabes palestinos. Por fim, tentarei mostrar a circulação da ideia binacional entre acadêmicos e intelectuais “externos” e a formação, ainda muito incipiente, de grupos de intelectuais pró-solução de um único Estado.

Em 1996, ano seguinte a Oslo II, o *Middle East Report* número 201 tinha por tema “Israel e Palestina: dois Estados, bantustões ou binacionalismo?”. Na ocasião, Jennifer Olmsted, professora de economia da Universidade de Drew, nos EUA, analisou o Protocolo sobre Relações Econômicas, documento complementar dos Acordos de Oslo. Segundo Olmsted, embora seja prometida autonomia palestina no processo decisório, os documentos preveem o contínuo domínio de Israel e permite que as autoridades israelenses possam “deter o desenvolvimento palestino”⁷⁷⁵ num contexto em que a economia palestina ficaria completamente sob controle israelense por conta da combinação de interdependência das comunidades israelenses e palestinas e da correlação de forças que favorece Israel⁷⁷⁶. A fragilidade gerada pelo contexto de Oslo, segundo Olmsted, é percebida pelos dados econômicos: nos três

⁷⁷⁵ OLMSTED, Jennifer. “Thwarting Palestinian Development” in: *Middle East Report*, n. 201, out.-dez. 1996, p. 11.

⁷⁷⁶ Ibidem, p. 11.

anos após a assinatura do primeiro Acordo de Oslo, em 1993, o desemprego palestino explodiu, sobretudo porque entre 33% e 50% dos trabalhadores homens dos TPO dependem da indústria israelense. Entre 1995 e 1996 as estimativas de desemprego nos TPO foram de 31% a 74% na Faixa de Gaza e de 33% a 50% na Cisjordânia⁷⁷⁷, situação piorada pelas punições coletivas e pela importação de mão de obra de países como Tailândia e Romênia. Segundo Olmsted, “Israel tem controle quase completo sobre a movimentação de mão de obra e não tem escrúpulos em restringir palestinos para trabalhar em Israel”, mantendo os lucros da separação econômica com Israel e jogando os custos desta nas costas dos palestinos⁷⁷⁸.

Em janeiro de 1997, é publicado no *International Affairs* um artigo de Jenab Tununji, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Washington, e Kamal Khaldi⁷⁷⁹, onde os autores defendem que um Estado binacional na Palestina histórica é “a escolha racional para os palestinos e a escolha moral para os israelenses”. Embora muitos tivessem ainda esperanças na retomada de negociações – apesar da eleição de Netanyahu –, para Tununji e Khaldi, naquele momento, os palestinos dos TPO já estavam em uma situação entre um sistema de bantustão e possíveis bases para Estado binacional em que “as comunidades étnico-nacionais judaica e palestinas poderão coexistir preservando cada uma sua própria identidade cultural”⁷⁸⁰. Contrários aos resultados do processo de Oslo, os autores acreditam na necessidade de modificação da estratégia palestina, pedindo uma expansão e gradual redefinição de autonomia, adotando táticas de não-violência e desobediência civil, e pedindo a implantação de um Estado binacional que pudesse garantir as demandas judaicas e árabes-palestinas e encerraria o etnocentrismo existente, assim como o “círculo vicioso de dominação/subjugação humana nesse episódio da história”, um “exemplo singular”, “um testamento para a liberdade humana e a responsabilidade individual”, “uma mensagem de salvação para o resto da humanidade”⁷⁸¹. O possível Estado binacional é entendido pelos autores como

um regime em que dois grupos nacionais ou comunidades étnico-nacionais coexistem e participam do governo (não necessariamente numa base de

⁷⁷⁷ Ibidem, p. 12.

⁷⁷⁸ Ibidem, p. 12.

⁷⁷⁹ TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal, op. cit., p. 31-58

⁷⁸⁰ Ibidem, p. 31.

⁷⁸¹ Ibidem, p. 57-58.

igualdade). A cada comunidade são dadas garantias constitucionais ou outras garantias legais e práticas de liberdade para praticar sua religião, falar sua língua e manter seus costumes e suas tradições. [...] Provavelmente o melhor arranjo seria uma democracia consociativa, ou seja, aquela em que os direitos da minoria não podem ser violados por decisões majoritárias e na qual prerrogativas comunais são trançadas no tecido da lei e das instituições do Estado. Tal Estado seria um lar nacional para judeus, assim como a terra dos palestinos. Diferentemente do Estado democrático secular (antes defendido por grupos marxistas dentro da OLP), um Estado binacional teria um caráter judaico, assim como características palestinas muçulmanas e cristãs; entretanto, nenhum dos grupos poderia impor sua cultura ou valores sobre o outro. Não haveria religião oficial de Estado, mas judeus, cristãos e muçulmanos poderiam praticar livremente sua religião. Haveria duas línguas oficiais: hebraico e árabe. Os membros de ambas as comunidades deveriam lealdade a um Estado, e teriam representantes no parlamento e no poder executivo do governo. Jerusalém seria a capital comum⁷⁸²

A partir dessa definição, Tutunji e Khaldi traçam algumas variações possíveis do Estado binacional que deveria ser criado: um arranjo territorial com divisão em cantões, como na Suíça; uma fórmula de compartilhamento de poderes em nível nacional, com cada comunidade étnica autorizada a tratar autonomamente de questões pessoais de seus membros, possivelmente com a criação de um Conselho Social e Econômico, para traçar linhas diretrizes de políticas domésticas, com representantes de todas as comunidades; um sistema misto presidencial-parlamentar, com uma divisão prévia de assentos por comunidade étnico-nacional e uma política de acomodação para prever participação nos governos; um sistema eleitoral que passe do sistema de representação proporcional para um sistema distrital (do tipo *single-member first past the post system*), com distritos eleitorais com assentos predefinidos por comunidade⁷⁸³; possível ampliação de categorias étnicas, como por exemplo judeus orientais e judeus ocidentais⁷⁸⁴.

Segundo os autores, entre motivos que impossibilitariam um Estado palestino independente na Faixa da Gaza e na Cisjordânia com capital em Jerusalém seriam a impossibilidade política de desmantelamento dos assentamentos judaicos⁷⁸⁵, a dependência econômica palestina em relação a Israel, a falta de infraestrutura decorrente dos anos de ocupação, a falta de acesso a recursos naturais básicos como a água e a clara indisposição dos partidos do *mainstream* político israelense em conceder uma independência verdadeira aos palestinos⁷⁸⁶. O Estado binacional

⁷⁸² Ibidem, p. 33 (tradução nossa).

⁷⁸³ Não fica claro na proposta se os distritos seriam definidos territorial ou demograficamente.

⁷⁸⁴ TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal, op. cit., p. 33-34.

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 38-39.

⁷⁸⁶ Ibidem, p. 43-45.

além de permitir a garantia de direitos, melhores condições de vida, a possibilidade de transitar livremente e de viver na terra que desejam, além de encerrar a ocupação militar israelense⁷⁸⁷ estaria alinhada com o desejo dos sionistas sobre “a Judeia e a Samaria”. Os autores afirmam que provavelmente por um longo período, os palestinos seriam cidadãos de segunda classe⁷⁸⁸, mas este seria um período transitório⁷⁸⁹. Tutunji e Khaldi, entretanto, afirmam que “a probabilidade de palestinos e israelenses optarem pelo Estado binacional atualmente é quase nula”⁷⁹⁰ e que uma segunda alternativa do tipo binacional seria o de uma federação ou uma confederação israelo-palestina, com um Estado palestino independente⁷⁹¹.

O dossiê do *Middle East Report* de 1996 e o artigo de Tutunji e Khaldi no ano seguinte indicavam um retorno da circulação da ideia de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica. Nos anos seguintes, mais acadêmicos, pesquisadores e intelectuais iriam publicamente defender ideias semelhantes. Um símbolo desse renascimento são as discussões e os debates presentes entre acadêmicos de instituições de prestígio e em importantes universidades, não apenas em Israel e na Palestina, mas em países como os EUA.

Em dezembro de 2001, Lama Abu-Odeh publicou um artigo na Boston Review, *The Case for Binationalism*, que deu origem a um dossiê da publicação com as respostas que vieram de outros intelectuais. Neste artigo, a professora palestina do Centro de Direito da Universidade de Georgetown faz uma defesa de um Estado binacional na Palestina histórica, baseando sua análise em três argumentos centrais: o de que os Acordos de Oslo fracassaram sem que a AP tivesse qualquer progresso na questão dos refugiados ou ganhos territoriais significativos; o de que há uma nova elite nacional palestina que “compartilha interesses econômicos com o aparato estatal israelense”; o de que uma integração já existe entre Israel e os TPO⁷⁹².

Para Abu-Odeh, a ideia de um Estado binacional precisa ser transformada em projeto político, para que se deixe o status atual de “proposta política utópica” e se passe a falar “sobre binacionalismo em termo práticos”, para que um “resultado

⁷⁸⁷ Ibidem, p. 46.

⁷⁸⁸ Ibidem, p. 46

⁷⁸⁹ Ibidem, p. 48

⁷⁹⁰ Ibidem, p. 49

⁷⁹¹ Ibidem, p. 51-52.

⁷⁹² ABU-ODEH, Lama. “The Case for Binationalism: why one state – liberal and constitutionalist – may be the key to peace in the Middle East” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-abu-odeh>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

desejável” surja “como uma alternativa séria”⁷⁹³. Segundo a professora, “Oslo provou que o objetivo nacionalista é inatingível” e o pós-Oslo teria mostrado que não haveria intenção institucional israelense de conceder poderes e territórios contíguos a um Estado palestino. Segundo Abu-Odeh, “endossar o binacionalismo significaria uma mudança fundamental na agenda política palestina” e significaria apelar “para o liberalismo constitucional com a sua concepção de indivíduos – independentemente de sua raça, religião ou etnia – como iguais, sujeitos de direito, membros de uma única sociedade política”⁷⁹⁴.

Entre as vantagens de um Estado binacional para os palestinos, Abu-Odeh cita uma normalidade jurídica, substituindo “generais por juízes”; os ganhos materiais do palestino médio; a regulamentação do trabalho dos palestinos em pé de igualdade com o dos israelenses; e o espaço para uma possível união de lutas contra discriminação⁷⁹⁵. Além disso, seria mais fácil conquistar o apoio dos EUA com uma agenda por “direitos civis”, mais palpável para o público norte americano⁷⁹⁶.

Para atingir essa mudança, Abu-Odeh sugere que os palestinos dos TPO e da diáspora tomem exemplos da luta por direitos dos árabes palestinos com cidadania israelense e se aliem a esses, mudando seus slogans, criando novos símbolos e aderindo a estratégias de não-violência e de desobediência civil, como pedidos em massa de cidadania israelense e de reagrupamento familiar e criação de uma organização nos moldes da Anti-Defamation League, para influenciar a opinião pública, além de estabelecer uma aliança com a esquerda israelense⁷⁹⁷.

O novo Estado, para Abu-Odeh, deveria se estabelecer como um Estado federado, regido pelo liberalismo constitucional, com a administração nas unidades políticas locais de acordo com a identidade da população, estabelecendo estratégias próprias de desenvolvimento econômico com ajuda do governo federal; liberdade de movimento e residência; realocação e divisão de recursos para alcançar equidade; um nome que poderia ser o “Estado Federal de Israel”; e um sistema baseado nas demandas de vítimas do holocausto como possível modelo, com possibilidade de retorno aos refugiados ou compensação⁷⁹⁸.

⁷⁹³ Ibidem.

⁷⁹⁴ Ibidem.

⁷⁹⁵ Ibidem.

⁷⁹⁶ Ibidem.

⁷⁹⁷ Ibidem.

⁷⁹⁸ Ibidem.

Louis Michael Seidman – também professor do Centro de Direito da Universidade de Georgetown, especialista em direito constitucional, alinhado com o movimento crítico de estudos jurídicos e autor de *On Constitutional Desobedience* – definiu a proposta binacional de Lama Abu-Odeh como “ousada, corajosa e tocante”, criticando aqueles com “interesses entrincheirados em formas antigas e cansadas de se pensar o problema [israelo-palestino]”, que adjetivam as ideias novas como “utópicas ou até pior”⁷⁹⁹. Para o jurista, “a proposta de Abu-Odeh é realmente utópica”, mas “uma solução de dois Estados também é utópica”. E “no ambiente atual, a utopia é a única opção real”⁸⁰⁰.

Helena Cobban, especialista inglesa em relações internacionais, Oriente Médio e justiça de transição, autora de quatro livros sobre o conflito árabe-israelense⁸⁰¹, em resposta ao artigo de Abu-Odeh, cita uma conversa com Sari Nusseibeh, na qual ele teria dito que toda a Palestina histórica seria um Estado binacional, seja através de uma etapa com um Estado palestino independente ou com um caminho mais rápido para a solução de um único Estado para os dois povos⁸⁰². Cobban analisa o início do século XXI como um período com uma “demanda por separação” de ambos os lados e, afirmando que é possível que no futuro haja uma união, diz que “não parece haver nenhuma maneira de chegar a qualquer entidade conjunta sem atravessar um período de separação ao longo do caminho”⁸⁰³. Dois anos depois, em outra ocasião, Cobban afirmou que imaginava o fim do Estado judeu enquanto entidade monocultural, mas tomando como modelo futuro para a Palestina histórica algo semelhante ao da África do Sul, como o “início de um novo capítulo esperançoso na história humana”⁸⁰⁴.

Ebrahim Moosa, estudioso do pensamento islâmico e professor da Universidade de Duke, em sua resposta, afirma que a proposta de Lama Abu-Odeh “oferece, simultaneamente, um vislumbre de esperança e um risco calculado na batalha de vida ou morte do povo palestino pela sobrevivência”, já que, segundo ele,

⁷⁹⁹ SEIDMAN, Louis Michael. “Realistic Liberalism” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-seidman>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸⁰⁰ Ibidem.

⁸⁰¹ COBBAN, Helena. “Ends and Means” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-cobban>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸⁰² Ibidem.

⁸⁰³ Ibidem.

⁸⁰⁴ Ibidem.

“a única solução viável e equitativa para a ocupação israelense é um Estado democrático unitário, secular, baseada na igualdade, não no nacionalismo”⁸⁰⁵.

No mesmo dossiê está um artigo de Jerome M. Segal, professor e pesquisador da Universidade de Maryland, fundador do Lobby Judaico da Paz (Jewish Peace Lobby), então defensor da solução de dois Estados⁸⁰⁶ com intensa participação dos EUA nas negociações. Nesse artigo, Segal rascunha um plano alternativo, que ele diz aberto a sugestões e modificações e que pode ser definido como binacional, mas mantendo o caráter judaico de Israel. Segundo a proposta de Segal, seria estabelecidos três Estados em uma confederação na Palestina histórica: o Estado judeu de Israel, o Estado árabe da Palestina e o Estado binacional de Israel-Palestina. O governo confederado teria representantes dos três Estados, cada Estado podendo exercer um poder de veto nas decisões. Cada cidadão da Palestina histórica teria simultaneamente a cidadania do Estado ao qual ele escolhesse pertencer e a cidadania da Confederação, que daria a ele plenos direitos de trabalhar, de viajar e de possuir propriedade e estabelecer residência em todo o território. A soberania do Estado da Palestina seria vigente em Gaza e na Cisjordânia, sem Jerusalém/al-Quds Oriental, que teria outro status; o Estado de Israel seria aquele da Linha Verde; ambos os Estados contribuiriam com áreas para o Estado binacional. Os refugiados palestinos teriam direito a retornar à região e Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds e os locais religiosos ficariam sob a “soberania de Deus”, a ser exercida pelo soberania confederada. Quanto à segurança, o Estado binacional seria desmilitarizado, o Estado da Palestina possuiria forças armadas limitadas⁸⁰⁷.

As outras respostas presentes no dossiê foram muito menos receptivas às propostas de Abu-Odeh. Leonard Fein, ativista judeu norte-americano, então professor da Universidade Brandeins e fundador do New Israeli Fund definiu a proposta como uma “estratégia pouco honesta” para destruir Israel e para retirar o poder daqueles que “conquistaram seu direito à autodeterminação”⁸⁰⁸. Ian S. Lustick, cientista político norte-americano, especialista em política e história moderna do

⁸⁰⁵ MOSSA, Ebrahim. “No Easy Solution” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-moosa>> Acesso em: 22 dez. 2015

⁸⁰⁶ Hoje, Segal está mais próximo da solução de um único Estado.

⁸⁰⁷ SEGAL, Jerome M. “A Binational Confederation” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-segal>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸⁰⁸ FEIN, Leonard. “Joint Responsibilities” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-fein>>. Acesso em: 22 dez. 2015

Oriente Médio, com doutorado sobre a minoria árabe-palestina no interior do Estado de Israel, afirma que a proposta de Abu-Odeh “soa mais como conto de fadas do que como estratégia política”, com “comentários improvisados, [...] infundados e estereotipados”. Lustick diz que a ideia de um Estado binacional deve servir apenas como algo a ser lembrado como resultado de um fracasso das negociações, não como algo a ser realizado⁸⁰⁹. Efraim Karsh, crítico dos novos historiadores e alinhado à perspectiva do sionismo revisionista, fala em “cavalo de troia”, alegando que a defesa de um Estado binacional pelos “árabes” é falsa, que eles “nunca viram o ‘binacionalismo’ como uma verdadeira parceira entre duas nações iguais, dividindo soberania sobre um território específico” e que “os árabes não escondem que sua percepção do ‘direito de retorno’ é um eufemismo para a destruição de Israel através da subversão demográfica”; segundo Karsh, a intenção de Abu-Odeh “subverter” Israel “inundando-o não apenas com milhões de refugiados palestinos e seus descendentes, mas também com a população de mais de 2,5 milhões de palestinos da Cisjordânia e de Gaza”, um “suicídio nacional” para os israelenses.⁸¹⁰

Também em resposta ao artigo de Abu-Odeh, Salim Tamari, sociólogo e historiador palestino, diretor do Instituto de Estudos da Palestina e professor adjunto do Centro de Estudos Árabes Contemporâneos da Universidade de Georgetown, define o binacionalismo como “contraproducente e escapista”, uma ideia “problemática e dificilmente uma opção política” que imporia aos palestinos “desistir de sua luta por independência, pela evacuação militar israelense dominante e pelo desmantelamento dos assentamentos coloniais”⁸¹¹. Segundo Tamari, a ideia binacional “cria expectativas e perspectivas de ação política que são, ao mesmo tempo, irrealizáveis e contraprodutivas”, capazes de “desmantelar e mistificar a luta pela independência”⁸¹². Em um artigo do ano anterior, Tamari já havia desenvolvido sua oposição à proposta binacional, definindo-a como um “engodo duvidoso”⁸¹³ e afirmando que a defesa de um Estado binacional, ao invés de resolver problemas dos palestinos acabará por prolongá-los⁸¹⁴.

⁸⁰⁹ LUSTICK, Ian S. “The Cunning of History” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-lustick>> Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸¹⁰ KARSH, Efraim. “A Trojan Horse?” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-karsh>> Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸¹¹ TAMARI, Salim. “The Binationalist Lure” in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tamari>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁸¹² Ibidem.

⁸¹³ Ibidem

⁸¹⁴ Ibidem

Em universidades de grande envergadura, eventos acadêmicos, como painéis e conferências, têm surgido para debater as possibilidades de um único Estado na Palestina histórica. No fim de 2011, um painel intitulado “Teoria, Arte e Ação: vozes judaicas e palestinas em direção ao binacionalismo” foi realizado na Universidade de Stanford, com a presença do artista israelo-americano Udi Aloni, do professor inglês Hilton Obenzinger e da pesquisadora Miriam Abu Sharkh, da London School of Economics⁸¹⁵. Udi Aloni⁸¹⁶ afirmou, na ocasião, que “a solução de dois Estados se tornou a linguagem de como manter o apartheid para sempre”⁸¹⁷. Abu Sharkh, filha de refugiado palestino, afirmou que o cerne da questão “é que palestinos não estão em casa estando em sua própria casa”⁸¹⁸. Obenzinger, por sua vez, declarou que começou “a entender a conexão entre a experiência nos EUA como uma sociedade colonizadora (*settler*) e então uma sociedade segregada, e que há paralelos com o desenvolvimento de Israel”⁸¹⁹.

No início de 2012, na Universidade de Harvard, aconteceu uma conferência sobre a solução de um Estado único na região de Israel e da Palestina, descrita por Itamar Mann, professor de direito da Universidade de Georgetown e jurista dos direitos humanos, como “uma das discussões mais informadas, matizadas e responsáveis sobre Israel-Palestina” que ele já participou, com um “pensamento sofisticado” envolvendo o acadêmico e o político⁸²⁰. Tal evento foi organizado por Ahmed Moor (co-editor de *After Zionism: One State for Israel and Palestine*, trabalho conjunto com Antony Loewenstein, cofundador da organização Independent Australian Jewish Voices) e contou com participações de autores como Nadim Rouhana, Leila Farsakh, Ali Abunimah e Ilan Pappé. Na ocasião, a jurista palestina-canadense, Diana Buttu, defendeu a necessidade de um partido político formado por palestinos e judeus dos dois lados da Linha Verde, usando o Knesset como plataforma política como forma de aplicar a demanda por meios institucionais⁸²¹.

⁸¹⁵ FARAG, Marwa. “Scholars consider binationalism” in: *The Stanford Daily*, 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-stanford>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

⁸¹⁶ Aloni é autor de um interessante livro, com contribuições de Slavoj Žižek, Alain Badiou e Judith Butler: ALONI, Udi. *What Does a Jew Want? On Binationalism and Other Spectres*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

⁸¹⁷ FARAG, Marwa, op. cit.

⁸¹⁸ Ibidem.

⁸¹⁹ Ibidem.

⁸²⁰ MANN, Itamar. “At Harvard Conference, a one-state vision Israelis can live with” in: *+972 Mag*, 5 mar. 2012. Disponível: <<http://tinyurl.com/1ebn-mann>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁸²¹ Ibidem.

Alguns acadêmicos se envolveram de tal modo na defesa da solução de um Estado em toda a Palestina histórica que livros inteiros têm servido para suas defesas. Ali Abunimah, jornalista norte-americano de origem palestina e cofundador do portal *Electronic Intifada*, publicou em 2007 seu livro *One Country*⁸²², onde alega que a criação de um único Estado nos territórios da Palestina histórica permitiria que todos os habitantes, tornando-se cidadãos iguais, poderiam viver e desfrutar de todo o país, sem deixar de preservar suas comunidades distintas e de criar mecanismos de gestão de suas necessidades particulares.

Virginia Tilley, cientista política norte-americana com foco em pesquisas sobre a transição sul-africana do apartheid para a democracia e autora, entre outros, do livro *The One-State Solution*⁸²³, de 2005, defendeu nessa obra que a solução de dois Estados para o conflito israelo-palestiniano é uma idéia morta obscurecida por um “espetáculo diário” e um “roteiro inútil” de um conflito baseado no desejo de controle da terra. Segundo Tilley, o desafio da solução de um único Estado é encontrar o caminho político da transição, passando das rivalidades étnico-nacionais para uma fórmula secular democrática, que pudesse preservar Israel como um refúgio judaico, mas desmantelando o que ela chama de “privilégios do apartheid” e a estrutura de atribuição de cidadania de segunda classe para os não-judeus⁸²⁴. Para Tilly, “dado que a solução de dois Estados só promete mais problemas (e seu fracasso trará consequências terríveis), a solução de um único Estado é a única com a qual a comunidade internacional pode responsavelmente agora lidar”⁸²⁵. Segundo a cientista política, a lógica de separação e a própria existência de Israel são “falhos desde o início, repousando sobre a idéia desacreditada, em que o sionismo político baseia toda a sua autoridade moral, que qualquer grupo étnico tem legitimidade de declarar um domínio permanente formal sobre um território”^{826,827}.

Ainda segundo Tilley, a solução de um único Estado, por um lado, exigiria a inserção da OLP e da ANP em processos de governança e na política partidária lado a lado e em papel de igualdade com seus pares israelenses e, por outro, levaria à

⁸²² ABUNIMAH, Ali Abunimah. *One Country: A Bold Proposal to End the Israeli-Palestinian Impasse*. Nova Iorque: Henry Holt, 2006.

⁸²³ TILLEY, Virginia. *The One-State Solution*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.

⁸²⁴ Idem, op. cit. 2003.

⁸²⁵ Ibidem

⁸²⁶ Idem, op. cit., 2005.

⁸²⁷ Não se trata aqui de afirmar que essa característica seja exclusiva do sionismo, mas sim de afirmar que é uma característica, cada vez mais desconstruída, mas reconhecendo que é compartilhada com outros nacionalismos.

perda de poder econômico e de influência política da direção do Fatah⁸²⁸. Para a cientista política, a solução de um único Estado não resolveria todas as disputas e tensões (como aquelas em torno do Monte do Templo/Haram al-Sharif), mas teria o potencial de “transformar as tensões regionais, bem como as locais, eliminando a ocupação militar, unificando o território e, efetivamente, devolvendo aos palestinos a soberania (compartilhada) em sua pátria histórica” ao lhes conceder “representação, direitos de propriedade, um sistema de justiça civil, liberdade de imprensa e inserção no sistema democrático até então reservado para judeus”⁸²⁹. Ao mesmo tempo, segundo Tilley, Israel poderia se inserir plenamente na comunidade internacional, afastado da oposição de massas muçulmanas e árabes indignadas com a ocupação.

Em um artigo de 2003, Tilley elogiou a análise do historiador britânico Tony Judt, que afirmou que a única opção para a questão israelo-palestino seria a solução de um único Estado, bastando saber se esse Estado seria binacional ou construído a partir de um processo de limpeza étnica⁸³⁰. A referida análise estava presente em um artigo de 23 de outubro de 2003 de Judt e representava uma crescente visibilidade de judeus – da diáspora ou vivendo em Israel – com opiniões e visões alternativas ao consenso em desconstrução da solução de dois Estados.

Tony Judt foi professor da Universidade de Nova Iorque; judeu de uma família secular, se voluntariou em 1967 para substituir, em um *kibbutz* israelense, convocados para a guerra daquele ano, trabalhando ainda como motorista e tradutor das FDI. Judt escreveu um artigo que causou um certo impacto no debate intelectual sobre a região. Publicado no *New York Review of Books*⁸³¹, o artigo de Judt fazia declarações duras, como a que “Israel hoje é ruim para os judeus” e que “o presidente dos Estados Unidos da América foi reduzido a um boneco de ventríloquo, [...] recitando a linha do gabinete israelense”, e afirmava que o “processo de paz no Oriente Médio acabou. Ele não morreu: ele foi morto”. Para Judt, Israel “zomba” dos EUA, seu principal aliado, com a política de assentamentos ilegais, enquanto que “os árabes palestinos, estão encurralados em bantustões cada vez mais encolhidos, subsistindo das esmolas da União Europeia” e os líderes palestinos e israelenses

⁸²⁸ TILLEY, Virginia, op. cit. 2003.

⁸²⁹ Ibidem.

⁸³⁰ Ibidem.

⁸³¹ JUDT, Tony, op. cit.

reivindicam vitória em uma “paisagem coberta de cadáveres no Crescente Fértil”. Frente a isso, o historiador propõe uma alternativa⁸³².

Segundo Judt, Israel teria hoje “três opções pouco atraentes”. A primeira delas seria desmantelar os assentamentos judaicos nos TPO, retornar às fronteiras de 1949-1967 e continuar sendo um Estado judeu e uma democracia, “embora com uma comunidade constitucionalmente anômala de cidadãos árabes de segunda classe”⁸³³. A segunda opção seria a permanência da ocupação dos TPO e formação de uma maioria demográfica árabe; “nesse caso, Israel vai ser um Estado judeu (com uma maioria cada vez maior de não-judeus sem emancipação) ou será uma democracia”, mas não ambos. A terceira alternativa seria manter o controle dos TPO, “mas se livrar da esmagadora maioria da população árabe: por expulsão forçada ou deixando-os sem terra e sem meios de subsistência, deixando-os sem opção a não ser ir para o exílio”, com Israel podendo realmente permanecer tanto judeu quanto (formalmente) democrático, mas “às custas de se tornar a primeira democracia moderna a realizar uma limpeza étnica em grande escala como um projeto de Estado, algo que condenaria Israel para sempre ao status de um Estado fora da lei, um pária internacional”⁸³⁴.

Segundo Judt, “o que os israelenses sensíveis temem muito mais do que o Hamas ou as Brigadas de al-Aqsa é o surgimento de uma firme maioria árabe no ‘Grande Israel’, e acima de tudo a erosão da cultura política e moral cívica da sua sociedade.” Por isso, “liberais israelenses e palestinos moderados” teriam insistido que “a única esperança seria que Israel desmantelasse quase todos os assentamentos e regressasse às fronteiras de 1967, em troca do reconhecimento real árabe dessas fronteiras” o que permitiria “um Estado palestino livre de terroristas, estável, reconhecido [...] pelo Ocidente e por agências internacionais”. Para Judt, em perspectiva oposta à dos que vêm uma crise da multiculturalidade europeia, assim como vem ocorrendo na Europa, Israel deve reconhecer seu caráter multicultural em um contexto histórico, caracterizado pelas “múltiplas identidades eletivas”, onde um Estado que privilegie uma etnia em relação a outra “não tem lugar”⁸³⁵.

⁸³² Ibidem.

⁸³³ Ibidem.

⁸³⁴ Ibidem.

⁸³⁵ Ibidem.

Por fim, quanto a transformar a Palestina histórica num único Estado binacional, Judt acredita que isso só seria possível com uma “liderança americana corajosa e incansavelmente empenhada” e com uma força internacional num primeiro momento para garantir a segurança de todos. Para o historiador, tal processo, na realidade, já começou e, embora um Estado binacional a ser estabelecido causasse “menos perturbação para a maioria dos judeus e árabes do que seus inimigos religiosos e nacionalistas dirão”, seria necessária uma nova classe política capaz de fazê-lo surgir. Mas, segundo Judt, “as alternativas são muito, muito piores”⁸³⁶.

Charles Manekin, judeu ortodoxo e professor de filosofia da Universidade de Maryland, escreve sobre a questão israelo-palestina sob o pseudônimo Jerry Haber. Em um deles, de novembro de 2011, Haber disse basear-se em quatro pressupostos de sua consciência étnica-nacional enquanto judeu – ter consciência de pertencer ao povo judeu; ter consciência da conexão religiosa e histórica à terra de Israel/Palestina; acreditar que a cultura hebraica em Israel/Palestina é positiva para o povo judeu e compatível com as aspirações nacionais legítimas dos árabes palestinos; e que a autodeterminação legítima do povo judeu não exige nada além dos judeus serem mestres de seu próprio destino – não são incompatíveis com um Estado binacional (ou mesmo uma minoria judaica dentro de um Estado palestino), opondo-se à estratégia de “estatismo étnico” do movimento sionista a partir dos anos 40⁸³⁷.

Dorit Naaman, cineasta israelense-canadense, professora da Universidade Queen’s no Canadá e bisneta de um membro do Primeiro Knesset, crescida numa família sionista, escreveu um artigo em junho de 2014, onde se opõe ao que chama de “Estado etnocrático”, que “judaíza o país”. Segundo Naaman, a escolha pela democracia faria surgir pacificamente “um Estado binacional para todos seus cidadãos”, ao invés de duas opções alternativas com o atual status quo: um sistema de apartheid e, posteriormente, uma democratização pós-apartheid sem o reconhecimento dos direitos coletivos judaicos⁸³⁸.

⁸³⁶ Ibidem.

⁸³⁷ HABER, Jerry. “Can one be a liberal and a Zionist without being a liberal Zionist?” in: *+972 Mag*, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-haber>>. Acesso em: 2 jan. 2016

⁸³⁸ NAAMAN, Dorit. “I am a Palestinian Jew, or at least I will be” in: *+972 Mag*, 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-naaman>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

Ainda entre intelectuais e acadêmicos israelenses, é interessante lembrar do debate sobre a ideia de um Estado binacional, publicado no *Haaretz* em 2013, entre os professores e pesquisadores Dmitry Shumsky⁸³⁹, da Universidade Hebraica de Jerusalém e especialista em nacionalismo e história do sionismo, e Shlomo Sand⁸⁴⁰, da Universidade de Tel Aviv e autor do best-seller *A Invenção do Povo Judeu*. Shumsky falou em uma “realidade binacional” a ser considerada, afirmando que ela não é uma ameaça aos judeus. Sand, por outro lado, abertamente crítico da ideia de um Estado binacional, vista por ele como uma ideologia ignorante e ultrapassada, defende uma fórmula de “nacionalismo cívico israelense”⁸⁴¹ aliada a uma possível federação entre a república israelense e a república palestina⁸⁴².

Chaim Gans, autor de *A Just Zionism*, prevê para o futuro de Israel um “Estado dos judeus” e não exclusivamente um “Estado judeu”. Embora reconheça a solução de um Estado binacional e federal como “moralmente superior”, Gans rejeita, ao menos atualmente, essa proposta “por questões práticas” e pelo “risco de perpetuação de tensões étnicas” – ainda que diga que a solução de dois Estados não possa ser realmente atingida⁸⁴³.

Os sociólogos israelenses⁸⁴⁴ Amnon Raz-Krakotzkin e Aryeh Amihay⁸⁴⁵ têm aparecido como defensores de uma solução binacional. Amnon Raz-Krakotzkin, professor de história judaica da Universidade Ben-Gurion, afirma que o princípio de separação é o princípio que guia a percepção israelense de paz. Para o historiador, essa separação é refletida na ideia de separação entre judeus e árabes, mas também entre árabes, com as tentativas de perpetuar a separação entre os fragmentos do povo palestino: os palestinos nos TPO, as divisões dentro dos TPO, os árabes palestinos com cidadania israelense, os palestinos residentes em Jerusalém/al-Quds Oriental e os refugiados palestinos⁸⁴⁶. Segundo Raz-Krakotzkin, o sistema de divisões é um aspecto fundamental da definição de Israel como Estado

⁸³⁹ SHUMSKY, Dmitry, "Shlomo Sand's False Illusion" in: *Haaretz*, 5 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shumsky>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁸⁴⁰ SAND, Shlomo. "My False Illusion of an Israeli-Palestinian Federation" in: *Haaretz*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sand>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁸⁴¹ HABER, Jeremiah, op. cit., 11 jun. 2013.

⁸⁴² SAND, Shlomo, op. cit.

⁸⁴³ KANENGISSE, Dubi, op. cit., p. 19-20.

⁸⁴⁴ Referenciados por vezes como “novos sociólogos israelenses”, em referência aos “novos historiadores israelenses”, com os quais compartilham uma visão mais crítica da realidade israelo-palestina.

⁸⁴⁵ KANENGISSE, Dubi, op. cit.

⁸⁴⁶ RAZ-KRAKOTZKIN, Amnon. "Separation and Bi-nationalism" in: *Jadal Issue*, n. 10, jun. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-raz2>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

do povo judeu e a consequente negação dos palestinos como nação, vistos apenas como possíveis detentores de uma cidadania israelense de segunda ou terceira classe⁸⁴⁷. Sobre a ideia de um Estado binacional, Raz-Krakotzkin afirma que

[...] eu acredito que um quadro binacional é crucial para qualquer pensamento e discussão sobre a questão da Palestina. O conceito de “binacionalismo” não se refere necessariamente à solução de um Estado, como é comumente compreendido no discurso político. Em vez disso, ele envolve elementos fundamentais de princípio cuja realização deveriam acontecer em qualquer processo político: a) igualdade nacional e cívica entre judeus e árabes; e b) reconciliação baseada em justiça histórica. [...] O conceito de binacionalismo não descreve uma “solução”, mas serve como um ponto de partida crucial e uma perspectiva para uma luta direta por democratização e descolonização, baseado no reconhecimento tanto dos direitos palestinos quanto dos judaicos. [...] O conceito de binacionalismo gera uma ansiedade extrema entre israelenses: a ideia de binacionalismo, isto é, a ideia de coexistência igualitária, é considerada uma negação do direito de Israel existir. Esse fato, em si, indica que nas entrelinhas da definição de Israel está a negação do princípio de igualdade. A maioria dos israelenses hoje se recusa a sequer discutir os direitos nacionais palestinos. [...] a única forma para israelenses enfrentarem essa ansiedade é resolver sua fonte: a supressão e negação da Nakba. Nós, como judeus israelenses, precisamos aceitar a responsabilidade pela Nakba como pré-condição para um discurso conjunto⁸⁴⁸.

Raz-Krakotzkin acredita ainda na necessidade de uma solução sob uma perspectiva regional e afirma que “a questão dos direitos nacionais judaicos só pode ser discutida seriamente num quadro geral que inclua todo o mundo árabe”⁸⁴⁹. Para Raz-Krakotzkin, o “binacionalismo não pode basear-se em separar os palestinos do mundo árabe, mas sim em fundir Israel dentro deste mundo”⁸⁵⁰.

Ilan Pappé, um dos principais novos historiadores israelenses, autor de *The Ethnic Cleansing of Palestine*, publicou alguns artigos sobre a solução binacional, defendida por ele, notadamente um em 1999⁸⁵¹, onde ele afirma que “o processo de Oslo paradoxalmente conseguiu reduzir significativamente a esperança na solução de dois Estados para a questão Israel/Palestina” por conta das relações de poder que levaram à criação de uma ANP como “entidade política subordinada” e não como ente soberano. Para Pappé, “a estrutura política formulada no processo de Oslo [...] não será capaz de conter a realidade binacional de Israel e da Palestina, o tecido multiétnico da sociedade israelense ou a distribuição geopolítica dos

⁸⁴⁷ Ibidem

⁸⁴⁸ Ibidem (tradução nossa).

⁸⁴⁹ Ibidem.

⁸⁵⁰ Ibidem.

⁸⁵¹ PAPPE, Ilan. “Binational realities versus national mythologies: the death of the two-state solution”. in: STAV, Arie (ed.) *Israel and a Palestine State: Zero Sum Game?*. Shaarei Tikva: Zmora-Bitan Publishers; ACPR Publishers, 2001, p. 336-346.

palestinos”⁸⁵². Segundo o historiador, mesmo o que foi claramente acordado (como “a unidade territorial” dos territórios palestinos) não foi aplicado na realidade, tendo se formado um processo de cantonização e bantustanização da Cisjordânia⁸⁵³.

Para Pappé, Oslo tem por base a mesma fórmula híbrida dos planos Allon e Dayan, apresentados nos anos 70: um tímido compromisso territorial e uma divisão de funções (sobretudo mantendo a política securitária com Israel), “decoradas com simbolismo substituindo uma soberania real: bandeiras, unidades, nomes e títulos [...]. É o que os palestinos chamam de um monte de *Salata* (honra) sem *Sulta* (autoridade)”⁸⁵⁴. Segundo o autor, não haveria qualquer intenção por parte dos partidos do *mainstream* israelense em oferecer aos palestinos o status de Estado normal”⁸⁵⁵, sendo o processo de paz apenas uma ferramenta vantajosa para o *establishment* israelense, ao manter uma favorável balança demográfica dentro de Israel permanece estável e a manutenção dos palestinos “onde não podem incomodar o projeto sionista”⁸⁵⁶.

Pappé desenha Oslo como o caminho para criar um bantustão sob controle israelense, com uma economia de livre mercado, tornando Israel e Palestina uma unidade econômica, com Israel estabelecendo as políticas de desenvolvimento e monetárias e controlando o comércio exterior; paralelamente as áreas sob a Autoridade Palestina tornariam-se as favelas de Israel⁸⁵⁷.

Para o historiador, é preciso diferenciar solução de dois Estados utópica – a segundo a qual Israel desmancharia todos os assentamentos nos TPO e abririam mão de Jerusalém/al-Quds Oriental⁸⁵⁸ – da solução de dois Estados realista – a única solução de dois Estados que Israel considera plausível, em que a AP fica “aprisionada em Ramallah”, o Hamas em Gaza, com os palestinos presos em “enclaves apátridas” até desistirem de sua luta⁸⁵⁹; uma solução marcada pela Palestina como um “bantustão cercado de muros e cercas, mas com uma bandeira

⁸⁵² Ibidem, p. 336.

⁸⁵³ Ibidem, p. 338.

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 339.

⁸⁵⁵ Ibidem, p. 340.

⁸⁵⁶ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan. *Two States or one State?*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-avnery-pappe-debate>>. Acesso em: 22 dez. 2015

⁸⁵⁷ PAPPÉ, Ilan. “Binational realities versus national mythologies: the death of the two-state solution”. In: STAV, Arie (ed.) *Israel and a Palestine State: Zero Sum Game?*. Shaarei Tikva: Zmora-Bitan Publishers; ACPR Publishers, 2001, p. 341.

⁸⁵⁸ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan. *Two States or one State?*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-avnery-pappe-debate>>. Acesso em: 22 dez. 2015

⁸⁵⁹ PAPPÉ, Ilan. “Ce qui guide la politique d’Israël” in: *Article 11*, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-pappe1>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

palestina [...], aparentemente com algum tipo de túnel conectando até o outro campo de concentração que é chamado de Faixa de Gaza”⁸⁶⁰. Assim, antes de discutir uma solução alternativa (um Estado) ou a solução mais plausível (dois Estados), seria “preciso transformar profundamente a mentalidade oficial e popular em Israel”⁸⁶¹ e aplicar uma pressão internacional sobre Israel, exigindo a retirada das forças armadas da Cisjordânia, do bloqueio sobre Gaza e a abolição da legislação que diferencia árabes palestinos de judeus com cidadania israelense⁸⁶².

Para Pappé, a ideia de um único Estado precisa ser ouvida, já que se tentou “por 60 anos” a “velha ideia, a ideia da partilha”, sendo que “o resultado foi exílio, ocupação, opressão, discriminação”. Segundo ele, é preciso encontrar um “modelo alternativo” à proposta de dois Estados, e isso será alcançado por “todos nós, incluindo os antigos e os novos colonos”⁸⁶³. Para Pappé, numa perspectiva universalista, a ideia de um Estado binacional não vem do desespero (como alguns acusam), mas da esperança: “onde há um equilíbrio entre judeus e árabes, também há parcerias de negócios, escolas conjuntas, de repente brota uma vida comum entre as duas nacionalidades”⁸⁶⁴.

Entre intelectuais palestinos – também da diáspora ou vivendo na Palestina histórica – nomes despontaram como defensores da solução binacional. Na diáspora, um dos nomes binacionalistas é o de Leila Farsakh, cientista política palestina nascida na Jordânia, professora da Universidade de Massachusetts Boston. Para Farsakh, “a partilha nunca foi a solução” e “os palestinos estão vendo seu território ser fragmentado em bantustões ao estilo sul-africano com níveis de pobreza de mais de 75%”. Segundo a cientista política palestina, a região “está se dirigindo ao abismo”, rumo a “um sistema de Estado de apartheid, em vez de uma solução de dois Estados viáveis”⁸⁶⁵. Para a autora, “um plano de dois Estados parece ser menos que uma solução para as aspirações nacionalistas tanto de sionistas quanto de palestinos”. Além disso, ela vê uma sucessão de fracassos: dos líderes nacionalistas palestinos em alcançarem a independência e estabilidade política; dos líderes sionistas em “dar aos judeus a segurança que o Estado de Israel

⁸⁶⁰ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁸⁶¹ PAPPÉ, Ilan, op. cit., 10 jun. 2010.

⁸⁶² Ibidem.

⁸⁶³ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁸⁶⁴ Ibidem.

⁸⁶⁵ FARSAKH, Leila. “Israel-Palestine: Time for a bi-national state” in: *Le Monde Diplomatique*, mar. 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-farsakh1>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

prometeu” e aumento dos sentimentos antissemitas no mundo⁸⁶⁶. Para Farskah, a partir de Oslo, “apesar de suas diferenças iniciais, o apartheid na África do Sul e no conflito israelo-palestino se tornaram semelhantes” e, com a perpetuação da situação, “a solução de dois Estados está em perigo”⁸⁶⁷. Assim, haveria duas opções para Israel: ser um Estado binacional, implantar um verdadeiro sistema de apartheid ou criar um programa de transferência populacional⁸⁶⁸.

Outro nome palestino da diáspora com grande destaque na defesa de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica foi Edward Said. Nascido em Jerusalém no período do mandato britânico da Palestina, Edward Said foi, certamente, um dos mais proeminentes (e com mais visibilidade midiática) intelectuais palestinos. Dois elementos de suas análises teóricas de Said terão influência sobre sua perspectiva acerca da assim denominada questão palestina, à qual Said dedicou boa parte de sua pena: por um lado, a percepção do orientalismo como fio condutor de políticas em relação aos árabes e, por outro, a crítica às tentativas de homogeneização em nome do nacionalismo, acompanhada da defesa do multiculturalismo.

No que diz respeito ao primeiro ponto, Said afirma categoricamente que a política do Estado de Israel em relação aos árabes é regida pelo orientalismo mais tradicional⁸⁶⁹, segundo o qual os árabes teriam uma tendência à violência, ao antissemitismo e à incapacidade de separar Estado e religião. Ter-se-ia criado a imagem de que os povos árabes não querem a paz e, mais ainda, são incapazes de viver em paz, são unidos por um gosto pela guerra, pela vingança e pelo objetivo compartilhado de destruir o Estado de Israel⁸⁷⁰.

Quanto ao segundo ponto, a recusa do nacionalismo cego e seus riscos consequentes e da negação do Outro foi uma marca das posições de Said acerca da questão palestina. Said se definia como árabe, mas também como internacionalista⁸⁷¹; além disso, apesar de se identificar como palestino e proclamar ser defensor dos direitos de autodeterminação dos palestinos, não deixava de levar “em consideração a história do povo judeu, o sofrimento e a perseguição de que foi

⁸⁶⁶ Ibidem

⁸⁶⁷ Idem, op. cit., nov. 2003.

⁸⁶⁸ Ibidem.

⁸⁶⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 409.

⁸⁷⁰ Ibidem, p. 410.

⁸⁷¹ CLEMESHA, Arlene. “Uma herança árabe internacionalista” in: CLEMESHA, Arlene. (org.), *Edward Said: uma herança árabe internacionalista*. São Paulo: Casa Amarela, 2005, p. 75.

vítima, e o seu próprio direito à autodeterminação”⁸⁷². Sempre crítico, Said alegava que, por um lado, Israel havia se criado sobre a base da negação da existência do povo palestino e, por outro, o movimento nacional palestino não havia se concentrado em elaborar uma forma de garantir a segurança e a autodeterminação dos judeus sem anular as próprias⁸⁷³.

Sobre os acordos de paz firmados entre autoridades palestinas e israelenses com mediação estadunidense na década de 90, as críticas de Said eram fortes ao ponto de terem culminado com o rompimento com Yasser Arafat após a conclusão do processo de Oslo. Em *The End of the Peace Process: Oslo and After*⁸⁷⁴, Said discorre sobre seus desacordos em relação aos acordos de Oslo e às posteriores tentativas de negociação entre governo israelense e Autoridade Nacional Palestina; segundo ele, os acordos negaram direitos nacionais e de autodeterminação fundamentais relativos à soberania de um possível Estado palestino, como o controle dos recursos hídricos, a soberania sobre o espaço aéreo, a emissão de documentos e a política monetária e, além disso, não tratavam de assuntos fundamentais como a solução para as colônias judaicas nos territórios palestinos e o fim da ocupação israelense efetiva sobre estes mesmos territórios. Além disso, afirmava Said que “é tolice esperar que um plano de paz que responda aos interesses palestinos saia da cabeça de um político americano”⁸⁷⁵ e, à época de novas negociações no início dos anos 2000, que “Israel se propõe a reconhecer um Estado palestino – mas provisório e sem território estabelecido”, num “plano que não leva a lugar algum”⁸⁷⁶.

Nos seus últimos anos de vida, Said passou a advogar a criação de um único Estado binacional na Palestina histórica que garantisse os direitos nacionais tanto de judeus quanto de árabes palestinos:

Apesar de a maioria dos palestinos e dos árabes em geral, inclusive os que inicialmente apoiavam a formação de um território compartilhado, defender a ideia de que seriam necessários dois Estados independentes e soberanos para encerrar os enfrentamentos, continuo a acreditar que a única solução para esse conflito é um Estado binacional. [...] Pensar em dois Estados separados é inviável apesar das resistências emocionais e das tentativas de ‘provar’ a impossibilidade de uma coexistência integrada com direitos iguais

⁸⁷² Ibidem, p. 75.

⁸⁷³ Ibidem, p. 76-77.

⁸⁷⁴ SAID, Edward W. *The End of the Peace Process – Oslo and After*. Nova Iorque: Vintage Books, 2003.

⁸⁷⁵ Idem. “A Paz não virá” (entrevista) in: *Veja*, n. 1808, 25 jun. 2003.

⁸⁷⁶ Ibidem.

e sem discriminações⁸⁷⁷

Em um longo artigo no *The New York Times*, em janeiro de 1999⁸⁷⁸, Said defendeu suas posições sobre a solução binacional. Para ele, Oslo iniciou a separação, “mas a paz real só pode vir com um Estado binacional israelo-palestino”⁸⁷⁹ e a “narrativa oficial sionista-israelense e a narrativa palestina são irreconciliáveis”⁸⁸⁰. Segundo Said, a guerra de 1967 e “os anos de ocupação militar criaram, na parte mais fraca, raiva, humilhação e hostilidade” e Oslo “fez pouco para mudar a situação”

Arafat e seu diminuto número de apoiadores foram transformados em executores da segurança israelense, enquanto dos palestinos exige-se que suportem a humilhação de terras [*homelands*] pavorosas e descontínuas, que ocupam 10% da Cisjordânia e 60% de Gaza. Oslo exigiu de nós que esquecêssemos e renunciássemos a nossa história de perda, despojados pelo próprio povo que ensinou a todos a importância de não esquecer o passado⁸⁸¹.

Ainda criticando a atuação de Arafat – quem ele enxergava na época como um líder que, com o apoio de Washington, estava se tornando mais repressor, proibindo internamente qualquer crítica ao processo de paz, sem fomentar uma constituição palestina –, Said afirma que

as condições de empobrecimento impostas a Arafat estão tornando difícil para ele lidar com os habitantes altamente politizados de Gaza e da Cisjordânia. Esses palestinos têm aspirações de autodeterminação que, contrariamente aos cálculos israelenses, não mostram qualquer sinal de definhamento⁸⁸².

Segundo o autor palestino, embora Oslo represente a tentativa de aplicar o princípio de separação de Rabin e apesar de Israel ter sido pensado essencialmente como um refúgio exclusivo para judeus, desde 1967, “as vidas dos judeus se tornaram cada vez mais emaranhadas com a de não-judeus”⁸⁸³. Além disso, a Palestina histórica seria um território muito pequeno para ser dividido⁸⁸⁴ e, para Said,

a autodeterminação palestina num Estado separado é impraticável, tão impraticável quanto o princípio de separação entre uma população árabe demograficamente mista, irreversivelmente conectada sem soberania e uma população judaica com esta última. A questão, eu acho, não é como

⁸⁷⁷ Idem apud CLEMESHA, Arlene (org.), op. cit., p. 73 (tradução nossa).

⁸⁷⁸ Idem, op. cit., 10 jan. 1999.

⁸⁷⁹ Ibidem.

⁸⁸⁰ Ibidem.

⁸⁸¹ Ibidem.

⁸⁸² Ibidem (tradução nossa).

⁸⁸³ Ibidem.

⁸⁸⁴ Ibidem.

planejar meios para persistir tentando em separá-los, mas ver se é possível para eles viver juntos o mais justa e pacificamente possível.⁸⁸⁵

Segundo ele, a combinação da política ininterrupta de assentamentos constantes com o confinamento palestino não traz segurança para nenhum dos lados. Além disso, ele afirmava que, no interior de Israel, os cidadãos árabes palestinos “são tratados como inferiores, basicamente como uma espécie de subclasse existente na condição de um apartheid”⁸⁸⁶. Frente a esse contexto, ele declarou:

Eu não vejo outro meio senão começar a falar sobre compartilhar a terra que nos colocou juntos, compartilhando-a de uma forma verdadeiramente democrática, com direitos iguais para cada cidadão. Não pode haver reconciliação sem que ambos os povos, duas comunidades sofridas, resolvam que sua existência é um fato secular, e que assim deve ser tratado. [...] Isso não significa uma diminuição da vida judaica enquanto vida judaica ou uma capitulação das aspirações árabes palestinas e da existência política. Ao contrário, significa autodeterminação para ambos os povos. Mas se trata de estar disposto a suavizar, diminuir e finalmente desistir de um status especial para um povo às custas do outro. A Lei do Retorno dos judeus e o direito ao retorno dos refugiados palestinos devem ser considerados e ajustados conjuntamente. Ambas as noções, de Grande Israel como a terra do povo judeu dado a ele por Deus e a Palestina como uma terra árabe que não pode ser alienada da pátria árabe, precisam ser reduzidas em escala e exclusividade. [...] A Palestina é e sempre foi uma terra de muitas histórias; é uma simplificação radical pensa-la como principalmente ou exclusivamente judaica ou árabe. [...] A Palestina é multicultural, multiétnica, multi-religiosa. Existe tanta justificativa histórica para homogeneidade como existe para noções de pureza nacional ou étnica e religiosa hoje. [...] A ideia binacional está viva aqui e agora, entre indivíduos judeus e árabes frustrados com as evidentes insuficiências e depredações do presente. A essência de sua visão é a coexistência e o compartilhamento por vias que exigem uma disposição inovadora, ousada e teórica para ir além do árido impasse de afirmação e rejeição. Assim que houver o reconhecimento inicial do outro como igual, eu acredito que o caminho a seguir se tornará não apenas possível, mas também atrativo⁸⁸⁷.

Para ele, judeus e palestinos compartilhavam “experiências históricas semelhantes [...], marcadas por perseguições” que “possibilitariam a elaboração de um modelo nacional alternativo marcado pelo respeito às diferenças e às similitudes”⁸⁸⁸. A criação de um único Estado significaria

o resgate da potencialidade criativa de duas comunidades irmãs em sua origem, inimigas apenas por obra de poderes e interesses que não os seus; [...] o resgate dos seus valores, a valorização de suas heranças, e o fim da reprodução cega do discurso das identidades nacionais.⁸⁸⁹

⁸⁸⁵ Ibidem (tradução nossa).

⁸⁸⁶ Ibidem.

⁸⁸⁷ Ibidem (tradução nossa).

⁸⁸⁸ Ibidem.

⁸⁸⁹ CLEMESHA, Arlene. op. cit., p. 78.

Segundo Said, para atingir uma nova situação, seria preciso criar elementos que não existiriam em Israel e na Palestina hoje: “a ideia é a prática de cidadania, não de comunidades étnicas ou raciais, como a principal ferramenta para a coexistência”, além de uma “constituição e uma declaração de direitos” reconhecendo idênticos direitos de autodeterminação. Said imaginava que esses seriam passos necessários para a criação, possivelmente, de um sistema de cantões federados, com uma capital conjunta em Jerusalém, “com igual acesso à terra e a direitos seculares e jurídicos inalienáveis”⁸⁹⁰.

Apesar do aparente otimismo de Said sobre uma solução de coexistência, ele não imaginava uma Palestina binacional no curto prazo. Teria dito ele que

ainda serão necessárias várias gerações para que palestinos e israelenses consigam chegar a um acordo de paz sensato que garanta uma coexistência entre eles num lugar que não seja um Estado policial e discriminatório com questões eternamente pendentes e animosidades incontroláveis.⁸⁹¹

Mas ainda que fosse exigido tempo até a construção de um Estado binacional, esta era, para Said, “a única alternativa”:

A maioria de nós ainda não aceita a ideia de que os judeus israelenses estão para ficar, que eles não irão embora, da mesma forma que os palestinos também não irão. Isso é, compreensivelmente, muito difícil para os palestinos aceitarem, já que eles estão no processo de perder sua terra e são perseguidos diariamente. Mas com nossa irresponsável e irrefletida afirmação de que os judeus serão forçados a ir embora (como nas Cruzadas), nós não nos concentramos suficientemente no fim da ocupação militar como um imperativo moral, nem em encontrar uma forma de lhes garantir uma segurança e uma autodeterminação que não anulem as nossas. Isso, e não a absurda esperança de que um presidente norte-americano nos daria um Estado, deveria ter sido a base de uma campanha de massa em toda parte. Dois povos em uma terra. Ou igualdade para todos. Ou uma pessoa, um voto. Ou uma humanidade comum afirmada num Estado binacional.⁸⁹²

A busca de uma solução multiétnica e multicultural – através do Estado binacional – por Said tem parte de suas origens no caso sul-africano, que ele considerava inspirador⁸⁹³. Segundo ele, os palestinos deveriam buscar, em Israel, um público de judeus que se engajasse da mesma forma que o Congresso Nacional Africano conquistou um público de brancos sul-africanos que se engajou no combate

⁸⁹⁰ SAID, Edward, op. cit. 10 jan. 1999

⁸⁹¹ CLEMESHA, Arlene (org.), op. cit., p. 73.

⁸⁹² SAID, Edward W. “A Única Alternativa” In: *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 108-109.

⁸⁹³ Ibidem, p. 106.

ao *Apartheid*, através da formulação de uma pauta de luta que possa emergir como uma luta moral, de “apoio quase universal” e que conquiste “a imaginação do mundo”.⁸⁹⁴ Said, entretanto, não tinha perspectiva em assistir essa estratégia adotada pela OLP, por exigir elementos que iam contra a forma de agir da organização: um intenso trabalho e dedicação, uma organização realmente popular e democratizada, o abandono de iniciativas personalistas, o real conhecimento da população norte-americana para conquistá-la⁸⁹⁵. Por fim, defendia Said, “a injustiça e a beligerância não diminuem sozinhas, elas precisam ser combatidas por todos as partes envolvidas”⁸⁹⁶ e “é melhor haver confrontação cultural em um Estado binacional como única solução para o conflito, do que a atual confrontação violenta”⁸⁹⁷

Abaher el-Sakka, sociólogo palestino, defende que existem atualmente seis quadros possíveis na região: dois Estados independentes; um único Estado independente e um bantustão; um Estado federal binacional; um Estado unitário inclusivo; um sistema apartheid; ou uma confederação regional⁸⁹⁸. Embora acredite que a solução binacional não tem perspectiva de se tornar realidade⁸⁹⁹, o sociólogo palestino lista uma série de intelectuais palestinos da diáspora favoráveis a ela, como Naseer Aruri, Lama Auoda e Samih Aufraha⁹⁰⁰. Outros intelectuais palestinos, como Adel Mena’a e Nadim Rouhana, “vêm tentando mudar os objetivos estratégicos nacionais palestinos”⁹⁰¹.

Ghada Karmi, médica palestina nascida em Jerusalém/al-Quds defende a ideia de Estado binacional desde o começo dos anos 90. Para ela, a emenda aos acordos de Oslo sobre as relações econômicas entre Israel e a ANP, o chamado Protocolo de Paris, de 1994, como a ferramenta que formalizou a economia palestina como dependente de Israel. Para Karmi, poucos discordam o direito dos palestinos a um Estado, mas “isso simplesmente não pode ser alcançado na realidade atual”. Além disso, segundo a médica, “sempre foi uma insensatez procurar uma solução de dois Estados” e “hoje, Israel-Palestina é comprovadamente

⁸⁹⁴ Ibidem, p. 106-107.

⁸⁹⁵ Idem. “Sionismo norte-americano: o verdadeiro problema” in: *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 92-96.

⁸⁹⁶ Idem, op. cit., 10 jan. 1999

⁸⁹⁷ Idem apud EL-SAKKA, Abaher, op.cit., p. 12

⁸⁹⁸ EL-SAKKA, Abaher, op. cit., p. 2

⁸⁹⁹ Ibidem, p. 3.

⁹⁰⁰ Ibidem, p. 6.

⁹⁰¹ Ibidem, p. 6.

um Estado, impossível de se dividir”, mas “um Estado discriminatório que opera um sistema do tipo apartheid contra os palestinos com impunidade” e uma “bruta desigualdade econômica”. Segundo Karmi, é preciso estabelecer uma nova estratégia palestina, “um plano B que transforme a luta palestina por dois Estados em uma luta por direitos iguais dentro do que é hoje um Estado unitário gerido por Israel”⁹⁰².

Naseer Aruri, pesquisador e ativista americano-palestino, especialista em Oriente Médio, política externa americana e direitos humanos, foi professor da Universidade de Massachussets, e escreveu um livro criticando o processo de paz dos anos 90⁹⁰³ e a atuação norte-americana na região⁹⁰⁴. Já em 1995, ele previa a fragmentação do território e a criação de uma estrutura de apartheid e acredita que

dado as realidades da ocupação israelense, a busca do Estado [árabe palestino] não era um objetivo realista para os palestinos, que eles deveriam desistir da ilusão de dois Estados para dois povos e adotar então a estratégia de longo termo com objetivo da construção de um país binacional em toda a Palestina, [...] construído com direitos iguais, cidadania igual, pluralidade e coexistência⁹⁰⁵

Em 2012, Eric Hazan e Eyal Sivan publicaram o livro *Un État commun*⁹⁰⁶. Eric Hazan é francês, filho de mãe palestina apátrida e de pai judeu egípcio, e médico, tendo atuado como médico voluntário na Guerra do Líbano, além de ser membro do Tribunal Russell para a Palestina e tradutor para o francês da obra de Edward Said. Eyal Sivan é um cineasta israelense que vive entre a França e Israel. Segundo os autores, a ideia de dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança nunca esteve tão longe da realidade e a partilha da Palestina histórica “não é uma solução, mas um discurso”, um discurso cômodo que não levará nunca a uma solução verdadeira porque “simplesmente não é possível”. Para Hazan e Sivan, é preciso acabar com a ideia de partilha e substituí-la pela de compartilhamento do país, “única solução realista e realizável porque ela corresponde à situação atual do

⁹⁰² KARMI, Ghada. “Palestinians need a one-state solution” in: *The Guardian*, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-karmi>>. Acesso em: 3 jan. 2016

⁹⁰³ ARURI, Naseer. *The Obstruction of Peace: the U.S., Israel, and the Palestinians*. Monroe: Common Courage Press, 1995.

⁹⁰⁴ ARURI, Naseer. *Dishonest Broker: America's Role in Israel and Palestine*. Nova Iorque: South End Press, 2003.

⁹⁰⁵ FARIS, Hani A. “The legacy of Naseer H. Aruri” in: *Contemporary Arab Affairs*, v. 8, n. 3, 2015, p. 416-419 (tradução nossa).

⁹⁰⁶ HAZAN, Eric; SIVAN, Eyal. *Un État commun: pour en finir avec le mythe de deux États entre le Jourdain et la mer*. Paris: La Fabrique Éditions, 2012.

país”⁹⁰⁷. Junto à publicação do livro, foi produzido um filme por Sivan: *Un État commun, conversation potentielle*, com uma sequência de 24 entrevistas com árabes palestinos e judeus israelenses defensores de um Estado comum⁹⁰⁸.

Entre os intelectuais “externos” – nem judeus, nem árabes-palestinos e nem vivendo na região da Palestina histórica –, o norte-americano católico Marc H. Ellis, professor de estudos judaicos na Universidade Baylor, adepto da teologia da libertação e especialista em estudos da paz, escreveu um artigo, já em 1997, denunciando as “limitações e injustiças nos acordos de Oslo” que forçam “um repensar do futuro de Israel/Palestina”⁹⁰⁹. Segundo Ellis, um desapontamento por ambas as partes poderia leva-las a “construírem um futuro compartilhado”, defendendo a solução binacional por questões históricas, práticas e éticas⁹¹⁰. Para Ellis, as ambiguidades das negociações de Oslo levaram a percepções diametralmente distintas sobre o futuro entre palestinos e israelense:

Enquanto os palestinos pensaram que Oslo seria o primeiro passo em direção a um acordo expandido que veria a retirada de Israel para suas fronteiras de 1967, os israelenses viram Oslo como um passo final para solidificar seu Estado além dessas fronteiras⁹¹¹

Além disso, Oslo teria proporcionado uma “autonomia truncada que, ainda que chamada de Estado, seria apenas no nome”, algo visto pelos palestinos como uma “rendição completa e inaceitável” e pela direita israelense, como uma “capitulação judaica”⁹¹². Ainda, segundo Ellis, a separação legitimada por Oslo permitiria

uma limpeza da história judaica, sustentando que ninguém foi deslocado, que nenhuma aldeia foi destruída, que resistentes não foram assassinados. A limpeza da separação é dupla: limpa-se os palestinos de suas terras e limpa-se os judeus de seus atos. [...] É um estranho paradoxo: os judeus que se recusam a esquecer o Holocausto, que se recusam perdões para aqueles que cometeram atos criminosos contra o povo judeu, através da separação tentaria esquecer que Israel veio a existir através da destruição da Palestina⁹¹³.

⁹⁰⁷ Ibidem.

⁹⁰⁸ ÉTAT commun – conversation potentielle [1]. Direção: Eyal Sivan. Produção: Momento !, 122 min, cores, Disponível em: <<https://vimeo.com/99621624>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹⁰⁹ ELLIS, Marc H. “The Future of Israel/Palestine: Embracing the Broken Middle” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 3, 1997, p. 56-66.

⁹¹⁰ Ibidem, p. 56-66.

⁹¹¹ Ibidem, p. 56 (tradução nossa).

⁹¹² Ibidem, p. 57.

⁹¹³ Ibidem, p. 58-59 (tradução nossa).

Segundo Ellis, os judeus só “serão livres e estarão seguros em sua própria terra natal quando os palestinos forem livres e estiverem seguros em sua própria terra natal. E hoje, essas terras, geográfica e historicamente, coincidem”⁹¹⁴. Por essa razão prática, o Estado binacional deveria ser considerado⁹¹⁵ e, mais do que isso, seria “o único futuro possível tanto para judeus quanto para palestinos”⁹¹⁶, restaurando “a natureza multicultural de Jerusalém”⁹¹⁷, embora ainda não haja um programa binacional articulado⁹¹⁸. Para Ellis, “a esperança é que, com o passar do tempo, uma nova cultura nascerá, uma que inclua as particularidades de ambos os povos e crie uma nova identidade a partir de uma vida compartilhada”⁹¹⁹, mas ainda é impossível detalhar como.

Ainda pouco sólidos e ainda carregados de indefinições, grupos têm surgido para reunir defensores de uma solução de um Estado e, entre alguns deles, há espaços potencialmente frutíferos para a ideia binacional. Em 2007, acadêmicos, intelectuais e ativistas – entre os quais muitos binacionalistas, como os já citados Ilan Pappé, Leila Farsakh e Naseer Aruri, entre outros – assinaram uma declaração em defesa da solução de um Estado único⁹²⁰. O início da declaração decreta que a solução de dois Estados dá apenas “direitos nacionais limitados aos palestinos das áreas ocupadas em 1967”, nega os direitos dos palestinos dentro de Israel e daqueles da diáspora e “ignora as realidades físicas e políticas existentes [...] e presume uma falsa paridade de poder e de pretensões morais entre o povo colonizado e ocupado, por um lado, e o Estado colonizador e ocupante militar do outro”⁹²¹.

Embora não defina o modelo de Estado “unitário e democrático” a ser fundado na Palestina histórica, a declaração lista dez pontos que norteiam seu objetivo: 1) a Palestina histórica pertence a todos que moram ali e que dali foram expulsos; 2) a igualdade de direitos civis, políticos, sociais e culturais para todos os cidadãos; 3) a necessidade de reparações dos efeitos da colonização e fim dos “sistemas de controle militar e civil que oprimem e discriminam em função da etnicidade, da

⁹¹⁴ Ibidem, p. 59.

⁹¹⁵ Ibidem, p. 63.

⁹¹⁶ Ibidem, p. 64.

⁹¹⁷ Ibidem, p. 62.

⁹¹⁸ Ibidem, p. 65.

⁹¹⁹ Ibidem, p. 61.

⁹²⁰ THE One State Group. *Declaración por um Estado único*, Madri-Londres, 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-madri-londres>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁹²¹ Ibidem.

religião ou da origem nacional”; 4) o “reconhecimento do caráter diverso da sociedade, levando em conta as diversas tradições religiosas, linguísticas, culturais, assim como as diversas experiências nacionais”; 5) a criação de um Estado não-sectário e laico, que não privilegie direitos de um ou outro grupo étnico ou religioso; 6) a implementação do direito de retorno, reconhecendo a resolução 194 da ONU; 7) a criação de uma política migratória “transparente e não discriminatória”; 8) o “reconhecimento das conexões históricas existentes entre as diversas comunidades no interior do novo Estado democrático e de suas respectivas comunidades no exterior”; 9) a possibilidade de participação daqueles que foram excluídos do processo decisório até então – sobretudo a diáspora palestina – na tomada de decisões; 10) a criação de “marcos legais e institucionais para a justiça e a reconciliação”⁹²².

Entre acadêmicos palestinos, árabes, judeus, israelenses e “externos”, o que fica nítido é que a defesa de um Estado binacional está, via de regra, relacionada a metodologias teóricas críticas, como o pós-colonialismo, e a uma militância política geralmente influenciada por uma lógica internacionalista – ou, no mínimo, pós-nacionalista –, mas que reconhece as especificidades do contexto israelo-palestino. Para esses autores, embora seja impossível dismantelar ou ignorar as identidades étnico-nacionais envolvidas ali, a lógica de separação em dois Estados, por uma questão prática, moral ou ideológica, não é viável ou desejável.

3.4– ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISTAS

Intelectuais e acadêmicos que defendem ou, no mínimo, discutem a questão binacional são comumente acusados por defensores da solução de dois Estados, como o foi certa vez Sari Nusseibeh ao defender que uma estratégia palestina possível deveria ser a de aceitar a anexação e passar a exigir direitos iguais, de serem “derrotistas e antipatriotas” e de viverem em uma “torre de marfim sem saber nada sobre as misérias, necessidades e desejos” dos palestinos⁹²³.

Entre os movimentos sociais e ativistas por direitos humanos envolvidos com as questões ligadas aos direitos humanos em Israel e na Palestina, está se

⁹²² Ibidem.

⁹²³ HERMANN, Tamar, op. cit., p. 391-392.

desenhando desde o começo dos anos 2000 uma busca pela conquista de direitos, com menor concentração em formulações institucionais. A polêmica campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) promovida por organizações palestinas exige três elementos: o fim da ocupação dos territórios palestinos e desmantelamento do muro de separação da Cisjordânia; o reconhecimento de plenos e iguais direitos dos árabes palestinos com cidadania israelense; e o direito de retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes conforme a Resolução 194 da ONU⁹²⁴.

Essa perspectiva de conquista de direitos como prioritária é refletida numa fala de Benvenisti:

Assim como um "Estado palestino" é o navio em que os israelenses jogam todas as injustiças do passado, então um "estado binacional" é um refúgio para todos aqueles que temem o futuro, uma ameaça vazia, cujo objetivo é apresentar dilemas indefinidos e construtos constitucionais teóricos. Nas condições hoje vigentes, que diferença faz se uma pessoa suporta dois estados ou um? Esta preocupação é apenas uma fuga de problemas reais e imediatas que decorrem das injustiças da opressão, dos danos aos direitos humanos básicos e de racismo. Como é fácil cair na armadilha de slogans!⁹²⁵

A demanda baseada mais em direitos do que em fórmulas deve ser uma tendência dos próximos anos. E, segundo Leila Farsakh, indica um caminho para o abandono do slogan de “dois Estados para dois povos”:

Grupos em Israel e na Palestina estão trabalhando juntos, contra a construção do muro de separação e estão inventando novas formas de resistência. A luta foi redirecionada, contra as políticas de Israel, mais do que contra seu povo, e por direitos, mais que por Estados separados para cada [sociedade]⁹²⁶.

Entre movimentos sociais e religiosos e entre ativistas pelos direitos humanos, há aqueles que pensam também nas formas institucionais e estatais além dos direitos e estão pendendo para a defesa de – ou já abraçaram plenamente – uma solução binacional. No campo judaico, há duas frentes sócio-políticas favoráveis ao Estado binacional. Uma delas, secular e geralmente – mas nem sempre – mais à esquerda no espectro político, vê uma contradição entre a ideia de Estado judeu e Estado democrático e é representada por figuras como o judeu franco-israelense Michel Warschawski, fundador do Centro de Informação

⁹²⁴ BDS Movement. *Introducing the BDS Movement*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bds>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹²⁵ BENVENISTI, Meron, op. cit., 22 out. 2004 (tradução nossa).

⁹²⁶ FARSAKH, Leila, op. cit., mar. 2007 (tradução nossa).

Alternativa em Jerusalém (Alternative Information Center – AIC), Tikva Honing-Parnass, editora do jornal *News from Within*, publicado pela mesma organização e Jeff Halper, do Comitê Israelense contra a Demolição de Casas (*Israeli Committee Against House Demolitions – ICAHD*). A segunda tendência judaica é religiosa, representada por pessoas como o pesquisador talmúdico Daniel Boyarin e o jovem poeta Eliaz Cohen, do assentamento Kfar Etzion, na Cisjordânia ocupada. Entre os palestinos, de um lado e do outro da Linha Verde, nomes como Hassan Jabareen e Fady Khoury, do Adalah (Centro Jurídico para os Direitos da Minoria Árabe em Israel), defendem uma solução binacional para a questão israelo-palestina. Irei, aqui, trazer algumas dessas figuras de movimentos sociais palestinos e judaicos ou israelenses, um campo potencialmente aberto a ideias contestadoras e alternativas pelo caráter de distanciamento do poder e do *status quo*⁹²⁷.

O antropólogo israelense nascido nos EUA, Jeff Halper, fundador do Comitê Israelense contra a Demolição de Casas (ICAHD, na sigla em inglês), tem surgido como um defensor da ideia de um Estado binacional no contexto israelo-palestino. Em 2005, Halper escrevia sobre o período pós-Oslo, afirmando que

Sharon [...] finalmente cumpriu a tarefa para a qual, como o chefe do Comitê Ministerial sobre Assentamentos, ele foi encarregado em 1977 pelo recém-eleito primeiro-ministro Menachem Begin: garantir o controle permanente Israel sobre toda a Terra de Israel e, ao mesmo tempo, encerrar o surgimento de um Estado palestino viável. [...] durante o "processo de paz" de Oslo, quando Israel e os palestinos deveriam estar discutindo o futuro dos territórios palestinos [...], Israel dobrou sua população de colonos e construiu [...] um sistema de 29 rodovias principais destinadas a incorporar de forma irreversível os assentamentos a Israel propriamente dito. Enquanto isso, 96% dos palestinos foram trancados no que Sharon chama de "cantões", cerca de 70 enclaves pequenos e desconectadas, onde foram privados de seu direito de circular livremente e agora estão sendo literalmente presos atrás de paredes de concreto, com o dobro da altura do Muro de Berlim e cercas eletrônicas.⁹²⁸

Ainda, segundo Halper, embora Israel possua controle efetivo sobre toda a Palestina histórica, ele “ainda precisa de um Estado palestino” para “se livrar dos

⁹²⁷ Não se trata aqui de negar que movimentos sociais possam estar diretamente ligados ao poder e a governos. Claro que há organizações, movimentos sociais e sindicatos que se alinham com o governo e com as instituições do Estado. E como afirma Chomsky, “um estado (de qualquer coisa: Estado político, estado de espírito, estado de uma arte ou de uma ciência) muito facilmente se torna uma ortodoxia” e “uma ortodoxia rapidamente se arma de autoafirmações como ‘responsável’, ‘realista’ e ‘pragmático’, que colocam sobre o intelectual o fardo de ‘parar de questionar nossos valores e de ameaçar nossos privilégios’” (CHOMSKY, Noam. *For Reasons of State*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973, p. 302-303). Mas a contestação é potencialmente maior nesse espaço de militâncias, sobretudo às que sem propõem a existir fora do *establishment*.

⁹²⁸ HALPER, Jeff. *Thinking out of the box: towards a Middle East Confederation*, 2005 (tradução nossa).

quase quatro milhões de residentes palestinos dos Territórios Ocupados”, sem precisar conceder cidadania ou modificar o caráter judaico do Estado. Mas, para isso, seria suficiente a “criação de um mini-Estado palestino truncado, um bantustão em 10-15% do país”. Segundo Halper, “isso equivale a apartheid no sentido mais pleno e mais preciso do termo, a dominação permanente e institucionalizada de um povo sobre outro”⁹²⁹.

Para Halper, há pelo menos cinco elementos fundamentais para uma paz justa: o estabelecimento de condições de expressão nacional para os dois povos, com direitos coletivos de autodeterminação; a viabilidade, com continuidade territorial e capacidade de desenvolver a economia de qualquer solução desejada; a questão dos refugiados, com reconhecimento israelense do direito de retorno e de sua responsabilidade na criação da questão dos refugiados palestinos e soluções técnicas para combinar repatriação, reassentamento e compensações; a dimensão regional da questão israelo-palestina; e a garantia da segurança de Israel e dos judeus na região⁹³⁰.

Para resolver a questão israelo-palestino, haveria quatro opções possíveis. A primeira seria a solução tradicional de dois Estados, aceita pela ANP, pela União Europeia, pela Rússia, pelos organismos da ONU e pelos sionistas israelenses progressistas, mas representaria, já em 2005, segundo Halper, uma “solução irrelevante”. A segunda opção, apoiada pelo Likud, pelo Partido Trabalhista e pelos EUA, chamada por Halper de solução do tipo “Israel plus – Palestina minus”, prevê um Estado palestino semi-soberano, semi-viável, intercalado por blocos de assentamentos israelenses compensados por insignificantes trocas territoriais, o que seria, segundo ele, “uma forma sofisticada de apartheid”. Segundo Halper, “uma solução genuína de dois Estados pode já estar morta, vítima do expansionismo israelense. Uma ‘solução’ de dois Estados baseada no apartheid não pode ser uma alternativa aceita por nenhum de nós.

A terceira alternativa seria um único Estado, democrático ou binacional; uma quarta modalidade, naquele momento defendida por Halper, seria a de “dois Estados plus”, com um processo de dois estágios: uma primeira etapada com o estabelecimento de um Estado semi-viável em algo menos que os TPO e, num segundo momento, com a criação de uma confederação regional crescendo

⁹²⁹ Ibidem.

⁹³⁰ Ibidem.

progressivamente, primeiro abrangendo Israel, a Palestina e a Jordânia, depois a Síria e o Líbano, e depois, eventualmente, o Egito e outros. Segundo Halper, essa seria uma opção “mais factível” que as soluções clássicas de dois Estados ou de um único Estado⁹³¹.

Sete anos depois, em 2012, Jeff Halper e Itay Epshtain, também do ICAHD, publicaram um artigo em nome da organização, com uma mudança de posição. Naquele momento, o ICAHD anunciou “apoiar qualquer solução – seja de dois Estados, de um Estado ou regional – que ofereça uma paz justa e inclusiva e que seja aceitável para nossos parceiros palestinos”⁹³², mas já considerava a solução de dois Estados como morta. Alternativamente, um único Estado israelo-palestino pudesse ser uma possível etapa para uma confederação regional com, pelo menos, Israel, Palestina, Jordânia, Síria e Líbano⁹³³. Segundo o ICAHD,

Qualquer um que olha para um mapa da [...] Matrix de Controle de Israel ou passa apenas algumas horas nos territórios ocupados não pode negar que Israel tem usado [...] [o] espaço legal [dado pelo conceito de ocupação prolongada] para eliminar a solução de dois Estados. Sua deliberada campanha de décadas de criar sistematicamente “facts on the ground” tem [...] impedido qualquer Estado palestino viável, incorporando a “Judeia, Samaria” e Jerusalém “Oriental” em Israel propriamente dito. Tudo o que resta são algumas pequenas operações de limpeza: deslocando uma comunidade, completando um pedaço do muro aqui, adicionando uma outra estrada israelense ali, “engrossando” os assentamentos, acrescentando milhares de novas unidades habitacionais, continuando a matar e prender líderes palestinos e ativistas. Até mesmo a pretensão de negociações mediadas por um governo “imparcial” dos EUA foi abandonada. [...] Israel busca transformar a paisagem física e demográfica dos TPO de formas que correspondam à sua visão de uma Grande Terra de Israel sob soberania israelense. A relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Prof.^a Raquel Rolnik se referiu às políticas concertadas de Israel de expropriação de terras, demolições, despejos forçados e desenvolvimento como discriminatórias, deslocando palestinos e substituindo-os por colonos judeus como um “modelo de desenvolvimento de terra [...] de desapropriação dos moradores tradicionais e de implementação de uma estratégia de judaização e controle do território”⁹³⁴.

Como a formalização de um regime de apartheid – em vias de estabelecimento na região – seria internacionalmente inaceitável, para Halper e Epshtain o mais provável, no curto prazo, é uma política de normalização do *status quo*, com a “pacificação dos palestinos”, cooptação da liderança palestina e nenhuma mudança efetiva, com o palestinos “fechados nas áreas A e B e em Gaza”

⁹³¹ Ibidem.

⁹³² HALPER, Jeff; EPSHTAIN, Itay, op. cit.

⁹³³ Ibidem.

⁹³⁴ Ibidem (tradução nossa).

e nos “guetos de Jerusalém ‘Oriental’”⁹³⁵. Segundo os ativistas, apenas perceber essa situação não é suficiente:

Temos de nos ver como atores políticos, e seguindo o exemplo de nossos parceiros palestinos, devemos formular e buscar soluções que irão proporcionar justiça, paz e toda a gama de direitos humanos – civis, políticos, sociais, econômicos e culturais – garantido pelo direito internacional. O ICAHD, há muito tempo, tem promovido o que consideramos uma abordagem baseada em direitos para a resolução do conflito israelo-palestino, com base em cinco princípios fundamentais que achamos que deve guiar a nossa busca de uma paz justa e duradoura⁹³⁶

Embora esses elementos, vistos aqui anteriormente, continuem a ser fundamentais para uma paz justa, o ICAHD passou então a entender que “o presente limbo dos TPO” poderia manter “o *status quo* de forma permanente” e que havia a necessidade de começar a formular uma solução para o conflito, com uma alternativa justa, baseada em direitos e viável, e a organização deveria passar a trabalhar por sua legitimação⁹³⁷. A partir daí, o ICAHD passou a defender a criação de um único Estado democrático em toda a Palestina histórica, com direitos políticos e civis iguais para todas as pessoas vivendo no país (incluindo os refugiados com direito ao retorno) e reconhecendo os direitos coletivos, as identidades e as narrativas de seus cidadãos⁹³⁸. Segundo a perspectiva da organização, “o elemento nacional na Palestina/Israel não pode ser ignorado ou minimizado⁹³⁹”, sendo necessário criar um modelo que combinasse direitos civis e identidades nacionais, construindo um Estado que funcione onde os Estados binacionais em moldes tradicionais não funcionam ou não funcionaram⁹⁴⁰.

Yehouda Shenhav, sociólogo israelense e fundador da Coalizão Arco-Íris, da minoria mizrachi (judeus originários do Oriente Médio) em Israel, considera a solução de dois Estados como “imoral”, já que a divisão para implantá-la exigiria transferências populacionais. Segundo Shenhav, a Linha Verde seria mera “fronteira administrativa arbitrária” e a Guerra de 67 seria “uma extensão bem planejada das conquistas de 48 e os assentamentos nos territórios como uma continuação direta dos assentamentos judaicos dentro da Linha Verde”⁹⁴¹. Como alternativa moral e

⁹³⁵ Ibidem.

⁹³⁶ Ibidem (tradução nossa).

⁹³⁷ Ibidem.

⁹³⁸ Ibidem.

⁹³⁹ Ibidem.

⁹⁴⁰ Ibidem.

⁹⁴¹ FELDMAN, Yotam. “One Space for Two Peoples” in: *Haaretz*, 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shenhav>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

prática, Shenhav vem propondo uma solução de “um espaço para dois povos”, com um sistema cantonal: uma divisão da região em pequenos territórios em uma federação livre de cantões independentes, um “Estado de todos seus cidadãos”, governado conjuntamente por árabes e judeus⁹⁴².

Michael Warschawski, militante ativo do período pré-Oslo, ainda hoje segue atuante, defendendo uma perspectiva binacional – agora, menos isolado que nos anos 80 – e suas posições simbolizam o retorno da ideia binacional: confiante no processo de Oslo, até o fim da década de 90, sentiu-se profundamente decepcionado. Segundo Mikado, numa entrevista de 2009, o compromisso de dois Estados tinha aproximadamente até 2014 ou 2015 para sobreviver. Caso nenhuma “possibilidade concreta” surgisse nesse período, “a única opção realista seria um único Estado”, mas, segundo ele, “isso significaria o fracasso de uma solução no curto prazo e a perspectiva de uma solução em duas ou mais gerações”. Assim sendo, ele conclui, “a verdadeira questão é, então, a do tempo: [teremos] uma solução em relativamente curto prazo ou um prosseguimento do conflito por ainda muito tempo?”⁹⁴³. Segundo Warschawski,

O Estado democrático ou binacional não é uma solução político de curto prazo, mas antes de tudo uma visão do que o futuro deveria ser feito, baseado em uma igualdade completa no nível individual (cidadania) e no nível das coletividades identitárias que fazem parte da realidade social da Palestina, como entidade geográfica⁹⁴⁴.

Segundo Warschawski, após 2000 as sociedades palestina e israelense foram tomadas por uma onda conservadora, após um período de “vontade de normalidade” que havia culminado nos acordos de Oslo. Na virada do século, a sociedade israelense teria se tornado “muito mais racista” e a jurisprudência teria retrocedido⁹⁴⁵. Segundo o ativista, o discurso de Ehud Barak, depois do fracasso de Camp David, representa fortemente essa “virada”, quando o então primeiro-ministro trabalhista afirmou ter “desmascarado” as “verdadeiras intenções dos palestinos” e o “plano diabólico de Arafat atrás de seu prêmio Nobel, da moderação de suas propostas e do processo de paz”:

Dizer que Oslo era a antecâmara de Auschwitz foi a manobra não-militar mais inteligente do ponto de vista de Barak. [...] Fazendo isso, ele destruiu o que os palestinos haviam conquistado em soberania e legitimidade. Seu

⁹⁴² Ibidem.

⁹⁴³ WARSCHAWSKI, Michael, op. cit., 12 jan. 2009.

⁹⁴⁴ Ibidem (tradução nossa).

⁹⁴⁵ Idem, op. cit., 10 fev. 2010.

discurso colocou abaixo aquilo que formava a substância do movimento pela paz que buscava o diálogo. Voltamos à ameaça. Nessas condições, era preciso fazer a guerra preventiva, construir um muro, se proteger dos bárbaros. Houve um deslocamento do terrorismo que se tornou terrorismo islâmico. O problema não era mais Arafat, mas os países árabes, o conjunto da civilização muçulmana, que ameaçava o mundo livre. Eis como voltamos em cheio ao choque de civilizações⁹⁴⁶.

Dan Leon, ativista ligado ao movimento dos *kibbutzim* e editor do *Palestine-Israel Journal*, definiu, em um artigo de 1999⁹⁴⁷, a ideia de um Estado binacional como “uma visão para o futuro” e “uma ponte sobre o abismo”.

Em 2010, grupos de colonos assentados em territórios ocupados surpreenderam muitos e lançaram um movimento pedindo o compartilhamento do poder, em vez da partilha, com muitos pedindo um Estado binacional do Jordão ao Mediterrâneo e reconhecendo o direito de retorno dos refugiados palestinos⁹⁴⁸. Protestos conjuntos de colonos israelenses e palestinos da Cisjordânia contra o muro de separação surpreenderam muitos^{949,950}. Eliaz Cohen, poeta e morador do assentamento judaico de Kfar Etzion, próximo a Hebron/al-Khalil, na Cisjordânia ocupada, é um defensor do direito de retorno de judeus e de árabes para a Palestina histórica, que deveria ser visto como um só: “Assim como eu tenho o direito de retornar a Kfar Etzion, não há nenhum motivo para um palestino de Nablus não ter o direito de retornar para Jaffa”⁹⁵¹.

Sam Bahour, conselheiro da al-Shabaka, Rede Política Palestina, e chefe da Americans for a Vibrant Palestinian Economy, em um artigo de novembro de 2015, afirmou que a vitória eleitoral naquele ano da Lista Árabe Conjunta enquanto terceiro bloco partidário no Knesset deveria inspirar os palestinos “a olhar para os partidos políticos palestinos dentro de Israel”⁹⁵². Segundo Bahour, a solução de dois Estados está se tornando uma “nota de rodapé histórica” e a OLP está se tornando um

⁹⁴⁶ Ibidem (tradução nossa).

⁹⁴⁷ LEON, Dan. “Binationalism: A Bridge over the Chasm” in: *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture*, v. 6, n. 2, 1999.

⁹⁴⁸ BAR-GEFEN, Linoy. “Not all Settlers and Palestinians want each other to disappear” in: *Haaretz*, 21 jan. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bar>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹⁴⁹ MANDEL, Jonah. “Settlers and Palestinians may unite” in: *The Jerusalem Post*, 29 abr. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-mandel>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹⁵⁰ REIDER, Dimi, op. cit.

⁹⁵¹ FELDMAN, Yotam, op. cit.

⁹⁵² BAHOUR, Sam. “Palestinian Political Activism could push toward a One-State Solution” in: *Haaretz*, 3 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bahour>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

“movimento de libertação nacional defunto”, com uma liderança desunida e estratégias de longo prazo sem resultados efetivos⁹⁵³.

Para Fady Khoury, árabe palestino com cidadania israelense, advogado de direitos humanos e membro do Adalah, o modelo binacional seria a solução mais justa já que, mesmo com dois Estados, uma grande minoria palestina ficaria no Estado judeu e uma grande minoria judaica ficaria no Estado árabe-palestino. A questão então, segundo o advogado, é se deveriam existir dois Estados binacionais, um de cada lado da Linha Verde, ou um único Estado binacional em toda a Palestina histórica. Ainda, para o ativista de direitos humanos, a ideia de separação advém da “perspectiva de exclusividade, por parte dos palestinos assim como dos judeus”, mas o argumento de impossibilidade binacional pelo ódio entre os povos seria inválido, já que, da mesma forma que o ódio é criado, ele pode ser revertido⁹⁵⁴. Hassan Jabareen, também do Adalah, organização que fundou, acredita que um Estado binacional democrático garantiria os direitos de autodeterminação de palestinos e israelenses⁹⁵⁵.

No começo dos anos 2000, foi esboçada e circulou em alguns círculos (marginais) uma proposta de “configuração alternativa” para a Palestina e para Israel pela Agenda Alternativa Palestina (Alternative Palestinian Agenda), impulsionada pelo empresário americano-palestino, Nasser Abufarha, conhecido por seu empenho em inserir produtores agrícolas palestinos no mercado norte-americano e europeu. Partindo de três pressupostos, que veremos a seguir, a organização faz uma proposta de Estado binacional na Palestina. O primeiro pressuposto é de que os israelenses têm demandas legítimas sobre sua segurança, sua aceitação na região, o caráter judaico do Estado; sua identidade; sua paz e a estabilidade e, por fim, sobre Jerusalém/al-Quds. O segundo pressuposto diz respeito às aspirações palestinas: um Estado, o direito de retorno dos refugiados, o fim da ocupação; sua segurança e os direitos democráticos da minoria palestina no interior do Estado de Israel; a crise demográfica na Faixa de Gaza e também os direitos sobre Jerusalém/al-Quds⁹⁵⁶.

⁹⁵³ Ibidem.

⁹⁵⁴ KHOURY, Fady. “Binationalism only way for Palestinian minority to be ‘Good Citizens’” in: +972 Mag, 2 jan. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-khoury>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹⁵⁵ KESTLER-D'AMOURS, Jilian. “The priority is to return and remain” in: *The Electronic Intifada*, 19 out. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jabareen>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

⁹⁵⁶ ABUFARHA, Nasser. *Proposal for na alternative configuration in Palestine-Israel*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-abufarha>>. Acesso em: 22 dez. 2015

O terceiro pressuposto seria que a solução de dois Estados falhou em responder a essas demandas, notadamente sobre: 1) a segurança, já que a solução de dois Estados seria “uma receita para a guerra contínua”; 2) o direito de retorno dos refugiados palestinos; 3) as demandas de ambos os povos por Jerusalém/al-Quds; 4) os direitos dos árabes palestinos com cidadania israelense; 5) a questão dos assentamentos, dado a dificuldade em imaginar evacuação das colônias nos TPO; 6) a crise demográfica em Gaza; e 7) a aceitação de Israel na região. A partir dessas constatações, essa proposta afirmava que as aspirações e preocupações, igualmente legítimas de israelenses e palestinos, poderiam ser reunidas em torno de uma solução: um Estado ao mesmo tempo para palestinos e israelenses, que proteja a identidade dos dois grupos e um espaço compartilhado. Em suma, um Estado binacional⁹⁵⁷.

A proposta incluía, para isso, a criação de uma União Federal da Palestina e de Israel, criada em etapas. A primeira dela seria a formação de dois Estados: um Estado da Palestina – composto pela Cisjordânia pela Faixa de Gaza, pela Galileia, pelo Triângulo Central e pela região de Beersheva – e um Estado de Israel, nos demais territórios da região, com maioria israelense. Cada território teria soberania e conselhos legislativos, enquanto Jerusalém/al-Quds (Oriental e Ocidental, assim como os subúrbios e a região de Belém/Betlehem) como um distrito a parte, a capital da futura União. Em seguida, seria formada uma união política e econômica, com um Senado (principal corpo legislativo, com paridade de representantes de cada Estado e mais os representantes do Distrito de Jerusalém/al-Quds na proporção de 25% da representação de um Estado); um Parlamento (eleito proporcionalmente) e uma Administração Executiva, sob supervisão do Parlamento e do Senado, eleito pelo primeiro e cancelado pelo segundo. A Administração Executiva seria responsável pela política externa e pela defesa, incluindo o controle sobre um exército unificado e voluntário; por um sistema tributário unificado; pela infraestrutura, pelas políticas migratórias e de desenvolvimento econômico. Deveria ser criada ainda uma comissão de relações étnico-nacionais, uma comissão de retorno de refugiados e uma Suprema Corte⁹⁵⁸.

Esta união proposta teria como línguas oficiais o árabe e hebraico, com todos os documentos e publicações oficiais nas duas línguas, uma moeda única com um

⁹⁵⁷ Ibidem.

⁹⁵⁸ Ibidem.

único banco central, um sistema de livre comércio absoluto no interior da União e um funcionalismo público com recrutamento sem base discriminatória. Cada Estado, paralelamente, teria sua própria língua, sua própria bandeira, e suas festas nacionais, além de conselho legislativo e um governo responsável pela política, pela educação, pelos serviços sociais, pelo planejamento urbano, pelo transporte público e pelo sistema judicial local, além de ter controle sobre recursos naturais e impostos próprios. O Distrito de Jerusalém/al-Quds teria um Conselho Distrital, sua própria polícia e adotaria ambas as línguas como línguas oficiais⁹⁵⁹.

Apesar de apoios à solução binacional entre movimentos sociais e ativistas, é preciso notar brevemente que há uma forte oposição a essa ideia também entre ativistas palestinos e judeus do chamado “campo da paz”. Uri Avnery é, provavelmente, o caso mais notável de ferrenho opositor à ideia de um Estado binacional, apegando-se firmemente à solução de dois Estados. Em resposta aos posicionamentos de Azmi Bishara, Avnery publicou um artigo em 1999⁹⁶⁰, criticando a ideia binacional a partir de três argumentos centrais: não haveria chance dos dois lados aceitarem um Estado binacional, um Estado binacional não teria como funcionar e um Estado binacional não teria como encerrar o conflito⁹⁶¹. Embora Avnery afirme que o sionismo pode se abrir a ideias de uma “sociedade não-nacional, supranacional, multinacional ou binacional”, ele acredita que isso só poderia ocorrer em “50 ou 100 anos” e que, por enquanto, o Estado binacional representa uma “contradição com o ethos sionista do Estado de Israel” e “nega a própria essência do sionismo”⁹⁶².

Em 2007, em um debate⁹⁶³ organizado pelo Gush Shalom – grupo fundado por Uri Avnery, favorável a um Estado Palestino nas fronteiras de 1949-67 e Jerusalém/al-Quds como capital compartilhada⁹⁶⁴ – e intermediado por Zalman Amit – judeu nascido na Palestina, que viveu em um kibbutz até os 14 anos e se tornou professor de psicologia no Canadá – Avnery expôs mais ideias contra a solução binacional. Segundo Avnery, as defesas de um Estado binacional fortaleceriam a direita e iriam na contramão da tendência global de divisão dos Estados em

⁹⁵⁹ Ibidem.

⁹⁶⁰ AVNERY, Uri. “A Binational State? God forbid!” in: *Journal of Palestine Studies*, v. 28, n. 4, 1999, p. 55-60.

⁹⁶¹ Ibidem.

⁹⁶² Ibidem.

⁹⁶³ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁹⁶⁴ GUSH Shalom. *Aims of Gush Shalom*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-gush>>. Acesso em: 22 dez. 2015

unidades nacionais, usando o exemplo do Kosovo, da Chechênia, do País Basco, do Sri Lanka, do Sudão e da Indonésia, além da Escócia, do Canadá francófono e do Chipre⁹⁶⁵.

Avnery diz ainda que o binacionalismo não funcionou na maioria dos Estados onde foi aplicado, como na Iugoslávia, no Chipre, na Bélgica, no Líbano ou, segundo ele, mesmo no Canadá e na Escócia, sendo a Suíça uma “anomalia” por ser o resultado de um processo de séculos e não uma “criação artificial”⁹⁶⁶. Além disso, se fosse criado, continua Avnery, haveria a persistência de uma “superioridade israelense em praticamente todos os campos – econômico, social, militar” – e os palestinos seriam transformados em “subclasse explorada, desprovida de poder real”, em um formato semelhante ao do apartheid sul-africano⁹⁶⁷. Em 2012, Avnery diria que “tal Estado seria um Estado de apartheid opressivo com uma perpétua guerra civil interna” e que “a ‘solução’ de um Estado único é um eufemismo para o desmantelamento do Estado de Israel”⁹⁶⁸.

Apesar de criticar um suposto “utopismo” das propostas binacionais, Avnery não tem uma perspectiva muito conservadora – e nem muito alinhada com os anseios da maioria da população israelense. Segundo ele, que afirmou ser mais fácil “desmantelar todos os assentamentos” judaicos nos TPO do que “forçar seis milhões de judeus israelenses a desmantelar seu Estado”⁹⁶⁹,

A ideia de uma solução israelo-palestina de dois Estados sempre foi baseada no pressuposto de que a fronteira entre ambos seria aberta e que eles teriam uma capital conjunta em Jerusalém. A perspectiva não é a de “separação”, mas a de parceria, com cada nação expressando sua identidade em seu próprio lar nacional⁹⁷⁰.

Avnery acredita, ainda que, pouco a pouco, haveria a formação “natural” de uma espécie de “União Semítica” ou União Médio-Oriental entre o Estado de Israel e o Estado da Palestina e eventualmente a Jordânia, a Turquia e o Irã⁹⁷¹, nos moldes da União Europeia, com “as partes positivas da ‘solução binacional’” se tornando “realidade num processo natural”⁹⁷².

⁹⁶⁵ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁹⁶⁶ AVNERY, Uri, op. cit., 1999, p. 58.

⁹⁶⁷ Ibidem, p. 58-59.

⁹⁶⁸ Idem. “Não haverá paz sem Estado palestino” in: *Folha de São Paulo*, 14 mar. 2012.

⁹⁶⁹ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁹⁷⁰ AVNERY, Uri, op. cit., 1999, p. 59 (tradução nossa).

⁹⁷¹ AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan, op. cit.

⁹⁷² Ibidem.

As adversidades, as críticas e o apoio – ainda – reduzido da ideia de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica, entretanto, não afastaram o projeto de um grupo de militantes pelos direitos humanos: refundar o Brit Shalom. Em 2012, uma primeira reunião do novo Brit Shalom aconteceu em Jerusalém/al-Quds, momento em que os participantes aprovaram um programa baseado na ideia de uma confederação regional, em plenos direitos políticos e individuais completos para os indivíduos de ambas as comunidades, "independentemente de pertencerem à minoria ou à maioria" étnica⁹⁷³. Ronan Eidelman, um artista israelense e fundador do grupo afirmou na ocasião: "a separação [em dois estados] é um desastre", mas "nós não queremos desistir de judaísmo e sionismo, apesar de todos os terríveis crimes que estavam, e ainda estão sendo, cometidos por ele"⁹⁷⁴.

Amnon Raz-Krakotzkin é um dos envolvidos nesse grupo e acredita haver um paradoxo na tentativa sionista convencional de separar árabes e judeus em Israel/Palestina: "a tentativa de [nós, judeus israelenses,] sermos europeus, para identificar-nos completamente com o Ocidente contra o Oriente, separou-nos de nós mesmos"⁹⁷⁵. Ainda, segundo Raz-Krakotzkin,

Hoje a idéia de dois Estados está em crise. A maioria das pessoas entende que ela já não é mais possível. Além disso, a própria existência judaica está em crise. Há uma sensação de que a nossa sociedade se tornou um gueto murado, armado com armas nucleares, constantemente experimentando uma sensação de catástrofe. Temos de encontrar uma visão para nós mesmos. [...] A sociedade judaica vai poder continuar vivendo no Oriente Médio? Eu vou te dizer a verdade – eu não sei, mas assim como [Gershom] Scholem disse 80 anos atrás, eu acho que é melhor estar no lado certo das barricadas, porque os perigos existem de qualquer modo⁹⁷⁶.

Baseado nos princípios do sionismo, do humanismo, da igualdade, da cultura, dos direitos iguais para árabes e judeus, o novo Brit Shalom indica que buscará um Estado binacional, onde árabes e judeus compartilharão seu cotidiano em Israel/Palestina 1) com plenos direitos políticos, 2) com plenos direitos coletivos e nacionais, independentemente da proporção de cada comunidade na população total, 3) com o reconhecimento dos valores culturais de cada povo, 4) com direitos de autodeterminação baseados nas tradições de cada comunidade, 5) com a

⁹⁷³ MILLER, Elhanan. "What would Buber, Scholem and Arendt say today?" in: *The Times of Israel*, 27 jun. 2012.

⁹⁷⁴ Ibidem.

⁹⁷⁵ Ibidem.

⁹⁷⁶ Ibidem (tradução nossa).

construção de uma estrutura social coletiva, uma “comunidade de comunidades autônomas”, 6) com equidade econômica, um Estado de bem-estar social, uma firme oposição a intervenções de outros Estados, magnatas, oligarcas e corporações multinacionais no Oriente Médio e com uma luta conjunta com os países vizinhos para atingir esses objetivos⁹⁷⁷.

⁹⁷⁷ “تحالف السلام 2012 ברית שלום” Disponível em: <https://youtu.be/A5oJ_2JhWKc>. Acesso em: 2 jan. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a ideia de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica circulou durante todo o século XX e início do século XXI, até a atualidade. É verdade que houve períodos, notadamente entre o longo período entre 1948 e 1996 em que a ideia binacional permaneceu escondida e praticamente sem defensores de peso. Mas a ideia de uma terra compartilhada, reconhecendo os direitos coletivos, nacionais e identitários de árabes e judeus nos territórios israelenses e palestinos foi, desde a ação Brit Shalom até a atuação dos intelectuais e ativistas de hoje, passando pelo Ihud, pelo HaShomer HaTza'ir e pela FDLP, uma ideia política circulante, um sonho, um ideal – ou, para alguns, um fantasma.

Modelos binacionais, definidos como tais *de facto* e *de jure* e que propusessem uma perspectiva de igualdade (e não de dominação efetiva ou potencial de uma comunidade nacional por outra), estiveram presentes em grupos, organizados ou não, judaicos (sionistas ou antissionistas, israelenses ou não) e árabes palestinos. Os binacionalistas foram e são, em sua maioria, seculares, mas notadamente entre judeus, de hoje e de outrora, uma parcela importante de religiosos pendeu ao ideal binacional, sobretudo os influenciados pela perspectiva espiritual do tipo de Ahad Ha'Am.

Politicamente, os modelos binacionais *de facto* e *de jure* vieram e continuam vindo de judeus, de israelenses, de árabes-palestinos e de observadores externos dos círculos de esquerda, influenciados tradicionalmente pelo internacionalismo e, algumas vezes, com um discurso anticapitalista. Antes de 1948, o Brit Shalom, o Ihud, a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas e o HaShomer HaTza'ir reuniram importantes figuras judaicas de esquerda do Yishuv e da diáspora. No breve período entre a Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel, as comunistas Liga de Liberação Nacional (LLN) e Liga dos Intelectuais Árabes (LIA) e suas publicações *al-Ittihad* e *al-Ghad*, assim como o Congresso Sindical Árabe, iniciaram um processo de aglutinação de elementos da sociedade árabe-palestina disposta à coabitação em uma Palestina árabe-judaica, em oposição ao conservadorismo racista e antisemita dos dirigentes do Alto Comitê Árabe (ACA). O Partido Comunista da Palestina (PKP), binacional de fato e

internacionalista, isentou-se, no entanto, de propor modelos binacionais, optando por uma defesa de luta conjunta de todos os trabalhadores da Palestina.

O Plano de Partilha de 1947, a Guerra de 1948-1949, a criação do Estado de Israel, a cristalização da liderança do Fatah – com suas sucessivas perspectivas de uma Palestina árabe, uma Palestina democrática secular e uma Palestina independente ao lado do Estado de Israel – dentro da OLP abortaram o potencial binacional das organizações árabes-palestinas de esquerda. Entre as organizações lideradas por judeus, a aceitação da partilha, notadamente pelo HaShomer HaTza'ir, o desaparecimento progressivo do Ihud e o fortalecimento da noção de separação nacional promovida pelos líderes trabalhistas fizeram com que as décadas posteriores à criação do Estado de Israel não tivessem, dentro do Estado judeu, organizações pró-solução binacional⁹⁷⁸.

Entre a criação do Estado de Israel e o fim do entusiasmo com o processo de Oslo, ou seja, entre 1948 e 1996, apenas grupos minoritários – como a comunista Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) – e figuras judaicas contestadoras do *establishment* sionista, como Michael Warschawski, dentro de Israel, e Noam Chomsky, na diáspora, defendiam projetos binacionais. Com a Guerra de 1967 e a consequente ocupação dos territórios palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, os sucessivos governos israelenses buscaram evitar o estabelecimento de um Estado binacional.

O período de 1948 a 1996, entretanto, embora tenha quase eliminado a ideia binacional, acabou sendo, paradoxalmente, o período de fomento das bases que levaram ao renascimento desta proposta quando os Acordos de Oslo fracassaram. Por um lado, Israel se consolidou como uma etnocracia, onde seus cidadãos não-judeus, especialmente os árabes palestinos, são cidadãos de segunda classe, sem direitos coletivos, nacionais e identitários, apesar de suas próprias organizações políticas e sociais. Nos territórios palestinos ocupados em 1967, um sistema de discriminação, comparável ao apartheid sul-africano, se consolidou; uma rede de estradas, de verdadeiras cidades e de assentamentos rurais e industriais – a

⁹⁷⁸ É verdade que o Ihud ainda sobreviveu por alguns anos, assim como uma parcela dos militantes da Liga de Liberação Nacional (LLN) integrada de alguma forma no comunista Maki. Martin Buber criou, nos anos 50, o periódico *New Outlook*, que existiu até 1993, com atuação de nomes não necessariamente binacionalistas, como Uri Avnery, Simha Flapan, Arie Eliav, entre outros.

habitados cerca de meio milhão de judeus israelenses instalados na Cisjordânia⁹⁷⁹, ilegalmente segundo o direito internacional, e integrada aos territórios israelenses – se cristalizou (e ainda hoje segue crescendo). Na arena política israelense, um consenso entre a esquerda trabalhista, o centro e a direita sionistas nega o recuo às fronteiras internacionalmente reconhecidas de 1949-1967, a divisão de Jerusalém/al-Quds e a criação de um Estado palestino verdadeiramente soberano e independente.

Entre os palestinos, a OLP logrou consolidar-se como representante legítimo do povo palestino, modificou seu discurso de modo a acomodar-se na proposta defendida pelo consenso internacional de dois Estados – um Estado árabe da Palestina e um Estado judeu de Israel – na Palestina histórica, aceitando uma solução negociada para a questão dos refugiados e chegou até as negociações diretas com o governo israelense. Os Acordos de Oslo, entre 1993 e 1995, assim como a normalização das relações de Israel com dois vizinhos, o Egito e a Jordânia, inspiraram uma onda de esperança em relação às tensões no Oriente Médio.

As esperanças nascidas com os Acordos de Oslo, entretanto, tiveram vida curta. O retorno da direita ao poder em Israel, dessa vez sob o comando de Benjamin Netanyahu e com um forte discurso anti-Oslo, marcaram o início do fracasso dos acordos dos anos 1993-1995. O breve governo trabalhista de Ehud Barak, entre julho de 1999 e março de 2001 reativou algumas expectativas, mas foi encerrado com o fracasso de uma nova rodada de negociações, com a Segunda Intifada – mais violenta e mais militarizada que a Primeira – e com a eleição de Ariel Sharon para primeiro-ministro, visto comumente como uma figura de proa do envolvimento israelense com os massacres de Sabra e Shatla, como primeiro-ministro. A Segunda Intifada, a morte de Yasser Arafat, a eleição do Hamas no interior da ANP, as disputas e tensões internas entre o Hamas e o Fatah e a redivisão efetiva dos TPO em duas entidades, a Faixa de Gaza isolada e uma Cisjordânia fatiada em cantões sob administração do Fatah, minaram a legitimidade da ANP e mostraram a incapacidade do Fatah em conquistar o prometido Estado independente e soberano da Palestina.

⁹⁷⁹ Estima-se que já sejam mais de 555.000 judeus israelenses instalados nos TPO, sendo cerca de 200.000 apenas em Jerusalém/al-Quds Oriental e pelo menos 356.000 (<<http://tinyurl.com/1ebn-cia>>) ou 382.000 (<<http://tinyurl.com/1ebn-fmep>>) nos demais territórios da Cisjordânia.

Frente ao contexto construído no interior do Estado de Israel desde 1948 e, a partir de 1967, nos territórios ocupados do atual Estado da Palestina, somado ao fracasso dos Acordos de Oslo em solucionar os impasses israelo-palestinos, a solução de dois Estados tem perdido aderentes e soluções alternativas aumentam suas bases. Elementos da crescente classe política direitista israelense falam abertamente em anexação dos territórios palestinos. A chamada “opção jordaniana” – integrar os palestinos à Jordânia ao invés de permitir um Estado da Palestina – é requeitada por figuras políticas e por acadêmicos, como Benny Morris⁹⁸⁰. Religiosos fundamentalistas, que enxergam a Palestina histórica ou Eretz Yisrael como um único território, indivisível e pertencente aos muçulmanos ou aos judeus, ganham força entre palestinos e entre israelenses. Alguns voltam a falar do modelo de um único Estado democrático secular em toda a Palestina histórica com base do princípio de “uma pessoa, um voto”.

E o grupo dos binacionalistas começa a ressurgir. Assim como no período do mandato britânico, palestinos seculares de esquerda e judeus seculares e religiosos de esquerda retomam a ideia de que não é possível dividir o território e que a solução para o impasse é o estabelecimento de um Estado que, ao mesmo tempo, reconheça os direitos civis e individuais de seus cidadãos, mas que não ignore os direitos coletivos, nacionais e identitários das comunidades árabe e judaica. Figuras políticas que fizeram parte do *establishment* israelense e palestino no passado, intelectuais e militantes por direitos humanos nos dois lados da Linha Verde e até judeus israelenses assentados nos TPO, assim como membros de pequenos partidos da minoria árabe palestina em Israel, despontam como polos de ressurgimento da ideia de um único Estado binacional.

As propostas de um único Estado binacional em toda a Palestina histórica variaram pouco ao longo dos anos. Entre a proposta do Ihud junto à Comissão Anglo-Americana de 1946 e as recentes sugestões de Edward Said ou de Jeff Halper, do ICAHD, há um certo padrão com princípios fundantes: o estabelecimento de uma república democrática, o reconhecimento de duas comunidades étnico-nacionais com direitos coletivos iguais, independente da proporção na população total, uma fórmula institucional de compartilhamento e de partilha do poder e uma

⁹⁸⁰ MORRIS, Benny. *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. New Haven: Yale University Press, 2009

autonomia local para determinados assuntos (geralmente civis e culturais) para cada comunidade.

No período do mandato, foram considerados como modelos inspiradores para alguns dos binacionalistas os da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da União Soviética; hoje esses países já não existem, em grande parte pelo recrudescimento dos nacionalismos locais, o que poderia enfraquecer o argumento pró-solução binacional. O modelo parlamentar confessional libanês perdeu seu encanto com a Guerra Civil de 1975 a 1990. Mesmo o modelo sul-africano foi citado por Judah L. Magnes, em 1946, perante a Comissão Anglo-Americana para a Palestina, como um bom modelo de uma “nova forma de democracia”, o multinacionalismo⁹⁸¹; dois anos depois, o apartheid seria implantado no país. O modelo belga – com seu modelo federal e com o Flandres flamengo, a Valônia francesa e a pequena região germanófona do Leste do país reconhecidos constitucionalmente – embora siga sustentando um Estado unificado, mostra uma certa instabilidade.

Mas outras opções persistem ou surgiram desde os trabalhos da UNSCOP e da aprovação do Plano de Partilha pela AG-ONU. Os modelos canadense – com suas províncias anglófonas e francófonas – e suíço – com seus cantões alemães, franceses e italianos –, já usados como referência nos anos 40, ainda inspiram aqueles que buscam uma solução binacional para a Palestina histórica. O mesmo modelo sul-africano, após o período do apartheid e, agora, após a reconciliação e a democratização, inspira por seu caráter multiétnico, com suas onze línguas oficiais e o reconhecimento constitucional ao direito coletivo de autodeterminação de suas comunidades⁹⁸², os novos defensores da solução binacional. Até o Reino Unido e as conquistas dos povos da Escócia, da Irlanda do Norte e do País de Gales servem de argumento para aqueles que defendem uma Palestina compartilhada por árabes e judeus. A integração europeia, entre países que há poucas décadas estavam embrenhados na mais mortífera guerra já vivida pela humanidade, embora não configure um novo Estado único, é usada como exemplo de integração e reconciliação.

Entre aqueles que defenderam ou hoje ainda defendem o Estado binacional e, mais do que isso, propõem modelos institucionais, há a busca de um equilíbrio

⁹⁸¹ BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 41.

⁹⁸² ÁFRICA do Sul. *The Constitution of the Republic of South Africa*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-csa>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

entre democracia e garantias de representação nacional. Uma proposta recorrente é a de divisão de poderes numa lógica federativa, seja através de dois Estados federados, seja com a divisão do território em cantões árabes-palestinos, judaico-israelenses e mistos. Há variações quanto ao tipo de federalismo: há os que propõem um federalismo dual, com uma divisão clara de responsabilidade e funções, outros que preferem o federalismo do tipo cooperativo, com uma colaboração e ação conjunta entre a entidade federal e os entes nacionais federados. Além disso, uma forma de garantir a representação étnico-nacional seria, por exemplo, um sistema bicameral, com uma câmara eleita na base de “uma pessoa, um voto” e outra casa parlamentar representaria as comunidades do novo país, independentemente da proporção de cada uma no total da população.

O constitucionalismo e, mais recentemente, o consociativismo⁹⁸³ são princípios vistos como garantidores da segurança das comunidades e da manutenção de seus direitos nacionais, coletivos e identitários, formem elas uma minoria ou maioria populacional. Desde as propostas do Ihud, a ideia de uma constituição liberal que garanta os direitos individuais e coletivos é recorrente. Mais recentemente, a ideia de uma democracia consociativa, uma forma de governo capaz de garantir a representação dos diversos grupos que compõem uma sociedade diversa e/ou profundamente dividida, aparece regularmente nos debates mais aprofundados sobre as possibilidades de um Estado binacional.

Quanto à Lei do Retorno, que permite a qualquer judeu do mundo se instalar em Israel tornando-se israelense, e ao Direito do Retorno dos refugiados palestinos, garantido pelo direito internacional, os defensores de uma solução binacional usualmente apoiaram soluções negociadas e etapistas. Antes da criação do Estado de Israel (e, portanto, antes da Lei do Retorno, de 1950), o Ihud defendeu um controle migratório para permitir a absorção econômica – posição diferente do HaShomer HaTza’ir, por exemplo, que pedia a liberação migratória. Hoje, propostas de solução negociada para o retorno dos refugiados palestinos e seus

⁹⁸³ O consociativismo possui diversas facetas possíveis, mas todas representando uma forma de governo capaz de garantir a representação das diversas comunidades dentro de um mesmo país dividido, diverso e/ou saindo de um conflito interno, geralmente do tipo étnico ou religioso. Os modelos consociativos são geralmente marcados por um equilíbrio de poder entre as comunidades internas do país, um sistema multipartidário e um acordo levado a cabo pelas populações ou por seus representantes. Com frequência, os diversos modelos consociativos possíveis foram aplicados ou propostos para Estados de menores dimensões e populações, como a Holanda, a Bélgica, a Suíça e o Líbano.

descendentes, embora vagamente definidas, costumam envolver um retorno progressivo e mecanismos de compensação para os que optarem por não voltar.

O atual contexto israelo-palestino é marcado por um inchaço, por um lado, dos setores conservadores nas sociedades israelense e palestina, espaços onde a ideia binacional tem pouca inserção e, por outro, pelo crescimento de setores ainda pouco organizados, mas contestadores do consenso em torno da solução dois Estados. Nessa conjuntura – de crescimento de um setor conservador organizado e de um setor contestador ainda desorganizado –, o *status quo* institucional tende a se manter, com a contínua eleição de gabinetes formados pela direita e pela extrema-direita do espectro político israelense, que impossibilitam a criação de um Estado da Palestina digno desta designação, com o prosseguimento de uma divisão dos territórios palestinos sob administração do Fatah e do Hamas e a continuação de uma crescente divisão psicológica entre comunidades ao mesmo tempo em que a realidade é de um único Estado entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo.

A degradação da esperança na solução de dois Estados tem sido nítida nas pesquisas de opinião aplicadas em Israel e na Palestina pelo The Harry S. Truman Research Institute e pelo Palestinian Center for Policy and Survey Research⁹⁸⁴. Em setembro de 2008, 79% dos israelenses e 58% se mostravam favoráveis à solução de dois Estados. Em dezembro de 2009, os números seguiam uma proporção semelhante, com 73% dos israelenses e 64% dos palestinos alinhados com a proposta de dois Estados. Em setembro de 2012, os números haviam caído para 61% e 52%, respectivamente, mantendo uma certa estabilidade até 2014. Em junho de 2015, uma pequeníssima maioria de 51% dos palestinos e de 51% dos israelenses apoiava uma solução de dois Estados. Com isso, parece haver o crescimento de defensores da solução de um único Estado, ideia que tinha o apoio de apenas 11% dos israelenses e 27% dos palestinos em setembro de 2008. Em março de 2010, os números já eram de 24% e 29%. Em junho de 2012, 36% dos israelenses e 31% dos palestinos defendiam a ideia de um único Estado com direitos iguais para ambos os povos. Desde então, as pesquisas conjuntas não contemplam perguntas sobre posicionamentos acerca da solução de um único Estado, mas, em dezembro de 2014, a oposição à solução de dois Estados atingiu

⁹⁸⁴ Os relatórios das pesquisas conjuntas estão disponíveis em: <<http://tinyurl.com/1ebn-psr>> e <<http://tinyurl.com/1ebn-truman>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

seu pico entre palestinos, com 51% de oposição; em junho de 2015, entre israelenses, chegando a 43% se opondo à solução de dois Estados.

A crescente decepção com a solução de dois Estados fará provavelmente progredir as propostas alternativas e contestadoras. Ainda que a rejeição à solução de dois Estados não implique necessariamente na aceitação do modelo de um único Estado ou mesmo de um único Estado democrático (binacional ou não), há um espaço potencial para a ideia binacional. Cabe a uma esquerda democrática captar as desilusões e trazer, para si, aderentes para o campo binacional ou, pelo menos, para o campo da coexistência. Por enquanto, entre os desiludidos, me parece que a maioria tem migrado para campos menos democráticos.

O presente estudo não teve por objetivo qualificar, adjetivar ou julgar a ideia de um Estado binacional na Palestina histórica e sim buscar traçar um histórico de sua circulação, tentando compreender onde ela foi – e continua sendo – a mais influente. Não foi meu objetivo, até aqui, opinar sobre a viabilidade ou sobre o realismo das propostas binacionais, nem conjecturar sobre a honestidade de seus defensores ou presumir segundas intenções por trás de defesas supostamente mal-intencionadas. Parece-me, porém, honesto explicitar meu posicionamento em um assunto com o qual estou envolvido há alguns anos.

Primeiramente e antes de qualquer afirmação, reconheço não pertencer a nenhuma das duas comunidades diretamente envolvidas no conflito israelo-palestino. Não sendo árabe, nem judeu, nem palestino e nem israelense, não cabe a mim, nem individual, nem política, nem social e nem academicamente, dizer qual solução deve ser aplicada para povos com os quais não tenho nenhuma ligação identitária. Meu posicionamento é apenas um: a necessidade de plena aplicação de direitos fundamentais e humanos a todos os membros presentes naquele território. E essa aplicação é possível, teoricamente, com um Estado, com dois Estados, com três Estados ou sem nenhum Estado; através de soluções nacionais, binacionais ou, digamos assim, pós-nacionais; a partir de soluções negociadas por representantes estatais ou para-estatais ou de soluções revolucionárias. O que, em absoluto, impede a plena aplicação desses direitos é a persistência da negação de direitos individuais, civis e coletivos; é o *status quo*.

Em segundo lugar, os direitos coletivos também precisam ser reconhecidos, legitimados e garantidos. Os direitos de autodeterminação e de segurança coletiva de israelenses e palestinos passarão necessariamente por um processo de

transformação e não há uma fórmula única para tal. A garantia desses direitos é possível através de diversas fórmulas, a solução binacional é apenas uma possível delas. É importante notar, entretanto, que com a criação de um Estado efetivamente independente e soberano da Palestina ou não, se não houver uma transformação da interpretação sobre identidade, nacionalidade e cidadania no interior da sociedade israelense, um Estado judeu – entendido como um Estado exclusivamente judeu, onde não-judeus não gozam de plenos direitos – seguirá sendo alvo de críticas. E não serão acusações infundadas de que se trata de manifestações antissemitas que tirarão a legitimidade dessas críticas.

Além disso, a construção de uma solução binacional não me parece impossível, embora eu veja difíceis condições, hoje, de um Estado binacional por conta, sobretudo, das relações de desconfiança e medo criadas, fomentadas e alimentadas por dirigentes e líderes políticos, religiosos e sociais, com interesses diversos. A educação formal, a imprensa, as artes e a cultura popular propagam imagens que reforçam a separação. Os livros escolares israelenses ou, por exemplo, o canal televisivo controlado pelo Hamas contribuem à formação de barreiras, em muitos casos mais psicológicas do que físicas, entre árabes e judeus da Palestina histórica.

Não posso, porém, concordar que essas relações sejam imutáveis e eternas. Relações de animosidade étnica e nacional são construções e, como tal, são passíveis de desconstrução. Há 100 anos, em 1916, alemães e franceses estavam entinchados em Verdun, numa batalha que deixou um saldo de 300.000 mortos. Há 40 anos, em 1976, o governo sul-africano anunciou a independência do bantustão xhosa do Transkei e eclodia o Levante de Soweto. Hoje, a Alemanha e a França são parceiros políticos e econômicos; alemães podem se instalar livremente na França e franceses podem se instalar livremente na Alemanha. O povo sul-africano conquistou o desmonte do sistema de apartheid e a refundação do país sob as bases da reconciliação e do pluralismo. A transformação da relação de animosidade entre palestinos e israelenses exigiria, porém, uma mudança significativa dos instrumentos de criação de imagens sobre o outro e do discurso político. Hoje, o *establishment* político, midiático e, em menor grau, acadêmico e cultural, dos dois lados da Linha Verde, prega a separação.

O debate sobre as possibilidades de um Estado binacional é um espaço potencialmente rico e construtivo. É notável, porém, a estigmatização construída em

torno dos termos “binacional” e “Estado único”, vistos por atores da política institucional e da mídia, assim como determinados ativistas e intelectuais, como sinônimos de destruição – nacional e identitária ou mesmo física – de uma eventual minoria dentro deste possível Estado a ser construído. Organizações que possuam opiniões críticas e proponham modelos alternativos são classificadas como “anti-israelenses” ou mesmo “antisemitas”, notadamente por organismos como o NGO Monitor⁹⁸⁵; palestinos que criticam a forma em que foram travadas as negociações são “derrotistas” e estariam “anulando” as vitórias palestinas⁹⁸⁶. Essa me parece uma estigmatização interessada em manter o *status quo*, suas pretensões ou seus privilégios étnico-nacionais.

O argumento de que “a maioria não quer” uma solução binacional é usado constantemente para abortar esse debate e me parece perigoso. Além de presumir que ideias e posições são imutáveis, ele pressupõe que opiniões minoritárias e ideologias marginalizadas podem ser ignoradas ou apagadas. Foi usual ouvir durante essa pesquisa que o assunto não merecia atenção por não ser uma “ideia séria” ou por ser uma “ideologia marginal”. Por essa perspectiva, a história dos movimentos anarquistas escrita até hoje, por exemplo, deveria ser apagada, visto que o anarquismo não foi capaz, historicamente, de ser uma ideologia majoritária em nenhum grande território. Em 1915, o sionismo seria, certamente, nessa linha argumentativa, qualificado como o binacionalismo é visto hoje, e como foi a solução de dois Estados na opinião pública majoritária em Israel nos anos 70.

Um único Estado na Palestina histórica, para ser realizável de forma legal e legítima, neste momento histórico, me parece, exigiria a formalização de garantias nacionais e a proteção de direitos coletivos. Nesse sentido, entre os modelos de Estado único, o modelo binacional se apresenta, em minha opinião, como o mais realista. Não significa, entretanto, que o status binacional persistirá eternamente; para ser viável e duradouro, o aspecto puramente binacional deve ser transitório, devendo emergir, no futuro, uma identidade conjunta – ainda que a identidade árabe ou judaica permaneça em determinados grupos. Qualquer fórmula institucional-estatal que busque sua manutenção para a eternidade está, evidentemente, fadada ao fracasso. Isso não significa, entretanto, que eu acredite que uma identidade

⁹⁸⁵ Dois exemplos de acusações desse tipo disponíveis em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ngom>> e <<http://tinyurl.com/1ebn-ngom2>>

⁹⁸⁶ HERMANN, Tamar, op. cit., 392.

conjunta surgirá necessariamente no caso da criação de um único Estado: os suíços possuem hoje, uma identidade compartilhada (além da identidade local); os tchecoslovacos nunca criaram uma identidade compartilhada forte o suficiente e acabaram dividindo seu Estado em dois.

É necessário, sobretudo, para que seja construído um Estado binacional na Palestina histórica, que esse Estado possua a chancela dos povos que o constituirão. No momento, essa chancela não existe. Tampouco, porém, existe um acordo sobre uma formulação alternativa de Estado único ou sobre uma solução de dois Estados. Hoje, os representantes do povo palestino, reconhecidos internacionalmente, falam em Estado e autodeterminação; os atuais governantes israelenses falam em autonomia, poder local limitado e em controle militar israelense; seus principais opositores com chances de formar governos no curto e médio prazo trocam “autonomia” por “Estado palestino” na retórica, embora não prevejam um Estado da Palestina independente e soberano⁹⁸⁷. O “consenso” sobre a solução de dois Estados desenha-se, assim, como um consenso nada consensual, onde duas agendas divergentes são vendidas como parceiras em potencial. Enquanto a indefinição persistir, persistirá a instabilidade. E ao contrário do que afirmam certos críticos do binacionalismo, não enxergo naqueles que defendem a solução binacional como agentes da instabilidade, de indefinição política da região ou de fortalecimento dos setores conservadores. Como busquei analisar no segundo capítulo desta dissertação, a instabilidade e a indefinição foram estabelecidas por políticas e ações, sobretudo a partir de 1967 e quase que exclusivamente a partir da década de 90, dos detentores do poder em Israel e, em menor grau, daqueles que possuem a representação palestina reconhecida internacionalmente – nenhum deles, entretanto, é um binacionalista.

A Palestina histórica, território que abrange os Estados da Palestina e de Israel, ocupa pouco menos de 27.000km², área menor que Alagoas, um dos menores estados brasileiros. As dimensões geográficas da Palestina histórica indicam, assim, a meu ver, não apenas uma possibilidade, mas um estímulo à

⁹⁸⁷ Yitzhak Rabin, em um discurso no Knesset um mês antes de seu assassinato explicitou sua visão sobre qual entidade palestina deveria nascer dos Acordos de Oslo: “nós queremos que seja uma entidade que seja menos do que um Estado e que irá administrar de forma independente as vidas dos palestinos sob sua autoridade”, mas sem retorno às fronteiras de 1949-1967 e “a fronteira de segurança do Estado de Israel estará localizada no Vale do Jordão, no significado mais amplo desse termo”. (DERFLER, Leslie. *Yitzhak Rabin: a political biography*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014, p. 181.)

coexistência e à integração, através da formação de um único Estado, de uma federação, de uma confederação ou de algum outro tipo de bloco ou espaço de integração. Qualquer solução garantidora de direitos individuais e coletivos e economicamente viável seria mais promissora com base em uma integração regional.

Esse ponto está ligado a um elemento essencial para qualquer solução que se desenhe: a normalização das relações interestatais da região. Hoje, a chamada Iniciativa de Paz Árabe – proposta diplomática segundo a qual Israel se retiraria dos TPO, um Estado da Palestina seria criado e uma solução negociada seria alcançada em relação aos refugiados e descendentes palestinos – representa uma proposta regional de normalização e é baseada na solução de dois Estados. Embora ela esteja alinhada com o direito internacional, não há qualquer avanço no sentido de sua aplicação. Não há, entretanto, nenhum interesse israelense em manter sua frágil situação no Oriente Médio, sem aliados, sendo reconhecido por apenas quatro governos da região⁹⁸⁸ e em constante risco de tensão. Aqui, mais uma vez, um Estado binacional não é o único caminho para normalizar as relações na região, mas é um caminho possível.

Não cabe a mim ou a esse estudo dizer se um Estado binacional nascerá na Palestina, mas é possível afirmar que a ideia binacional caminhou e segue caminhando ao lado dos que acreditam na igualdade e na coexistência. A ideia de um Estado binacional para árabes e judeus em toda a Palestina histórica talvez seja uma utopia, mas também poderiam ser definidos como utopias o socialismo, a democracia, a igualdade e a liberdade. As utopias sempre acompanharam os homens e têm um papel imprescindível em sua história. Uma metáfora do cineasta argentino Fernando Birri, tornada célebre pelas palavras do escritor uruguaio Eduardo Galeano, descreve a importância das utopias. Certa vez, quando lhe perguntaram para que serve a utopia, Birri respondeu: a utopia “está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar⁹⁸⁹.”

⁹⁸⁸ Além do palestino, apenas os governos do Egito, da Jordânia e da Turquia mantêm relações diplomáticas com Israel.

⁹⁸⁹ GALEANO, Eduardo. *As Palavras Andantes*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 310.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUFARHA, Nasser. *Proposal for an alternative configuration in Palestine-Israel*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-abufarha>>. Acesso em: 22 dez. 2015
- ABUNIMAH, Ali Abunimah. *One Country: A Bold Proposal to End the Israeli-Palestinian Impasse*. Nova Iorque: Henry Holt, 2006.
- ABU-ODEH, Lama. "The Case for Binationalism: why one state – liberal and constitutionalist – may be the key to peace in the Middle East" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-abu-odeh>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- ABU TOAMEH, Khaled. *Qurei calls for reconsidering one-state solution*, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tjp-qurei>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- ACHCAR, Gilbert. *Les Arabes et la Shoah*. Arles: Sindbad, 2009.
- ALONI, Udi. *What Does a Jew Want? On Binationalism and Other Spectres*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.
- ANGLO-AMERICAN Committee of Inquiry. *A Survey of Palestine*. Londres, 1946.
- ARNOLD, Abraham J. "News Summary" in: *The Sentinel*, 13 fev. 1947, p. 6.
- ARONSON, Geoffrey. *Israel, Palestinians and the Intifada: Creating Facts on the West Bank*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1987.
- ARURI, Naseer. *The Obstruction of Peace: the U.S., Israel, and the Palestinians*. Monroe: Common Courage Press, 1995.
- _____. *Dishonest Broker: America's Role in Israel and Palestine*. Nova Iorque: South End Press, 2003.
- ARUTZ Sheva. "Peretz Blasts Danon Over Comments on Peretz Blasts Danon Over Comments on 'Two-State Solution'" in: *Arutz Sheva*, 9 jun. 2013.
- ASHRAWI, Hanan. *This Side of Peace: A Personal Account*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1995.
- ASMAR, Fouzi; DAVIS, Uri; KHADER, Naïm. *Towards a socialist republic of Palestine*. Londres: Ithaca Press, 1978.
- _____. *Debate on Palestine*. Londres: Ithaca Press, 1981.
- ASSEMBLEIA Geral da ONU. *Resolução n. 194*, 11 dez. 1948.
- AVINERI, Shlomo. *Histoire de la pensée sioniste*. Paris: Editions Jean-Claude Lattès, 1982.

- _____. *Arlosoroff*. Nova Iorque: Grove Weidenfeld Publishers, 1990.
- AVNERY, Uri. *Israel Without Zionists: A Plea for Peace in the Middle East*. Nova Iorque: MacMillan, 1968.
- _____. *My friend, the enemy*. Nova Iorque: Lawrence Hill & Co, 1987.
- _____. "A Binational State? God forbid!" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 28, n. 4, 1999, p. 55-60.
- _____. "Não haverá paz sem Estado palestino" in: *Folha de São Paulo*, 14 mar. 2012.
- AVNERY, Uri; PAPPÉ, Ilan. *Two States or One State?*. (transcrição de debate) Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-avnery-pappe-debate>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- AYYAD, Abdel Aziz A. *Arab Nationalism and the Palestinians, 1850-1939*. Birzeit University, 1999.
- BAHOUR, Sam. "Palestinian Political Activism could push toward a One-State Solution" in: *Haaretz*, 3 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bahour>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- BARAT, Frank (org.); CHOMSKY, Noam; PAPPÉ, Ilan. *Le champ du possible: Dialogue sur le Conflit Israélo-Palestinien*. Paris: Editions Aden, 2008.
- BAR-GEFEN, Linoy. "Not all Settlers and Palestinians want each other to disappear" in: *Haaretz*, 21 jan. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bar>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- BARSAMIAN, David. "An interview with Edward Said" in: *The Progressive*, abr. 1999. Disponível em: <<http://progressive.org/interview/9904.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- BAR-ZOHAR, Michel. *Ben Gurion*. Paris: Fayard, 1986.
- BBC. "Palestinian PM's 'one state' call" in: *BBC News*, 9 jan. 2004. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bbc-qurei>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- _____. "Israeli wins Fatah top body seat" in: *BBC News*, 16 ago. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bbc-uridavis>>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- BDS Movement. *Introducing the BDS Movement*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bds>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- BECK, Eldad. "Is Germany still a close ally?" in: *Ynet*, 3 set. 2012.
- BEGIN, Menachem. *The Revolt: Story of the Irgun*. Nova Iorque: Henry Schumann, 1951.

- _____. *La Révolte d'Israël*. Editions Albatroz, 1978.
- BEILIN, Yossi. "Confederation is the Key to Mideast Peace" in: *The New York Times*, 14 maio 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-beilin>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- BEN-AMI, Yuval. "Introducing the no-state solution" in: *+972 Mag*, 19 dez. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ben-ami2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- BEN EFRAT, Roni. "The question of a binational state: barking up the right tree at the wrong time" in: *Challenge Magazine*, jul. 2004.
- BEN-GURION, David. *My Talks with Arab Leaders*. Jerusalém: Keter Books, 1972.
- BENHABIB, Seyla. *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2000, p. 39.
- BENVENISTI, Meron. "The binational option" in: *Haaretz*, 7 nov. 2002.
- _____. "Which kind of binational state?" in: *Haaretz*, 20 nov. 2003.
- _____. "Founding a binational state". In: *Haaretz*, 22 abr. 2004.
- _____. "The injustice of the new formula" in: *Haaretz*, 22 out. 2004.
- _____. "Threats of the future vision" in: *Haaretz*, 17 dez. 2006.
- _____. "The binationalism vogue" in: *Haaretz*, 30 abr. 2009.
- BERMAN, Daphna. "Rooting for coexistence" in: *Haaretz*, 9 abr. 2004.
- BISHARA, Azmi. "On Palestinians in the Israeli Knesset" in: *Middle East Report*, n. 201, out.-dez. 1996.
- _____. "Bridging the Green Line: The PA, Israeli Arabs, and Final Status" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 3, 1997.
- _____. "4 May 1999 and Palestinian Statehood: To Declare or Not to Declare?" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 28, n. 2, 1999.
- _____. "'A Double Responsibility': Palestinian Citizens of Israel and the Intifada". In: *Middle East Report*, n. 217, 2000, p. 26-29.
- BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BLANK, Cynthia. "Erdan: Lapid Has Gone 'Even More Left' than Herzog" in: *Arutz Sheva*, 20 set. 2015.
- BOBER, Arie (ed.). *The Other Israel: the radical case against Zionism*. Nova Iorque: Anchor Books – Doubledau & Company Inc., 1972.
- BRAND, Laurie A. *Palestinians in the Arab World: Institution Building and the Search for State*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.

- BRAUNOLD, Joel. "Naftali Bennett's annexation plan: a report card" in: *+972 Magazine*, 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-braunold>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- BRINKLEY, Joel. "Hard facts daunt Israeli researcher" in: *The New York Times*, 22 out. 1989. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-nyt-benvenisti>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- BUBER, Martin. *A Land of Two Peoples*, Oxford: Oxford University Press, 1983
- _____. *Israel and Palestine - The History of an Idea*. Londres: East and West Library, 1952.
- _____. "Two Letters to Gandhi" in: *The Bond*, abr. 1939. Jerusalém: Rubin Mass.
- BUBER, Martin; MAGNES, Judah. *Arab-Jewish Unity - Testimony before the Anglo-American Inquiry Commission for the Ihud (Union) Association*. Londres: Victor Gollancz Ltd., 1947.
- BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses. *Palestine, a bi-national state*. Nova Iorque: Ihud Association of Palestine, ago. 1946.
- BUDEIRI, Musa K. *The Palestine Communist Party, 1919-1948: Arab and Jew in the Struggle for Internacionalism*. Chicago: Haymarket Books, 1979.
- BURG, Avraham. "The end of Zionism" in: *The Guardian*, 15 set. 2003 Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- _____. *Vaincre Hitler: pour um judaïsme plus humaniste et universaliste*. Paris: Fayard, 2008.
- _____. "Now It's Your Turn" in: *Haaretz*, 23 dez. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg3>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- BURNS, E. L. M. *Between Arab and Israeli*. Beirute: Institute for Palestine Studies, 1969.
- BUSHINSKY, Jay. "A federated state for Israelis and Palestinians" in: *The Jerusalem Post*, 5 mar. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bushinsky>>. Acesso em: 31 dez. 2015.
- BYBELEZER, Henri; HOFFMAN, Gil. "Netanyahu: if Livni elected, Jews will need armored personnel to reach Western Wall" in: *The Jerusalem Post*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jpost-netanyahu>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- CARLSTROM, Gregg. *The two state solution is not a solution*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/unpalestine/2011/09/201192817371971592.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

- CATHERINE, Lucas. *Palestine – La dernière colonie?* Berchem: EPO, 2003
- CHARBIT, Denis (org.). *Sionisme: textes fondamentaux*. Paris: Albin Michel/Menorah, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *Middle East Illusions: Including Peace in the Middle East? Reflections on Justice and Nationhood*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- _____. "Israeli Jews and Palestinian Arabs: Reflections on a National Conflict" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 2, n. 3, 1973.
- _____. *For Reasons of State*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973.
- CLEMESHA, Arlene. (org.), *Edward Said: uma herança árabe internacionalista*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.
- COBBAN, Helena. "Ends and Means" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-cobban>>. Acesso em: 22 dez. 2015
- _____. "A binational Israel-Palestine" in: *Christian Science Monitor*, 9 out. 2003. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2003/1009/p09s02-coop.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- COHEN, Aharon. *Israel and the Arab World*. Nova Iorque: Funk & Wagnalls Co, 1970.
- COMISSÃO Anglo-Americana de Inquérito para a Palestina. *Report of the Anglo-American Committee of Enquiry regarding the problems of European Jewry and Palestine*. Lausanne, 20 abr. 1946. Disponível em: <http://www.rachelnet.net/media/aiu/livres/FR_AIU_L_8UBR1015.pdf>. Acesso em 15 set. 2013.
- COMISSÃO Peel. *Report of the Palestine Royal Commission presented by the Secretary of State for the Colonies to the United Kingdom Parliament by Command of his Britannic Majesty*. Genebra, 30 nov. 1937. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/0/08e38a718201458b052565700072b358?OpenDocument>> Acesso em: 10 abr. 2012.
- CONSELHO Nacional Palestino. *Declaration of Independence*, 15 nov. 1988 Disponível em: <<http://www.un.int/wcm/content/site/palestine/pid/12353>>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- CORALNICK, Berl. "Jewish Agency will reject plan for bi-national state – Shertok" in: *The Sentinel*, 19 jun. 1947, p. 3.

- DATTEL, Lior; RAVID, Barak. "Elections 2009 / Livni: Election choice between Jewish and binational state" in: *Haaretz*, 1 jan. 2009.
- DAVIS, Uri. *Crossing the Border: an autobiography of an Anti-Zionist Palestinian Jew*. Nova Iorque: Books and Books, 1995
- DERFLER, Leslie. *Yitzhak Rabin: a political biography*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014
- DUBNOV, Arie; HARIF, Hanan. "Zionisms: Roads not Taken on the Journey to the Jewish State" in: *Ma'arav*, 29 abr. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-dubnov-harif>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- DAVIS, Uri; MACK, Andrew; YUVAL-DAVIS, Nira (eds.). *Israel and the Palestinians*. Londres: Ithaca Press, 1975.
- EISENBERG, Laura Zittrain; CAPLAN, Neil. *Negotiating Arab-Israeli Peace: Patterns, Problems, Possibilities*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- EINSTEIN, Albert. *Out of my later years*. Secaucus: Citadel Press, 1956.
- ELLIS, Marc H. "The Future of Israel/Palestine: Embracing the Broken Middle" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 3, 1997.
- EL-SAKKA, Abaher. *The idea of binationalism in Palestine*, paper apresentado em conferência na Associação Europeia de Sociologia, Murcia, Espanha, 2003.
- ENDERLIN, Charles. *Paix ou guerres: Les secrets des négociations israélo-arabes – 1917-1997*. Paris: Stock, 1997.
- ESTERON, Yoel. "Who's in favor of annihilating Israel?" in: *Haaretz*, 28 nov. 2003.
- FALK, Richard. "Azmi Bishara, the Right of Resistance and the Palestinian Ordeal". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 31, n. 2, 2002, p. 19-33.
- FARAG, Marwa. "Scholars consider binationalism" in: *The Stanford Daily*, 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-stanford>>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- FARIS, Hani A. "The legacy of Naseer H. Aruri" in: *Contemporary Arab Affairs*, v. 8, n. 3, 2015, p. 416-419.
- FARSAKH, Leila. "Israel: an apartheid state?" in: *Le Monde Diplomatique*, nov. 2003. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-farsakh2>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- _____. "Israel-Palestine: Time for a bi-national state" in: *Le Monde Diplomatique*, mar. 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-farsakh1>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

- FARSHIDI, Jamshil. *Palestine-Israel – A Just Plan for Permanent Peace: Constitution of a Federal Bi-National State*
- FARSOUN, Samih; ZACHARIA, C. E. *Palestine and the Palestinians*. Boulder: Westview Press, 1997.
- FEIN, Leonard. "Joint Responsibilities" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-fein>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. "One Last Shot At Two States" in: *Forward*, 6 mai. 2005.
- FELDMAN, Yotam. "One Space for Two Peoples" in: *Haaretz*, 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shenhav>>. Acesso em: 1 jan. 2016.
- FINKELSTEIN, Norman. *Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FLAPAN, Simha. "Israelis and Palestinians: can they make peace?". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 15, n. 1, 1985, p. 19-42.
- _____. *Zionism and the Palestinians*. Londres: Croom and Helm, 1979
- _____. *The Birth of Israel: Myths And Realities*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1987.
- FRIEDLANDER; Libby Lenkinski; SHEIZAF, Noam. "Is it time to move on to the One-State Solution?" in: *+972 Magazine*, 13 fev. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-972disc>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- FRIEDMANN, Daniel. "How Israel founded the Palestinian state" in: *Ynet*, 27 set. 2010.
- FRIEDSON, Felice. "One-state or two-state solution" in: *The Jerusalem Post*, 21 jul. 2010.
- GABBAY, Rony E. *A Political Study of the Arab-Jewish Conflict: The Arab Refugee Problem*. Genebra: Librairie E. Droz, 1959.
- GALNOOR, Itzhak. *The Partition of Palestine - Decision Crossroads in the Zionist Movement*. Nova Iorque: SUNY Press, 1995.
- GANS, Chaim. *A Just Zionism - On the Morality of the Jewish State*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- GENDZIER, Irene L. "Palestine and Israel: The Binational Idea" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 4, n. 2, 1975, p. 12-35.
- GLASS, Charles. "Jews against Zion: Israeli Jewish anti-zionism" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 5, n. 2, 1975-1976, p. 56-81.

- GORDON, Avi (org.). *Brit Shalom and Bi-National Zionism: "The Arab Question" as a Jewish Question*. Jerusalém: Carmel, 2008.
- GOREN, Arthur A. *Dissenter in Zion - From the Writings of Judah L. Magnes*. Cambridge, Masschussets e Londres: Harvard University Press, 1982.
- GOVERNO BRITÂNICO. Policy Statement Against Partition (November 1938). In: Walter Laqueur e Barry Rubin (eds.). *The Israel-Arab Reader*. A documentary history of the Middle East conflict. Londres/Nova Iorque: Penguin, 2001.
- GOLDBERG, David J. *To the Promised Land: A History of Zionist Thought from its Origins to the Modern State of Israel*. Londres: Penguin Books, 1996.
- GORNY, Yosef. *Zionism and the Arabs, 1882-1948: A Study of Ideology*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- GREILSAMMER, Alain. *Les Communistes Israéliens*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.
- GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. *Palestine 1947 – Un partage avorté*. Paris: André Versaille, 2008.
- GRESH, Alain. *Israël, Palestine: vérités sur un conflit*. Paris: Fayard, 2010.
- _____. *De quoi la Palestine est-elle le nom?*. Paris: Les Liens que libèrent, 2010.
- GURVITZ, Yossi. "The strange voyage of Avraham Burg" in: +972, 6 nov. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-burg2>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- GUSH Shalom. *Aims of Gush Shalom*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-gush>>. Acesso em: 22 dez. 2015
- GUYATT, Nicholas. *The Absence of Peace: Understanding the Israeli-Palestinian Conflict*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 1998.
- HAARETZ. "Netanyahu responds to Kerry: Israel will not be a binational state" in: *Haaretz*, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-netanyahu>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- HABER, Eitan. "The bi-national state nightmare" in: *Ynet*, 24 abr. 2014.
- HABER, Jeremiah. "Can one be a liberal and a Zionist without being a liberal Zionist?" in: +972 *Mag*, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-haber>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- _____. "Is a binational identity possible in Israel?" in: +972 *Mag*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-haber1>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- HALEVI, Ilan. *Face à la guerre : Lettre de Ramallah*. Paris: Actes Sud, 2003
- _____. *Sous Israël, la Palestine*. Paris: Le Sycomore, 1978.

- HALPER, Jeff. "The 94 Percent Solution: A Matrix of Control" in: *Middle East Report*, 2000.
- _____. *Thinking out of the box: towards a Middle East Confederation*, 2005.
- HALPER, Jeff; EPSHTAIN, Itay. *In the name of justice: ICAHD raises key issues around a single state as a step towards resolving the Israeli-Palestinian conflict*, set. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-icahd>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- HA-SHOMER HA-TSA'IR. *The Case for a Bi-national Palestine*. Tel Aviv: Executive Committee of Hashomer Hatzair Workers' Party, mar. 1946.
- HA-SHOMER HA-TSA'IR. *The Road to Bi-national Independence for Palestine*. Tel Aviv: Executive Committee of Hashomer Hatzair Workers' Party, ago. 1947.
- HASS, Amira. "Mer-Khamis and binational resistance movement" in: *Haaretz*, 6 abr. 2011.
- HATTIS, Susan Lee. *The Binational Idea in Palestine during Mandatory Times*. Haifa: Shikmona, 1970.
- HAZAN, Eric; SIVAN, Eyal. *Un État commun: pour en finir avec le mythe de deux États entre le Jourdain et la mer*. Paris: La Fabrique Éditions, 2012.
- HAZBOUN, George; DOUMANI Beshara; TAMARI, Salim. "Palestinian Communists and the National Movement". In: *MERIP Reports*, n. 115, jun. 1983.
- HEIKAL, Mohamed. *Secret Channels: The Inside Story of Arab-Israeli Peace Negotiations*. Londres: Harper Collins, 1996.
- HEIMAN, Beatrice. "Legal experts having great time debating Palestine procedure" in: *The Sentinel*, 2 out. 1947.
- HELLER, Joseph. *The Israel Palestine Puzzle*. Berkeley: Regent Press, 2008.
- HERMANN, Tamar. "The bi-national idea in Israel/Palestine: past and present" in: *Nations and Nationalism*, 2005.
- HERMANN, Tamar; YAAR, Ephraim. "The Peace Index / Israeli Jews fret over possibility of a binational state" in: *Haaretz*, 05 nov. 2003.
- HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- HERZOG, Yaacov. *A People the dwells alone*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1975.
- HOURANI, Albert. *The Arab Awakening forty years after. The Emergence of the Modern Middle East*. Oxford: St Antony's College/Macmillan, 1994.

- _____. Middle Eastern nationalism yesterday and today. *The Emergence of the Modern Middle East*. Oxford: St Antony's College/Macmillan, 1994.
- _____. *O Pensamento Árabe na Era Liberal 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HUNTER, Jane. "Israel and the Bantustans". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 15, n. 3, 1986, p. 53-89.
- HUSSEIN, Hussein Abu; MAKAY, Fiona. *Access Denied: Palestinian Access to Land in Israel*. Londres: Zed Books, 2003.
- IBISH, Hussein. *What's wrong with the one-state agenda*. Washington DC: AFTP, 2006.
- INA. *Leila Shahid et le conflit israélo palestinien*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=un5bitla9m0>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- IRAQI, Amjad. "Can we call it one state and be done with it?" in: *+972 Mag*, 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-iraqi>>. Acesso em: 2 jan. 2015.
- ISRAEL; ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina. "Letter of Mutual Recognition between Israel and the PLO" in: *Security Dialogue*, v. 25, n. 1, mar. 1994. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-letters>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- _____. *Declaration os Principles*, 1993.
- _____. *Agreement on Gaza Strip and Jericho Area*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-cairo>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- JABOTINSKY, Zeev. *Bi-national Palestine*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jabotinsky1>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- JANOWSKY, Oscar Isaiah. *Nationalities and national minorities (with special reference to East-Central Europe)*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1945.
- JEFFRIES, Joseph Mary Nagle. *Palestine: the Reality*. Londres: Hyperion Press, 1939
- JEWISH Daily Bulletin. "Palestine must become bi-national state, Weizmann tells Actions Committee" in: *Jewish Daily Bulletin*, n. 1751, 29 ago. 1930, p. 1-4.
- JEWISH Telegraphic Agency. "Gromyko asks partition if bi-national state impossible; demands end to Mandate" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 mai. 1947.
- _____. "Agency fails Gromyko statement; Palestine paper calls ir 'Soviet Balfour Declaration'" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 16 mai. 1947.
- _____. "Silver puzzled by Ben Gurion's reported proposal for Palestine Partition" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 26 mai. 1947

- _____. "Jewish Agency will reject a U.N. proposal to make Palestine a bi-national state" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 jun. 1947.
- _____. "Cantonization plan for Palestine studied by United Nations delegates" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 13 jul. 1947.
- _____. "Judah Magnes urges U.N. Committee to recommend bi-national state in Palestine" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 jul. 1947.
- _____. "UNSCOP members reportedly favor British evacuation of Palestine" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 15 ago. 1947.
- _____. "British Commonwealth Party to launch drive supporting bi-nationalism for Palestine" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 8 out. 1947.
- _____. "Poland, Czechoslovakia support Palestine partition at U.N.; indicate reservations" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 9 out. 1947.
- _____. "U.N. Sub-committee on Arab proposals to press bi-national state as 'compromise'" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 27 out. 1947.
- _____. "Reported waging last-ditch battle to win cabinet packing for fight on partition" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 nov. 1947.
- _____. "Jaffa bomber. Irgun threatens 'revolt' unless Jewish government set up by tomorrow" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 30 mar. 1948.
- _____. "Israeli Arab group rejects Rabin's definition of Israel as Jewish state" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 8 jun. 1976.
- _____. "Sapir criticizes Dayan Plan to integrate Hebron into Economic Unit with Israel", in: *Jewish Telegraphic Agency*, 12 nov. 1968.
- _____. "Allon, Sapir rebuke Dayan for views on Territories, Arab-Jewish relations" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 13 nov. 1972.
- _____. "Mapam gives divided Labor Party until Jan. 30 to formulate position on territorial concessions" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 17 jan. 1977.
- _____. "Background report Begin-Weizman rift over the Autonomy Plan could be critical" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 21 mai. 1979.
- _____. "Peres: Israel should try to conclude autonomy talks by April 1982" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 10 dez. 1981.
- JOCHNOWITZ, George. "Never again and never before" in: *Arutz Sheva*, 13 nov. 2015.
- JOURNAL of Palestine Studies. "Zionism confronted by a Binational State". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 2, n. 3, 1973, p. 151-158.

- JUDT, Tony. "Israel: the Alternative" in: *New York Review of Books*, 23 out. 2003.
- KADI, Leila (ed.). *Basic Political Documents of the Armed Palestinians Resistance Movement*. Beirute: PLO Research Center, 1969
- KANAFANI, Ghassan. *The 1936-39 Revolt in Palestine*. Nova Iorque: Committee for a Democratic Palestine, 1972.
- KANENGISSE, Dubi. *Bi-Nationalism in Israel/Palestine: Unbearable? Desirable? Inevitable?* In: ASSOCIATION FOR ISRAEL STUDIES' 26TH ANNUAL CONFERENCE, Toronto, mai. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kanengisser>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- KARMI, Ghada. "Palestinians need a one-state solution" in: *The Guardian*, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-karmi>>. Acesso em: 3 jan. 2016
- KARSH, Efraim. "A Trojan Horse?" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-karsh>> Acesso em: 22 dez. 2015.
- KAUFMAN, Ami. "Israeli right-wing politician: 'Annex territories, grant Palestinians citizenship'" in: *+972 Magazine*, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kaufman>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- KESTLER-D'AMOURS, Jilian. "The priority is to return and remain" in: *The Electronic Intifada*, 19 out. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-jabareen>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- KHALIDI, Ahmad Samih. "After Oslo" in: *Prospect*, out. 1998.
- _____. "A one-state solution" in: *The Guardian*, 29 set. 2003.
- KHALIDI, Rashid. The Palestinians and 1948: the underlying causes of failure. In: ROGAN, Eugene; SHLAIM, Avi. *The War for Palestine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- _____. *Palestinian identity: the construction of modern national consciousness*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997.
- _____. *The Iron Cage*. A story of the palestinian struggle for statehood. Boston: Beacon, 2006.
- KHALIDI, Walid. *Jerusalém, le sacré et le politique*. Paris: Sindbad/Actes Sud, 2000.
- _____. *From Haven to Conquest: Readings in Zionism and the Palestine Problem until 1948*. Beirute: Institute for Palestine Studies, 1971.
- _____. *All that remains: the Palestinian Villages occupied and depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.
- _____. *Palestine Reborn*. Londres: I. B. Tauris, 1992.

- KHALIDI, Walid; KHADDURI, Jill (eds.). *Palestine and the Arab-Israeli Conflict: An Annotated Bibliography*. Beirute: Institute for Palestine Studies, 1974.
- KHOURY, Fady. "Binationalism only way for Palestinian minority to be 'Good Citizens'" in: *+972 Mag*, 2 jan. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-khoury>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- KIMCHE, Jon. "Friendly Atmosphere" in: *The Palestine Post*, 31 jan. 1947, p. 1.
- KIMMERLING, Baruch. "Zionism and Territory: The Socio-Territorial Dimensions of Zionist Politicsl." In: *Research Series – Institute of International Studies – University of California*, n. 51, 1983.
- KLEIN, Théo; SFEIR, Antoine. *Israël survivra-t-il?*. Paris: L'Archipel, 2008.
- KI-MOON, Ban. "Secretary-General's message for the United Nations International Meeting on the Question of Palestine – 'Engaging for Peace - The International Year of Solidarity with the Palestinian People'", 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bankimoon02>>. Acesso em: 12 dez. 2015
- _____. "Secretary-General's remarks to the Security Council on the Situation in the Middle East", 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-bankimoon01>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- KLEINBERG, Aviad. "Post-Zionist government leading us to a binational state" in: *Ynet*, 26 fev. 2015.
- KLEIN HALEVI, Yossi. "Only the naive or the malicious would urge a binational Israel" in: *Jewish World Review*, 23 out. 2003. Disponível em: <www.jewishworldreview.com/1003/halevi_2003_10_23.php3>. Acesso em: 12 nov. 2011.
- KONRAD, Edo. "Let's not forget that East Jerusalem Palestinians are stateless" in: *+972 Magazine*, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-konrad>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- KRETZMER, David. *The Legal Status of Arabs in Israel*. Boulder: Westview Press, 1990.
- KUTTAB, Daoud. "Israelis lean right toward one-state solution" in: *Al-Monitor*, 10 ago. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kuttab>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

- LAQUEUR, Walter. *Histoire du sionisme*. Paris: Gallimard, 1994.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. "Dossier: Israël-Palestine, la déchirure" in: *Le Monde Diplomatique*, nov. 2000.
- LEON, Dan. "Binationalism: A Bridge over the Chasm" in: *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture*, v. 6, n. 2, 1999.
- LEVINTHAL, Louis E. "The Case for a Jewish Commonwealth in Palestine" in: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 240, jul. 1945, p. 89-98.
- LEVY, Gideon. "Netanyahu and Meshal forever" in: *Haaretz*, 11 mar. 2007.
- LICHTEIM, George. "Suggestion of federal plan a trial balloon" in: *The Palestine Post*, 12 nov. 1947, p. 1;3.
- LIJPHART, Arend. "Typologies of democratic systems" in: *Comparative Political Studies*, abr. 1968, p. 3-44.
- LOBEL, Eli. *Military Escalation Within Israeli Society*, 1972. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-lobel>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- LOCKMAN, Zachary. "The Left in Israel: Zionism vs. Socialism". In: *MERIP Reports*, n. 49, jul. 1976, p. 3-18
- LOUIS, W. Roger. *The British Empire in the Middle East, 1945-1951: Arab Nationalism, the United States, and Postwar Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- _____. *The End of the Palestine Mandate*. Londres: I. B. Tauris, 1985.
- LUSTICK, Ian. *Arabs in the Jewish State: Israel's control of a national minority*. Austin: University of Texas, 1980.
- _____. *Arab-Israeli relations : historical background and origins of the conflict*. Nova Iorque: Garland, 1994.
- _____. (ed.). *Economic, legal, and demographic dimensions of Arab-Israeli*. Nova Iorque: Garland, 1994.
- _____. "The Cunning of History" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-lustick>> Acesso em: 22 dez. 2015.
- MACHOVER, Moshé; NICOLA, Jabra. *The Middle East at the Crossroads*, 1969. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-machover-nicola>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

- MAGNES, Judah Leon. "Statement on Palestine" in: *The New York Times*, 18 jul. 1937.
- MAGNES, J. L.; REINER, M.; Lord SAMUEL; Simon, E.; SMILANSKY, M. *Palestine - Divided or United?* Jerusalém: Ihud (Union) Association, 1947.
- MAKDISI, Saree. "Said, Palestine and the Humanism of Liberation". In: *Critical Inquiry*, v. 31, n. 2, 2005, p. 443-461.
- MANDEL, Jonah. "'Settlers and Palestinians may unite'" in: *The Jerusalem Post*, 29 abr. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-mandel>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- MANDEL, Neville. *Arabs and Zionism before World War I*. Berkeley: California University Press, 1976.
- MANN, Itamar. "At Harvard Conference, a one-state vision Israelis can live with" in: *+972 Mag*, 5 mar. 2012. Disponível: <<http://tinyurl.com/1ebn-mann>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- MASALHA, Nur. *Expulsion of the Palestinians: The Concept of 'Transfer' in Zionist Political Thought, 1882-1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.
- _____. *A Land Without People: Israel, Transfer and the Palestinians*. Londres: Faber and Faber, 1997.
- _____. *The Politics of Denial: Israel and the Palestinian Refugee Problem*. Londres: Pluto, 2003.
- MATTAR, Philip (ed.) *The Encyclopedia of*. Washington: Institute of Palestine Studies, 2000.
- MEDDING, Peter Y. *The Founding of Israeli Democracy - 1948-1967*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.
- MELMAN, Yossi; RAVIV, Dan. *Behind the Uprising: Israelis, Jordanians, and Palestinians*. Westport: Greenwood Press, 1989.
- MILLER, Elhanan. "What would Buber, Scholem and Arendt say today?" in: *The Times of Israel*, 27 jun. 2012.
- MILLER, Marjorie. "Likud Salvo Accuses Peres of Wanting to Divide Jerusalem" in: *Los Angeles Times*, 19 fev. 1996. <<http://tinyurl.com/1ebn-lat96>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- MILLER, Rory. "J. L. Magnes and the promotion of bi-nationalism in Palestine" in: *The Jewish Journal of Sociology*, v. 48, n.1-2, 2006
- MILNE, Seumas. "Too late for two states? – Part I" in: *The Guardian*, 15 jan. 2004.

- _____. "Too late for two states? – Part II" in: *The Guardian*, 24 jan. 2004.
- MORRIS, Benny. *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. New Haven: Yale University Press, 2009
- _____. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. *1948 and After: Israel and the Palestinians*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- _____. *Israel's Border Wars, 1949-1956: Arab Infiltration, Israeli Retaliations, and the Countdown to the Suez War*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MOSSA, Ebrahim. "No Easy Solution" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-moosa>> Acesso em: 22 dez. 2015
- MUSLIH, Muhammad Y. *The Origins of Palestinian Nationalism*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.
- _____. "Towards Coexistence: An Analysis of the Resolutions of the Palestine National Council" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 19, n. 4, 1990
- MYRE, Greg. "Leadership Says Palestinians Reserve Right to Declare State". In: *The New York Times*, 11 jan. 2004.
- NAAMAN, Dorit. "I am a Palestinian Jew, or at least I will be" in: *+972 Mag*, 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-naaman>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- NETANYAHU, Benjamin. *A Place among the Nations: Israel and the World*. Londres: Bantam, 1993.
- NEWMAN, David; FALAH, Ghazi. "Bridging the Gap: Palestinian and Israeli Discourses on Autonomy and Statehood". In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 22, n. 1, 1997, p. 111-129.
- NIJIM, B. K.; MUAMMAR, B. *Toward the De-Arabization of Palestine/Israel, 1945-1977*. Dubuque: Kendall/Hunt, 1984.
- NIMNI, Ephraim (ed.). *The Challenge of Post-Zionism - Alternatives to Israeli Fundamentalists Politics*. Londres/Nova Iorque: Zed Books, 2003.
- OLMSTED, Jennifer. "Thwarting Palestinian Development" in: *Middle East Report*, n. 201, out.-dez. 1996, p. 11-13.
- ORGANIZAÇÃO para a Libertação da Palestina (OLP). *Charte Nationale Palestinienne*. Disponível em: <<http://www.france-palestine.org/Charte-nationale-palestinienne-de,1794>>. Acesso em: 13 dez. 2014.
- PAPPE, Ilan. *História da Palestina Moderna*. Lisboa: Caminho, 2007.

- _____. "Binational realities versus national mythologies: the death of the two-state solution". in: STAV, Arie (ed.) *Israel and a Palestine State: Zero Sum Game?*. Shaarei Tikva: Zmora-Bitan Publishers; ACPR Publishers, 2001, p. 336-346.
- _____. "Fifty Years through the Eyes of 'New Historians' in Israel". In: *Middle East Report*, n. 207, 1998, p. 14-17.
- _____. "Post-Zionist Critique on Israel and the Palestinians: Part I: The Academic Debate". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 2, 1997, p. 29-41.
- _____. "Post-Zionist Critique on Israel and the Palestinians Part II: The Media". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, v. 3, 1997, p. 37-43.
- _____. "Post-Zionist Critique on Israel and the Palestinians Part III: Popular Culture". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 26, n. 4, 1997, p. 60-69.
- _____. *The Ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld, 2007.
- _____. *Britain and the Arab-Israeli Conflict, 1948-51*. Londres: Macmillan, 1988.
- _____. *The Making of the Arab-Israeli Conflict, 1947-51*. Londres: I. B. Tauris, 1992.
- _____. *The Israeli/Palestine Question*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999.
- _____. "Ce qui guide la politique d'Israël" in: *Article 11*, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-pappe1>>. Acesso em: 31 dez. 2015.
- PATAI, Raphael. *The Complete Diaries of Theodor Herzl*. Nova Iorque: Herzl Press and Thomas Yoseloff, 1960.
- PEDATZUR, Reuven. "The 'Jordanian Option,' the Plan That Refuses to Die" in: *Haaretz*, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-pedatzur>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- PELED, Yoav. "Ethnic Democracy and the Legal Construction of Citizenship: Arab Citizens of the Jewish State" in: *The American Political Science Review*, v. 86, n. 2, jun. 1992, p. 432-443.
- PELEG, Ilan. *Begin's Foreign Policy, 1977-1983: Israel's Move to the Right*. Nova Iorque: Greenwood Press, 1987.
- PELEG, Ilan; SELIKTAR, Ofira (ed.). *The Emergence of a binational Israel: the second republic in the making*, 1989. Boulder: Westview Press, 1989.
- PELEG, Ilan; WAXMAN, Dov. *Israel's Palestinians - The Conflict within*
- PERETZ, Don. *Intifada: The Palestinian Uprising*. Boulder: Westview Press, 1990.
- PETERS, Joel. *Pathways to Peace: The Multilateral Arab-Israeli Peace Talks*. Londres: European Commission, 1996.

- PLOCKER, Sever. "Why are Israelis sleepwalking toward a onestate" in: *Ynet*, 3 nov. 2014.
- PORATH, Yehosua. *The Emergence of the Palestinian Arab National Movement, 1919-1929*. Londres e Nova Iorque: Frank Cass, 1974.
- PRIOR, Michael (ed.). *Speaking the Truth about Zionism and Israel*. Londres: Melisende, 2004.
- QADDAFI, Muammar. "The One-State Solution". *The New York Times*. 22 jan. 2009.
- RABINOWITZ, Dan. "The Right to refuse: Abject Theory and the Return of Palestinian Refugees" in: *Critical Inquiry*, v. 36, n. 3, 2010, p. 494-516.
- RASHEED, Mohammad. *Towards a Democratic State in Palestine*. Beirute: PLO Research Center, 1970
- RAVID, Barak. "Netanyahu: Binational state would be disastrous for Israel" in: *Haaretz*, 4 mar. 2011.
- _____. "Kerry warns: escalation in Israeli-Palestinian violence illustrates One-State Reality" in: *Haaretz*, 28 out. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-kerry>>. Acesso em: 2 jan. 2015.
- _____. "When the White House Starts Talking About One State, Netanyahu Should Worry" in: *Haaretz*, 8 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ravid>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- _____. "Netanyahu tells Saban Forum: solution is not one state, but a demilitarized Palestinian state" in: *Haaretz*, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-netanyahu2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- RAZ-KRAKOTZIN, Ammon. *Exil et souveraineté – Judaïsme, sionisme et pensée binationale*. Paris: La Fabrique, 2007.
- _____. "Separation and Bi-nationalism" in: *Jadal Issue*, n. 10, jun. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-raz2>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- REGULAR, Arnon. "Al-Kidwa: Israel won't evade Hague Court fence ruling" in: *Haaretz*, 11 nov. 2005.
- REIDER, Dimi. "Knesset speaker goes One State?" in: *+972 Magazine*, 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-reider>>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- REINO UNIDO. *Balfour Declaration*, 1917. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-balfour>>. Acesso em: 15 jun. 2014
- REINO Unido. *White Paper*, 1939. Disponível em: <<http://tinyurl.com/whitepaper39>>. Acesso em: 12 jan. 2014

- REISEL, Daniel. *The History of the original Brit Shalom*. Disponível em: <<http://www.britshalom.org/background.htm>>. Acesso em 10 nov. 2011.
- REJWAN, Nissim. *Israel's place in the Middle East: a pluralist perspective*. Gainesville: University Press of Florida, 1998.
- REPORTERS SANS FRONTIÈRES. *Israël, Palestine: le Livre Noir*. Paris: La Découverte, 2002.
- REUTERS. "PA negotiator: Israel may make two-state solution impossible" in: *Haaretz*, 11 ago. 2008.
- RIVLIN, Gershon; OREN, Elhanan. *The War of Independence: Ben-Gurion's Diary*. Tel-Aviv: Ministry of Defence, 1982.
- ROGAN, Eugene; SHLAIM, Avi (eds.). *The War for Palestine: Rewriting the History of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ROY, Sara. "The Gaza Strip: A Case of Economic De-Development" in: *Journal of Palestine Studies*, v. 17, n. 1, 1987
- RUBENSTEIN, Sondra Miller. *The Communist Movement in Palestine and Israel, 1919-1984*. Londres: Westview Press, 1985.
- SAID, Edward. "The One-State Solution". In: *The New York Times*, 10 jan. 1999.
- _____. *The Question of Palestine*. Nova Iorque: Times Books, 1979
- _____. *The End of the Peace Process: Oslo and after*. Nova Iorque: Vintage Books, 2003.
- _____. "Chomsky and the Question of Palestine". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 4, n. 3, 1975, p. 91-104.
- _____. "New history, old ideas". In: *Al-Ahram Weekly*, n. 378, 21-27 mai. 1998.
- _____. *Peace and its Discontents: Gaza-Jericho, 1993-1995*. Londres: Vintage Books, 1995.
- _____. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- _____. "A Paz não virá" (entrevista) in: *Veja*, n. 1808, 25 jun. 2003.
- _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAND, Shlomo. *A Invenção do Povo Judeu*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- _____. "My False Illusion of an Israeli-Palestinian Federation" in: *Haaretz*, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sand>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- SAYIGH, Yezid. *Armed Struggle and the Search for State: The Palestinian National Movement, 1949-1993*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

- SCHECHTER, Asher. "This isn't an intifada, this is what binational Israel looks like" in: *Haaretz*, 15 out. 15. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-schechter>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- SCHEINDLIN, Dahlia. "Demystifying one-state, acknowledging facts" in: *+972 Mag*, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-scheindlin1>>. Acesso em: 2 jan. 2015
- _____. "Israel's mainstream Channel 2 starts to question the two-state solution" in: *+972 Magazine*, 3 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-scheindlin2>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- SEGAL, Jerome M. "A Binational Confederation" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-segal>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- SEGEV, Tom. "Forgoing independence". In: *Haaretz*, 18 fev. 2010.
- _____. *One Palestine, complete – Jews and Arabs under the British Mandate*. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2000
- _____. *The First Israelis*. Nova Iorque: The Free Press, 1984.
- SEIDMAN, Louis Michael. "Realistic Liberalism" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-seidman>>. Acesso em: 22 dez. 2015
- SHAFIR, Gershon. *Land, Labor, and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SHAVIT, Ari. "Cry, the beloved Two-State Solution" in: *Haaretz*, 7 ago. 2003.
- _____. "Dark forces in the Holy Land" in: *NewStatesman*, 2 nov. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shavit>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- SHEIZAF, Noam. "(Another) Knesset Speaker endorses one-state solution" in: *+972 Magazine*, 24 dez. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sheizaf>>. Acesso em: 31 dez. 2015.
- _____. "One or two states? The status quo is Israel's rational choice" in: *+972 Magazine*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-sheizaf3>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- SHELEG, Yair. "The settlers and a binational state" in: *Haaretz*, 31 ago. 2003.
- SHEMESH, Moshe. *The Palestinian National Entity, 1959-1974: Arab Politics and the PLO*. Londres: Frank Cass, 1988.
- SHINDLER, Colin. *Israel, Likud and the Zionist Dream: Power, Politics and Ideology from Begin to Netanyahu*. Londres: I. B. Tauris, 1995.

- SHIPLER, David K. "Israel rejects Reagan Plan for Palestinians' self-rule" in: *The New York Times*, 3 set. 1982.
- SHLAIM, Avi. *Israel and Palestine*. Londres: Verso, 2009
- _____. *Collusion across the Jordan: King Abdullah, the Zionist Movement, and the Partition of Palestine*. Oxford: Clarendon Press, 1988
- _____. *The Iron Wall – Israel and the Arab World*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1999.
- _____. "The War of the Israeli Historians". In: *Annales*, v. 59, n. 1, jan.-fev. 2004, p. 161-167.
- _____. "The Debate about 1948". In: *International Journal of Middle East*, v. 27, n. 3, ago. 1995.
- _____. "The Protocol of Sèvres, 1956: Anatomy of a War Plot". In: *International Affairs*, v. 73, n. 3, jul. 1997.
- SHTAYYEH, Mohammad (ed.). *The Benelux - A paradigm for the Middle East*. Al-Bireh: The Palestinian Center for Regional Studies, 1998.
- SHUMSKY, Dmitry, "Shlomo Sand's False Illusion" in: *Haaretz*, 5 jun. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-shumsky>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- SITTA, Salman Abu. *Atlas of the Nakbah*. Londres: Palestine Land Society, 2005.
- SMITH, Barbara. *The Roots of Separatism in Palestine: British Economic Policy, 1920-1929*. Syracuse: Syracuse University Press, 1984.
- SMOLAR, Boris. "Between You and Me" in: *The Sentinel*, 29 mai. 1947, p. 10.
- SMOOHA, Sammy. "Ethnic democracy: Israel as an archetype" in: *Israeli Studies*, n. 2, 1997.
- _____. *Israel: Pluralism and Conflict*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- SMOOHA, Sammy; PERETZ, Don. "The Arabs in Israel" in: *The Journal of Conflict Resolution*, v. 26, n. 3, set 1982, p. 451-484.
- SOCIEDADE das Nações. *Mandate for Palestine*, 12 ago. 1922. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/2FCA2C68106F11AB05256BCF007BF3CB>>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- SOLIMAN, Lotfallah. *Por uma História Profana da Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOMFALVI, Attila. "Meretz head: Oslo was not a mistake" in: *Ynet*, 26 dez. 2012.
- SPINGLER, David D. "Albert Einstein: genius of the age!" in: *The Sentinel*, 3 abr. 1947, p. 93.

- STERNHELL, Zeev. *The Founding Myths of Israel: Nationalism, Socialism, and the Making of the Jewish State* Princeton Univ. Press, 1999.
- _____. "Zionism's Secular Revolution" in: *Le Monde Diplomatique*, mai. 1998.
- TAL, David. *War in Palestine, 1948: Strategy and Diplomacy*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.
- TAMARI, Salim. "The Dubious Lure of Binationalism". In: *Journal of Palestine Studies*, v. 30, n. 1, 2000, p. 83-87.
- _____. "The Binationalist Lure" in: *The Boston Review*, 1 dez. 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tamari>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. *Jerusalem 1948: The Arab Neighborhoods and their Fate in the War*. Jerusalém: The Institute of Jerusalem Studies, 1999.
- TELHAMI, Shibley. "From Camp David to Wye: changing assumptions in arab-israeli negotiations" in: *The Middle East Journal*, v. 53, n. 3, 199, p. 379-392
- TEVETH, Shabtai. *Ben-Gurion and the Palestinian Arabs: From Peace to War*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- THE ASSOCIATED Press. "Rafsanjani proposes creation of a binational state". In: *Haaretz*, 12 nov. 2004.
- THE Association for Civil Rights in Israel; IR Amin. Annual Status Report: The Failing East Jerusalem Education System, ago. 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-acri>>. Acesso em 1 fev. 2016.
- THE BRIT-SHALOM SOCIETY. *Jewish-Arab Affairs*
- THE ONE STATE DECLARATION, Madrid-Londres, 2007.
- THE Palestine Post. "Soviet for partition if unity fails" in: *The Palestine Post*, 15 mai. 1947.
- _____. "Ben Gurion closes sessions" in: *The Palestine Post*, 23 mai. 1947.
- _____. "Big Three rule for interim periode" in: *The Palestine Post*, 29 jun. 1947.
- _____. "Cooperation appeal made to Arabs" in: *The Palestine Post*, 30 jun. 1947.
- _____. "Ben Gurion's statement" in: *The Palestine Post*, 6 jul. 1947.
- _____. "Ben-Gurion asks U.N. Committee for Jewish state; hits bi-nationalism; hints at partition" in: *Jewish Telegraphic Agency*, 6 jul. 1947.
- _____. "Agency surveys event since Anglo-American report" in: *The Palestine Post*, 8 jul. 1947.
- _____. "American Press reports 3 Lines" in: *The Palestine Post*, 11 jul. 1947.
- _____. "Jews bring stability to Middle East" in: *The Palestine Post*, 13 jul. 1947, p.

- _____. "Communist 'Britain quit' case" in: *The Palestine Post*, 14 jul. 1947.
- _____. "Magnes presentes bi-national programme" in: *The Palestine Post*, 15 jul. 1947.
- _____. "Hashomer Hatzair urge one state" in: *The Palestine Post*, 15 jul. 1947.
- _____. "Relations been poisoned" in: *The Palestine Post*, 16 jul. 1947.
- _____. "UNSCOP on way to Geneva" in: *The Palestine Post*, 27 jul. 1947.
- _____. "Agreement on Independence" in: *The Palestine Post*, 12 ago. 1947.
- _____. "Withdrawal from Palestine urged" in: *The Palestine Post*, 13 ago. 1947.
- _____. "UNSCOP working on three plans" in: *The Palestine Post*, 22 ago. 1947.
- _____. "Mixed reactions to UNSCOP report" in: *The Palestine Post*, 2 set. 1947.
- _____. "Sub-committee's compromise plan" in: *The Palestine Post*, 27 out. 1947.
- _____. "Britain still hoping to prevent partition" in: *The Palestine Post*, 30 out. 1947.
- THE Sentinel. "Arab leftists gain influence" in: *The Sentinel*, 27 fev. 1947.
- TILLEY, Virginia. "The One-State Solution" in: *London Review of Books*, v. 25, n. 21, 6 nov. 2003, Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-tilley>>. Acesso em: 3 jan. 2016.
- _____. *The One-State Solution*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.
- TIMES of Israel. "Herzog warns of emerging binational state 'threat'" in: *Times of Israel*, 7 jun. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-timesherzog>>. Acesso em: 2 jan. 2016.
- TODD, Emmanuel. *Le Destin des Immigrés: assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales*. Paris: Seuil, 1994
- TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal. "A Binational State in Palestine - The Rational Choice for Palestinians and the Moral Choice for Israelis" in: *International Affairs*, v. 73, n. 1, jan. 1997, p. 31-58.
- UNITED Nations Especial Committee on Palestine. *Report to the General Assembly, vol. III, anexo A: Oral Evidence presented at Public Meetings*, 1947.
- UNITED Nations Especial Committee on Palestine. *Report to the General Assembly, appendix III – Proposal for form of government*, 1947. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-unispa>>. Acesso em: 12 set. 2014.
- URBINA, Ian. "The Analogy to Apartheid" in: *Middle East Report*, n. 223, 2002, p. 58-61.
- USHER, Graham. "Bantustanisation or bi-nationalism? An interview with Azmi Bishara" in: *Race and Class*, n. 37, out.-dez. 1995.

- VIDAL, Dominique (org.). *Palestine/Israël : un Etat, deux Etats?*. Paris: Actes Sud, 2011.
- WARSCHAWSKI, Michel. *Israël-Palestine: Le Défi Binational*. Paris: Textuel, 2001.
- _____. "Il s'agit 'de punir les palestiniens du seul fait qu'ils continuent à exister'" (entrevista) in: *Article 11*, 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-warschawski1>>. Acesso em: 31 dez. 2015.
- _____. "'Israël est désormais une société néo-conservatrice'" (entrevista) in: *Article 11*, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-warschawski2>>. Acesso em: 31 dez. 2015.
- WARSCHAWSKI, Michel; SIBONY, Michèle. *A contre coeur : Les voix dissidentes en Israël*. Paris: Textuel, 2003.
- WEIZMANN, Chaïm. "Palestine's Role in the Solution of the Jewish Problem" in: *Foreign Affairs*, jan. 1942
- WHITE, Ben. "Palestinians in a 'Jewish State'" in: *Al-Jazeera*, 27 dez. 2011.
- WOOTLIFF, Raoul. "Labor conference adopts Herzog's separation plan" in: *Times of Israel*, 7 fev. 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-timesherzog2>>. Acesso em: 7 fev. 2016
- YAKOBSON, Alexander. "A bi-delusional state". *Haaretz*, 2 jul. 2010.
- _____. "A binational state? Here?". In: *Haaretz*, 29 jan. 2010.
- _____. "Who really wants binationalism?". In: *Haaretz*, 27 abr. 2007.
- YEMINI, Ben-Dr. "The penny finally drops for John Kerry" in: *Ynet*, 11 dez. 2015.
- YIFTACHEL, Oren. "Ethnocracy and its discontents: minorities, protests and the Israeli polity". In: *Critical Inquiry*, v. 26, n. 4, 2000, p. 725-756.
- YONAH, Tamar. "Dear Mr. Bush, please take your head out of your tush!" in: *Arutz Sheva*, 15 mai. 2007.
- ZOABI, Haneen. *I represent the Palestinians* (entrevista), 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-zoabi1>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

OUTRAS FONTES

ÉTAT commun – conversation potentielle [1]. Direção: Eyal Sivan. Produção: Momento !, 122 min, cores, Disponível em: <<https://vimeo.com/99621624>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

ISRAËL-PALESTINA *Debat – een staat of twee staten?*, 11 nov. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/pOgrTg-LJXs>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

סרטון המתעד את ההסתה לפני רצח יצחק רבין. Disponível em: <https://youtu.be/9MTx8O_1hzU>. Acesso em: 27 dez. 2015.

تحالف السلام 2012 ברית שלום. Disponível em: <https://youtu.be/A5oJ_2JhWKc>. Acesso em: 2 jan. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**MAPA DOS PARTIDOS, GRUPOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS PALESTINOS, JUDAICOS,
SIONISTAS E ISRAELENSES NA REGIÃO DA PALESTINA HISTÓRICA (1900-2016)**

Mapa dos partidos, grupos e movimentos políticos palestinos, judaicos, sionistas e israelenses na região da Palestina histórica (1900-2016)

1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016

LEGENDA

- Rompes
- Cria
- Dá origem a
- Se transforma em
- Muda de nome para
- Se funde e dá origem a
- Membros migraram/vieram
- Continua existindo
- Integra
- Organização juvenil / estudantil
- Grupo armado
- Sindicato
- Organização de assentamento

ANEXOS

ANEXO A**MAPA DA PALESTINA EM 1878, COM CIDADES E VILAS PRÉ-EXISTENTES
E A PRIMEIRA COLÔNIA SIONISTA**

PALESTINE

I. The first Zionist colony in Palestine, 1878.

Coastline ———

Frontier ———

• Zionist colony

• Palestinian village

• Palestinian town

• Mixed town

The frontiers shown are those of the territory (excluding the Negev) that became Mandatory Palestine in 1922.

The size of the circles is not proportional to the number of inhabitants in the places represented except that the larger circles indicate towns and the smaller circles indicate villages.

ANEXO B**MAPA DA PALESTINA EM 1903, COM CIDADES
E OS PRIMEIROS BLOCOS DE ASSENTAMENTOS JUDAICOS**

ANEXO C
MAPA DA PALESTINA EM 1914

JEWISH SETTLEMENT (YISHUV) IN PALESTINE, 1881-1914

Approximate populations

1881: 470,000 Arabs 24,000 Jews

1914: 500,000 Arabs 85,000 Jews

● Major Jewish settlements established
between 1881 and 1914

○ Other Jewish settlements

□ Major Arab towns

0 MILES 15

ANEXO D

**MAPA DA PROPOSTA SIONISTA DE ÁREA GEOGRÁFICA DO “LAR NACIONAL JUDAICO” A SER
CRIADO NA PALESTINA, APRESENTADA NA CONFERÊNCIA DE PAZ DE PARIS, EM 1919**

ANEXO E
MAPA DO MANDATO BRITÂNICO DA PALESTINA E DA TRANSJORDÂNIA
ENTRE 1923 E 1948

PALESTINE MAPS

Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)

ANEXO F**MAPA DA PROPOSTA DE PARTILHA DE COMISSÃO PEEL, EM 1937**

ANEXO G
MAPAS DOS PLANOS DE PARTILHA A, B E C
DA COMISSÃO WOODHEAD, DE 1938

SOUTHERN PALESTINE

ANEXO H

**MAPA DA PALESTINA COM REPARTIÇÃO ÉTNICA DA PROPRIEDADE SOBRE A TERRA,
POR DISTRITO, EM 1945**

ANEXO I
MAPA DA PALESTINA COM REPARTIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO,
POR DISTRITO, EM 1945

Distribution of population by district showing percentages of Jews and Palestinians

ANEXO J

**MAPA DE ESTUDOS SOBRE CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS DA PALESTINA,
USADO PELA COMISSÃO ANGLO-AMERICANA, EM 1946**

Miles 5 0 5 10 15 20 25 Miles

International Boundaries + + + + +
 Sub-District Boundaries - - - - -
 Roads ————
 Railways ————

LAND TRANSFERS REGULATIONS 1940

ZONE 'A': Transfer of land save to a Palestinian Arab prohibited, except in special circumstances.
ZONE 'B': Transfer of land by a Palestinian Arab save to a Palestinian Arab prohibited, except in special circumstances.
FREE ZONE: No restriction on transfer.

A TENTATIVE LAND CLASSIFICATION MAP

Compiled by the Research Staff of the Anglo-American Committee of Inquiry in collaboration with the Departments of Agriculture, Lands, Irrigation and Statistics of the Government of Palestine.

A. GOOD QUALITY LAND

1. HIGH CLASS LAND, level or gently undulating, with fertile soils and an adequate water supply
2. GOOD LAND, with loamy soils, similar to (1), but with lower rainfall
3. GOOD LAND, with deep alluvial soils, suitable for a wide range of ground crops and, where irrigation is available for intensive farming

B. MEDIUM QUALITY LAND

4. UPLANDS OF LIMESTONE, with steep and terraced slopes, much shallow soil and rock outcrop, with tracts of deeper soils in valleys
5. UPLANDS, similar to (4) but with more bare rock, steeper slopes and less cultivable land

C. POOR QUALITY LAND

6. SEMI-DESERT LOWLAND, with good loess soils, but cultivation limited by low and very variable rainfall
7. LOWLANDS, with limited seasonal crops and grazing; some broken land and some highly saline soil and extensive stretches of cultivable land if irrigated
8. DRY ERODED HILLS.

DOMINANT USE

Intensive citrus, fodder and vegetable cultivation

Citrus, cereals and vegetables

Cereals, fodders and deciduous fruits

Cereals, olives, vines and deciduous fruits

Cereals, olives, vines and deciduous fruits

Barley, wheat and melons

Seasonal pasture with patches of irrigation on favourable sites

Seasonal grazing and patches of cultivation

ANEXO K
PLANO DE PARTILHA DE 1947

PALESTINE
PLAN OF PARTITION
WITH ECONOMIC UNION
PROPOSED BY THE AD HOC COMMITTEE
ON THE PALESTINIAN QUESTION
PLAN DE PARTAGE
AVEC UNION ECONOMIQUE
PROPOSE PAR LA COMMISSION AD HOC
CHARGÉE DE LA QUESTION PALESTINIENNE

Arab State Etat arabe
Jewish State Etat juif
City of Jerusalem Ville de Jérusalem

Boundary proposed by UNSCOP

ANEXO L

**MAPA DA PALESTINA HISTÓRIA APÓS A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL,
EM COMPARAÇÃO COM O PLANO DE PARTILHA DE 1947
E A REPARTIÇÃO DA PROPRIEDADE SOBRE A TERRA**

PALESTINE

INDEX TO VILLAGES & SETTLEMENTS

Kilometers 0 10 20 Miles 0 10 20

REFERENCE

Town
 Arab Village
 Jewish Settlement
 Main Road
 Railway

SOUTHERN PALESTINE

SCHEDULE OF AREAS (IN DUNUMS*) - APPROX.

Under British Mandate	According to Partition Plan	According to Armistice Agreements
Palestine - 13,746,023 (excl. Negev)	Arab State - 11,589,970	Israeli-occupied territory - 20,530,173
Negev - 12,577,000	Jewish State - 15,261,649	West Jordan - 5,755,000
26,323,023		
	Jerusalem (International Zone) - 175,504	Gaza Strip - 350,000
Water Area 704,000		Demilitarized Zones & No-Man's Land - 391,850
27,027,023	27,027,023	27,027,023

* 1 Dunum equals 1000 square metres
 4.05 dunums equals 1 acre
 1000 dunums equals 1 square kilometre
 2500 dunums equals 1 square mile.

This map is published by
 The Palestine Arab Refugee Office
 801 Second Ave., Room 801
 New York, N.Y.

LEGEND

United Nations Partition Plan of 29 Nov. 1947 - **A J IZ**

Arab State - **A**
 Jewish State - **J**
 Jerusalem (International Zone) - **IZ**

Armistice Lines of 1949 -

Demilitarized Zones -

No-Man's Land -

Land in Jewish Possession (at 31 March 1945)

By Registered Title - 1,401,550 dunums
 State Lands held under Concession 175,792
 1,577,342 Dunums*

Reproduced by Sami Hadawi, a former Palestine Government Official
 of the Department of Land Settlement
 from Palestine Survey Maps and Taxation Records

G7501
 F7
 1949
 H3
 May 1956
 Library of Congress

This material is filed with the Department of Justice, where the required statement of "The Palestine Arab Refugee Office" registration (in 197) is available for inspection. Registration by the U. S. Government.

ANEXO M**MAPA COM FORMA APROXIMADA DO PLANO ALLON**

ANEXO N

**MAPAS COM AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS ISRAELENSES
EM CAMP DAVID, EM 2000, E EM TABA, EM 2001**

Camp David, 2000 - The Israeli Proposal

Legend

- 1967 Lines
- The municipal boundaries of Jerusalem
- Jewish locality
- Palestinian locality

Israeli Proposal

- Israeli annexation - 13%
- Long term lease - 6%

Projection of the West Bank Final Status Map presented
by Israel, Camp David, July 2000

Final Status Map Presented by Israel - Taba, January 2001

Based on a 6% West Bank Territorial Transfer to Israel

Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA)

Map Reflecting Actual Proposal at Camp David

- Proposed Palestinian State
- Israeli Settlement Blocs Annexed to Israel
- Israeli Security Border

MEDITERRANEAN
SEA

Tel Aviv

While no map was presented during the final rounds at Camp David, this map illustrates the parameters of what President Clinton proposed and Araft rejected: Palestinian control over 91% of the West Bank in contiguous territory and an Israeli security presence along 15% of the border with Jordan. This map actually understates the final Camp David proposal because it does not depict the additional territorial swap of 1% that was offered from Israeli territory.

0 10
miles

Palestinian Characterization of the Final Proposal at Camp David

- Israeli Settlement Blocs
- Proposed Palestinian State
- Israeli Security Zone

MEDITERRANEAN
SEA

Tel Aviv

This map reflects a map proposed by the Israelis early at Camp David, but it inaccurately depicts Israeli security zones carving the West Bank into three cantons, and includes Israeli settlements in the proposed Palestinian state. Official Palestinians now cite this map as the final offer they turned down at Camp David. (The initial Israeli proposal called for a Palestinian state in 87% of the West Bank. This map shows that state comprising only 83% of that territory.)

0 10
miles

Map based on the
PLO Negotiations Affairs Department

ANEXO O**MAPAS DA ATUAL SITUAÇÃO NA PALESTINA HISTÓRICA**

The West Bank

Settlements and the Separation Barrier

November 2014

בִּיִּזְלֵם
B'TSELEM
בְּתִסְלֵם

B'TSELEM - The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories
35 Mekor Haim Street, Jerusalem
P.O. Box 53132, Jerusalem 9153002, Israel
Tel: 972-2-6735599 Fax: 972-2-6749111
mail@btselem.org http://www.btselem.org

RESTRICTING SPACE IN THE OPT AREA C MAP

DECEMBER 2011

KEY FACTS

- Over 60 percent of the West Bank is considered Area C, where Israel retains control over planning and zoning among other issues.
- An estimated 150,000 Palestinians live in Area C, including 27,500 Bedouin and other herders.
- More than 20% of communities in Area C have extremely limited access to health services.
- Water consumption dips to 20 litres/capita/day (l/c/d) in communities without water infrastructure, one-fifth of the World Health Organisation's recommendation.
- Communities depending on tankered water pay up to 400% more for every liter than those connected to the water network.
- 70% of Area C is off-limits to Palestinian construction; 29% is heavily restricted.
- Less than 1% of Area C has been planned for Palestinian development by the Israeli Civil Administration.
- 560 Palestinian-owned structures were demolished, including 200 residential structures and 46 rainwater cisterns and pools, by the Israeli authorities in Area C in 2011.
- 1,006 people, including 565 children, lost their homes in 2011, over twice as many as in 2010.
- Over 3,000 demolition orders are outstanding, including 18 targeting schools.
- The planned expansion area of the around 135 Israeli settlements in Area C is 9 times larger than their built-up area. (B'Tselem).
- Approximately 300,000 settlers currently live in Area C.

For more information, please refer to index on page 32.

Settlement Areas including Local and Regional Councils

of West Bank

Nature Reserves Israeli & "Wye River Memorandum"

of West Bank

Closed Military Areas including "firing" zones

of West Bank

Zoning in Area C

- 70% Construction Prohibited
- 29% Construction Heavily Restricted
- 1% Planned for Palestinian Development

* Under the Wye River Memorandum of 1998, land reserves, amounting to approximately three percent of the West Bank, were supposed to be handed over to the PA to be set aside as a Green Area/Nature Reserve. To date, the PA has not been allowed to utilize this area.

Areas A/B
Area C: Closed / Restricted Areas, 70%
Area C: Remaining Areas, 30%
Governorate Capital
1949 Armistice (Green Line)
BARRIER
Constructed / Under Construction
Planned
Area A: Extensive delegation of powers to the Palestinian Authority
Area B: Partial delegation of powers to the Palestinian Authority; joint Israeli-Palestinian security coordination
Area C: Very limited delegation of powers to the Palestinian Authority